

CLÓVIS WERNER

ANTIGA IGREJINHA DA TRINDADE:
LEMBRANÇAS DE MORADORES DO BAIRRO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis – SC, 2002.

CLÓVIS WERNER

(BU)

ANTIGA IGREJINHA DA TRINDADE:
LEMBRANÇAS DE MORADORES DO BAIRRO



03700571

*U desc
5*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Florianópolis - SC, 2002.

CLÓVIS WERNER

**ANTIGA IGREJINHA DA TRINDADE:
LEMBRANÇAS DE MORADORES DO BAIRRO**


Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Cultura à Comissão Julgadora da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob a orientação da Prof^{ta} Dr^a Gersolina Antônia de Avaral Lamy e sob a co-orientação do Prof. MsC. Marcos Vinícios de Almeida Saul.


UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Florianópolis – SC, 2002.

**ANTIGA IGREJINHA DA TRINDADE:
LEMBRANÇAS DE MORADORES DO BAIRRO**

Dissertação defendida por Clóvis Werner, em 14.06.02, e aprovada pela Banca Examinadora para a obtenção do grau de Mestre em Educação e Cultura.

BANCA EXAMINADORA:


Professora Doutora Gersolina Antônia de Avelar Lamy
(Orientadora) (UDESC)


Professor Mestre Marcos Vinícios de Almeida Saul
(Co-Orientador) (UFSC)


Professora Doutora Maria José Reis
(Membro) (UFSC)


Professora Doutora Terezinha Gascho Volpato
(Membro) (UDESC)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis - SC.

Dedico este trabalho à memória da
minha avó Cecília que me deixava curioso e
atento com as suas histórias de antigamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que participaram da realização deste trabalho, sendo presença nos momentos de angústia e de alegria.

Às professoras do curso de mestrado da UDESC, Prof^ª Dr^ª Gersolina Antônia de Avelar Lamy, Prof^ª Dr^ª Terezinha Gascho Volpato e Prof^ª Dr^ª Maria José Reis pela orientação, sugestões e incentivo desde as aulas do curso.

Ao professor da UFSC, M.Sc. Marcos Vinícios de Almeida Saul, pela co-orientação e estímulo constante com a História Oral.

Aos colegas de turma, em particular Paulo Bernardi e Vanessa Martins pelas demonstrações de amizade.

Aos professores e funcionários do curso de mestrado da UDESC pela ajuda nesses momentos de aprender.

À Universidade Federal de Santa Catarina e aos meus colegas de trabalho do Departamento Artístico Cultural: Júlia Iguti, Zeca Pires, Irac Orsi, Severina Borges e Jucélia Alves pelo incentivo e apoio amigo.

Aos moradores do bairro que entrevistei, *colaboradores* para a realização deste trabalho, porque me possibilitaram aprender e crescer um pouco ao partilharem uma parte das suas vidas.

À Adriana da Conceição pelo entusiasmo e ajuda com as transcrições.

Aos meus pais, Silvio e Maria Cecília, e aos meus irmãos, Suzana e Eduardo, que conseguiram dar o apoio possível e segurar *a barra* nas horas difíceis.

A Deus que, talvez nem existindo, me fez meio surdo para aprender escutando os outros e me tirou um pedaço de um olho para que eu pudesse enxergar mais longe.

SUMÁRIO

RESUMO	ix
ABSTRACT.....	x
INTRODUÇÃO	01
1. A IGREJINHA DA TRINDADE	41
1.1. A IGREJINHA.....	42
1.1.1. O Templo.....	42
1.1.2. Encontros e Orações.....	60
1.2. A CASA DO DIVINO.....	78
1.2.1. O Império.....	78
1.2.2. O Anexo.....	81
1.3. O SALÃO PAROQUIAL.....	85
1.3.1. A Construção.....	85
1.3.2. A Utilização.....	91
2. O ENTORNO E OS ARREDORES	100
2.1. O ENTORNO.....	100
2.1.1. A Praça do Cotidiano.....	100
2.1.2. O Cemitério.....	125
2.1.3. A Praça da Festa.....	132
2.2. OS ARREDORES.....	151
2.2.1. Em casa e na vizinhança.....	151
3. A IGREJINHA DA UFSC	161
3.1. O Patrimônio <i>Encampado</i>	161
3.2. As visitas atuais.....	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS (À guisa de Conclusão)	179
RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS (Fontes)	184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185
ANEXOS (Mapas de ruas do bairro da Trindade)	192

REFERÊNCIA BLIOGRÁFICA

WERNER, Clóvis. *Antiga igrejinha da Trindade: lembranças de moradores do bairro*. Florianópolis, 2002. 194p. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Curso de Pós-Graduação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

Orientadora: Gersolina Antônia de Avelar Lamy

Co-Orientador: Marcos Vinícios de Almeida Saul.

Defesa: 14 de junho de 2002.

RESUMO

Estudo que busca *resgatar* lembranças de *moradores* do bairro da Trindade, em Florianópolis, a partir das suas vivências junto à antiga igreja da Trindade (o que compreende o templo, o antigo Salão Paroquial e a Casa do Divino, ou Império) e parte do entorno e arredores, como o antigo cemitério, a praça do bairro, fronteira ao antigo templo, e outros locais, como antigas chácaras. Há cerca de três décadas incorporado ao patrimônio da Universidade Federal de Santa Catarina, o conjunto abriga o Departamento Artístico Cultural da instituição. A igreja nova, na mesma praça, ainda comemora anualmente a Festa da Santíssima Trindade e da Laranja.

A pesquisa utiliza uma metodologia de História Oral, mesclando História Oral Temática com História Oral de Vida, em que memória é definida como lembranças *gravadas*, e entrelaça outros conceitos, como patrimônio cultural, que engloba toda a sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.

As lembranças dos entrevistados, *colaboradores*, são apresentadas tendo sempre como eixo de reflexão cada um dos edifícios ou lugares onde as lembranças estão *penduradas*. São dez *moradores* do bairro lembrando as suas vivências, lembranças essas que se ratificam, se completam e às vezes se contrapõem.

A antiga igreja possuía a torre sineira lateral, depois da reforma a torre foi incorporada ao edifício. O antigo cemitério, nos fundos, foi transferido para o Itacorubi e o Salão Paroquial, atual Teatro da UFSC, foi construído com a participação efetiva da comunidade, como forma de viabilizar a escassa falta de recursos e os conflitos com associações da igreja.

Em poucas décadas, a rua, que era o *território da liberdade*, deixa de ser praticada e torna-se cada vez mais um espaço de passagem. Rapidamente, a antiga igreja deixa de ser a referência do bairro para ficar à sombra de novos edifícios residenciais e comerciais.

ABSTRACT

The study aims at preserving the memoir of *inhabitants* of the Trindade neighbourhood in Florianópolis recording the time they spent around the old Trindade chapel (a set of buildings including the temple, the old parish room and the “House of the Holy”—or “Empire”—which is, in the Azorian tradition, the place where the Holy Ghost dwells during Its festivity) and surroundings, such as the cemetery, the neighbourhood square (next to the old temple), and other places like old small farms. Belonging to the Federal University of Santa Catarina (UFSC) since about 30 years ago, the buildings now host the Artistic and Cultural Department of the university. The new church, on the same square, still celebrates annually the Holy Trinity Festivity and the Orange Fair.

The research employs an Oral History methodology, mixing Thematic Oral History with Oral History of Life, in which a memory is defined as recorded remembrance, and intertwines other concepts such as cultural heritage, which encompasses all sorts of objects, artifacts and buildings obtained from the environment and from the know how.

The accounts of the interviewed people, or *collaborators*, are presented having the buildings as axial themes for reflection, where remembrance *hangs*. Ten *inhabitants* of the neighbourhood remember their lives in a reinforcing, complementary and sometimes antagonistic way.

The old chapel had a side campanile tower, and after a redevelopment the tower was incorporated into the main building. The old cemetery, at the back, was transferred to the Itacorubi municipal cemetery and the parish room, currently UFSC’s Theatre, was built with the effective participation of the community as a way to compensate for the scarce resources and to solve for conflicts with the church’s associations.

In a few decades, the street which was the *territory of freedom* becomes not practiced anymore, turning more and more into a passing-through space. The church quickly loses its place as the referential site in the neighbourhood, being overshadowed by modern commercial and residential buildings.

"A memória, onde cresce a História, que por sua vez dela se alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens".

Jacques Le Goff

"Não vou contar como as coisas foram, vou contar apenas como me lembro delas."

Finn¹

¹ Personagem protagonista do filme *Grandes Esperanças*, numa modernização de Charles Dickens sobre o órfão Finn.

"Após a orquestração organizada por ocasião do ano do patrimônio (1980)², muitos se perderam em divagações na sua árvore genealógica ou se lembraram que um velho que morre representa uma biblioteca que se queima. Retomaram o gravador para registrar as antigas gerações e conservar as tramas de vidas que desaparecem... A história que se consome tornou-se recurso terapêutico para preencher os vazios, para romper o isolamento dos subúrbios de passado sem memória. O historiador desempenha então o papel de conservador: ele tranqüiliza. Assim, chamam-no com maior frequência à cabeceira de uma sociedade ferida. Na falta de um presente que entusiasme e perante um futuro inquietante, subsiste o passado, lugar de investimento de uma identidade imaginária através dessas épocas, no entanto próximas, que perdemos para sempre. Essa busca torna-se mais e mais individual, mais local, na falta de um destino coletivo mobilizador. Todos abandonam os tempos extraordinários em troca da memória do quotidiano das pessoas comuns. Uma topografia estética nova instala-se, conforme se fale de uma aldeia, das mulheres, dos imigrantes, dos marginais..."³

² O ano de 2002 foi declarado internacionalmente pela Unesco como Ano do Patrimônio.

³ Cf. François DOSSE. *A história em migalhas: dos "Annales" à "Nova história"*, 1992, p. 14.

INTRODUÇÃO

Generalidades

A presente dissertação *Antiga Igrejinha da Trindade: lembranças de moradores do bairro* está relacionada com as disciplinas do núcleo (desdobramento das áreas temáticas) de História, Cultura e Sociedade, do Curso de Mestrado em Educação e Cultura, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

O embrião que geraria o interesse para realizar este trabalho foi plantado na infância, na cidade de Itajaí, onde cresci vendo e freqüentando a monumental Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, cuja edificação está a poucos metros da minha casa paterna. Cresci na convivência com os freqüentadores daquele magnífico templo, e cresci ouvindo as histórias relacionadas à sua construção, sempre curioso com os relatos de trabalho do tio carpinteiro que fora o mestre de obras responsável pela construção, e em cuja casa moraram os dois pintores italianos responsáveis pelas belíssimas pinturas murais e decorativas do interior da igreja.

O estímulo para a realização deste trabalho, entrelaçando várias histórias de vida com o Patrimônio Cultural, neste caso, a antiga igrejinha da Trindade, já me acompanha há muitos anos. Nasceu do meu primeiro contato com o edifício da antiga igrejinha do bairro, atual sede do Coral da UFSC, do qual faço parte há mais de vinte anos, e ganhou impulso a partir de um trabalho piloto (Werner, 1993) sobre a vida do artista plástico Hassis Corrêa relacionado à antiga igrejinha. O conjunto arquitetônico que compreende a igrejinha também abriga as instalações do Departamento Artístico Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, onde atuo profissionalmente como promotor cultural. Os edifícios mais antigos do conjunto remontam ao ano de 1848 (Cf. Cabral, 1987: 192), portanto, mais de cento e cinquenta anos de permanência no seio da Trindade. Esse conjunto compreende três edifícios: a igrejinha propriamente dita, com auditório para concertos musicais; a Casa do

Divino,¹ que possui as salas utilizadas para cursos e oficinas de arte; e o prédio do Teatro da UFSC, antigo Salão Paroquial, com a respectiva sala de espetáculos e outras de apoio administrativo.

As paredes internas do edifício da igreja, no local do antigo altar-mor, abrigam a pintura mural *Humanidade* que, com 160m², é a maior obra pictórica do artista plástico catarinense Hiedy de Assis Corrêa - Hassis, um dos fundadores do Grupo de Artistas Plásticos de Florianópolis-GAPF (Cf. Lehmkuhl, 1996: 52) no final da década de cinquenta. O questionamento que sempre me acompanhou tem sido no sentido de conhecer *as histórias* dessa comunidade que produziu e tem conservado esse bem cultural *igrejinha*, como uma forma de aprender mais sobre esse monumento que há mais de um século e meio está presente na vida do bairro.

Muito se tem escutado sobre a importância da preservação desse patrimônio arquitetônico e de se recuperar aquela pintura mural, agora danificada pela ação da água que, por anos a fio, escorreu pelas paredes, ali se infiltrando às custas de um telhado mal conservado, que há alguns anos foi recuperado.

A oportunidade deste trabalho coincidiu com este momento em que me sinto estimulado às reflexões acerca de História, Memória, Arte e Patrimônio Cultural, temas que, embora sempre do meu interesse, ganharam corpo no Curso de Mestrado em Educação e Cultura diante da possibilidade do aprofundamento teórico entrelaçando História, Cultura e Sociedade.

Dessa forma, a realização desta dissertação *Antiga Igreja da Trindade: lembranças de moradores do bairro* pretende também estimular outras pesquisas, reflexões e ações concretas para a sobrevivência do nosso patrimônio cultural, ameaçado, por um lado, pela industrialização, que rouba ao homem *o saber fazer*, e por outro, pelo incremento da comunicação de massa que faz com que o *narrador*, possuidor de um *saber fazer* a ser transmitido às novas gerações, não encontre um *escutador*.

Com *Lembranças de Moradores do Bairro* busquei investigar as histórias escondidas nas pedras da antiga igreja da Trindade e que ainda estão *guardadas* na

¹ A Casa do Divino, Império ou Teatro do Divino, dentro dos rituais da festa do Espírito Santo, eram edificações construídas ao lado das igrejas para servir às cerimônias de culto externo do Divino.

memória de antigos moradores do bairro,² ou seja, busquei *resgatar* lembranças para compreender a história da edificação e manutenção da antiga igreja a partir das histórias de vida de antigos moradores; e busquei *resgatar* histórias de vida de antigos moradores que estejam relacionadas à antiga igreja, para conhecer e compreender melhor essa comunidade.

Dessa maneira, recorri às histórias de vida de antigos moradores, que foram registradas segundo os critérios teórico-metodológicos da História Oral. Como entendimento de memória, utilizei o conceito que José Carlos Sebe Bom Meihy (1998) adota para a História Oral, em que memórias são *lembranças guardadas*; todavia essas lembranças carregam uma dose de individualidade e também de coletividade, como veremos logo adiante.

A História Oral, que José Carlos Sebe Bom Meihy define como “um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas” (1998: 17) encontrou suporte, além de outros autores, nas obras de Marieta de Moraes Ferreira (1994), Verena Alberti (2000), Alberto Lins Caldas (1999) e Paul Thompson (1998), além de diversos artigos publicados por centros de referência no Brasil, como o CPDOC-Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (RJ), o NEHO-Núcleo de Estudos de História Oral da USP (SP) e a ABHO-Associação Brasileira de História Oral.

O presente trabalho foi também um exercício de escutar as experiências que nos transmite o *narrador*; entendendo como *narrador*, segundo Walter Benjamin (Cf. 1985), não como alguém que nos passa uma informação do passado, mas como alguém que passa *um saber* que deve ser aproveitado pelas novas gerações.

Como Patrimônio Cultural fica também definido o conceito como esse elenco de documentos, monumentos, eventos e momentos enlaçados entre si através dos tempos e lugares, em todos os níveis e segmentos sociais. (Cf. Magalhães, 1985).

Para desenvolver esta pesquisa, ao me relacionar com os conteúdos teóricos e com o tema, e ao me relacionar com os moradores do bairro para a realização das entrevistas,

² Segundo Ecléa Bosí, “As lembranças que ouvimos de pessoas idosas têm assento nas pedras da cidade presentes em nossos afetos, de uma maneira bem mais entranhada do que podemos imaginar.” (1987: 362), numa alusão à experiência de Marcel Proust que, sentindo a irregularidade do calçamento sob seus pés, recupera o tempo perdido.

numa constante relação entre pesquisador e colaborador, procurei ter sempre presente o conceito de obra de arte, segundo Umberto Eco (Cf. 1983: 13-32) que define a obra de arte como *forma formante*: forma que se vai formando a partir de um ponto inicial (que o artista apropriou-se, fez seu) e do diálogo com a matéria (obstáculo sobre o qual se exerce a atividade inventiva). O artista é essa pessoa *inteira*, com todo o seu conhecimento e experiência histórica e cultural, que imprime a sua vontade na matéria que, por sua vez, também impõe ao artista as suas vontades. Desse diálogo, dessa relação, surge a obra de arte. Umberto Eco afirma que, nesse processo, a pessoa (o artista) forma na obra a sua reação pessoal ao ambiente histórico em que vive. Eco vai mais além e propõe uma teoria da interpretação, diz que a forma é o momento terminal de um processo de figuração e ponto de partida para posteriores interpretações. Donde a compreensão e a interpretação da forma só se podem verificar voltando a percorrer o processo formativo. Finaliza que a obra vive apenas nas interpretações que dela se fazem, e a permanência da obra possibilita uma infinidade de interpretações. Infinitas, não só pela característica de fecundidade própria da forma, mas porque perante ela se coloca a infinidade das personalidades interpretantes, cada uma delas com o seu modo de ver, de pensar, de ser.

Pensar a obra de arte como *forma formante*, como resultado da relação do artista com a matéria, me faz pensar que os homens também se relacionam em sociedade, donde a cultura também é resultante dessa relação. Como diz Clifford Geertz, acreditando em Max Weber, se “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e essa análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado.” (1989: 15).

As novas teorias propostas pela História vêm utilizando o estudo de imagens, textos e ações para uma melhor compreensão do passado. Lynn Hunt (Cf. 1992) em *A Nova História Cultural* apresenta alguns autores que através da história da cultura apontam novas possibilidades de reflexão sobre como homens e mulheres viviam, pensavam e agiam no passado. Num desses textos encontrei *Vendo a Cultura numa sala para um príncipe renascentista*, de Randolph Starn (Cf. 1992: 279-313) em que o autor, ao olhar para um quadro, busca compreender como diferentes estilos artísticos e tipos de pintura codificam mensagens políticas e ideologias distintas, pois a arte molda e também é moldada pela

cultura, pelo poder. E para que se possa compreender aquilo que se vê é preciso ter algum conhecimento prévio do que está representado. As figuras de uma pintura trazem à memória um saber já adquirido antes, donde só se consegue ver, grosso modo, aquilo que já se conhece. Muitos significados podem estar embutidos numa obra sem que se possa perceber devido à nossa falta de conhecimento prévio, por isso o autor concorda que “no que diz respeito à história da cultura, aquilo que se vê é aquilo que se capta” (Starn, 1992: 313).

Dessa forma, olho para a igreja numa tentativa de compreender quais os discursos que poderiam estar embutidos naquela construção, desde as características arquitetônicas até os elementos decorativos como as imagens de Deus e outros santos, a pintura do céu no forro, e os sacrifícios da Via Sacra, fixada quase à altura do chão por onde caminha a humanidade. A partir daí, posso pensar no traçado urbano, também construído nas relações de poder, e nos próprios discursos embutidos num patrimônio agora *preservado*, como é o caso da antiga igreja. Que fique claro que com este trabalho não pretendi escrever uma análise dos discursos contidos na igreja, mas, levei-os em conta ao elaborar o roteiro das entrevistas e elaborar o texto final da dissertação. E como a interpretação não se esgota na produção do documento, outras reflexões deverão surgir a partir da leitura das lembranças dos moradores do bairro.

Vale ressaltar que este trabalho também é resultante da minha relação com o tema, sendo, portanto, uma interpretação, ou, como diz Le Goff, uma escolha, porque “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada [também] pelos historiadores.” (1994: 535).

Inspirado no artigo *Indicando caminhos: mapas como suporte na orientação espacial e como instrumento no ensino de antropologia*, de Ana Maria de Niemeyer (Cf. 1998, 11-40), (sem a pretensão de fazer um trabalho na mesma profundidade como fez essa autora), sempre que possível, procurei solicitar aos entrevistados que fizessem a descrição dos caminhos por onde passavam, a fim de tentar identificar quais os referenciais que utilizavam para se locomoverem na paisagem do bairro.

Ulpiano Bezerra de Meneses (Cf. 1991: 13-19) fala que as cidades do seu tempo permitiam que as crianças andassem na rua, porque a rua era um *território de liberdade*, onde se podia brincar, assistir aos espetáculos da rua, como as comemorações cívicas, ou

simplesmente caminhar. Lamenta que hoje essa prática tem deixado de existir por diversos fatores: quem tem veículo, não o dispensa; quem não o tem, geralmente não tem tempo ou disponibilidade para usufruir do espaço da rua; e quem tem disponibilidade, não encontra mais coragem para se expor à violência e insegurança das cidades, diz que “[a cidade] é um espaço que deixou de ser praticado.” (1991: 15). A partir dessa reflexão, ao realizar as entrevistas, busquei também registrar como era a utilização do espaço da rua no entorno e arredores da antiga igreja da Trindade.

As fontes principais para este trabalho foram as entrevistas realizadas com dez moradores da Trindade. Foram utilizados também documentos pessoais, catálogos e jornais de arquivos públicos e particulares; livro Tombo da Paróquia da Trindade; Relatórios do Departamento Artístico Cultural da UFSC; e autores que evocam a História de Santa Catarina, como suportes para o meu conhecimento prévio que possibilitou a verificação de coerência das narrações. A verificação posterior das entrevistas, confrontando-as com outras fontes, é tarefa minuciosa que não fez parte deste meu objetivo.

Além de outros conhecimentos, optei por uma metodologia de História Oral porque, além de lidar e aprender diretamente com pessoas vivas, esse é um procedimento que tem sido bastante empregado em trabalhos de micro história. Entendo a micro história como a história local, que, em vez de se preocupar com explicações universais, busca as especificidades regionais.

Jacques Le Goff (Cf. 1994: 16) lembra que os historiadores da Antigüidade, ao fazerem a história das suas cidades, povos e impérios, julgavam estar fazendo a história da humanidade. Depois, os historiadores cristãos, e os historiadores do Renascimento e do Iluminismo, pensavam estar fazendo a história do homem universal.

Hoje, percebemos que estão em crise os relatos totalizantes que serviam para explicar o mundo. Em vez das idéias de Estado, Povo e Nação ouve-se discursos de emancipação, opta-se pelas micro em vez das macro estruturas; em vez do social e do nacional, opta-se pelo individual. Assim, o ente genérico, o ser humano universal, cede lugar ao indivíduo, e fala-se em *identidades* e *culturas*, no plural. Com isso troca-se o estudo da história universal pela história local e, através das abordagens biográficas, a figura humana é trazida para o centro da cena história. O oralista Selmo de Resende (Cf. 1999: 59-69), ao fazer uma análise da compatibilidade teórico-metodológica combinando

estudos biográficos com as teorias de Michel Foucault, avalia que, se Foucault *mata* o sujeito universal, do Iluminismo, por outro lado ele *liberta* o sujeito local, o que referenda os trabalhos com História Oral.

Essa possibilidade de estudo da história local a partir de estudos de histórias dos indivíduos tem sido uma tendência em vários lugares.

Pierre Nora afirma que a nossa sociedade atual sente uma necessidade, como nunca antes se verificou, sobre a recuperação do passado, diz que “não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obsecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens.” (1993: 17).

Pierre Nora (Cf. 1993: 07-28) argumenta que a *aceleração da história* implica esfacelamento e morte das memórias grupais, o que exige, em contrapartida, a necessidade de produção de *lugares de memória*. Isso possibilita uma variedade de opções para novas reflexões, novos temas e novos objetos na problemática da memória com a história. Nora diz que a aceleração da história gera, em nossa sociedade atual, a obsessão pelo registro, por isso já não há mais condições de se comunicar a história pela via da tradição. A sociedade cria, então, os *lugares de memória*, que são os museus, arquivos, monumentos, etc., para serem estudados por pesquisadores capazes de lançar um olhar sobre o passado na busca de compreensão do presente e melhor projeção do futuro. Mas para que um lugar seja um *lugar de memória* é necessário que ele seja, ao mesmo tempo, material, simbólico e funcional. O lugar de memória precisa servir para a chamada da lembrança, é preciso que o lugar tenha vontade de memória. Para ser *lugar de memória* é preciso que um lugar tenha a intenção de memória e seja utilizado como que fazendo parte de um ritual. “A razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para (...) prender o máximo de sentido num mínimo de sinais.” (Nora, 1993: 22).

Essa valorização do passado tem gerado, muitas vezes, um sentimento saudosista, uma moda *retro*, conforme diz Le Goff (Cf. 1994: 472) quando relaciona a aceleração da história com os comportamentos nostálgicos nos países industrializados. Todavia, entendo que a questão patrimonial está articulada à questão cidadã, conforme ressalta Teresa

Luporini (Cf. 1998: 240), e é a formulação de políticas culturais de inspiração democrática que afasta o enfoque conservador, xenófobo, saudosista para dar lugar à consciência do uso social do patrimônio cultural, permitindo a democratização dos espaços culturais e a socialização do conhecimento da realidade patrimonial em nossa cidade. Ulpiano de Meneses acredita que “a fragilidade da memória é um ingrediente da fragilidade política da sociedade, que ainda é uma sociedade do patronato e do clientelismo.” (1991:18). Diz que não adianta termos um Estado forte e uma sociedade fraca, ou seja, não adianta apenas serem desenvolvidos projetos educacionais para valorizar a memória, mas é preciso que se tenha consciência política, consciência histórica, para que o indivíduo possa conhecer a sua realidade, questioná-la e tentar mudá-la.

Sendo a memória seletiva, pois o indivíduo somente guarda o que para ele tem relevância, lembrar também é esquecer; e cabe ressaltar que a história oficial tem se encarregado de *construir* a memória coletiva, donde a cada monumento de vitória também corresponde um monumento de barbárie, pois o monumento erguido para que a memória coletiva assimile determinado fato, ao mesmo tempo, atira ao esquecimento outros tantos, que a história oficial julga prudente o esquecimento. Vale lembrar o que diz Le Goff: “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”. (1994: 426).³

A memória pendura-se no indivíduo, no grupo, e como diz Pierre Nora, “a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos.” (1993: 25).

Assim, busquei *resgatar* as lembranças penduradas nos moradores do bairro e na antiga igreja da Trindade.

Esta dissertação está dividida em Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. Ainda na Introdução, além das *Generalidades*, apresento *História Oral e Memória, Patrimônio Cultural, A Igreja, e Os Entrevistados*. Embora contenha a explanação sobre alguns temas, vale ressaltar que esta dissertação não trata de um trabalho *sobre* Memória nem

³ Há um texto interessante de Janice Theodoro (Cf. 2002), sobre Memória e Esquecimento, publicado inicialmente na Revista de Divulgação Cultural, Blumenau, vol. 13, n. 44, p.63-69, julho-agosto, 1990, agora também disponível na internet.

sobre Patrimônio Cultural, mas pretendi ficar na intersecção: é um trabalho *com* Memória (entendendo Memória como lembranças) e *com* Patrimônio Cultural (entendendo Patrimônio Cultural como o artefato igreja, incluindo aí parte do seu entorno), e para realizar essa intersecção utilizei basicamente os princípios teórico-metodológicos da História Oral.

O Desenvolvimento está apresentado em três capítulos: *A Igrejinha da Trindade, O Entorno e os Arredores*, e *A Igrejinha da UFSC*. Por se tratar de uma pesquisa para registrar as lembranças relacionadas ao patrimônio, o eixo de reflexão que norteou a produção dos textos está sempre centrado no patrimônio: ora nos edifícios que compõem a igreja, ora na paisagem e nos edifícios do entorno, e, por fim, de novo na igreja, quando deixa de ser igreja e passa ao patrimônio da Universidade, já com outra função. Outros eixos de reflexão poderiam ter sido escolhidos, e ainda poderão ser realizados a partir das fontes produzidas. Poderia ter escolhido trabalhar só com História Oral de Vida, ou só com História Oral Temática, mas escolhi o caminho da intersecção, uma mescla das duas, com vistas a dar maior visibilidade ao patrimônio. A partir da leitura do conjunto deste trabalho pode-se melhor perceber a inter-relação dos capítulos.

As lembranças, enquanto vivências, registradas sobre a antiga igreja, estão inseridas no período de 1935 a 1974, mas também foram registradas lembranças enquanto Tradição Oral que remontam a períodos anteriores a 1935. Embora a antiga igreja tenha deixado de funcionar como a igreja do bairro em meados da década de 1970, quando foi adquirida pela UFSC, registrei também lembranças dos moradores do bairro dessa época até o presente, para perceber como foi feita a aquisição e reforma do edifício pela UFSC, tentando aqui registrar e valorizar a pintura mural do artista plástico Hassis, e também para perceber como as pessoas se relacionam à antiga igreja nos dias de hoje.

Para a confecção dos textos me apropriei das falas dos entrevistados, utilizando o linguajar das narrativas como forma de proporcionar uma maior verossimilhança com os eventos locais. Fiz uma edição dos textos a fim de permitir certa linearidade na leitura, eliminando a forma espiral da linguagem oral, como alerta Paul Thompson (Cf. 1998: 310). Os textos das lembranças são quase que unicamente as falas transcritas, limpas e editadas, numa tentativa quase de transcrição, segundo conceito apresentado mais adiante por José

Carlos Meihy. Muitas das citações, embora entre aspas, também passaram pelos procedimentos técnicos de limpeza.

Das muitas páginas produzidas com as entrevistas, para a edição dos textos aqui apresentados utilizei alguns dos critérios apresentados por Paul Thompson (Cf. 1998: 299-337) para a interpretação em História Oral. O primeiro deles se refere ao conhecimento prévio do entrevistador - eu - sobre o assunto a ser pesquisado para orientar o desenvolvimento do trabalho e a verificação da coerência dos relatos. Desse saber prévio, para colaborar na verificação das coerências, deve fazer parte o conhecimento sobre a história local, regional e universal. No meu caso específico, somei a minha experiência de vinte e três anos de vivência no edifício pesquisado, mais a experiência de freqüentar diariamente o bairro e ter morado durante anos em diversos bairros que circundam o Campus da Universidade e a Trindade. Essa experiência pessoal foi de grande valia para acompanhar as descrições dos caminhos da paisagem, percorridos pelos narradores.

Além desses conhecimentos prévios, outros critérios para a interpretação, apresentados por Thompson, incluíram a verificação de coerência interna da narrativa apresentada pelo entrevistado (colaborador) e a coerência das narrativas de todos os entrevistados, que se foram acumulando na experiência do pesquisador. Outro critério que levei em conta, para a interpretação, foi o confronto com outras fontes que se apresentaram no decorrer da pesquisa, como as fotografias. Além disso, procurei perceber o entendimento de História por parte do entrevistado: se uma relação construída no tempo e no espaço, ou uma visão dentro da moral religiosa. Esse critério serviu, por exemplo, para tentar discernir como o entrevistado se move no mundo, e como mitifica ou não a sua existência, exagerando ou não a narração dos eventos. Mesmo utilizando esses critérios para a interpretação, tive sempre em conta que a memória é terreno sujeito a manipulações, porque é a partir do presente que o passado é pensado, e a memória sendo seletiva, também está carregada de esquecimentos.

Concluindo: com as lembranças dos moradores do bairro, busquei levantar subsídios para uma compreensão da história da construção e conservação da antiga igreja da Trindade, buscando compreender a trajetória da comunidade, a partir das lembranças de alguns moradores do bairro; busquei também apontar algumas histórias possíveis de estudo

que se relacionam com a vida do bairro da Trindade, ou seja: registrei lembranças para a História.

Com esse trabalho, pretendi ainda atingir outros objetivos, como: produzir fontes primárias para pesquisa, através dos conhecimentos de História Oral, consolidando a antiga Igrejinha da Trindade como *lugar de memória*, possibilitando que também outras investigações possam ser realizadas sobre as histórias do bairro; busquei verificar a relevância desse patrimônio cultural para a qualidade de vida da comunidade, uma vez que ainda é utilizado por ocasião da Festa do Espírito Santo e da Santíssima Trindade; efetuei uma introdução à reflexão do tema Patrimônio Cultural relacionando-o, também, às práticas locais segundo às diretrizes nacionais e mundiais sobre bens culturais; busquei levantar subsídios para incentivar a preservação e difusão do patrimônio cultural do bairro; tentei também possibilitar a participação do idoso, como agente da história, tendo escutado os seus “saberes” que na maioria das vezes são colocados de lado por esta sociedade que, ainda como reflexo da modernidade, desvaloriza o velho e cultua o novo e, por último, busquei *enxergar* o passado com os *ouvidos*, num exercício de recorrer, como *escutador*, às minhas limitadas aptidões pessoais.

História Oral

O uso da oralidade na História remonta à Antigüidade, todavia, no decorrer dos vários períodos históricos, ocorreu uma maior valorização da palavra escrita sobre a oral.

André Castanheira Gattaz (Cf. 1998: 22) evidencia que a moderna História Oral nasceu com trabalhos realizados em 1948 na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, cujo objetivo era registrar a história das elites. Nos anos seguintes, novas tendências foram surgindo.

Foi nos anos 60 que a sistematização da História Oral, impulsionada na Inglaterra pelos chamados grupos de *nova esquerda*, ganhou a respeitabilidade e o avanço em nível mundial. Eram os anos dos avanços tecnológicos e das pesquisas espaciais que evidenciavam as tecnologias para gravação de sons, fotografias e outras formas de registros visuais e auditivos.

No Brasil, ao contrário, houve uma retração quanto ao uso dessa metodologia. Primeiramente, porque ainda havia uma concepção elitista e alienada da cultura, e a história estudada nas universidades era uma história do tempo remoto, longínquo, e não uma *história do tempo presente*. Também o desdobramento do golpe militar de 64 intimidava esse tipo de pesquisa; a ditadura militar censurava os trabalhos acadêmicos e sociais voltados às classes subalternas da população. Como lembra José Meihy “era um período em que *dar depoimentos* era algo perigoso, porque confundidos com *prestar declarações*, não seria possível realizar projetos que tinham como alvo primordial as narrativas pessoais e versões muitas vezes comprometedoras e incômodas.” (1996: 05).

As primeiras experiências com a sistematização da História Oral no Brasil tiveram início em 1975 com os cursos oferecidos por especialistas mexicanos e norte-americanos na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Cursos esses que se baseavam nas mesmas propostas da Universidade de Columbia. Conforme Marieta de Moraes Ferreira (1994a: vii), pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, e que recentemente ocupou a presidência da Associação Internacional de História Oral, inicialmente, o eixo fundamental que orientou a constituição do acervo da FGV foi a Revolução de 1930. Eram produzidas fontes

para o estudo de movimentos políticos, partidos, elites regionais, militares, ou política externa brasileira no pós-30. Após a segunda metade da década de 1980 ampliou-se o interesse para as agências públicas atuantes em diferentes setores da economia e, mais recentemente, em depoimentos que recuperassem as trajetórias de diferentes atores ligados ao movimento de 64.

A partir dessa experiência do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, surgiram os primeiros programas de História Oral no Brasil. Vale registrar um trabalho pioneiro, um dos primeiros do Brasil, de Carlos Humberto P. Corrêa, da Universidade Federal de Santa Catarina.⁴

Os modelos europeus ou norte-americanos nem sempre foram suficientes para responder às nossas questões, por isso a História Oral brasileira precisou buscar soluções que dessem conta de estudar os nossos problemas. As particularidades e os esforços de pesquisadores brasileiros em desenvolver metodologias próprias têm colocado o Brasil em evidência mundial no campo da História Oral, conforme se pôde perceber com a escolha da representante brasileira, Marieta de Moraes Ferreira, da Fundação Getúlio Vargas, para presidir a associação internacional no biênio 2000-2002.

Cada vez mais, diversos encontros têm acontecido em várias regiões do Brasil com a participação sempre maior de estudantes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

José Carlos Sebe Bom Meihy define História Oral como “um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso e arquivamento” e conclui ressaltando que “sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.” (1998: 24).

O objetivo fundamental da História Oral é produzir documentos gravados e transcritos para serem utilizados pelos pesquisadores. É a única metodologia que produz a

⁴ Assim escreve José Carlos Sebe Bom Meihy: “... por iniciativa própria, uma única pessoa levou a frente, com bons resultados, a proposta de difusão da história oral: Carlos Humberto P. Corrêa, que em 77 defendeu sua dissertação de mestrado, intitulada *O documento de história oral como fonte histórica*, e que no mesmo ano colocava a público o primeiro *Catálogo de Depoimentos*.” (1996: 04).

fonte. A História Oral *materializa a memória*. Ela é sempre uma história do *tempo presente*. Através dessa metodologia, com procedimentos específicos, são produzidos simultaneamente dois tipos de documentos: o gravado e o escrito.

Segundo Meihy (Cf. 1998: 45-54), existem três modalidades de História Oral: História Oral de Vida, História Oral Temática e Tradição Oral.

A Tradição Oral, embora também realize entrevistas com pessoas vivas, remete às questões de um passado mais distante; a acontecimentos não contemporâneos do entrevistado mas que chegaram a ele através do folclore ou das transmissões de geração a geração. A Tradição Oral, para explicar o presente, necessita da utilização de *narrativas emprestadas*.

A História Oral Temática busca *versões* de pessoas que presenciaram um determinado acontecimento, objeto de estudo do pesquisador. Possui uma objetividade mais direta, está mais próxima da entrevista pela definição do recorte temático. A utilização da documentação oral produzida pela História Oral Temática é feita quase que da mesma maneira das fontes escritas.

A História Oral de Vida trabalha com a narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa. É muito mais subjetiva do que objetiva. Como diz Meihy: “a História Oral de Vida é o retrato oficial do depoente. Nessa direção, a verdade está na *versão* oferecida pelo narrador, que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas.” (1998: 45).

Há projetos que combinam História Oral Temática com História Oral de Vida. Dessa forma, *mesclando-se situações vivenciais*, a informação ganha mais vivacidade e sugere características do narrador. No desenvolvimento deste trabalho, busquei fazer uso dessa *mescla*.

Os procedimentos que se costuma estudar para trabalhar com História Oral referem-se sempre a condições ideais de trabalho, o que na prática nem sempre é possível. Todavia, algumas etapas são indispensáveis para a realização da pesquisa.

Primeiramente, foi necessário a elaboração de um projeto contendo a definição do *tema* (ou eixo que justifica o projeto), definição da coletividade (ou *colônia*) – que, no caso desta pesquisa, foi escolhida a comunidade do bairro da Trindade - e definição da *rede*, que

é a subdivisão do grupo de entrevistados – aqui, a rede são os moradores do bairro que tinham participação ativa nas atividades realizadas junto à antiga igreja da Trindade.

Após a realização das entrevistas, acordadas com o colaborador, veio o momento da transcrição, que é a passagem completa, com todos os detalhes, da entrevista gravada para a escrita. Após a transcrição foi realizada a *limpeza do texto* com a retirada dos vícios da linguagem falada e correção de algumas frases, sempre com o cuidado de não comprometer a autenticidade do texto. Considerando a finalidade das entrevistas e o nível de escolaridade da quase totalidade dos entrevistados, optei por corrigir os *erros* de português, e a forte tendência regional de utilizar o tempo verbal no imperfeito do subjuntivo em vez de no pretérito perfeito do indicativo. Após essa etapa de transcrição, os textos foram conferidos pelos entrevistados.⁵

Há um conceito moderno de transcrição que se chama *transcrição*: é um procedimento que está mais próximo do que se faz numa tradução literária do que de uma limpeza simplesmente. O texto passa a ser apresentado arrumado de tal forma que parece pretender recriar a *atmosfera da entrevista*. Como diz Alberto Lins Caldas (Cf. 1999: 76), o que importa nesse processo é que, embora o entrevistado não tenha se pronunciado exatamente daquela maneira, cada história, cada ritmo, cada momento narrado lhe pertence: o narrador *se reconhece no texto*. Devido a complexidade do processo, apenas nas citações dos entrevistados busquei utilizar essa possibilidade da transcrição.

Os trabalhos com História Oral, desde o nascimento da Moderna História Oral em 1948, vêm sendo desenvolvidos segundo várias tendências: desde uma história das elites até a história de gente comum. André Gattaz (Cf. 1998: 21-32), ao refletir sobre o primeiro meio século de existência da História Oral, identifica as tendências mais frequentes. A primeira delas é a chamada *História das Elites*, que marcou o nascimento dos trabalhos nos Estados Unidos e no Brasil. Depois, diferentemente dos Estados Unidos e do Brasil, surgiu na Inglaterra uma *História Oral Historicista*, de perspectiva mais abrangente dentro de uma visão historicista, que procurava recuperar toda uma sociedade passada. A partir de 1968, outra tendência é a que se pode chamar de *História dos Vencidos*, cujo objetivo era *resgatar* a história de movimentos sociais ou políticos que tiveram suas demandas vencidas

⁵ Para saber sobre procedimentos de transcrição, sugiro o texto de Verena Alberti (Cf. 1989: 101-149) que relata a experiência do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas; e a obra de Luiz Antônio Marcushi (Cf. 2001) que trabalha com a transcrição segundo entendimentos de retextualização.

e perseguidas. Outra tendência, nos percalços da história dos vencidos, é a *História de Gente Comum* e de marginalizados social e economicamente, com trabalhos expressivos na década de 1950. Mas é só a partir da década de 1970 que ganham corpo os estudos minoritários da sociedade, principalmente nos Estados Unidos e México.

No Brasil, a partir da década de 1990, tem surgido um movimento mais intenso sobre os marginalizados, como que querendo recuperar o atraso de uma história oral mais militante. Nessa tendência tem surgido o melhor da produção oralista brasileira. São trabalhos com índios, imigrantes, favelados, crianças de rua,... Uma história de gente comum; uma história *imediata*; uma tendência não só interessada em constatar a realidade mas em mudá-la.

Na tendência chamada de *História Oral Metalingüística* não é só o conteúdo das memórias que interessa, mas também a forma que elas tomam quando são narradas por solicitação de um entrevistador; o que interessa é a *subjetividade* dos narradores, estudar como os indivíduos expressam o sentido de si mesmos na história; nessa tendência, o passado é elaborado em função das necessidades do presente.

Outras tendências se referem à escola *arquivística* e à *biográfica*. A tendência *arquivística* é essa utilizada por instituições e pesquisadores com o fim de constituírem arquivos para serem estudados por pesquisadores do futuro. Difere das outras tendências porque normalmente não apresenta explicitamente um viés interpretativo que conduza as entrevistas e nem uma análise das mesmas. André Gattaz reforça que “a colocação de uma problemática a ser discutida pelos entrevistados como uma pergunta de corte, mesmo no âmbito de Histórias de Vida, valoriza o significado do arquivo, conferindo-lhe dinamicidade.” (1998: 31).

A tendência *biográfica* é essa que, através de testemunhos, procura refletir sobre a vida de um personagem, geralmente público, mas nem sempre das elites. E nessa possibilidade de estudar a vida de pessoas simples, mas de grande significado para a comunidade, é que está toda a diferença dessa tendência.

André Gattaz (Cf. 1998: 32) ressalta que as tendências que mais têm ganho espaço apontam para a valorização do indivíduo, da família e da coletividade em detrimento da nação; da cultura em detrimento da economia; da análise qualitativa em detrimento da quantitativa. E reforça que, atualmente, muitos são os temas que têm sido abordados pela

História Oral: da cultura popular rural à urbana; das minorias à elite; de pessoas e empresas a bairros e cidades.

Em 1998 foi realizado no Rio de Janeiro o X Congresso Internacional de História Oral, intitulado História Oral: desafios para o século XXI. Pela primeira vez um encontro internacional dessa natureza foi realizado fora dos limites da Europa e Estados Unidos. Em conferência proferida naquele evento, Philippe Joutard (Cf. 2000: 31-45), professor da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse, salientou que já está ultrapassado o questionamento sobre os usos da fonte oral, todavia, considera que um dos desafios para o novo século é cuidar para que a História Oral permaneça fiel às suas inspirações iniciais, superando os riscos de perda de vitalidade e de banalização. Ressalta que é preciso saber respeitar três aspectos da inspiração original: “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; e trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono.” (2000: 33).

Sobre os esquecidos, os excluídos, os *derrotados*, aponta que muitos trabalhos têm sido feitos sobre as mulheres (numa História de Gênero), mas que ainda há muito para ser pesquisado no mundo operário, camponês e do imigrante. E que é preciso dar a palavra aos analfabetos e ao mundo da pobreza extrema, e ir além: ao mundo dos deficientes, das crianças, porque *tudo que é humano é nosso*.

Sobre as coisas *indescritíveis*, Joutard chama a atenção que, mesmo no caso daqueles que dominam a escrita, e que podem deixar memórias ou cartas, há coisas que são indescritíveis, e que só podem ser reveladas pela oralidade, coisas que geralmente são consideradas muito insignificantes – como é o mundo da cotidianidade – ou inconfessáveis; e diz que, nesse caso: “É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional”. (2000: 34). Conclui que, mesmo sendo abundantes, os arquivos escritos não são suficientes para se descrever ou se compreender muitas realidades complexas.

Em relação às situações de extremo abandono, cita os traumas decorrentes de genocídios, e diz que “é preciso combinar respeito e escuta atenta (...) com procedimentos históricos, não importa quanto isso nos seja penoso.” (2000:35).

Philippe Joutard considera o uso de novas tecnologias como um dos desafios para os trabalhos com História Oral, embora concorde que o surgimento do gravador trouxe grande desenvolvimento às pesquisas, até porque permitiu serem percebidos os silêncios e os lapsos das vozes gravadas; mas tem dúvidas sobre como seriam os depoimentos também gravados em vídeo, o que implica “uma intervenção ainda maior do entrevistador e, em consequência, o caráter cada vez mais construído do testemunho”; e acrescenta que, nesse caso, “as dificuldades de interpretação são maiores: se já temos grande tendência para nos limitar ao conteúdo, raramente fazendo o estudo dos silêncios ou das hesitações, o que esperar, então, de mímicas e gestos?” (2000: 42).

As entrevistas que compõem esta pesquisa foram realizadas com a minha atuação direta, o que me possibilitou ter bastante presente a lembrança dos gestos e das expressões dos entrevistados, elementos que, sem dúvida, facilitaram o trabalho de transcrição das falas, mas, daí a fazer uma análise desses gestos, seria uma tarefa que, necessariamente, teria que se apoiar em outros critérios mais especializados.

Vale sempre lembrar que Meihy enfatiza que, “como pressuposto, a História Oral implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da História Oral;” e segue dizendo que, “nessa medida, a História Oral não só oferece uma mudança para o conceito de História, mas, mais que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a seqüência histórica e sentir-se parte do contexto em que vivem.” (1998: 13).

E trabalhar com História Oral, como em qualquer outra atividade, implica levar em conta também princípios éticos. Cabe sempre lembrar, como ressalta Alessandro Portelli (Cf. 1997: 13-33), que é preciso saber respeitar e dar importância a cada indivíduo. Quando entrevistamos alguém, estamos invadindo a sua privacidade e tomando o seu tempo. É preciso ter sempre em conta que, mesmo que sejamos doutores, é o outro que tem aquele conhecimento que estamos tentando aprender, e que ele gentilmente compartilha conosco.

Ao trabalhar com História Oral, utilizo o entendimento de memória como lembranças. Para que se possa ter uma melhor noção do conceito, tecerei a seguir algumas reflexões sobre memória como é utilizada neste trabalho.

Memória

Para a realização deste trabalho, utilizo o mesmo entendimento de memória que José Carlos Sebe Bom Meihy adota para trabalhos com História Oral, em que define que “memória são lembranças guardadas e como tais dependem das condições físicas e clínicas dos depoentes, bem como das circunstâncias em que são dadas”. (1998: 75).

Meihy (Cf. 1998: 75) observa que existem outros tipos de memória, como memória social/coletiva que abrange *imagens e recorrências freqüentes nos discursos de uma coletividade*; e memória histórica que é o *conjunto de fontes materiais* organizadas para serem estudadas.

Marilena Chauí diz que “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter o tempo que se foi, salvando-o da perda total.” (1995: 125). A autora (Cf. Chauí: 127) destaca que a nossa sociedade valoriza e também desvaloriza a memória. A memória é valorizada à medida que são multiplicados os meios de registro e gravação dos fatos, acontecimentos e pessoas (em livros, fotos, filmes, etc.) e também enquanto proliferam as instituições responsáveis para a guarda desse material, como arquivos, bibliotecas e museus. Mas ao mesmo tempo a memória também é desvalorizada, porque não é considerada uma capacidade essencial para o conhecimento, uma vez que podemos utilizar as máquinas no lugar da nossa memória. A desvalorização da memória também fica evidenciada na preferência pelo novo, atitude típica da sociedade de consumo, em que o velho é descartado, e assim também se desvaloriza a experiência do idoso, como se fosse ultrapassado e cuja memória não tivesse mais utilidade no presente.

Marilena Chauí (Cf. 1995: 128) também concorda que a memória é uma *atualização do passado*. Nesse sentido, fica superado o entendimento de alguns estudiosos que defendiam que a memória era uma *conservação do passado*, uma atividade puramente biológica, um mero registro cerebral, uma gravação automática de fatos, pessoas, objetos e relatos passados.

Jacques Le Goff (Cf. 1994: 426) aponta que psicanalistas e psicólogos têm insistido que nas recordações e esquecimentos entram também fatores valorativos (subjetivos) para o

indivíduo, como o interesse, a afetividade, o desejo, a intuição, a censura, que colaboram para a manipulação consciente ou inconsciente do indivíduo, o que demonstra a característica da seletividade da memória.

Se a memória não fosse seletiva, não seria possível explicar os esquecimentos, pois se a memória fosse uma atividade meramente biológica, tudo estaria registrado e poderia ser resgatado com facilidade, e não é o que acontece.

David Lowenthal (1998: 76) diz que um dos mitos que ainda permanece sobre a memória afirma que a memória consiste de *inputs* físicos permanentemente armazenados no cérebro, e que, através de algum mecanismo, poderia ser trazido à tona para o presente. Mas o autor afirma que esse mito não encontra sustentação.

Para fins de estudo, Le Goff (Cf. 1994: 427) destaca três tipos de memória: memória específica, memória étnica e memória artificial. A memória específica é essa que serve para definir o comportamento de espécies animais. A memória étnica é a que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas; e a memória artificial (eletrônica) é a que garante a reprodução de atos mecânicos encadeados, sem necessidade de recorrermos ao instinto ou à reflexão.

Por sua vez, Marilena Chauí (Cf. 1995: 129) aborda seis grandes tipos de memória. Ela fala em *memória perceptiva* ou *reconhecimento*, que nos permite reconhecer coisas, pessoas e lugares, o que é imprescindível para a nossa vida cotidiana; a *memória hábito* que adquirimos pela repetição de gestos e palavras que ficam gravados e que podem ser resgatados sem que tenhamos que pensar neles; a *memória-fluxo-de-duração-pessoal*, que são as lembranças de fatos, coisas e pessoas que têm um significado para nós, portanto, aí entram componentes subjetivos; a *memória biológica* da espécie, gravado no código genético e que permite a reprodução das espécies; e, por último, a *memória artificial* das máquinas, que são desenvolvidas como uma visão simplificado da estrutura do cérebro humano.

Ulpiano Bezerra de Menezes (Cf. 1992: 10) concorda que é impossível o resgate da memória como a recuperação de uma informação guardada intacta num depósito. Por isso, concorda quando se diz que a memória corre o risco de se *desgastar*, e nesse sentido precisa ser *restaurada*. Porque precisa ser restaurada, a memória é um processo permanente de construção e reconstrução, um trabalho, como compara Ecléa Bosi:

"A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista." (1987 :17).

Ulpiano Meneses (Cf. 1992: 14) define muito bem quando diz que a memória é filha do presente, porque é mesmo a partir do presente que reconstruímos o passado, concordando com Maurice Halbwachs que afirma que "a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente". (1990: 71).

David Lowenthal (1998: 78) diz que o passado lembrado é tanto individual como coletivo, mas, enquanto processo de consciência, a memória é um ato individual. Insiste que nunca poderemos partilhar completamente a nossa memória, porque ela é sempre uma experiência íntima. Argumenta que o fato de alguém *conhecer* a nossa memória não é o mesmo que *possuí-la*, pois não podemos compartilhar uma lembrança como também não podemos partilhar uma dor. Embora lembrar seja uma atitude individual, precisamos das lembranças das outras pessoas, tanto para confirmar as nossas lembranças quanto para dar continuidade a elas. E nesse aspecto Lowenthal concorda com Halbwachs (Cf. 1990: 34) que diz que é necessário manter contato com o grupo onde a memória se conservava, pois afastar-se do grupo, perder o contato, contribui para que a nossa memória individual vá desaparecendo. É necessário que haja uma *comunidade afetiva* para que a nossa memória permaneça. E acrescenta que é preciso que a nossa memória encontre concordância com as lembranças dos outros e possua muitos pontos em comum para permanecer conservada. Ulpiano Bezerra de Meneses, em vez de grupos, prefere dizer que a memória coletiva encontra suporte em "redes de interrelações estruturadas, imbricadas em circuitos de comunicação". (1992: 15).

O sociólogo Jonathan Grossman, concordando com o caráter coletivo da memória, ao criticar que o individualismo é uma das doenças sociais mais perturbadoras da atualidade, enfatiza que, de fato, "somos indivíduos. Mas mesmo um indivíduo carrega

dentro de si os outros com os quais interagiu.” (1999:110). E por extensão, digo que carregamos do mundo, tanto quanto do mundo experimentamos.

Halbwachs (Cf. 1990: 35) diz que cada indivíduo é muito limitado para guardar tudo o que aconteceu com um determinado grupo, por isso é necessário o contato entre os indivíduos para que os outros ajudem a manter as lembranças. Não fosse assim, para um trabalho com História Oral, se pudessemos dispor de um indivíduo com uma memória privilegiada, capaz de lembrar de todos os eventos que aconteceram com um determinado grupo, bastaria *resgatar* as lembranças de apenas uma pessoa. Mas como a memória é seletiva, fazendo com que cada um guarde apenas o que lhe tem relevância, é necessário escutar outros indivíduos para que se possa ter o maior número de informações sobre a situação estudada, procedimento que se costuma adotar para trabalhos com História Oral Temática.

Vale a pena lembrar que para este trabalho, utilizando uma metodologia de História Oral, adoto o entendimento de memória como lembranças, uma *reconstrução* do passado que acontece no presente, portanto, não um arquivo resgatado como um objeto, mas uma ficcionalidade, uma *virtualidade criativa*, como diz Alberto Caldas, um trabalho que está mais próximo daquele de criação do texto ficcional, em que entram vários aspectos de subjetividade: “Dobramos e desdobramos nosso passado nas dimensões do presente com palavras e maneiras de ordenar esses textos interiores como uma espécie de texto de ficção”. (Caldas, 1999: 59).

Patrimônio Cultural

As lembranças registradas nesta pesquisa estão relacionadas ao patrimônio cultural *antiga igreja da Trindade*. Como pretendo também estimular reflexões sobre o tema Patrimônio Cultural, faço a seguir uma introdução ao assunto.

Carlos Lemos (Cf. 1987) na sua obra *O que é Patrimônio Histórico*, para fins de compreensão, divide o Patrimônio Cultural em três grandes categorias de elementos: os recursos naturais, o conhecimento, e os bens culturais.

Os recursos naturais são aqueles elementos que tornam o sítio habitável: "os rios, a água desses rios, (...), as suas cachoeiras e corredeiras transformáveis em força motriz movendo rodas e moendas, (...). O meio ambiente fornece-nos as árvores, suas frutas e sua madeira para as construções, (...). A paisagem orienta e está plena de símbolos, de marcos, de pontos de referência, de encruzilhadas, que dirigem o viajante que passeia pela natureza estando sempre em casa." (Lemos, 1987: 08).

O conhecimento, as técnicas, o saber e o saber fazer, compreendem o segundo grupo de elementos. Refere-se a toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente. Este segundo grupo compreende os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural: "Desde a perícia no rastejamento de uma caça esquiva na floresta escura até às mais altas elocubrações matemáticas apoiadas nos computadores de última geração, que dirigem no espaço cósmico as naves interplanetárias que estão a ampliar o espaço vital do homem. (...) Saber transformar o bago vermelho do café em pó solúvel na xícara de porcelana". (Lemos, 1987: 09).

Carlos Lemos define que o terceiro grupo de elementos reúne os chamados *bens culturais*, que engloba toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. E defende que "a palavra artefato talvez devesse ser a única empregada no caso, tanto designando um machado de pedra polida como um foguete interplanetário ou uma igreja ou a própria cidade em volta dessa igreja". (1987: 10).

A noção de Patrimônio, dessa forma, aponta para o aspecto da exterioridade da cultura: objetos, técnicas, espaços, edificações, crenças, rituais, instrumentos, costumes,

etc., que constituem os suportes físicos, as formas particulares e tangíveis dos padrões culturais. Estudar o patrimônio é colocar o historiador diante de novas abordagens e questões propostas pela história da cultura, segundo aponta Lynnn Hunt (1992) na sua obra *A Nova História Cultural*.

Tendo-se em consideração cultura "como um processo através do qual os homens, para poderem atuar em sociedade, têm que constantemente produzir e utilizar bens culturais" (Durham, 1984: 28), podemos associar Patrimônio a esses bens; ou, em outros termos: "se a cultura é um conjunto de códigos, o patrimônio é a série de falas que só adquirem inteligibilidade por referência aqueles códigos". (Magnani, [s.d.]).

O termo Patrimônio significa, etimologicamente, herança paterna, o que evoca a idéia de transmissão não apenas de pai para filho, mas de uma geração a outra. O que se transmite são os suportes físicos, manifestações concretas e condições efetivas de existência da cultura. Atualmente, novos conceitos mais abrangentes incluem também os bens de natureza *imaterial* na relação do patrimônio cultural.

No Brasil, a preservação dos chamados Bens Culturais iniciou-se há algumas décadas. Segundo divulgação no item *Sobre o Iphan*, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Cf. IPHAN, 2002), o atual IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura-MinC, foi criado e oficializado no governo de Getúlio Vargas, em 1937, com o nome de SPHAN-Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a partir de um anteprojeto de lei, de 1936, elaborado por Mário de Andrade, com a participação de outros brasileiros de renome como Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade, atendendo a um pedido do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Déa Ribeiro Fenelon diz que: "nascida dos meandros e contradições do autoritarismo do Estado Novo, esta concepção de patrimônio histórico, mesclada de rebeldia modernista, acabou por cristalizar os elementos do nacionalismo autoritário com as intenções modernistas, na tentativa e com o objetivo de recuperar o passado para alcançar uma definição da identidade nacional." (1992: 29); e chama a atenção ao citar que o próprio Mário de Andrade afirmou que essa iniciativa tratava-se de um projeto para *abrasileirar os brasileiros*. Naquela época, as atenções estavam mais voltadas para os edifícios de expressivo valor histórico nacional. "Estavam assim consagrados e definidos os elementos simbólicos dignos de preservação e de integrarem este patrimônio – as sedes do poder

político, religioso, militar, da classe dominante com seus feitos e modos de vida.” (Fenelon, 1992: 30). Embora as decisões estivessem centralizadas no Rio de Janeiro, o Serviço do Patrimônio buscou a participação dos Estados, e para isso em cada Estado havia um colaborador.

Em evento realizado aqui em Santa Catarina sobre política de preservação do patrimônio catarinense, Cyro Lyra (Cf. 1984) faz uma síntese sobre as mudanças no entendimento de patrimônio cultural até a década de 1970 e registra que aqui no Estado, nos primeiros anos de existência do IPHAN, foi o Historiador Oswaldo Cabral quem confeccionou a primeira relação de edificações representativas do Patrimônio Catarinense, que incluía as fortificações. Segundo a lista de bens tombados pela União em Florianópolis, divulgada pelo Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis (Cf. IPUF, 2002), a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim foi tombada pelo patrimônio da União já em 1938. Lyra diz que, nos primeiros anos do SPHAN, somente os monumentos, os edifícios isolados de caráter excepcional, com grande importância histórica, eram considerados de valor. E que, a partir da década de 1960, houve uma tomada de consciência que gerou o começo de uma mudança de avaliação dos peritos. A partir daí, constatou-se que era necessária uma ação maior, tomando-se não só as cidades homogêneas, que se preservaram pela estagnação num certo período de sua história, mas também segmentos urbanos, conjuntos e ruas. E, numa terceira fase, a partir da década de 1970, os arquitetos começaram a se voltar para a arquitetura mais popular, para as construções menos eruditas, que eram parte do cenário da cidade, da paisagem urbana.

Aloísio Magalhães, ao assumir a direção do IPHAN em 1979, defendia a noção mais abrangente de bem cultural, proposta no projeto inicial de Mário de Andrade, que buscava preservar, além das artes eruditas, nacionais e estrangeiras, também as artes arqueológicas, ameríndias e populares. Magalhães criticava que ainda no final da década de 1970 “o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (...), quase sempre de apreciação elitista.” (1985: 52). Desde aquela época novas reflexões de âmbito mundial têm sido incluídas no conceito de Patrimônio Cultural.

Embora com a relevância da atuação do governo brasileiro, nos três níveis da esfera pública, as diretrizes das políticas nacionais para essa área seguem também orientações de debates internacionais, que vêm acontecendo desde o começo da década de 1930, como a Carta de Atenas, de 1931, conforme se pode verificar na lista de *Cartas Patrimoniais* (Cf. IPHAN, 2002), em que se percebe nitidamente a preocupação com o patrimônio cultural: reflexão que veio ganhando espaço em diversos congressos mundiais de arquitetura moderna, museus e outras representações governamentais, realizados periodicamente em diversas cidades de vários continentes, inclusive, como é o caso das Assembléias Gerais da UNESCO, particularmente a reunião que elaborou a Convenção de 1972, contendo *recomendações* para que os governos dos países membros criassem leis nacionais ou outros mecanismos para a preservação do patrimônio cultural, devendo, inclusive, prestar relatórios à organização internacional. Também por conta dessa conscientização mundial e local, diversos fóruns nacionais vêm acontecendo no Brasil nas últimas décadas.

Em esfera mundial, nos últimos decênios temos presenciado, cada vez mais, a realização de diversos projetos voltados à preservação e difusão do patrimônio cultural, num processo de globalização que evidencia a valorização do regional. Organismos internacionais, como a UNESCO, têm prestado assessoria técnica a diversos governos federais que estão destinando vultosos recursos à preservação de patrimônios culturais. Uma política cultural internacional que coloca o Brasil na lista dos países possuidores de conjuntos ou sítios considerados Patrimônio Mundial da Humanidade. O Brasil atualmente possui nove *monumentos* inscritos nessa categoria, conforme divulgação do Ministério da Cultura (Cf. MinC, 2002). Um movimento internacional de *valorização* das identidades culturais regionais: É a valorização do diferente.

No Brasil destas últimas duas décadas, a discussão do tema ganha lugar em diversos cursos e faculdades na área do turismo-educativo espalhados pelo País: é a busca das nossas identidades, a valorização das nossas culturas, que também alimentam a indústria cultural e a indústria *não poluente*, o turismo.

No município de Florianópolis, em 1974, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural-Sephan, que instituiu o instrumento de tombamento. Esse Serviço foi transferido para o Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis-IPUF em 1979, quando “a preservação passou a ser compreendida como um dos elementos do

planejamento urbano”. (Cf. IPUF, 2002). Com a principal atenção voltada para o tombamento de construções, monumentos e objetos, lugares, etc., considerados importantes por razões históricas, artísticas, tecnológicas ou afetivas, o IPUF tem realizado um trabalho de conscientização junto a órgãos públicos, empresários e pessoas da comunidade.

Hoje, ainda continuam os projetos no âmbito municipal, como o de Valorização do Casario Histórico de Florianópolis (Cf. IPUF, 1993) que, com Manual de Recuperação, procura conscientizar e orientar tecnicamente a população para a recuperação de monumentos do patrimônio, inclusive com possibilidades de isenção de impostos residenciais. Uma ação que possibilita à comunidade registrar a sua participação na História, recuperar a sua memória e resgatar os valores que lhe dão o sentimento de *pertencimento social*, de identidade cultural. Uma das propostas desse trabalho municipal é convidar diversos segmentos da comunidade para participarem das decisões sobre o que é de maior importância, o que tem maior significado, que deverá ser preservado e passado ao futuro.

Recentemente, a Prefeitura Municipal lançou o Circuito Cultural de Florianópolis (2000), uma publicação que apresenta o Patrimônio Cultural da cidade – entenda-se *na* cidade, porque muitos são patrimônios particulares ou de outras instituições. Todavia, constitui-se de um ótimo panorama para estimular pesquisas históricas mais profundas, por exemplo, sobre as condições em que esses bens foram produzidos e preservados: que memória eles preservam ou esquecem e qual a sua função no presente e no futuro.

Conforme a *Legislação* divulgada na *home page* do IPHAN, a Constituição brasileira de 05 de outubro de 1988, pela primeira vez, faz referência ao termo patrimônio cultural. Assim enuncia o artigo 216 da Constituição:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (IPHAN, 2002).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Cf. IPHAN, 2002), desde 1937, atua com uma variedade de *Bens Culturais* que são classificados segundo a inscrição em quatro Livros Tombo que dividem o patrimônio em: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes; e Artes Aplicadas. Recentemente, em agosto de 2000, o Governo Federal instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, a ser supervisionado pelo IPHAN, e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, para que o registro seja uma “referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.” (MinC, 2002). Conforme a legislação, esses registros poderão ser feitos em quatro livros: Registro dos Saberes, Registro das Celebrações, Registro das Formas de Expressão, e Registro dos Lugares.

Apenas para citar a repercussão que o termo Patrimônio Cultural tem alcançado na legislação brasileira nos últimos anos, vale mencionar as Leis de Incentivo à Cultura que têm sido criadas também com a intenção de possibilitar a preservação, produção e difusão de bens culturais - de relevância cultural ou histórica - com recursos de pessoas físicas ou jurídicas, através de incentivos provenientes de descontos do Imposto de Renda e de outros impostos estaduais e municipais. Assim, temos a lei que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura, em 1991, Conhecida como Lei Rouanet, restabelecendo princípios da legislação similar de 1986. (Cf. MinC, 2002). Em Santa Catarina temos a lei que, nos mesmo moldes, instituiu o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, em 1998, (Cf. FCC, 2002); e, em Florianópolis, desde 1991, existe a Lei Municipal de Incentivo à Cultura. (Cf. PMF, 2002).

Cada vez mais temos assistido à criação de institutos, fundações, associações e espaços culturais, tanto de instituições governamentais como de particulares. A mídia constantemente anuncia programas de valorização do patrimônio cultural.

Embora em muitos casos os projetos culturais sejam analisados e aprovados tecnicamente por profissionais e representantes de vários segmentos da comunidade que atuam na área cultural, muitos projetos são reprovados por insuficiência de dotação orçamentária governamental. Ou, quando são aprovados, a captação de recursos junto às fontes financeiras da comunidade faz com que o proponente tenha que percorrer uma verdadeira Via Crucis. Pela experiência que tenho tido há alguns anos nessa área, embora a

existência de diversos mecanismos legais, percebo que ainda teremos que lutar muito para uma maior conscientização da comunidade sobre as potencialidades do uso social do patrimônio cultural, que vai muito além do marketing político ou institucional.

O ano de 2002 foi escolhido pelas Nações Unidas para ser o Ano das Nações Unidas para o Patrimônio Cultural. Segundo Koichiro Matsuura, Diretor Geral da UNESCO, essa decisão teria sido tomada, em fins do ano passado, motivada pela sensibilização de membros da Assembléia Geral da UNESCO depois de tomar conhecimento de uma inscrição afixada sobre a porta do Museu de Cabul, no Afeganistão, país devastado por mais de 20 anos de guerras, onde se lia: “Uma nação está viva quando sua cultura está viva”. (UNESCO, 2002).

A UNESCO instituiu o Ano do Patrimônio neste mesmo momento em que são comemorados os 30 anos da Convenção do Patrimônio Mundial, e anuncia que as ações deste ano têm o objetivo de “conscientizar os poderes públicos, o setor privado e a sociedade como um todo, de que o patrimônio cultural não é somente um instrumento de paz e reconciliação, mas também um fator de desenvolvimento”. (UNESCO, 2002).

Certamente, com as reflexões internacionais no Ano do Patrimônio, as discussões não ficarão apenas centradas no Patrimônio Cultural da Humanidade, mas também no Patrimônio Cultural Nacional, Estadual e local.

Nesse sentido, cabe o pensamento do estudioso argentino Néstor García Canclini sobre a questão do patrimônio cultural na América Latina: “Ainda que o patrimônio sirva para unificar cada nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos.” (1998: 195). Canclini diz que essa desigualdade ocorre porque as classes hegemônicas elegem os bairros, os objetos e os saberes que desejam preservar, e como foram essas classes que produziram esses bens, somente elas contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, ou seja, controlá-los melhor. Por isso, a *coleção* escolhida para representar uma comunidade ou nação, não é representativa de todos os segmentos da sociedade. O mundo é um palco, mas o que deve ser representado já está prescrito: “Celebra-se o patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. Os ritos legítimos são os que encenam o desejo de repetição e perpetuação da ordem.”

(Canclini, 1998: 163). O autor fala que numa América Latina analfabeta, a cultura é predominantemente visual. Por isso, é preciso que a população veja para se apropriar da mensagem. E para isso são necessárias *operações de ritualização cultural*: “Para que as tradições sirvam hoje de legitimação para aqueles que as construíram ou se apropriaram delas, é necessário colocá-las em cena. O patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus.” (Canclini, 1998: 161).

A antiga igreja da Trindade está *preservada*. Outrora fora a Casa de Deus. Hoje é Templo das Artes. Quem a construiu e quem a preservou? Qual o significado da sua existência na paisagem? Como conseguiu permanecer por mais de um século o edifício mais alto do bairro? Quais memórias se busca lembrar com a sua preservação? Memória da instituição Igreja, da instituição Universidade, da Comunidade? Qual Comunidade, a que freqüentava a igreja? Quais as histórias que são lembradas e quais as histórias que são esquecidas quando se preserva apenas elementos da volumetria do edifício? São perguntas para uma reflexão.

A Igrejinha

A antiga igrejinha da Paróquia da Santíssima Trindade está situada no bairro da Trindade, na cidade de Florianópolis, atrás do Morro da Cruz, que separa o bairro do centro da cidade, em terreno que hoje pertence ao campus da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, antiga Nossa Senhora do Desterro, é a capital do Estado de Santa Catarina e ocupa toda a área da Ilha de Santa Catarina e parte da região continental chamada Estreito. Situada no Sul do Brasil, era ponto de abastecimento de água nas viagens dos navegadores para o sul do continente. A cidade está a poucos quilômetros ao norte de Laguna, por onde passou a linha imaginária que, em 1494, (Cf. Moraes, 1998: 155) dividiu entre Portugal e Espanha o monopólio das rotas de navegação e as terras do mundo.

Segundo o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral (Cf. 1987: 192), a região da Trindade foi ponto de acomodação de casais açorianos, chegados de 1748 a 1756. Já era lugar conhecido por ser passagem para a Lagoa, e foi a última freguesia criada na Ilha de Santa Catarina.

O Livro Tombo nº 1 da Paróquia da Santíssima Trindade, no termo de abertura e na página nº 02 (Cf. Florianópolis, 1895-1942) registra que a capela foi fundada em 1848 e elevada à condição de Igreja Paroquial pela Lei Provincial nº 352, de 23 de março de 1853, com a denominação de Freguesia da Santíssima Trindade de Trás do Morro, apesar de “para isto não ter gente nem jeito, ou modos e maneiras”, conforme um artigo do jornal *O Argus*, de 21 de julho de 1857, que também critica a simplicidade da igreja local: “Ali há um templo, que por ora se reduz a quatro paredes, sem altares nem imagens, entretanto chama-se igreja paroquial. (...) Por maior que seja a renda dos leilões, não há uma colcha de seda para forrar o espaldar do Imperador; servem-se de um caliz (sic!) que pertence a outra igreja.” (Cf. Cabral, 1972: 267).

Essa descrição está relacionada à festa da Santíssima Trindade comemorada, no bairro, no domingo seguinte à festa do Espírito Santo, que acontecia em grandes festividades no centro da cidade. Devido à proximidade das datas e à característica das

festas, a Irmandade da Santíssima Trindade, no bairro da Trindade, comemorava essa festa dentro dos moldes da festa do Espírito Santo, com o mesmo tipo de cerimônia religiosa e cortejo do imperador.

Com a consolidação da paróquia, a festa da Trindade foi se desenvolvendo.

Em 1900, o autor catarinense Virgílio Várzea (Cf. 1984: 63-68), refere-se a essa festa como a *Romaria da Trindade*, também por ser um evento já bastante concorrido. Conta que toda a cidade se alvoroçava já a duas semanas da festa, e o comércio crescia com as vendas para os trajés domingueiros. Famílias abastadas preparavam os seus carros novos ou recentemente arranjados, e outros encomendavam o transporte em cavalos ou carroças, o que facilitaria percorrer o trajeto de uma légua desde o centro da capital, distância essa que não intimidava as famílias humildes e pobres que só podiam ir a pé. Gente de todo lado ia para a Trindade, havia *filas infindas de povo* cruzando as planícies e os morros. Pelo caminho cruzavam-se representantes de todas as classes da população desterrense, uma gente que ia para a festa “na íntima psicologia invejável de trocar os seus sorrisos, os seus olhares e amores, na comunhão do mesmo sentimento, e gozar venturosamente, ao menos um vez no ano, as delícias de uma folgança geral ao ar livre.” (Várzea, 1984: 64).

O autor segue dizendo que, já na véspera da festa, vendedores de diversos pontos da cidade, como formigas carregadoras, levavam os seus tabuleiros ou caixas de vidros, cheias de frutas e doces, para os vender na freguesia. Outros negociantes da cidade também aproveitavam a ocasião para armar as suas barracas de comida no largo da Trindade, bem em frente à igreja.

Virgílio Várzea (Cf. 1984: 69) ao escrever, em 1900, sobre a Ilha de Santa Catarina apresenta uma nota de José Torres sobre as origens da Festa do Espírito Santo, segundo a qual, para acudir os pobres nos anos de penúria, um imperador alemão teria promovido a criação de uma instituição que funcionasse como um banco de esmolas. Sendo aquela corte devota do Espírito Santo, a idéia transformou-se em festejo religioso. A tradição espalhou-se por outros estados católicos da Europa, estabelecendo-se em Portugal por vontade da rainha Santa Isabel, mulher de Dom Diniz.

O pesquisador da cultura popular açoriana em Florianópolis, Franklin Cascaes (Cf. 1970), no registro sobre as origens dessa festa trazida pelos colonizadores, conta que a rainha Isabel havia feito a promessa de doar a sua coroa e consagrar o país à guarda do

Espírito Santo, caso terminassem as guerras de discórdia entre o rei e seu filho. Alcançada a promessa, a rainha foi à igreja, em procissão solene, levando nas mãos o cetro e a coroa real encimada com o símbolo do Espírito Santo, o pombo sagrado, que também estava representado nos estandartes. De volta ao palácio, mandou distribuir comida aos pobres e instituiu que todos os anos se fizesse um culto ao Divino. Dessa prática, vem a tradição de as igrejas açorianas terem a seu lado um edifício menor, conhecido como Império, ou Casa do Divino, que simboliza o palácio real e serve para as cerimônias de culto externo ao Divino, por ocasião da festa.⁶

No seu artigo *Império do Divino Espírito Santo* - apresentado no I Congresso Internacional das Festas do Espírito Santo, realizado em 1999, em Florianópolis -, Manuel Gandra (Cf. 2000: 33-38) destaca que o Espírito Santo é uma entidade *etérea e inefável* celebrada por judeus e cristãos, cinquenta dias depois da Páscoa, entretanto, diz que o culto do Divino Espírito Santo sob a forma de Império, é uma *expressão própria e exclusiva do mundo lusíada*, que não encontra semelhança para as comemorações homônimas em mais nenhum local do universo católico. E diz que isso se deu devido a uma crença dos franciscanos, de que o Império do Espírito Santo seria, de forma simbólica, o advento da Terceira Idade do Mundo: no tempo da Igreja do Pai, a sede teria sido Jerusalém; da Igreja do Filho, Roma; e no tempo do Espírito Santo, a nova Cidade Santa seria Alenquer, em Portugal.

Questionando o que considera as *abusivas* atribuições, da origem do culto, à rainha Santa Isabel, Manuel Gandra indica que alguns pesquisadores apontam para antes do ano de 1280, na cidade de Alenquer, Portugal, a realização das festividades do Império, promovida ou inspirada por franciscanos de tendência espiritual, os quais, no começo do século XIV, teriam influenciado a rainha a patrociná-la e institucionalizá-la, com uma solenidade - em procissões ao palácio e à igreja - e aparatos nunca antes vistos. A difusão do culto ganhou grandes proporções por ter sido instituída em todo o país, e muito da sua vitalidade se deve ao fato de ter se transformado em devoção popular. O apogeu da difusão do culto, entre o século XIV e a primeira metade do século XVI, está relacionado com o auge da expansão

⁶ Virgílio Várzea (Cf. 1984: 68-73), na sua obra *Santa Catarina: a ilha*, faz um interessante relato sobre as origens da Festa do Espírito Santo e a sua prática em Florianópolis.

marítima portuguesa. A festa, promovida pelos reis na sua origem, passou ao domínio popular, em muitos lugares, sob a coordenação da Irmandades.

O autor segue dizendo que, na maioria das localidades, a principal cerimônia da festa era a coroação com três coroas - uma imperial e duas reais - de um Menino Imperador, que no seu séquito é acompanhado por um senhor de idade madura e outro mais idoso, todos representando, conforme suas idades, o Espírito Santo, o Filho e o Pai: as três figuras da Santíssima Trindade. O menino imperador é o símbolo da humanidade espiritualmente renovada, que em ações simbólicas de justiça e fraternidade ia em procissão à cadeia para libertar algum preso e depois oferecia, às gentes de todas as classes, uma refeição com carne, pão, vinho e arroz doce.

Em 1900, conforme Virgílio Várzea (Cf. 1984: 67), a cerimônia da festa na igreja da Trindade constava de uma missa cantada pelo vigário com a presença do imperador e seu séquito, sentados ao redor do altar-mor. Relata que, após essa missa, ao *espoucar dos foguetes e bombas*, os fiéis saem todos da igreja e se apertam ao povo da rua para dar passagem e apreciar o cortejo divino:

“formado pela Irmandade do Espírito Santo, que traja opa⁷ escarlate de seda ou paninho, e à frente da qual marcha o *Imperador*, um menino de quinze anos, de meias até os joelhos e calções brancos de cetim, com a casaca verde-escura atravessada por uma faixa vermelha, o cetro e as demais insígnias, seguido pelo Pagem-Espadim⁸, bem como por um ancião respeitável que traz segura nas mãos uma salva reluzente, contendo a coroa de prata. (...) E todos seguem o cortejo até à casa do *Império*, onde o *Imperador* toma o trono cercado da comitiva, e onde irrompe desde logo o leilão de massas e frutas, a grandes berros roucos.” (Várzea, 1984: 67).

Virgílio Várzea conta que ao redor da praça, em frente da igreja da freguesia de Trás do Morro, havia *interessantes* habitações, algumas delas chácaras com jardins. Diz que a localidade era uma área em que se cultivava cereais, pés de café, cana, vinhas... Conta que ali “abundam as hortaliças e as pastagens criadoras, estas cobertas de nédias vacas crioulas. E seus habitantes fornecem de legumes e leite a capital, fazendo este comércio rapazinhos de 12 a 15 anos.” (1984: 110).

⁷ “Espécie de capa sem mangas, com aberturas por onde se enfiam os braços.” (Ferreira, 1975).

⁸ Nos relatos dos entrevistados o nome *pagem-espadim* aparece de várias formas, como: *pares padrinhos* e *par de espadinha*.

Em seu livro de notícias sobre Nossa Senhora do Desterro, Cabral (Cf. 1971: 256-258) menciona que *para as bandas da Santíssima Trindade de Trás do Morro* havia muitas chácaras, locais de se buscar um *relax* ou de se fugir dos maus ares, dos *miasmas*, tão temidos da cidade. Conta que, nessas chácaras, havia casas espaçosas e limpas, com peças amplas e confortáveis, onde os seus proprietários, os senhores mais abastados da cidade, vinham com suas famílias e empregados para o deleite dos fins-de-semana, para passar toda temporada nos tempos de verão, ou até mesmo para morar permanentemente, como faziam uns poucos.

O bairro tem assistido a constantes mudanças na paisagem desde a instalação do campus da Universidade Federal de Santa Catarina. O fundador da UFSC e seu primeiro reitor, professor João David Ferreira Lima (Cf. 1980: 81) escreve que em 1961 o Governo do Estado doou à União, para incorporação à Universidade, os terrenos da Trindade pertencentes à antiga Fazenda Modelo Assis Brasil. A partir dessa fazenda, também conhecida como Posto da Monta, outros terrenos foram sendo adquiridos pela Universidade, como o terreno da paróquia onde estava a antiga igreja da Trindade.

O conjunto de edifícios da Igreja da UFSC é a sede do Departamento Artístico Cultural da Universidade. Há vinte e cinco anos ali são realizadas diversas atividades artísticas: a igreja, propriamente dita, é a sede do Coral da UFSC e possui um auditório para atividades musicais, cursos e palestras, além de algumas salas de apoio administrativo; o Teatro da UFSC, antigo Salão Paroquial, além do teatro, possui outras salas de apoio administrativo; a Casa do Divino, atualmente ampliada para cinco ambientes, possui salas para a realização de cursos e oficinas de arte e outras de apoio administrativo.

Há cento e cinquenta anos a igreja continua diante da praça da Trindade, de costas para o campus, de frente para o bairro, como se fosse uma sentinela, acompanhando as histórias da sua gente.

Os entrevistados

A escolha dos entrevistados deu-se de diversas formas. Inicialmente, a partir da curiosidade em relação à vida do artista plástico Hassis Corrêa, autor da pintura mural que está dentro da igreja desde 1978, com o qual realizei uma entrevista que serviu parcialmente como entrevista piloto para a localização de outros entrevistados para este trabalho. A partir dessa entrevista houve a curiosidade de localizar e entrevistar o professor Evaldo Pauli, vigário da paróquia da Trindade na época da construção do Salão Paroquial, hoje Teatro da UFSC, além de tentar localizar outras pessoas.

Com a minha experiência de trabalho no Departamento Artístico Cultural da Universidade, e mais de vinte anos de participação no Coral da UFSC, outros nomes surgiram como possibilidades.

A partir da qualificação do projeto para a realização desta pesquisa, outros nomes, que se revelaram muito significativos, foram sendo indicados pelos professores do mestrado e, depois, pelos próprios entrevistados, como é comum acontecer com este tipo de metodologia.

Cabe mencionar algumas surpresas que aparecem durante a pesquisa de campo: a indicação de um nome que cria uma grande expectativa, e que depois se revela numa pessoa não muito aberta para relatar as suas experiências; e, pelo lado oposto, aquelas pessoas que procuramos para um assunto pontual, mas que revelam uma grande vivência, ótima memória e inteira disponibilidade de cooperação.

Outras pessoas ainda poderiam ser procuradas, porque a curiosidade é sempre um grande estímulo, mas é necessário definir limites para viabilizar a finalização da pesquisa.

Embora todas as entrevistas que realizei façam parte da metodologia de História Oral, do total das dez entrevistas, seis foram trabalhadas mesclando História de Vida e as outras, mais como História Temática, de forma mais pontual. Isso devido à relevância das abordagens e à profundidade conseguida no momento das entrevistas. O material produzido, as *fontes primárias*: fitas com a gravação do áudio e cerca de quinhentas páginas de diálogos transcritos, pretendo que sejam disponibilizadas, para a consulta de

pesquisadores, na Igrejinha da UFSC – contribuindo para viabilizá-la como *lugar de memória* - e, também, através de arquivo no Laboratório de História Oral da UFSC. Para a redação do texto deste trabalho, todas as entrevistas foram utilizadas para a verificação da coerência entre os depoimentos dos *colaboradores*: pontos comuns, conflitos e informações complementares.

Como este trabalho utiliza, grosso modo, a História Temática, acho conveniente fornecer algumas informações sobre os entrevistados, a fim de que se possa melhor aproveitar a leitura das lembranças (a idade entre parêntesis foi registrada no ano da entrevista) :

HIEDI DE ASSIS CORRÊA “Hassis Corrêa” (67 anos) - Artista plástico de expressão no cenário catarinense. Morou numa chácara na Trindade, de 1936 a 1944, onde chegou com dez anos de idade. Seu pai, Tenente Orlando Corrêa, participou ativamente da vida do bairro, tendo sido nomeado provedor da Irmandade da Santíssima Trindade e Espírito Santo. Sua mãe, Dona Laura Corrêa, também atuou junto à comunidade, tendo sido presidente do Apostolado da Oração. Hassis foi coroinha da igreja da Trindade e, como criança bastante ativa, soube aproveitar a vida da chácara e do bairro. Durante a Segunda Guerra Mundial, conversava por sobre a cerca com os prisioneiros na Colônia Agrícola da Penitenciária do Estado, ao lado da casa onde morava.⁹ Foi funcionário da UFSC e em 1978 pintou o Mural *Humanidade* nas paredes onde estava o altar-mor da antiga igrejinha¹⁰. Hassis faleceu durante a realização desta dissertação, em 20 de janeiro de 2001, a um mês e meio da entrevista que complementaria a entrevista inicial que realizamos em 1993. Assim, optei por utilizar alguns trechos daquela primeira entrevista, mantendo as suas falas no tempo presente daquele momento. Sempre crítico e criativo, *um dos mais inquietos e múltiplos artistas plásticos que já tivemos*¹¹, cativava a todos com o seu jeito espontâneo e

⁹ Durante a Segunda Guerra Mundial, estando o Brasil em guerra contra a Alemanha, alguns alemães ou descendentes de alemães, moradores de cidades catarinenses, foram feitos prisioneiros e permaneceram algum tempo nessa Colônia Agrícola da Penitenciária do Estado. Nas entrevistas, os entrevistados utilizam vários termos para designar essa mesma seção da Penitenciária Estadual: Colônia Agrícola, Penitenciária Agrícola, Seção Agrícola, e até, de modo figurado, campo de concentração.

¹⁰ Na época, a crítica e estudiosa de arte Adalice Araújo (Cf. 1979) evidenciou o mural como uma das mais expressivas obras de arte religiosa contemporânea do Sul do País, conforme a sua crítica publicada em jornal.

¹¹ O jornal *Ô Catarina* (Cf. 2001), da Fundação Catarinense de Cultura, com textos de vários autores, dedicou a edição de janeiro/fevereiro de 2001 inteiramente ao artista plástico Hassis Corrêa. As filhas do artista, para preservar e divulgar a sua obra, e o seu organizado arquivo, criaram a Fundação Hassis em junho de 2001.

quase irreverente de ser. Durante aquela entrevista, Hassis me fez alguns desenhos para ilustrar o que narrava, e optei por incluí-los neste trabalho.

IVALDO PAULI (76 anos) – Professor aposentado da UFSC, é escritor, filósofo, membro da Academia Brasileira de Filosofia, presidente da Academia Catarinense de Filosofia, e presidente da Associação Mundial dos Filósofos Esperantistas. Pertenceu ao clero de 1950 a 1967, e foi vigário da Trindade de 1953 a 1962, época em que dinamizou a participação da comunidade na igreja e construiu o Salão Paroquial, atual Teatro da UFSC, tendo que administrar os escassos recursos da paróquia e um conflito com a Irmandade que havia no bairro. Após a sua saída, a paróquia foi entregue aos Freis Capuchinhos. Desde 1970, nunca mais esteve na igreja. Atualmente mora no bairro do Campeche.

MARTIMIANA CORRÊA GOMES “Dona Tulinha” (84 anos) – Mora na Trindade desde 1939, quando chegou com 22 anos. Teve 18 filhos, lutou para criar 12, sendo oito mulheres, que lhe davam muita *pensão* (preocupação). O pai tirou-a da escola em Biguaçu porque estava mocinha e podia ficar *falada*. Depois de casada, o marido, Seu Manoel Gomes, também não queria que ela participasse de grupos de cantorias. Resolveu fazer parte do Apostolado da Oração, atendendo ao convite da Dona Laura Corrêa. O marido era lavrador, e também trabalhou na Penitenciária Estadual. Moraram na Trindade, numa casa da Sessão Agrícola da Penitenciária do Estado, e depois no Pantanal, no Córrego Grande e novamente na Trindade, numa casa perto de onde está hoje a Biblioteca Central da UFSC. É mãe da Julieta, Ana Maria, Isabel, Walter Gomes, só para citar alguns dos filhos. Lutava para que os filhos tivessem a educação escolar que ela não pôde ter. Diz que a sua matéria hoje é ficar alerta ao estudo dos netos. Ainda mora na Trindade, na casa que foi do padre Evaldo Pauli.

STELLA MARIS PAUSEWANG HESS “Dona Stella” (65 anos) – Filha de Ernesto e de Maria Flora Pausewang. Sua família era proprietária de grande loteamento na Trindade e bastante atuante na vida da paróquia. Sua mãe foi presidente do Apostolado da Oração e, por mais de vinte anos, diretora do Grupo Escolar Olívio Amorim, ao lado da igreja, atual DAE da UFSC. Dona Stella desde cedo começou a dar aulas de catequese e a se dedicar a outros serviços comunitários. Quando moça foi zeladora da igreja. Sempre dinâmica e atuante, participou da Legião de Maria e das Filhas de Maria, além do grupo JOC-Juventude Operária Católica, criado no bairro. Foi ainda presidente do Apostolado da

Oração, de 1976 a 1981, e desde o ano seguinte até hoje vem atuando junto ao grupo de idosas que tem sede no bairro Santa Mônica. Mora na praça da Trindade, entre a igreja nova e a igrejinha antiga. É viúva de Simão Hess, homenageado no nome da escola do bairro: Escola Integrada Simão José Hess.

ELISABETE BELTRAME (56 anos) – Morou desde criança na Carvoeira, perto da igrejinha da Trindade. Religiosa, sempre que passava pela frente da igreja, a caminho da escola, entrava para uma oração, rápida que fosse. Fez parte da Congregação das Filhas de Maria, que orientava as moças para a vida num caminho de retidão religiosa e moral: um exemplo de juventude. Na igrejinha da Trindade, fez a sua Primeira Comunhão, o casamento e as bodas de prata. Professora de catequese, foi cantora do Coral da UFSC por alguns anos, e, no ano 2000, foi a festeira da Festa da Santíssima Trindade, juntamente com o seu esposo Gentil Beltrame. Mora no bairro Córrego Grande, vizinho da Trindade.

PAULO FERREIRA (56 anos) – Nasceu no bairro e morou na Rua da Gruta, atual Avenida Madre Benvenuta. Foi ajudante de missa na capela das Irmãs da Divina Providência e na igreja da Trindade, por 16 anos. Filho de família pobre, seus oito irmãos foram também coroinhas. Na sua adolescência e juventude participou ativamente da vida da paróquia, freqüentando o coro da igreja e participando dos grupos teatrais no antigo Salão Paroquial. Foi um dos fundadores e participantes do Coral da Santíssima Trindade. Atualmente é advogado junto ao Sebrae. Em 1983, foi o festeiro da Festa da Santíssima Trindade, realizando um grande evento que ficou marcado na história da paróquia, juntamente com sua esposa Bernadete Ferreira – filha de Valdemar Vieira Cordeiro -, que também esteve presente em boa parte da entrevista. Mora na Carvoeira, contorno do campus, próximo à Trindade.

CASPAR ERICH STEMMER (71 anos) – Professor aposentado da UFSC, foi reitor dessa universidade de maio de 1976 a maio de 1980, no mesmo período em que foi adquirida e reformada a antiga igrejinha da Trindade, incluindo-se nessa reforma a pintura do Mural Humanidade que Hassis Corrêa pintou nas paredes internas da igrejinha. Há muitos anos, mora no bairro do Pantanal, num dos limites do Campus da UFSC.

JOSÉ ACÁCIO SANTANA (62 anos) – Músico e compositor de vários estilos do repertório coral, foi regente do Coral da UFSC praticamente desde a sua criação, por 33 anos, buscando sempre realizar concertos didáticos com mensagens de valorização da vida.

Nunca morou na Trindade, mas administrou a reforma da igreja da UFSC e conviveu diariamente com a realização da pintura mural do Hassis dentro da igreja, que passou a ser a sede do Coral em 1977. Trabalhou dentro da igreja até 1996, como regente e diretor do Coral.

ADOLFO AGUIAR (72 anos) – Morou na infância na Trindade, onde seu pai era proprietário de duas casas em terrenos junto à praça, próximo ao atual DAE da UFSC. Quando recém casado, morou com os sogros, Dona Tilinha e Seu Manoel Gomes, numa casa que havia também no terreno próximo a atual Biblioteca Central da UFSC. Juntamente com sua esposa, Claudete Gomes Aguiar, há trinta anos participa da Comissão da Festa da Santíssima Trindade. Em outros tempos, o casal participou do Conselho da Paróquia. Ainda mora na Trindade.

HÉLIO JOSÉ DE SIMAS (77 anos) – Morou desde criança no bairro, na casa que pertencia à paróquia¹², situada num terreno junto à praça da igreja. Hoje, já reformada, a casa pertence às Irmãs Catequistas Franciscanas. Lembra que nessa casa o pai recebia amigos que trabalhavam nos correios e que, na época da Revolução de 1930, procuravam a Trindade como refúgio. Seu pai, Geraldino José de Simas, foi proprietário de uma venda numa casa próximo do atual DAE da UFSC. Pertencendo à ordem da Sociedade de Jesus, ou Companhia de Jesus, é o primeiro padre filho da Trindade, bairro onde realizou a sua primeira missa em altar montado na frente da igreja, em 1954. Recentemente está morando em Curitiba.

¹² Numa consulta ao Livro Tombo nº 1 da Paróquia da Santíssima Trindade (Cf. Florianópolis, 1895-1942) eu havia encontrado, na página 19, que a Casa Paroquial fora adquirida em 1912, ano em que a Trindade passava a ter vigário residente. Talvez essa Casa Paroquial fosse essa casa onde padre Hélio Simas nasceu e morou.

1. A IGREJINHA DA TRINDADE

Neste capítulo serão abordadas as lembranças relativas à igreja, compreendendo, neste momento, igreja como o conjunto dos três edifícios, o que também divide o capítulo em três seções; primeira seção: A IGREJINHA propriamente dita (com dois tópicos: *O Templo*, e *Encontros e Orações*); segunda seção: A CASA DO DIVINO (com dois tópicos: *O Império*, e *O Anexo*); e, terceira seção: O SALÃO PAROQUIAL (também com dois tópicos: *A Construção*, e *A Utilização*).

Assim, este capítulo contém as lembranças relacionadas ao conjunto da igreja. A partir da vivência dos entrevistados, gente de carne e osso, que se move no mundo relacionando-se com os outros, perceberemos algumas características arquitetônicas e/ou decorativas da igreja a partir das vivências dos moradores do bairro naquele espaço; quais eram e como eram realizadas as atividades dentro da igreja, desde a prática de uma simples oração individual até as cerimônias mais festivas; quais as soluções encontradas para a época em que havia poucos padres na igreja; quais eram as congregações e associações que havia na paróquia, e os critérios para as pessoas participarem delas; como eram realizadas as missas e quais os trajés e comportamentos adequados para participar das celebrações; enfim, diversos aspectos sobre a vida religiosa da comunidade. Perceberemos que o Império, outro nome para Casa do Divino, embora tendo como função principal o culto externo ao Divino Espírito Santo, por ocasião das festas do Espírito Santo e da Santíssima Trindade, as lembranças mostrarão que outras atividades também aconteciam naquele espaço; descobriremos que já existiu um *anexo* provisório atrás do Império, do qual alguns ainda se lembram. Na verdade, não se tratava de um anexo do próprio Império, mas por fazer parte do conjunto das edificações da Igreja, e pela sua localização, optei por incluir aqui aquelas lembranças. Em relação ao Salão Paroquial perceberemos como ocorreu a sua construção, desde as alternativas para solucionar a falta de dinheiro e os conflitos com associações do bairro, até a decisão que envolveu a ajuda de boa parte da comunidade, com trabalhos voluntários; perceberemos que o Salão Paroquial era utilizado

tanto para atividades culturais como religiosas, e tornou-se um importante espaço para a convivência da comunidade.

Numa exceção aos outros tópicos, que contêm lembranças de vivências, a introdução do primeiro tópico, *O Templo*, terá um breve histórico desde as origens da paróquia, obtido a partir de informações prestadas por professor Evaldo Pauli na sua entrevista. Pela relevância do conteúdo, e porque a Tradição Oral também se enquadra na História Oral, parece-me oportuno aproveitar, neste momento, aquelas informações.

1.1. A IGREJINHA

1.1.1. O Templo

Antes de vir trabalhar como vigário na igreja da Trindade, onde chegou em 1953, com a disposição dos seus 27 anos de idade, padre Evaldo Pauli (Cf. 2001: 01-08) procurou se informar sobre as dificuldades que enfrentaria para dar conta de atender a igreja matriz da paróquia, situada no bairro, e mais cinco igrejas anexas, que cobriam a área de todo o interior da Ilha, de norte a sul, excetuando-se apenas o cento urbano de Florianópolis, numa época de difícil acesso e precariedade de transporte para todos esses lugares. Conta que, antes de chegar à Trindade, procurou também saber um pouco mais a respeito da comunidade com a qual atuaria e sobre as origens da paróquia e situações das igrejas, para isso buscando leituras e consultando algumas pessoas, porque desde muito cedo também teve o gosto pela História.

Com as suas pesquisas, soube que a paróquia – divisão conhecida como *freguesia* no tempo do Império¹³ - foi criada por lei provincial de 23 de março de 1853¹⁴ e teve como primeiro vigário Francisco Luiz do Livramento, ordenado em 1854 e nomeado, nesse mesmo ano, pelo bispo do Rio de Janeiro, para vir assumir a igreja. Professor Evaldo Pauli diz que, “nessa época, ainda não havia o casamento do padre, mas os vigários do Império eram geralmente casados. Inclusive o primeiro vigário da Trindade, nomeado em 1854, [e falecido em 1896,] tinha uma mulher que sobreviveu a ele.” (2001: 07). Lembra que soube

¹³ Alusão ao período em que no Brasil havia a Monarquia, como regime de governo, substituída pela República, em 1889. (Cf. Moraes, 1998: 347).

¹⁴ Numa pesquisa no Livro Tombo nº 1 (1895-1942), do Arquivo da Paróquia da Santíssima Trindade, eu também havia constatado essa data de *criação* da paróquia. A *construção* dos edifícios mais antigos é de 1848.

disso porque conheceu uma professora muito antiga, que havia conhecido esse primeiro vigário, e ela lhe contou que “a igreja da Trindade era muito bem zelada, porque a mulher do padre cuidava da igreja.” (Pauli, 2001: 07). Sabendo dessa prática, também adotada por outros padres vindos do tempo do Império, professor Evaldo Pauli percebia que, se o padre vivia *casado* [se tinha uma mulher em casa], isso lhe facilitava também a integração no meio social.

Ele conta que, no começo do século passado, em 1903, Florianópolis passou a contar com a ajuda de alguns padres da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, vindos da Alemanha, que se estabeleceram na igreja de São Francisco, no centro da cidade. Como havia falecido o vigário do Ribeirão da Ilha, um desses padres alemães assumiu aquela paróquia. Depois, em 1912, foi removido de lá para a Trindade, onde ainda acumulou a responsabilidade da igreja do Ribeirão da Ilha, no Sul da Ilha, e da Lagoa da Conceição, mais ao centro. Esses padres ficaram na Trindade até 1917, ocasião em que foram substituídos pelos franciscanos.¹⁵

Quando morreu o padre José Fabriciano Pereira Serpa, em 1922, vigário de Santo Antônio de Lisboa, não havia como substituí-lo. Como esse padre tinha também a responsabilidade sobre as igrejas de Rio Vermelho e de Canasvieiras, no Norte da Ilha, naquele momento essas igrejas foram anexadas à Trindade, onde atuavam os franciscanos.

Professor Evaldo conta que, quando estava em Laguna, no Sul do Estado, em 1952, soube que a arquidiocese de Florianópolis iria ser dividida para a formação de mais uma, que seria a de Tubarão, e, que, por conta disso, o clero do Sul deveria ficar atuando naquela região. Como é de Biguaçu, próximo a Florianópolis, e *tinha todas as vivências daqui*, foi falar com o bispo: ““Eu quero voltar logo pra cá, porque depois de se dividir a arquidiocese, eu não poderei voltar mais.’ Mas eu, no fundo, no fundo, estava pensando na Faculdade de Filosofia, que estava em programação.” (2001: 04). Conta que o bispo aceitou a proposta, e acatou a sugestão da sua troca com o padre que estava atuando na Trindade nessa época, padre Amilca Gabrielli, nascido no Sul do Estado, e assim “eu fiquei ligado à História da

¹⁵ Esses franciscanos teriam pertencido à *Ordem dos Frades Menores (Observantes) Franciscanos*, segundo Frei Daniel Heinzen (61 anos) da Paróquia da Santíssima Trindade, através de informação que me prestou por telefone, em 15 de março de 2002. Frei Daniel Heinzen diz que pertence à *Ordem dos Frades Menores Capuchinhos* que está desde 1962 na Trindade: paróquia que faz parte da província que abrange os estados do Paraná e Santa Catarina, com sede em Curitiba.

Trindade e da Ilha.” (2001: 04). Lembra que, porque a fama de trabalho na Ilha era negativa naquela época, por causa das dificuldades, o vigário da paróquia onde ele estava, padre Gregório Warmeling, lhe disse: “- Olha, eu acredito que você dê jeito naquilo lá, mas eu lhe dou os pêsames, porque trocar Laguna por um interior de ilha abandonado...” (2001: 04).

Conta que quando chegou à Trindade, em janeiro de 1952, foi bem recebido, embora fosse desconhecido da população, que era pequena, e lembra que as irmandades da época apareceram para recepcioná-lo: o Apostolado da Oração, a Irmandade da Santíssima Trindade e Espírito Santo, e as congregações marianas. Lembra que precisou se esforçar para construir aos poucos um relacionamento com a comunidade: “Era jovem e as minhas idéias eram mais para ser professor. Não me inclinava para a vida eclesiástica, embora eu a tivesse aceito e tivesse gostado. Afinal, a vida do clero é de fazer alguma coisa boa pelo povo.” Conta que era jovem mas possuía um senso crítico que o fazia perceber muitas coisas: “Naquela época, as igrejas abandonadas da Ilha eram praticamente dominadas pelas chefias políticas locais. Isto me deu algumas dificuldades. Eu tive que trabalhar com alguns cuidados; sobretudo tive dificuldades na Trindade.” (2001: 02).

Mas antes de assumir a paróquia da Trindade, professor Evaldo Pauli lembra que o seu primeiro contato com o bairro foi na infância, em 1935, quando estava com dez anos e estudava no Colégio Coração de Jesus. Naquela ocasião veio fazer um passeio, um piquenique, na chácara que esse colégio das Irmãs da Divina Providência mantinha no bairro. Conta que foram seis quilômetros a pé desde o centro, por estrada de *barro batido*, e que voltaram de ônibus. Lembra que os meninos vieram acompanhando as moças da Escola Normal, que estudavam na sala ao lado da deles, e que, por certo, os convidaram também na intenção de que eles carregassem as pastas delas por todo o trajeto. Lembra-se com saudades da alegria desse passeio feito no *tempo das pitangas* - que havia muitas na chácara das freiras -, em que os meninos correram logo para jogar bola enquanto as moças trataram de ir comendo as pitangas: “e aconteceu que depois que acabou o nosso futebol, e vindo a nossa vez de chupar pitanga, não havia mais.” (Pauli, 2001: 03).

Nessa época, o exterior da igreja da Trindade era diferente: a torre do sino ficava separada do corpo da igreja, à direita do edifício, próximo do contraforte que sustenta a parede.

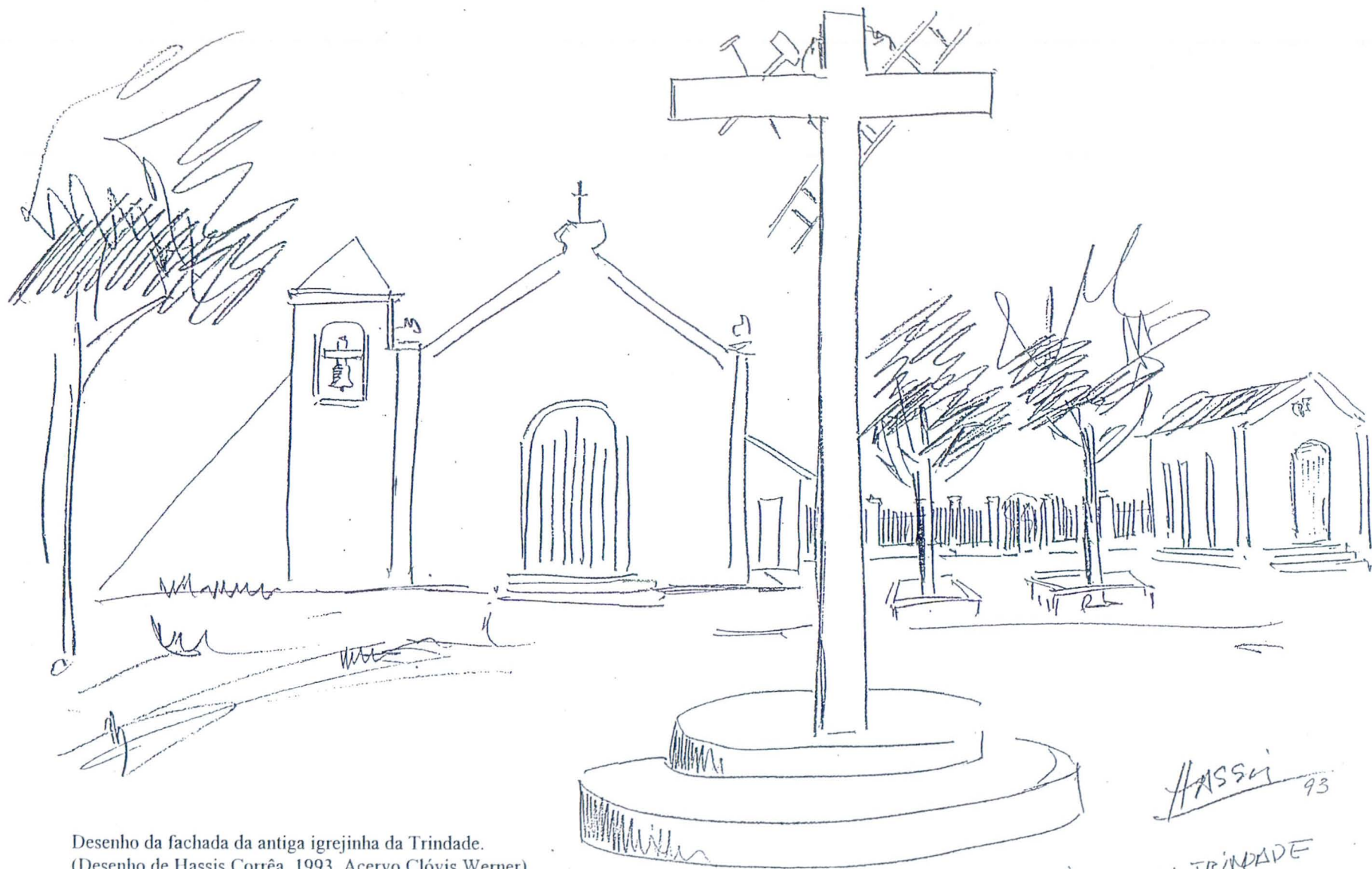
Foi ainda com a torre antiga que Hassis Corrêa (Cf. 1993: 27) também conheceu a igreja quando foi morar numa chácara do bairro. Ele estava com os seus dez anos: em 1936, época em que havia um cruzeiro que ficava na frente da igreja. Dona Tílinha (Cf. Gomes, 2001: 15) diz que pegou o tempo em que o cruzeiro ficava entre a igreja e a Casa do Divino, onde depois foi construído o Salão Paroquial. Elizabete Beltrame lembra que o cruzeiro, obra dos missionários, já esteve na frente da igreja, mas também já esteve do lado direito do edifício, e conta que era um dos locais prediletos de algumas crianças aguardarem o início da missa, pois o hábito era chegar cedo para as celebrações: “A gente sentava na frente da igreja, onde tinha um tipo de calçada, e também ao lado, nos degraus daquela cruz, a famosa *Salva a tua Alma*.” (2001: 24). Ou então quando aguardavam a vinda de algum padre de fora, porque havia pouco padre na paróquia, ou mesmo quando aguardavam as freiras que vinham do centro: “A gente sentava ali pra esperar as irmãs quando vinham dar catequese. A gente via quando elas vinham lá diante da pracinha, que elas saltavam do ônibus, e a gente saía correndo ao encontro delas.” (Beltrame, 2001: 25).

Hassis lembra que a construção da torre da igreja,¹⁶ incorporada ao edifício, foi decorrência do entusiasmo da comunidade diante de algumas melhorias feitas no jardim na frente da igreja e também porque haviam trazido a luz elétrica para a Festa da Trindade; e, enquanto rabisca a nova fachada, vai contando: “Com o desenvolvimento, eles acharam que deviam modificar a igreja. Não foram muitos a favor, não. Achavam que devia deixar a capelinha assim mesmo. Aí foi feito, então, aquele adendo da frente, foi feito uma puxada e fizeram a torre. Ali era o batistério; aqui é a subida da escada, por cima.” (Corrêa, 1993: 41). Com a torre fazendo parte do corpo da igreja, eliminaram o campanário que ficava ao lado.

Professor Evaldo Pauli (Cf. 2001: 08) conta que, quando chegou à Trindade, constatou as obras dos seus antecessores e soube, por algumas pessoas, das modificações e reformas que os franciscanos haviam feito na igreja. Ele diz que a antiga igreja da Trindade era muito primitiva, e que havia conhecido algumas igrejas do interior da Ilha com esse aspecto. Acredita que a população em geral, naquela época, não tinha muito desenvolvimento profissional, por isso a dificuldade de construir uma igreja melhor, “mas

¹⁶ Segundo registro na folha 04 do Livro Tombo nº 3 da Paróquia da Santíssima Trindade (Cf. Florianópolis, 1961-1982), a torre foi construída em 1938.

os franciscanos, vindos da região de Paderborn, Alemanha, tinham recursos, tanto de desenho como outra ajuda material, e fizeram uma reforma que realmente transformou a igreja, tornando-a viável para ser conservada.” (2001: 08).



Desenho da fachada da antiga igreja da Trindade.
(Desenho de Hassis Corrêa, 1993. Acervo Clóvis Werner)

HASSIS 93

IGREJA DA TRINDADE
e CIMITÉRIO AO FUNDO
do CONHEZI EM 1936

Os altares da igreja

Ao entrar na igreja, o fiel se deparava com um grande arco separando a nave, que é a parte destinada ao povo, do presbitério, aquela parte do altar, um pouco mais elevada, destinada ao padre. Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 18) lembra dos três altares que havia no altar-mor e dos outros dois que havia na parte da nave, pela frente do arco, e narra as suas lembranças percorrendo mentalmente o local. Lembra que no altar-mor, ao fundo do presbitério portanto, havia três imagens: ao centro, destacava-se a imagem da Santíssima Trindade, padroeira da paróquia, que agora está na igreja nova; à esquerda de quem olhava essa imagem principal, estava a imagem de Nossa Senhora de Fátima e à direita, a imagem de São José.

Professor Evaldo Pauli (Cf. 2001: 09-10) lembra de lhe terem contado que a imagem da Santíssima Trindade foi encomendada pelo Monsenhor Francisco Topp - que atuou na Trindade no começo do século passado e faleceu em 1925 -, a partir de um quadro antigo da igreja que apresentava, meio primariamente, as três pessoas da divindade cristã. E ouviu dizer que a encomenda foi feita aos fabricantes de imagens do Tirol austríaco.¹⁷ E que para isso, inclusive, talvez os franciscanos, “que atuaram em Trindade nas décadas de 1920 e 1930” (2001: 13), tivessem construído toda a parte do altar-mor com o retábulo para esperar as novas imagens. Onde, da igreja antiga, de 1848, teria ficado apenas o corpo.

Paulo Ferreira lembra que o altar-mor era de madeira, com um nicho especial para a imagem da Santíssima Trindade, e o forro do presbitério, onde estava o altar-mor, tinha uma pintura especial como se fosse o firmamento: “Todo com estrelas e a lua. O que não era ocupado pela imagem, incluindo a parte que ficava avançando para a igreja, era pintado representando o céu. Isso eu lembro bem.” (2001: 09).

Ele lembra ainda que, naquela parte do altar-mor, o forro era mais baixo, e ali, à direita de quem está na nave central, havia uma entrada para a sacristia e, à esquerda, tinha uma porta que era aberta quando havia muita gente na igreja: “Lembro que, muitas vezes, quando as pessoas passavam mal, rapidamente aquela porta - *rrraaac!* - era aberta para

¹⁷ Conforme consta na folha 15 do Livro Tombo nº 1 da Paróquia da Santíssima Trindade (Cf. Florianópolis, 1895-1942): “No mês de março de 1909 foi collocada no altar-mor desta matriz a bella imagem da SS. Trindade, uma verdadeira obra de arte feita pelo artista Fernando Demetz, em S. Ubisch-Groeden, Tyrol, Áustria. A imagem custou Cr\$1:500\$000.”

socorrer as pessoas.” (Ferreira, 2001: 10). Essa porta foi aberta pelo padre Evaldo, “porque a igreja era mal arejada.” (Pauli, 2001: 12). Ao lado dessa porta, pelo lado de fora, há um arrimo da parede: o contra-forte. Ali fora o terreno faz um triângulo, que era cercado. Logo em seguida ficava o terreno do Grupo Escolar Olívio Amorim, que fazia divisa também com o terreno dos fundos da igreja, onde era o cemitério.

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 18) lembra que na parte da nave central da igreja, na frente do arco, havia dois altares de cada lado, de tamanhos diferentes. Do lado esquerdo, havia o altar de Nossa Senhora, que era Nossa Senhora da Imaculada Conceição, padroeira da congregação das Filhas de Maria, e, junto com esse, um altar menor com São Judas Tadeu: “a nossa congregação era da Imaculada Conceição e de São Judas Tadeu.” (Beltrame, 2001: 18). Do lado direito, havia o altar do Sagrado Coração de Jesus e mais outro: “acho que era o Bom Jesus de Iguape, pequenininho, assim, do lado.” (Beltrame, 2001: 18).

As flores de casa para o altar

Dona Tilinha lembra que a decoração da igreja não era de muito luxo, era coisa simples; os vasos eram de louça e neles eram arranjadas as flores plantadas no quintal: “Muitas eu plantei na minha casa e dava pra arrumar a igreja. Muita rosa. Plantava dália, plantava rosa. Tudo eu plantava. Qualquer cor. Era mista.” (Gomes, 2001: 13). E completa que, para dar mais graça ao arranjo, também era usado o bambu-de-salão: “Me lembro que era bom ficar a rosa e uns galhinhos de bambu-de-salão, assim, pra cair. Ficava bonito o altar. Hoje está muito diferente. Da maneira que eu comecei a minha religião, hoje está muito diferente.” (Gomes, 2001: 14).

A Sacristia

Saindo-se pela porta à esquerda do altar, entrava-se num estreito anexo agarrado ao lado do edifício, mais para os fundos, cuja cobertura é a continuação do telhado da própria igreja. Paulo Ferreira (Cf. 2001: 06) lembra que nesse local funcionava a sacristia, uma sala cujas paredes aproveitavam os contra-fortes laterais da igreja. E, como na maioria das igrejas, ali o padre se arrumava para celebrar a missa. Conta que chovia bastante dentro da sacristia, um lugar com armários grandes e com um cheiro permanente de vela e flor. Nos armários envernizados e com as portas bem ruins de abrir, eram guardadas as vestimentas do padre e dos sacristãos, os paramentos das missas: “Muitas vezes arrumei para o padre: se

era missa de defunto, paramento preto; se era da ressurreição, era vermelho; da quaresma, roxo.” (Ferreira, 2001: 06). Conta que havia uma barbaridade de coisas guardadas naquele espaço. As paredes já estavam bem rachadas. Como não havia concreto armado na época da construção da igreja, construíram suportes externos para segurar as paredes.¹⁸ Inclusive a parede da frente da sacristia aproveitou aquele suporte. Lembra que nos fundos da sacristia e da igreja havia duas salas, com acesso por fora do prédio, caminhando-se por baixo do beiral do telhado¹⁹. Na primeira sala, eram guardados alguns objetos de uso da igreja. Por uma porta interna passava-se à segunda salinha, uma sala *fúnebre* [que causava impressão fúnebre], que possuía outra porta, na parede da direita, que dava para o terreno dos fundos: o cemitério. Nessa sala, onde o piso era de cimento rústico e havia uma pia, guardavam-se muitos entulhos e algumas ferramentas: “Servia como sala de apoio para alguns serviços da igreja e até do cemitério. Ali se arrumavam as flores - na época muito copo-de-leite - usadas para enfeitar os vasos da igreja.” (Ferreira, 2001: 62). Professor Evaldo Pauli (Cf. 2001: 09) conta que essas salas nos fundos da igreja, atrás da parede do altar-mor, foram obras dos franciscanos, seus antecessores, quando fizeram as reformas e ali construíram uma casa paroquial minúscula, onde moravam.

Cerquinhas do altar

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 10) lembra das cerquinhas do altar que ficavam na parte debaixo do arco. Conta que eram de madeira e separavam o altar-mor da nave central da igreja. Às vezes, quando tinha festa, eram retiradas inteiras, porque eram removíveis. Quando havia pouca gente na igreja, as cerquinhas eram fechadas. No centro da cerquinha, havia duas portinhas que se abriam e se prendiam no lado para dar passagem: “Muitas vezes eu abri, tinha um ganchinho que prendia as duas.” (Ferreira, 2001: 10).

Lembra ainda (Cf. Ferreira, 2001: 11) que essas cerquinhas serviam para definir as áreas de maior respeito dentro da igreja, e assim ele respeitava. Naquela parte não se podia faltar ao respeito: ““- Ali não! Ali você está chegando no altar, perto de Deus, perto do Santíssimo.” Foi o que a Dona Maria Flora, como nossa professora de catequese, depois a

¹⁸ Esses suportes são contra-fortes, recursos da arquitetura da época, e funcionam como muros de arrimo na forma de grandes triângulos. Aqueles do lado direito do edifício ainda estão visíveis; os do lado esquerdo foram embutidos posteriormente em algumas paredes.

¹⁹ Só recentemente é que foi aberta uma porta na parede entre a antiga sacristia e a sala logo atrás, permitindo a passagem por dentro do edifício. Com essa reforma, percebeu-se a grande espessura da parede que é um contraforte original, construído com pedras e argamassa de calcário.

Elza, nos ensinaram. ‘- Ali é reservado. É só padre. Só os coroinhas.’” (Ferreira, 2001: 11). Pelo lado da *platéia*, na parte da nave central, logo junto da cerquinha do altar, havia um *banquinho*, [um genuflexório,] onde as pessoas se ajoelhavam para receber a comunhão do padre, que as distribuía estendendo a mão para o lado de fora do altar. Muitas vezes a cerquinha ficava fechada o tempo todo e muitas vezes era aberta. Isso dependia do padre: “Ele vinha do altar, descia e ministrava a eucaristia. Na época não tinha ministro da eucaristia, era só o padre que distribuía a comunhão. E também o povo era em número muito pequeno dentro da igreja.” (Ferreira, 2001: 11).

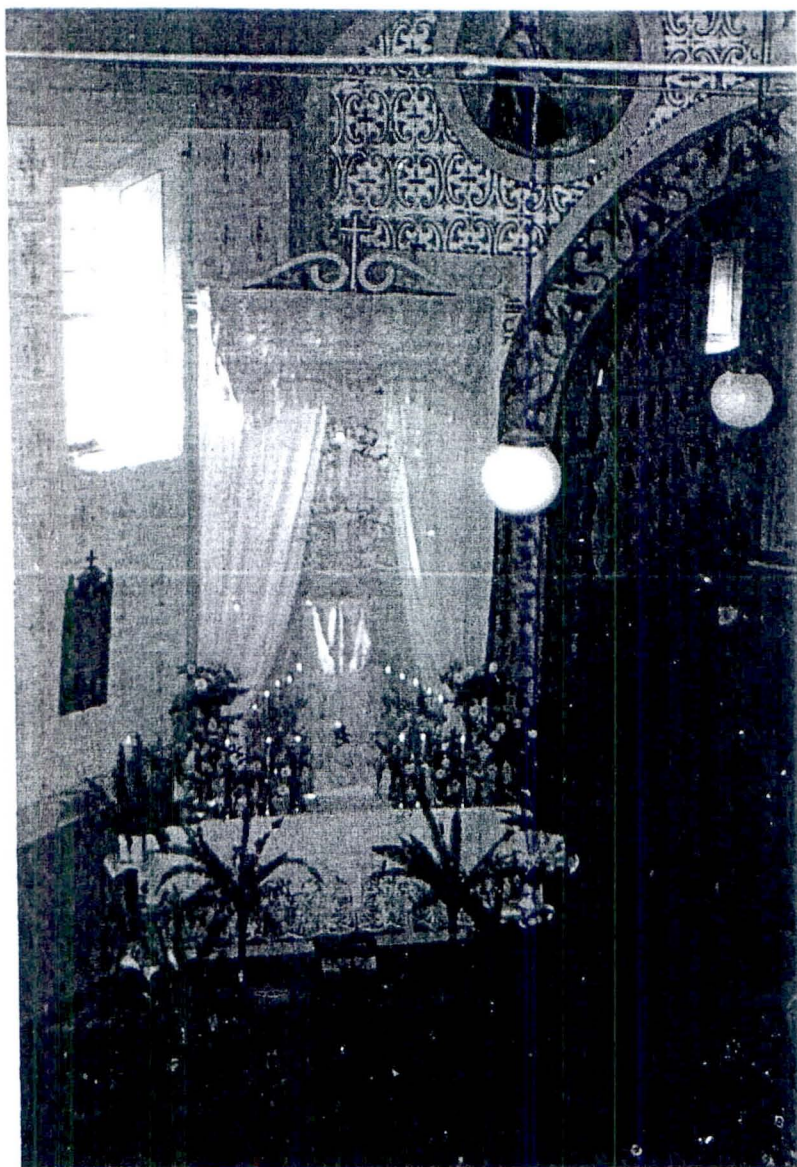
Lâmpada do Sacrário

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 61) lembra que na parte interna do arco, separando o altar-mor da nave da igreja, próximo à porta da sacristia, ficava o Santíssimo.²⁰ Conta que era de metal, muito bonito, parecido com um turíbulo: uma peça trabalhada, onde se colocava o óleo do Santíssimo, suspensa por três correntes, que faziam ângulo como uma pirâmide, presa à parede do arco por um suporte também bonito, mais ou menos a uns dois metros de altura: “Muitas vezes subi naquela cerquinha, que separava o altar, para acender o Santíssimo. O Santíssimo era aceso um pouco antes das celebrações e apagado ao final. Depois, na época do padre Pauli, o Santíssimo ficava aceso o dia todo, direto.” (Ferreira, 2001: 61). Para que isso acontecesse, era preciso cuidar para não deixar faltar o óleo: “Muitas vezes, depois de uma missa, a igreja já fechada, eu estava indo pra casa com a minha irmã Elza, que cuidava da igreja, e no meio do jardim ela se lembrava: ‘- Puxa!, esqueci de colocar o óleo no Santíssimo.’ Lá tínhamos que voltar, abrir a igreja e colocar o óleo.” (Ferreira, 2001: 61). Conta que esse óleo durava, queimando, umas doze horas, e que a igreja chegava a ficar bastante iluminada apenas com a claridade da lâmpada do Santíssimo.

²⁰ *Santíssimo* é também o nome que comumente se dá à lâmpada diante do sacrário. E assim prescreve o Cãnone 940 do CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO (1987): “Diante do tabernáculo em que se conserva a santíssima Eucaristia, brilhe continuamente uma lâmpada especial, com a qual se indique e se reverencie a presença de Cristo”.



Desenho do interior da antiga igreja da Trindade.
(Desenho de Hassis Corrêa, 1993. Acervo Clóvis Werner)



Interior da antiga igrejinha da Trindade com o altar de Nossa Senhora à esquerda e a imagem do Cristo sobre a lateral superior do arco. (Foto: sem data, acervo Paulo Ferreira).

As paredes e o forro

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 08) lembra de vários aspectos da decoração das paredes internas da igreja, que eram bem grossas, bem *profundas*²¹, e com pequenas janelas no alto. Conta que nas paredes laterais havia dois tipos de pintura, separadas por uma barra pintada de cinza, mais ou menos a uma altura de um metro e meio: “Eram duas cores: embaixo era cinza e em cima não lembro se era amarela ou gelo.” (Ferreira, 2001: 08). Lembra que a abóbada da igreja tinha o forro todo em azul, permeado de estrelas, lembrando o firmamento, e “no coro era outra pintura, que eu não me lembro qual era.” (Ferreira, 2001: 09). Conta que, na parte central do forro da igreja, perto daquelas barras de ferro para arrimo das paredes, [como cabos de tração], havia uma decoração pintada que fazia a separação entre a pintura da parede e a do forro: era a pintura de “uns arcos em flor, como se fosse dourado.” (Ferreira, 2001: 09).

O forro e o Cristo

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 07) lembra que, na frente do arco que separava a nave do altar, bem no alto, entre os dois altares laterais, havia um desenho, possivelmente, do Cristo Ressuscitado: tinha a capa em vermelho e parecia estar ajoelhado. Em volta da cabeça existiam raios como se fossem uma coroa de sol. Nas missas de corpo presente, o caixão do morto era sempre colocado naquela posição central, quase embaixo daquela imagem. Conta que dava a impressão que aquele Cristo olhava para as pessoas que estavam sendo veladas. Paulo Ferreira era criança e ajudava nas missas, como coroinha. Nunca teve medo de defunto. Gostava de acompanhar essas cerimônias para ver como é que ficavam, depois de mortas, as pessoas que ele conhecia: “Eu sempre sentava no banco perto do caixão e fazia uma relação com o Cristo lá de cima, na mesma direção do caixão da pessoa que estava sendo velada.” (2001: 07). Diz que o caixão era colocado sobre dois banquinhos próprios para a ocasião, que muitas vezes ele foi buscá-los na sacristia, porque sabia onde estavam.

A Via Sacra

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 07) lembra que os quadros da Via Sacra foram trocados na época do padre Evaldo Pauli. Conta que eram quadros muito bonitos, como se fossem

²¹ A grossura das paredes ainda hoje é bem visível, porque as aberturas de algumas portas e janelas são chanfradas pelo lado de dentro, fazendo ângulo para maior entrada de luz ou facilitar a abertura das portas. Esse chanfrado permite que se perceba a espessura das paredes. As janelas das paredes laterais são pequenas e bem no alto.

pintados em papel. A moldura era decorada com cruzes na parte de cima: uma cruz maior no meio e duas menores laterais. Os quadros estavam deteriorados, foram substituídos, e os novos foram comprados por famílias da comunidade: “Inclusive, havia uma plaquinha em cada estação com o nome da família doadora. A nossa família também doou.” (Ferreira, 2001: 08). Esses quadros novos foram depois passados para a igreja nova. Os quadros antigos eram retangulares, compridos. O nome das estações era em latim. Embaixo da estampa com a cena da estação, havia dois textos explicativos: em latim e em português. Muitas vezes ele fez [exercícios de] tradução, quando já estudava no Colégio Catarinense, onde teve latim por cinco anos. Inicialmente, a idéia da substituição da Via Sacra não agradou a todo mundo, havia quem preferisse que os quadros antigos tivessem sido recuperados: “Não queriam o modernismo. Isso eu me lembro. Eu era criança ainda. Não sei a idade que eu tinha, mas eu me lembro bem disso.” (Ferreira, 2001: 07). O padre Evaldo conseguiu que fossem trocados

As portas laterais

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 11) lembra da porta lateral da nave, à direita de quem entra na igreja, que dava acesso a um pequeno pátio, ao lado do Salão Paroquial, onde muitas pessoas ficavam, ou mesmo saíam na hora da homilia. A porta do outro lado, à esquerda de quem entra na igreja, dava para um cercado que havia ali, um local onde havia plantação de verdura do grupo escolar: “Numa época tinha plantação de aipim e tudo. O Seu Manoel, do grupo, era quem plantava.” (Ferreira, 2001: 11).

A porta da frente

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 12) lembra da entrada principal da igreja, onde se viam as pias de água benta, em ferro esmaltado, encravadas nas paredes do pequeno corredor central, logo após as duas portas internas. Dessas portas, a da direita subia para o coro e para a torre do sino, e a da esquerda era a porta para o batistério, onde se faziam os batizados. A porta da direita era uma portinha com vidros, embaixo fechada, e nos vidros uma cortininha por dentro. A porta do batistério era igual. As pias foram trocadas por vidros, daqueles que se coloca virado para molhar os dedos na água que pinga: “Antes era um recipiente de esmalte, com as bordas de ferro, que era embutido na parede. Não sei que negócio que houve, que desmancharam. Depois, colocaram esses vidros trabalhados,

semelhantes àqueles para colocar água na geladeira.” (Ferreira, 2001: 12). Depois, esses vidros foram retirados do corredor de entrada e instalados nas paredes do fundo da nave.

O assoalho

Paulo conta que se lembra do interior da igreja desde quando tinha os seus sete anos de idade: o assoalho era de tábuas, feito com “madeira de lei: uma clara, uma escura, uma clara, uma escura. Já estavam gastas e meio desbotadas de tanto serem lavadas com soda cáustica. Depois foram trocadas, provavelmente por ocasião do centenário, em 1953, por outras tábuas bem grosseiras.” (Ferreira, 2001: 07).

Os bancos da igreja

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 12) lembra do uso dos bancos na igreja, uma prática que era respeitadíssima. Conta que havia poucos bancos, e as pessoas, aos domingos, ou nas celebrações, ou nas novenas, ocupavam sempre os mesmos lugares, isso era *um negócio automático*. As mulheres ocupavam os bancos do lado esquerdo, de quem entra, e os homens, os do lado direito. Os homens quase nunca iam à igreja, mesmo assim, ocupavam uma parte do lado da esquerda, que era das mulheres; mas apenas nos dois ou três últimos bancos, onde muitas vezes havia um aviso: *Reservado para os homens*. No lado direito, os homens ficavam sempre mais perto daquela porta de saída lateral onde havia um pequeno corredor formado pela falta de um banco, dando acesso para o pequeno pátio interno ao lado do Salão. Havia apenas esse corredor para a porta da direita, porque a porta da esquerda não era aberta sempre. Só numa eventual necessidade. As mulheres sentavam sempre no lado esquerdo, mas os últimos três bancos eram reservados para os homens. Eram poucos os homens que iam à igreja naquela época. Eram mais as mulheres. Mesmo assim, não havia espaço reservado para as mulheres no lado dos homens.²²

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 15) lembra dessa prática no uso dos bancos e conta que, como a freqüência à igreja era em maior número pelas mulheres, às vezes, o lado das mulheres estava lotado, sem lugar para sentar, e o lado dos homens estava com metade dos bancos vazios, mas ninguém sentava ali, porque aquele era o lado dos homens. Lembra da primeira vez em que foi com o noivo à missa na Trindade e, por causa desse costume, acabaram se sentando em bancos separados. Como o noivo era de fora, estranho ao

²² Com essa lembrança sobre a prática na ocupação dos bancos, percebe-se que não havia lugar reservado para as mulheres no lado dos homens, mas havia lugar reservado para os homens no lado das mulheres, embora fosse menor o número de homens que freqüentava a igreja. Era esse o costume.

ambiente, não quis deixá-lo sozinho, foi sentar-se com ele no lado dos homens, o que causou certa estranheza, porque não era esse o costume: “Todo mundo me olhava assim: ‘- Ah!, sentou do lado dos homens.’ A partir daí, eu até falava: ‘Bom, se a gente está sendo unido pelo amor que vem de Deus, por que vamos nos separar dentro da casa de Deus?’” (2001: 15).²³ Conta que, depois disso, as mulheres também começaram a ocupar aqueles bancos vazios do lado dos homens.

Para as crianças também havia banquinhos especiais, e Paulo Ferreira lembra da sua infância: “Eu ficava sempre nos banquinhos da frente. Eram três banquinhos menores, que faziam o contorno dos altares laterais. Esses da frente eram reservados para as crianças, porque não se enxergava bem o padre.” (2001: 13). Conta que havia banquinhos dos dois lados: os rapazes e as meninas também sentavam separados.

O coro da igreja

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 20) lembra que o coro era utilizado pelo pequeno coral que havia na paróquia, que abrilhantava as celebrações e deixava as missas muito bonitas, e também era utilizado para as aulas de música, com a ajuda do órgão que havia ali no coro da igreja.

Quando não havia lugares vagos nos bancos da igreja, os mais jovens iam para o coro, e até gostavam de assistir à missa lá de cima. Ficavam em pé, ou sentados nuns bancos que havia por lá, ou até mesmo sentavam no chão, nos degraus da escada de acesso ao coro.

Conta que, na época em que começou a funcionar na Trindade a Academia da Polícia Militar, muitos dos alunos vinham freqüentar as missas na igreja, o que enchia de entusiasmo algumas moças, e não agradava a todos os moços do bairro:

“Os cadetes participavam muito da missa. Pra gente que era jovem, isso era muito interessante. Tinha um rapaz, Egon Peressoni, que sempre tocava violino ali no coro. Aquelas missas eram muito bonitas. Eu me lembro - eu não sei se era a incidência do sol que batia, ou era alguma luz acesa no coro, porque a gente não olhava pra trás, pra não desviar a atenção da missa, porque o altar era o elemento principal. - mas eu me lembro que

²³ Novos tempos, novos hábitos: nessa época a Igreja estava revisando as suas leis, o que também já permitia, aos fiéis, novos comportamentos. Em 25 de janeiro de 1959, o papa João XXIII anunciou pela primeira vez ter decidido mudar o *Corpus* vigente das leis canônicas, promulgado em 1917. Os trabalhos de revisão, no entanto, ao encargo do Concílio Vaticano II, só se completariam nos anos de 1962 a 1965. Cf. Código de Direito Canônico (1987: i e ii).

tinha uma luz que projetava a sombra do violinista na parede da igreja. E eu ficava olhando aquela sombra dele tocando violino. Eu achava aquilo maravilhoso... Na época eu devia ter uns quinze anos.” (Beltrame, 2001: 20).

Lavação da igreja

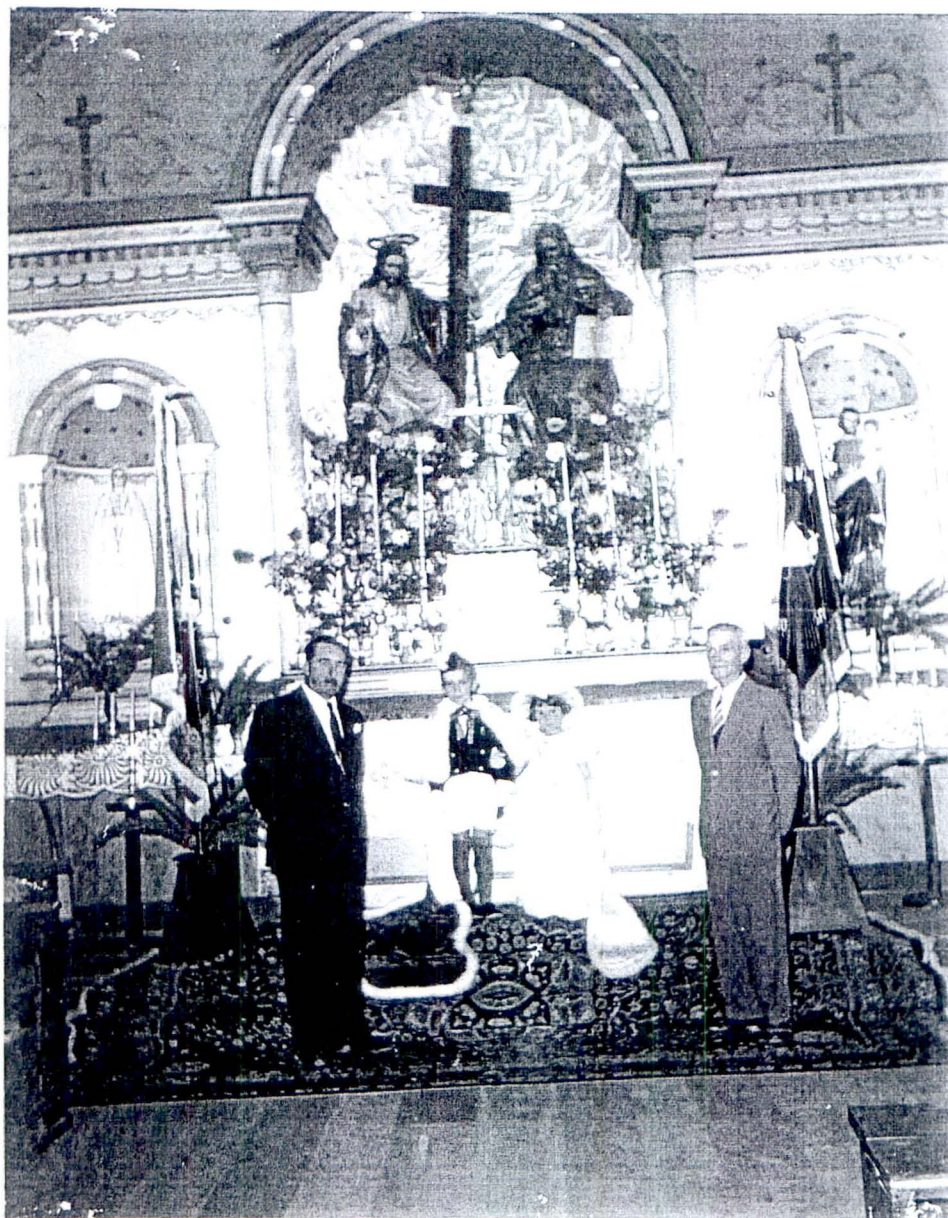
Dona Stella (Cf. Hess, 2001: 14) lembra que o chão da igreja era lavado duas vezes por ano, por ocasião das festas da Páscoa e do Natal. Conta que ela, ainda moça, era uma das zeladoras encarregadas do serviço, juntamente com Dona Elza Maria Ferreira e Dona Jandira, uma senhora bem idosa, que tinha sido filha de escravos:

“Nós colocávamos todos os bancos pra rua, bancos enormes. Não dá de acreditar. Hoje eu não acredito. As madeiras do assoalho tinham frestas entre uma e outra. Quando a gente jogava a água, aquilo já sumia. A água nós carregávamos em potes de barro, no ombro, de um poço que tinha lá atrás, onde é hoje o restaurante da associação²⁴. Até meio-dia tinha que colocar os bancos pra fora, carregar a água e esfregar a igreja. A gente botava um pouco de sabão, mas não tinha desses detergentes de hoje, e esfregava com escova, com um cabo comprido, que o pai se preocupava em botar cabo pra gente arear melhor. Fazíamos um lanche de almoço, nós três. Levava um pãozinho, um cafezinho. Quando nós terminávamos de fazer o lanche, que aí já tinha secado um pouco, e nós íamos colocar os bancos pra dentro, parece que a gente não tinha mais forças. As forças só duravam até a hora do lanche. Nós comentávamos sempre isso, porque nós não tínhamos mais forças pra levantar os bancos. Parecia que os bancos se tornavam chumbos, mas é porque nós já estávamos esgotadas. Éramos só nós três, e dávamos jeito. O pior eram os bancos, não era a água, não; e isso que ainda tinha um morrinho pra gente subir e carregar a água.” (Hess, 2001: 14).

Nos serviços de limpeza, os altares também recebiam uma atenção especial. Dona Stella conta que a imagem da Santíssima Trindade, que está hoje na igreja nova, precisava ser limpa duas vezes por ano, porque acumulava muita poeira: “Eu tirava os sapatos e subia no altar. Limpava toda a imagem. Eu passava óleo com um paninho, bem suave. Era o mesmo óleo que eu usava no Santíssimo, óleo de soja, de cozinha.” (Hess, 2001: 14).

Assim preparada, a antiga igreja da Trindade, durante muitos anos, esteve de portas abertas recebendo a visita constante dos fiéis, tanto para uma singela oração individual como para as celebrações da comunidade.

²⁴ Referência à AAVUFSC - Associação Atlética Volantes da UFSC, próximo da igreja.



Pagens: Paulo Ferreira e Isabel Gomes. À esquerda, senhor Sebastião Neves e à direita, senhor João Grindel. Na parte central do altar-mor vê-se a imagem da Santíssima Trindade que está hoje na igreja nova. (Foto: 1955 ou 1956, acervo Paulo Ferreira).

1.1.2. Encontros e Orações

As novenas com o sacristão Valdemar

Hassis Corrêa (Cf. 1993: 29) conta que, na sua infância, havia dificuldade de padre na Trindade, por isso, durante a semana, um paroquiano ajudava e assumia os serviços religiosos, e, naquela época, o responsável pela igreja era o sacristão-mor, o Seu Valdemar, um senhor *baixinho* que consertava guarda-chuva, que assumia essa responsabilidade com seriedade: era ele quem coordenava com dedicação as novenas. Hassis lembra de ter participado das novenas com o Seu Valdemar, por ocasião da Semana Santa. Ele era criança, com uns 10 ou 11 anos, e a gurizada toda ia para a novena, mas ficavam no banco fazendo *panela* - um chiado por entre os dentes -, imitando o sotaque do sacristão que puxava a novena: “Quando ele ia rezar Salve Rainha, tinha aquela parte assim: ‘- Mãe de todos...’ ‘Rogai por nós’, ‘- Mãe de todos...’ ‘Rogai por nós’. A turma lá de trás começava assim: Mãe de Deus... Rogai por nóssss. Aí faziam um chiiuuu... O Valdemar ficava doido da vida, parava a novena para [ralhar]: ‘- Seus vagabundos!’” (Corrêa, 1993: 29). E mandava a molecada para a rua.

Oração de entrega a Deus

Padre Hélio Simas (Cf. 2001: 02-12) lembra que foi durante uma das novenas na igreja que ele rezou agradecendo por estar vivo e sentiu um chamado para entregar a sua vida a Deus, isso quando ainda era criança e estava com os seus sete anos de idade, e morava na Trindade numa casa junto à praça.

Conta que morou por uns oito anos na casa onde nasceu na Trindade, no terreno onde hoje está a casa que pertence às Irmãs Catequistas Franciscanas. Lembra (Cf. Simas, 2001: 17-18) que essa casa era dos padres, e ali morou com eles o Cônego Bernardo Bläsing. Conta que o bispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, que *lambia o canto dos lábios*, sempre parava naquela casa quando vinha para aplicar algum sacramento ou para participar de alguma procissão que, na época, saía dali. Mas, depois, os padres foram morar no convento das Irmãs da Divina Providência, e ele e a sua família permaneceram ali

morando sozinhos. Lembra (Cf. Simas, 2001: 11) que depois ainda continuou no bairro, morando no Morro do Amaro, diante do campo da Polícia Militar.

Lembra que o terreno defronte a sua casa, a atual praça, era uma chácara com cafeeiros e bananeiras, pés de catuto e canembra, e perto da igreja nova, nogueiras.

Conta que atrás da casa onde morava, havia a garagem de ônibus: “O meu pai era dono da primeira empresa de ônibus daqui da Trindade. Só tinha dois ônibus, o Cometa, que era o novo, Chevrolet, e o outro era o Fusarquilha, um carro que tinha as entradas nos bancos, ao comprido, como tinham os bondes antigamente: entrava-se pelos lados.” (2001: 02). Lembra da primeira escola onde estudou durante alguns meses, quando estava com seis anos, bem próxima à sua casa: “Continuando a nossa casa, tinha um pé de garapuvu - isso é antigo – depois tinha a Escola Isolada, bem no canto, onde é, mais ou menos, a farmácia do Vadinho. Depois ali foi o cartório do Anastácio Pacheco, pai do Acelon.” (2001: 03).

Lembra que a sua família costumava pagar aluguel para levar as vacas para pastarem no terreno que pertencia às Irmãs da Divina Providência, na atual Avenida Madre Benvenuta, na altura do hoje bairro Santa Mônica, que na época era o prado onde havia corridas de cavalos. Conta que, atravessando uma ponte, logo chegava à porteira do prado, onde está hoje o supermercado Angeloni, do Santa Mônica, e à esquerda dessa porteira havia um caminho que levava até a chácara dos padres, situada onde está hoje o Jardim Anchieta, no vizinho bairro Córrego Grande. Lembra que entrava por essa porteira e ia buscar as vacas que se escondiam nos matos: “Numa ocasião dessas, eu fui buscar a nossa vaca Negrinha, que ela sempre se escondia nos capões. Quando eu cheguei perto da porteira, tinha um petiço parado, e eu não reparei, ele me sentou os pés. Mas, então, pegou mesmo nas fontes, e eu desmaiei.” (2001: 12).

Conta que ficou lá deitado, e depois foi socorrido por um casal que passou por ali, levantou-se e veio para casa. Contou o ocorrido à família e foi para a igreja. Como era época de novena do Divino Espírito Santo, foi à novena para rezar e agradecer a Deus por não ter morrido, e sentiu um chamado para entregar a sua vida a Deus. Lembra que, no exato momento em que entrou na igreja, um grupo no coro estava cantando o canto tradicional do Espírito Santo: “*A nós descei divina luz/ A nós descei divina luz / Em nossas almas acendei/ O amor, o amor de Jesus/ Em nossas almas acendei/ O amor, o amor de Jesus.*’ Então, me considerando salvo daquela patada, por assim dizer, me ofereci a Deus,

‘pro que desse e viesse.’” (2001: 12). Conta que, naquela ocasião, sentiu um chamado do Espírito Santo para servir a Deus, mas que, só mais tarde, quando frequentou o Colégio Catarinense, também por influência dos professores, essa vocação amadureceu e transformou-se no desejo de ser padre.

Reuniões e missas do Apostolado

Dona Tílinha (Cf. Gomes, 2001: 03) lembra que as reuniões do Apostolado²⁵ aconteciam na Igreja, todas as primeiras quintas-feiras do mês, à tarde, às vezes com a presença do padre, que, na época, era o padre Evaldo Pauli. Diz que era um tempo em que havia mais fé, mais respeito à religião. Conta que, nas reuniões da associação, a presidente começa “ensinando como é que tinha que cumprir com o dever da religião, o dever do Apostolado: fazer caridade, ajudar aqueles que precisavam. (...) O nosso apostolado não era muito rigoroso, mas a gente cumpria ordens.” (Gomes, 2001: 02). E tinham que cumprir o dever de ir à missa aos domingos: “Caso faltasse à missa ao domingo, tinha que explicar o motivo para a presidente, por que não foi à missa.” (Gomes, 2001: 04). Conta que essas reuniões do Apostolado levavam a tarde toda. Depois o padre vinha para confessar as integrantes da associação, preparando-as para receberem a comunhão no dia seguinte: “Quinta-feira nós confessávamos, na hora da reunião: uma saía, confessava; outra vinha... E sexta-feira então era a missa, que era a primeira sexta-feira do mês.” (Gomes, 2001: 03). Essas primeiras sextas-feiras sempre foram datas especiais na tradição católica.²⁶ Havia novenas em que era preciso frequentar as missas em todas as primeiras sextas-feiras do mês, portanto, durante nove meses, para que se pudesse alcançar alguma graça desejada, ou então, já agraciado, pagar a promessa. Nessas missas das primeiras sextas-feiras havia a presença de muitas mulheres, porque o Apostolado era grande e enchia mais os bancos. Havia também muitos homens, mas a grande maioria era de mulheres. Dona Tílinha (Cf. Gomes, 2001: 17) diz que, nessas celebrações, as mulheres ocupavam os bancos mais da

²⁵ “O Apostolado da Oração constitui a união dos fiéis que, por meio do oferecimento cotidiano de si mesmos, se juntam ao Sacrifício Eucarístico, no qual se exerce continuamente a obra de nossa redenção, e desta forma, pela união vital com Cristo, da qual depende a fecundidade apostólica, colaboram na salvação do mundo.” (Manual, 1991: 18). [Oferecem sacrifícios segundo as intenções do Sagrado Coração de Jesus, oferecendo toda sua vida com Cristo a Deus Pai]. O Apostolado da Oração, baseado em orações e sacrifícios, nasceu numa casa de estudos da Companhia de Jesus, na França, em 1844. No Brasil, o primeiro centro do AO foi fundado pelos padres jesuítas em Recife, em 1867. Costuma-se perceber grande participação de senhoras.

²⁶ O Código de Direito Canônico, em vigor, foi promulgado pelo Papa João Paulo II em 25 de janeiro de 1983, e o Cãnone 1250 desse Código (Cf. 1987: 543) diz que: “Os dias e tempos penitenciais, em toda a Igreja, são todas as sextas-feiras do ano e o tempo da quaresma”.

frente e os homens, mais detrás. Era uma época em que não havia luz elétrica na rua e a iluminação das missas na igreja era “à luz de velas; e tinha lampiões dentro também, pendurados.” (Gomes, 2001: 48).

Dona Tilinha conta que as senhoras do Apostolado tinham que ajudar com uma mensalidade, mínima que fosse, para garantirem recursos para eventuais despesas, como, por exemplo, o pagamento do aluguel do ônibus quando surgia alguma viagem de passeio: “Naquela época nós pagávamos um cruzeiro por mês.” (Gomes, 2001: 05).

Missa e doutrina dos filhos aos domingos

Aos domingos era dia de ir à missa, e Dona Tilinha faz questão de lembrar, com orgulho, que ia todo domingo, nunca faltava; aos domingos ela ia à missa das oito horas: “Eu me levantava cedinho. Deixava em casa a minha filha mais velha, a Julieta, pra ela poder arrumar os outros pra depois irem à missa. Quando eu chegava em casa, já estavam prontinhos. iam à missa, na segunda missa, para ver a doutrina.” (Gomes, 2001: 24).

Comunhão de véu e ajoelhada

Dona Tilinha (Cf. Gomes, 2001: 04) lembra que para tomar a comunhão era obrigatório as mulheres usarem o véu: as casadas usavam véu preto e as solteiras usavam véu branco. Era também um tempo em que não se podia ir à mesa da comunhão trajando qualquer modelo de roupa: “O padre não dava a comunhão pra mulher que estivesse com o braço de fora, ou [com vestido] decotado. Ele não dava. Tinha que ir de respeito: vestidinho fechadinho, pra tomar a comunhão.” (Gomes, 2001: 17). Lembra que para tomarem a comunhão, era hábito os fiéis se ajoelharem diante do padre com a hóstia, em sinal de respeito, e para isso “perto do altar tinha tipo uma cerquinha. Ali nós tomávamos a comunhão, ajoelhadas.” (Gomes, 2001: 04).

O Apostolado da Oração

Dona Stella (Cf. Hess, 2001: 12) lembra que a sua mãe era presidente do Apostolado da Oração, e por isso a casa deles era muito freqüentada por religiosos [de ofício]. Além disso, a mãe era também a diretora do Grupo Escolar Olívio Amorim; fez concurso e passou: “a minha mãe era a pessoa que mais tinha cultura na paróquia, depois do vigário.” (Hess, 2001: 13). O pai de Dona Stella era protestante. Para casar, prometeu à noiva que ficaria católico, o que nunca cumpriu, passando a freqüentar a igreja apenas nas

missas de Natal e Páscoa. A mãe de Dona Stella estimulava as filhas a rezarem e a fazerem sacrifícios para a conversão do pai. Mesmo assim, a família nunca encontrou empecilho para participar das atividades da paróquia, e todas ajudavam na igreja: “Na nossa casa eram acolhidos todos os padres, bispo, tudo. O meu pai recebia todo mundo: o padre Amilca, o Evaldo Pauli, o Dom Felício. Eu me lembro que a minha mãe até preparava lanche.” (Hess, 2001: 12). A participação no Apostolado da Oração incluía a prática de rezar bastante. Quando chegava o mês de junho, havia novenas diariamente, à noite. Para essas ocasiões, era costume caprichar na arrumação do altar do Sagrado Coração de Jesus, à direita de quem entrava na igreja: “Enfeitava a igreja muito bem enfeitada com bastante acácia mimosa, que hoje quase nem floresce nessa época de junho. É uma flor amarelinha, bem pequenininha, tinha barbaridade. A gente ia colher pra enfeitar o altar do Coração de Jesus.” (Hess, 2001: 13). Essas flores eram da própria vegetação local, e cresciam no terreno pertencente ao posto de criação de gado, [Posto da Monta], da Secretaria da Agricultura, que depois passou a ser terreno da Universidade.

Visitas à igreja

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 11) lembra que a igreja ficava aberta durante todo o dia, e muitas pessoas que passavam por ali diariamente tinham esse hábito de entrar para uma oração. Alunos do grupo quando chegavam cedo, ou ao final da aula, ou mesmo quando não havia alguma aula, também tinham o costume de visitar a igreja: “Isso eu tinha por hábito, porque para ir para o grupo eu passava pela frente da igreja. Eu não achava justo eu passar por ali sem dizer um *oi* pro meu amigão. Eu sempre entrava na igreja e fazia uma oração, rápida que fosse.” (Beltrame, 2001: 10). Conta que esse hábito era muito praticado pelo *peçoal* do grupo escolar, onde lecionava uma grande líder religiosa, Dona Elza Ferreira, professora de religião e moral, que na época foi presidente da congregação. Essa professora era uma beata muito fervorosa e costumava ensinar que toda vez que se passasse na frente de uma igreja, que se deveria entrar, “nem que fosse só pra dar uma entradinha, pra fazer uma jaculatória.” (Beltrame, 2001: 11).

Missa dominical e abrangência da paróquia

Elisabete (Cf. Beltrame, 2001: 09) lembra que por volta de 1955 só havia missas pela manhã, e aos domingos, pois só havia o padre Evaldo Pauli na igreja, e ele tinha que dar conta de várias localidades sob a responsabilidade da paróquia da Trindade, que

englobava uma região bastante extensa. Conta que o padre rezava a missa e já precisava ir atender outras localidades: “Eu me lembro que ele rezava a nossa missa e já saía correndo. Ele tinha um carrinho velho, que não pegava, e muitas vezes a gente empurrava o carro dele ladeira abaixo pra ele poder ir rezar a missa em outros lugares.” (Beltrame, 2001: 09).

Professor Evaldo Pauli (Cf. 2001: 06) conta que, terminado o Império, o governo não pagava mais vigários e por isso houve um declínio do serviço religioso. Assim, as paróquias do interior da Ilha foram ficando sem vigários, até porque não havia tantos padres à disposição, e ele sozinho teve que assumir várias igrejas: “As igrejas matrizes eram seis, vou citá-las: Trindade, onde eu estava; as anexas: no Norte da Ilha era Santo Antônio, Canasvieiras, Rio Vermelho; e no centro da Ilha era Lagoa da Conceição; e no Sul era Ribeirão da Ilha. Era uma matriz com cinco anexas, isto pela impossibilidade de sustentação.” (2001: 07).

Primeira Comunhão

Paulo Ferreira lembra que a sua Primeira Comunhão foi num dia de muito frio e chuva, e conta que após a celebração, as crianças foram fotografadas no altar-mor, em conjunto, mas “a minha fotografia foi tirada individual, eu escolhi tirar na frente da igreja e foi tirada com a porta fechada. É a mesma porta que ainda está lá.” (2001: 14). Lembra que as aulas de catequese eram ministradas duas vezes por semana: “nós saíamos da aula, no grupo escolar, e íamos ou para o Império ou para dentro da igreja.” (2001: 15). Quem ministrava a catequese era tanto a professora Elza Maria Ferreira como a Dona Maria Flora.

A alegria da Primeira Eucaristia

As lembranças mais nítidas de Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 03), em relação à igreja, começam justamente no período escolar e na época da Primeira Eucaristia, em 1955, quando ela estava com a idade de quase dez anos. Naquela época a igreja era pequena, não tinha salas para catequese, então as aulas de religião eram realizadas nas salas de aula do grupo, que ficava ao lado. As catequistas eram as *irmazinhas* da Divina Providência, do Colégio Coração de Jesus, pois a igreja não dispunha de catequistas. Elisabete lembra da emoção na sua Primeira Comunhão enquanto fazia o trajeto para a igreja desde o grupo, ao lado, onde as crianças estavam reunidas preparando-se para o grande acontecimento: “A gente vinha do grupo, todo mundo enfileirado, cantando aquela música: *‘Prometi no meu santo batismo...’* Me lembro disso tão bem, todo mundo

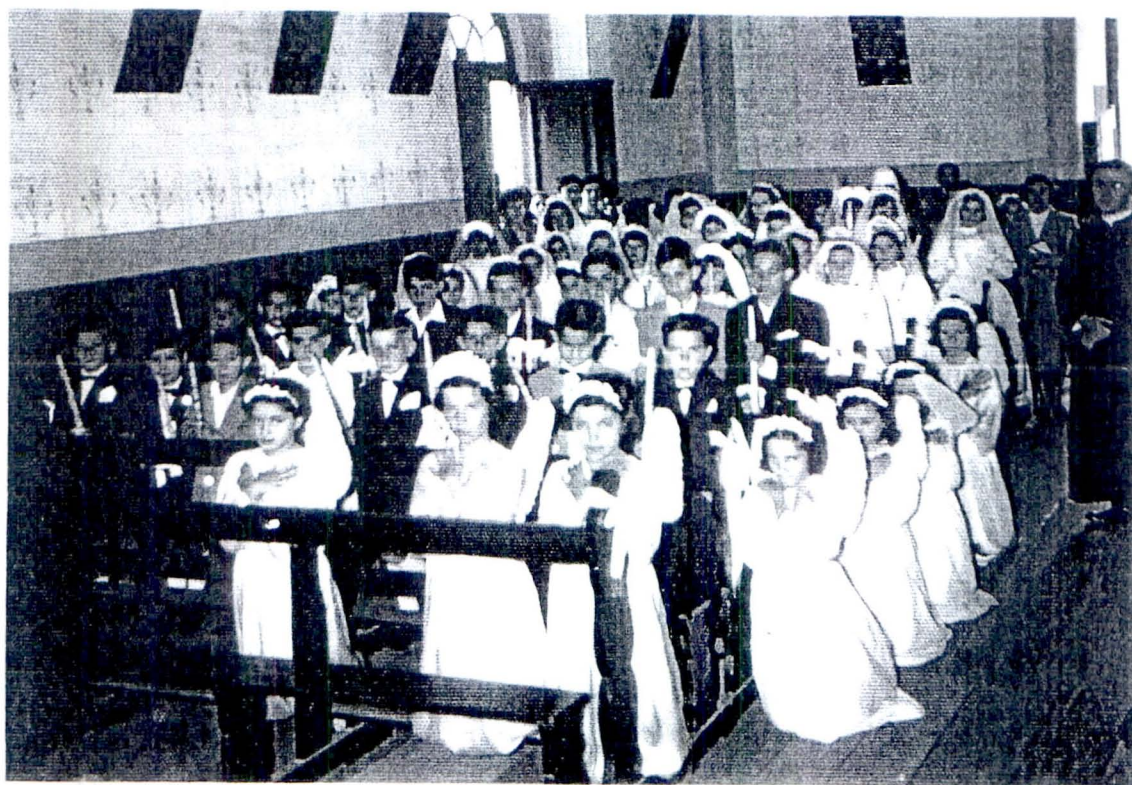
enfileiradinho, cantando isso até a igreja.” (Beltrame, 2001: 04). Essas missas eram sempre realizadas bem cedo, por causa do jejum das crianças, que tinham que ficar sem comer desde o dia anterior. Nesse dia da Primeira Comunhão, as crianças entraram na igreja em fila: as menores na frente, as maiores atrás: “Eu era uma das mais altinhas, eu era das últimas da fila. Me lembro das minhas parceiras que ficaram do meu lado no banco da igreja: era a Maristela Furtado e a irmã dela, a Rosilene.” (Beltrame, 2001: 04). Lembra que, para essas ocasiões, era costume deixar a igreja muito bem enfeitada com flores brancas: “O cheiro do lírio parece que está hoje ainda no ar. Por isso eu até botei lírios, quando eu me casei na mesma igreja. Parece que eu estou sentindo o cheiro do lírio...” (Beltrame, 2001: 05).

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 05) lembra que, separando a nave do altar, havia uma divisória, uma cerquinha, que separava o *santo dos santos*, porque também dentro da igreja sempre houve uma hierarquia de santidade dos lugares. O altar era sempre destinado ao padre ou à realização de cerimônias especiais. Nos dias comuns, os fiéis tomavam a comunhão ajoelhados ali naquela cerquinha, um tipo de genuflexório. Mas no dia da Primeira Comunhão era diferente, as crianças tinham acesso ao altar:

“Eu me lembro dos detalhes, eu achava muito lindo, porque aquilo tudo para a gente era muito especial. (...) A gente tinha uma mesa - pelo menos ali eles faziam uma mesa - que eram os anjos que seguravam a toalha. Um anjo de cada lado. Um do lado de lá e outro do lado de cá. Uma criança vestida de anjo, com asa, com aquela coisa toda, segurava essa toalha, que era uma toalha branca, engomada, maravilhosa, uma toalhinha estreita para as crianças se ajoelharem ali e comungarem. Eu fui anjo no ano seguinte, inclusive.” (Beltrame, 2001: 05).

Conta que essa toalha, de tão engomada, ficava esticada como se fosse uma tábua, ajudando a evitar, no caso de algum descuido acidental, que a hóstia caísse no chão.

E terminada a celebração na igreja, era a vez do esperado momento de comemoração: “Ah!, eu me lembro da alegria das fotos que a gente fez na porta da igreja: todo mundo nos degraus da igreja, com os anjinhos na frente. E [lembro] da festa que vinha depois no Salão Paroquial, que era aquela mesada de doces...” (Beltrame, 2001: 05).



Turma de crianças para a Primeira Comunhão com os anjinhos de asas e o padre Evaldo Pauli de batina. Nas paredes vê-se a antiga Via Sacra. (Foto: sem data, acervo Paulo Ferreira).

Coro da Igreja da Trindade

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 30) conta que, quando voltou do exército, foi participar do coro da igreja. Naquela época não chamavam de coral, era coro. Não era a primeira vez, porque já cantava antes, desde a adolescência, quando ele e o irmão Rafael estudaram até a quinquagésima terceira lição de órgão. A Dona Elza Ferreira era quem tocava o órgão e era a maestrina, às vezes também compunha alguma música. Havia músicas que a Dona Maria Flora dominava, então a Dona Elza tocava o órgão e a Dona Maria era a maestrina. Cantavam músicas de igreja e algumas populares, fora das celebrações. Há uma que se lembra de ter cantado na adolescência: “Aquela, que depois eu fui descobrir que era do Titanic: *‘Mais perto do meu Deus, oh!, pai do céu! Nas duras provações...’*” (Ferreira, 2001: 30). Lembra que Dona Elza Ferreira era uma pessoa muito organizada com as partituras do coro.

Conta que quando chegaram os primeiros estudantes da Polícia Militar, os cadetes, a igreja era um dos poucos pontos de encontro no bairro. Esses alunos vieram de várias cidades, muitos eram católicos e logo pegaram amizade com as pessoas da comunidade: “Entre os cadetes havia o Peressoni, de Brusque, que tocava violino, o Pedro, que tocava trompete, e outro, que não me lembro do nome, que tocava violão. Enriqueceram muito o nosso coro.” (Ferreira, 2001: 30). Esses músicos cadetes também tocavam em outros lugares, mas a dedicação maior era na igreja. Naquela época, muitas vezes, a Dona Elza ou a Dona Maria Flora *tiveram a criatividade* de descer o coro para a frente do povo, perto do altar de Nossa Senhora. “Naquela época elas já tinham essa visão. (...) Já existia esta preocupação delas.”²⁷ Às vezes o coro cantava sozinho, noutras vezes cantava junto com a comunidade da igreja.

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 31) conta que os ensaios do coro eram sempre às quartas-feiras, à noite, sempre depois da novena. Às vezes, quando o ensaio não ficava bom, quando o coro não ficava afinado nas quartas-feiras, o ensaio era repetido aos sábados. Isso era possível porque na época não havia missa aos sábados. Era somente a missa das oito horas da manhã de domingo. Também não havia missas à noite: “Depois é que veio a missa

²⁷ Foram as novas orientações do movimento progressista da igreja, a partir de João XXIII e Paulo VI (Concílio Vaticano II), que possibilitaram o coral sair dos fundos da igreja (do coro) e passar para a frente, mais perto do povo.

das crianças, às nove e meia, criação do padre Pauli. E missas à noite foi muito tempo depois. Não havia também freqüência para tanta missa.”²⁸

As músicas eram mais sacras

Dona Tilha sente saudades das músicas que eram cantadas antigamente na igreja, diz que acha ruim as músicas de agora: “As músicas de antigamente eram lindas, eram muito sacras. A gente enchia o coração quando cantava, era uma beleza. Hoje em dia não, eles mudaram de música, mudaram de letra. Às vezes eu vou na igreja e não canto, porque eu não gosto. Aí eu não canto.” (Gomes, 2001: 16).²⁹

As cantorias na missa

José Acácio Santana (Cf. 2001: 01-04) lembra do entusiasmo com que o povo da Trindade cantava nas suas missas, experiência que vivenciou quando esteve pela primeira vez na igreja do bairro: era 1958, e estava interessado em saber como que um padre filósofo, padre Evaldo Pauli, conseguia se comunicar com um povo simples de um bairro e, principalmente, procurava saber como aquele povo cantava as suas canções. Conta que estava com dezenove anos, era seminarista e já estudava música. O seu interesse maior era saber como aquela comunidade luso-açoriano, o que também tem a ver com as suas origens, cantava as canções que ele tinha no ouvido desde pequeno, quando ouvia a sua mãe cantar: “a minha mãe cantava muito e ela foi cantadeira de ratoeira, foi cantadeira de terno de reis - cantadeira, eles chamavam - e cantadeira das novenas do Espírito Santo. Aquela cantoria açoriana estava dentro de mim - e ainda está.” (2001: 02).

Chegou à igreja, num domingo de manhã, não se lembra se era festa da Santíssima Trindade, mas havia muita gente, tanta que não cabia dentro da igreja. Conta que havia mais gente fora do que dentro da igreja. Precisou ir se enfiando para, a muito custo, ficar no meio do caminho, na porta, donde escutava as cantorias do povo, de dentro e de fora da igreja. Lembra que a cantoria, em termos técnicos, era *um Deus nos acuda*: “Porque a letra era toda errada e aquela cantilena, aquelas apojaturas, aquelas puxadas, aquelas

²⁸ Aqui se percebe a atribuição ao padre Pauli da *criação* de uma prática que estava sendo orientada para toda a Igreja Católica.

²⁹ Cantando há mais de vinte anos no Coral da UFSC, lembro que o maestro Santana sempre ensinava que é preciso que o repertório das missas seja atualizado, até para atrair as novas gerações aos cultos, mas também é preciso que sejam mantidas algumas músicas antigas para que o fiel possa resgatar o sentimento de devoção que vem consolidando por uma vida inteira, e possa, também através dos cantos, se sentir parte da sua comunidade religiosa.

negligências, que a gente chama, no cantar: *ahhhh*. Aquelas subidas e descidas, aquilo tinha em tudo. Então, tecnicamente falando, era um desastre.” (2001: 03). Mas lembra que, *socialmente falando*, havia a unidade de um grande coro do povo, em que gente de todas as idades cantavam, cheios de entusiasmo, e cada um do seu jeito: “Não tinha livro, ninguém tinha a letra, tudo de cor, e conforme a cabeça mandava. Ali eu acho que era assim: o que vinha na cabeça, se cantava. Aquele que puxava o canto dizia: ‘- Canta! Todo mundo, canta!’ E todo mundo cantava, sem saber nada.” (2001: 03). Parado ali na porta, surpreso, prestava atenção na harmonia dos sons, embora nem sempre houvesse coerência das letras: “Chegou um momento em que eu ficava assim: com um ouvido escutando o que vinha de dentro, bem na porta, e o outro, escutando o que vinha da rua: a cantoria era igual. E o povo todo cantava. Uma loucura! Mas era uma coisa linda, linda demais.” (2001: 04).

Conta que, quando chegou na hora da consagração, tocaram o sino:

“Aí eu vi que a igreja tinha sino. Eu não tinha visto antes, porque quando eu cheguei, estava já aquele povo todo. (...) E eu tive a preocupação de, quando sair, olhar lá pra ver bem o sino, porque eu queria ver o sino, de curioso. (...) O sino batendo na hora da consagração, poucas vezes eu tinha visto, e poucas vezes eu vi isso na minha vida. E lá foi a primeira vez que eu vi o sino batendo na hora da consagração...” (2001: 04).³⁰

Maestro Santana lembra que na hora da comunhão, como só havia um padre, a distribuição da comunhão demorou um pouco mais, sobrando tempo para que o povo cantasse de tudo: canto de Nossa Senhora na comunhão, canto do Espírito Santo, canto da Santíssima Trindade, canto do devocionário: “E todas as partes da missa, o povo inteiro cantava. Ali não tinha solista, alguém puxava o canto e o povo assumia. Foi uma experiência muito interessante, inesquecível.” (2001: 04).

Estudos de Coroinha

Da época em que as missas eram rezadas em latim, Paulo Ferreira (Cf. 2001: 39) lembra do seu tempo de coroinha, quando ajudava nas missas na capela das Irmãs da Divina Providência e na igreja da Trindade. Conta que, na sua família, todos os oito

³⁰ Na sua entrevista, Dona Stella (Cf. Hess, 2001: 53) conta que os dois sinos da antiga igreja estão na torre que *ela inventou* de fazer para a igreja nova, em 1980; e conta que mandou fazer, em São Paulo, um terceiro sino, de tamanho intermediário, para que o conjunto ficasse com um som mais harmonioso. Naquele trecho da entrevista, ela narra *os esforços* para a instalação desses sinos, na véspera da inauguração da torre.

filhos homens foram coroinhas. E para isso havia um ensinamento especial: “Comecei com oito anos. Era tudo em latim, nós tínhamos que aprender em um treinamento de um mês, com a irmã Elvira, que era a responsável pelas missas.” (Ferreira, 2001: 39). Ele lembra que acompanhava o irmão mais velho, que já sabia tudo, mas tinha que ficar de boca fechada, só escutando para ir aprendendo. Como tinha facilidade para o latim, acabou por superar o irmão. Lembra que naquela época o padre ficava de costas para o povo, a missa era rezada em latim, e “as respostas do coroinha também eram tudo em latim. O povo não respondia nada na época, era só o coroinha que respondia: ‘- *Em nome de Patris, et Filius et Spiritus Santi...*’ ‘- *Amén*’. O coroinha tinha que responder alto, para o pessoal que acompanhava a missa poder ouvir.” (Ferreira, 2001: 39). E conta que se ele, como coroinha, respondia baixo, o frei Bonifácio berrava para que respondesse alto. Para que a irmã Elvira liberasse os aprendizes de coroinha, ela tomava as lições. Ela rezava a parte do padre e os coroinhas respondiam a parte deles. Paulo lembra que desde pequeno tinha vontade de ser coroinha, estimulado pelos irmãos que já eram coroinhas, e também porque aprendeu cedo a ler no grupo e sempre tinha uma *ansiedade de saber*. A freira achava que ele era muito novinho, e que ainda era muito cedo, porque ainda tinha dois irmãos, logo acima dele na idade, sendo coroinhas, mas como insistisse muito, a freira acabou concordando com o desejo do rapaz. Numa família de quatorze filhos, oito eram homens - os quatro últimos homens vieram em seqüência -, e todos ajudaram na igreja: “Nós morávamos ali próximos, e éramos pobres. A minha mãe recebia muito auxílio das freiras. Como contrapartida, cada filho foi ser coroinha, começando pelo mais velho.” (Ferreira, 2001: 40). Os coroinhas ajudavam nas missas que eram rezadas às seis horas da manhã na capela das irmãs da Divina Providência, todos os dias: *com frio, com chuva, com vento, com sol, com o tempo que fosse*. Paulo faz as contas dos anos que ajudou como coroinha lembrando de um fato ocorrido quando era adolescente: Houve um dia, 16 de junho de 1958, às seis e meia da manhã, logo após terem ajudado na missa na capela das irmãs, - durante a semana a missa só demorava meia hora, porque não havia homilia - enquanto iam para tomar o café em casa para em seguida pegarem o ônibus para o Colégio Catarinense, Paulo e o irmão foram chamados por uma vizinha, Dona Apolônia Giray, que estava indo levar suas vacas para o pasto das freiras, e gritou-lhes com o seu sotaque de origem alemã: “- Paulo, Rafael, não vai ter aula hoje pra vocês! (...) Morreu o governador Jorge Lacerda,

Nereu Ramos...” (Ferreira, 2001: 41). Com essa notícia correram para casa e encontraram o pai escutando o rádio, porque na época só havia o rádio, e estava dando a notícia. Em seguida teve a nota informando que seria feriado nacional, porque Nereu Ramos havia sido Presidente da República: “Eu tinha quatorze anos, em 1958. Não, eu tinha treze anos e meses, porque o meu pai faleceu no ano seguinte. Mas eu ainda fui coroinha até os dezesseis anos. Ajudei a missa oito anos nas freiras.” (Ferreira, 2001: 42).

Legião de Maria

Dona Stella lembra da fundação da Legião de Maria,³¹ da qual ela foi uma das fundadoras, quando tinha os seus 19 anos: “Na época veio uma moça de São Paulo, Lia Cintra Rolin, para fundar a Legião. Estava fazendo visita em diversas paróquias e bateu aqui. Como aqui não havia, o padre Evaldo me chamou e me apresentou a ela. Então eu fiquei como presidente da Legião de Maria.” (Hess, 2001: 26). Um cargo que costumava ser designado pelo padre. Eram geralmente moças. Numa época havia umas quinze participantes. Um trabalho de muita oração e de fazer visitas, pelo menos uma vez por semana, em casas de pessoas da comunidade, e também fazer visitas e dar assistência quando havia alguém doente nessas famílias; e ainda tinham a obrigação de rezar todas as noites uma determinada oração. As reuniões da Legião de Maria eram às quintas-feiras, à tarde ou à noite. Eram momentos de relatar as visitas e de fazer orações pelas pessoas que estavam precisando. O padre, às vezes, acompanhava essas reuniões, nas quais havia um momento especial chamado *alocucio*, em que a integrante devia falar alguma coisa espontaneamente, mas era costume se preparar. Dona Stella tinha sempre o hábito de falar gesticulando e lembra que, depois de uma dessas reuniões, o padre Evaldo foi à casa da mãe dela e fez elogios: “- O padre Evaldo esteve aqui e disse que tu falaste tão bonito, que falas com as mãos.” (Hess, 2001: 27). Dona Stella participou dessa associação por uns três anos, até os vinte e dois anos, quando foi embora para Blumenau. Também participou das Filhas de Maria - Pia União das Filhas de Maria -, desde os doze, treze anos, e depois veio a ser a sua vice-presidente. A presidente era a Dona Elza Ferreira. As Filhas de Maria

³¹ “A Legião de Maria é uma Associação de Católicos que, com a autorização eclesiástica, formaram uma Legião para servir na luta perpétua da Igreja contra o espírito do mundo e os poderes do mal. Está sob o poderoso comando de Maria Imaculada, Medianeira de todas as graças (formosa como a lua, brilhante como o sol e, - para Satanás e seus seguidores - terrível como um exército em ordem de batalha).” (Cf. Legio Mariae, 1967: 09). O manual divulga que a Legião de Maria foi fundada em 7 de setembro de 1921 em Dublin, na Irlanda.

usavam uma fita azul no pescoço, alusão à Nossa Senhora, e “o principal trabalho era dar exemplo para a juventude, ter um comportamento que, na época, se pudesse dizer: um comportamento digno de jovens. Eram, de um modo geral, moças mais recatadas. Não podia dançar.” (Hess, 2001: 31). E as integrantes pagavam uma mensalidade, pouca coisa, mas todo mundo pagava.

Missas Incorporadas – Filhas de Maria

No terceiro domingo de cada mês eram realizadas as Missas Incorporadas, com a presença de todas as moças que estavam admitidas na congregação das Filhas de Maria.³² Elisabete Beltrame conta que “era uma missa especial. Todo mundo ia de uniforme, e com a bandeira da congregação. Era uma missa bonita. Todo mundo gostava de ir nessa missa.” (2001: 08). Nessas ocasiões era cantado o hino da congregação Mariana. Lembra que todas entravam na igreja cantando, com a bandeira da congregação; geralmente, quem levava a bandeira era a presidente, e todas as Filhas de Maria entravam enfileiradas e sentavam nos bancos especialmente reservados. Conta que a bandeira era azul e branca com o símbolo de Maria, um símbolo que também é utilizado pelo atual papa, tipo de um ‘x’, com um ‘t’ grande, e um rosário: “A gente entrava com aquelas fitas azuis penduradas no pescoço, véu branco, símbolo da pureza. Tinha que ser com véu, - imagina! -, não podia ser sem véu.” (Beltrame, 2001: 17). Ela lembra que na fita azul tinha a medalha com esse símbolo de Nossa Senhora, que é o ‘M’ de Maria, o ‘P’ que é um símbolo do papa, e o desenho de um rosário em volta. Do outro lado da medalha, havia a imagem de Nossa Senhora.

Os Casamentos da Comunidade

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 56) lembra dos casamentos na igreja, numa época em que eram raras na comunidade as cerimônias de casamento com pompa. Mas quando havia casamento de famílias tradicionais, com poder aquisitivo maior, o evento sempre ganhava maior evidência. Lembra com saudade do casamento das duas irmãs, uma delas sua

³² “A Pia União das Filhas de Maria é uma associação de moças cristãs que, militando sob a bandeira de Maria Imaculada, tem por fim evitar o mal e progredir a piedade cristã na honestidade dos costumes e na observância dos próprios deveres, mediante a proteção da Virgem Imaculada e de Santa Inês e as regras que a Pia União prescreve. A origem da Pia União das Filhas de Maria remonta ao século XII (Itália). No século XVI, a Pia União foi fundada na França donde se espalhou, especialmente nas escolas das Irmãs de Caridade.” (Cf. <http://www.catolicoempre.org.br/associa/fmarioa.htm>). Propondo a devoção e a imitação de Maria Imaculada, a associação é um meio de santificação pessoal e também de ajuda na santificação dos outros.

cunhada, Ana Maria e Isabel Gomes, que casaram juntas no dia 19 de abril de 1969: “Foi uma coisa muito bonita. Eu convenci a Isabel e a Ana Maria, e colocamos a trilha sonora da cena do casamento da Maria com o capitão, do filme *A Noviça Rebelde*. Ninguém cantou no casamento delas. Eu levei um toca disco lá pra cima e passei a mesma trilha sonora do casamento: *Processional and Maria*.” (Ferreira, 2001: 56). As duas entraram juntas na igreja, com o pai no meio de mão com as duas. Paulo também lembra do casamento de uma de suas irmãs, que casou em 1951: “eu tinha seis anos e me lembro de tudo, até a roupa que a minha mãe foi e a forma como foi comprada.” (Ferreira, 2001: 57).

O casamento de Filha de Maria

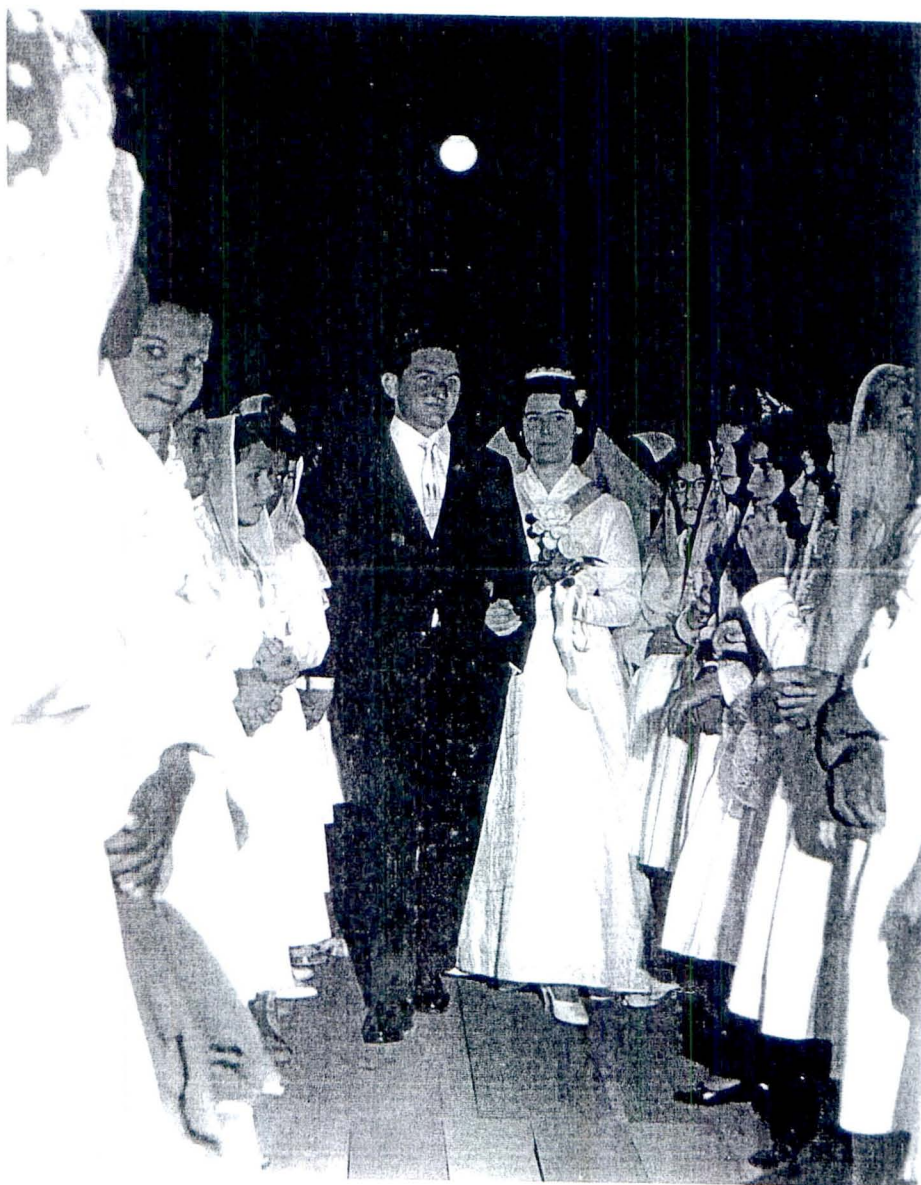
Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 18) recorda que, para o dia do seu casamento, desejou repetir as boas lembranças que ainda estavam muito presentes, desde a Primeira Comunhão realizada na mesma igreja. Aos escolher as flores que enfeitariam esse dia, fez questão que fossem das mesmas que ela ainda guardava um delicioso cheiro na memória: “Foi toda com lírios, Lírio de São José - tem pessoas que chamam Palma de São José - nos bancos e no altar. O altar estava muito bonito, enfeitado com toalhas de renda. E um tapete no corredor da igreja, que era praxe colocar.” (Beltrame, 2001: 18). As noivas, que faziam parte da congregação das Filhas de Maria, tinham uma cerimônia especial no dia do seu casamento, e entravam na igreja escoltadas pelas outras Filhas de Maria, todas orgulhosamente arrumadas com o seu vestido branco:

“O meu casamento foi um casamento tradicional de Filha de Maria. O casamento de Filha de Maria tem, como tem no casamento de militar, a guarda de militares. Quando casa uma Filha de Maria, as outras Filhas de Maria fazem também aquela guarda das Filhas de Maria. Elas fazem aquele corredor lateral na rua, na frente da igreja, e a noiva passa pelo meio. Depois que a noiva entra, elas também entram em fila e se postam do lado esquerdo e direito do altar, tipo uma guarda de honra. Após a celebração do casamento, a presidente da congregação convida a noiva e o já seu esposo a irem até o altar de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na parte da frente do arco, onde tem um altarzinho, um genuflexório preparado, bem arrumadinho, com toalha de renda, pra que se faça a consagração do casal à Nossa Senhora, que é um momento muito bonito. Todas as Filhas de Maria rodeiam o casal e fazem a celebração da consagração. Reza-se, e depois, geralmente, é cantado o hino da congregação. Elas cantam o hino: *Eu prometi, sou Filha de Maria, por minha mãe agora a recebi, amá-la-ei na dor e na alegria. É minha mãe, amá-la prometi. Eu prometi, fiel serei por toda a vida à minha mãe, à minha mãe querida...*” (Beltrame, 2001: 16).

Lembra que, porque estava emocionada, nem conseguiu cantar naquela hora, e as outras Filhas de Maria é que cantaram.



Cerimônia especial de uma Filha de Maria (consagração do casal) diante do altar de Nossa Senhora logo após a realização do casamento de Elisabete e Gentil Beltrame. Da esquerda para a direita: 1ª) Zenaide Renzi; 2ª) Telma Jacques (?); 3ª) Bernadete Cordeiro (hoje senhora Paulo Ferreira); 4ª) Selma Jacques (?); 5ª) Laura Rosa; 6ª) Vânia Cordeiro; 7ª) Zaide Ferreira; 8ª) (?); 9ª) Miriam de Sousa Pausewang; 10ª) "Bá". (Foto: 19 out. 1968, acervo Elisabete Beltrame).



Casamento de Simão José Hess e Stella Maris Pausewang, celebrado por padre Evaldo Pauli na antiga igreja da Trindade, em 09 de julho de 1960. O casal sai da igreja passando entre a guarda de honra formada pelas Filhas de Maria. Perceba-se no pescoço da noiva a medalha e a fita da Congregação das Filhas de Maria. (Foto acervo Stella Hess)

1.2. CASA DO DIVINO

1.2.1. O Império

Pares padrinhos

Dona Tilinha (Cf. Gomes, 2001: 18) conta que a Casa do Divino, ou Império, durante as festas da Trindade era utilizada para abrigar os *pares padrinhos*, o rei e a rainha, que eram geralmente crianças. Diz que hoje também usam casais de adolescentes. Os *pares padrinhos* eram muito bem vestidos. Ficavam sentados em cadeiras especiais, mais elevadas, arrumadas com toalhas para eles sentarem, enquanto eram admirados pela população de fiéis: “Depois da missa, as crianças vinham de volta e ficavam ali até mais tarde, para as pessoas verem. Eram muito bonitas, muito bem arrumadas. A gente entrava ali para ir ver as crianças.” (Gomes, 2001: 18).

As promessas

Hassis Corrêa (Cf. 1993: 27) lembra que a Casa do Divino possuía uma sala na parte da frente, onde era instalado o altar do Divino, e uma sala pequena atrás onde colocavam as massas das promessas para vender.³³ Conta que o cortejo ia para a Casa do Divino e ali os *pares padrinhos* ficavam sentados o dia inteiro, recebendo as promessas de massa, de vela, das pessoas que tinham devoção: “Até hoje, minha mãe, que está com oitenta e oito anos, vai à Trindade pagar uma promessa que ela fez para a gente na época, uma cabeça, uma perna,... Não sei. Ela paga tudo: faz uma promessa e paga. Enquanto fosse viva ela ia pagar a promessa, a graça que ela alcançou.” (Corrêa: 1993: 35). Diz que sua mãe, Dona Laura, começou a pagar essa promessa quando ainda morava na Trindade, e

³³ “O pagamento de promessas com pão (de massa doce ou sovada) na forma da parte do corpo que deu motivo à promessa é uma particularidade da Festa do Divino. Encontram-se pés, pernas, mãos, cabeças, braços, corações, corpos (boneco) de massas, que são oferecidos ao Divino, em louvor da graça alcançada. Durante os dias da Festa, estes pães após serem abençoados serão leiloados e vendidos aos fiéis.” (Nunes, 2000: 155).

recorda com orgulho que “a mãe teve uma participação muito ativa, como liderança de mulheres, de movimento, na época.” (Corrêa, 1993: 35).

Outros usos do Império

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 15) lembra de quando usavam o Império para velar as pessoas ou fazer ali os últimos atos, as celebrações fúnebres, pois na sua curiosidade infantil era *danado* para ver os mortos. Lembra que o Império também era usado para guardar as barraquinhas da festa e outras coisas; bancos que excediam na igreja, cadeiras, etc. Por ocasião das festas, era tudo lavado, tudo limpo; eram abertas as portas e lavadas as paredes; porque para lá ia o cortejo. O Império era pequeno, era só uma sala na frente e uma salinha atrás. Houve uma época em que o Império teria servido como igreja: “Eu não lembro dele como igrejinha. Mas o Império serviu como igrejinha antes dessa igreja antiga ser feita. Há cento e sessenta anos atrás, porque ela é de 1853. Houve uma grande festa quando fez um centenário.” (Ferreira, 2001: 16).

Os ensaios da banda de música

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 26) tem algumas lembranças de uma banda que havia na igreja, no seu tempo de criança. Conta que o padre Evaldo Pauli é que formou a banda, porque ele tinha essas idéias, e isso era *muito legal*. Lembra que o padre formou a banda com os garotos, os adolescentes, mas não lembra como foram conseguidos os instrumentos, acredita que o padre mesmo é que fornecia os instrumentos. Conta que um primo-irmão seu, que na época morava na sua casa, tocava tuba nessa banda. Lembra que o seu primo tinha vários amigos, e que o Walter Barcelos também tocava na banda: *acho que era clarinete*. Com um pouco de riso, diz que “o pessoal se reunia pra ensaiar, acho que era à noite que eles ensaiavam, e o meu primo trazia essa tuba pra casa, aquela tuba imensa. Eles vinham pela rua tocando aquela tuba de noite. Não tinha luz na rua. Eu acho que, por medo da escuridão, eles vinham tocando pra espantar os maus espíritos.” (Beltrame, 2001: 26). Lembra que chegou a assistir a algumas apresentações, porque eles tocavam de vez em quando na igreja, no Salão Paroquial. Mas acha que não durou muito essa banda.

A reunião com o bispo e a Irmandade

Professor Evaldo Pauli (Cf. 2001: 17-24) lembra que na Casa do Divino, na década de 1950, aconteceu a reunião com o bispo a respeito da participação da Irmandade da Santíssima Trindade e Espírito Santo na construção do Salão Paroquial. Ele conta que, por

causa de um erro no estatuto da associação, havia um conflito muito grande entre a paróquia e a Irmandade, o que motivou uma resistência à construção do Salão Paroquial. Ele lembra que a Irmandade fazia a festa da paróquia e mantinha *algo substancial* para uso próprio, embora desenvolvesse algumas coisas boas, como ajudar no enterro dos irmãos. Mas conta que percebia a contradição: “Uma paróquia da Igreja Católica obedece a uma norma canônica, uma lei especial, que diz muito claramente que ‘a festa do titular é da paróquia’. Curiosamente, a Irmandade fazia a festa e usufruía dos seus rendimentos.” (Pauli, 2001: 20). Lembra que, como vigário, teve dificuldades na hora de realizar a festa do padroeiro, e conta a sua atitude diante da negativa por parte da Irmandade: “- Não, mas está escrito aqui, o bispo aprovou o nosso estatuto: que [a festa] é da Irmandade.’ Aí, eu fiquei assim com um problema, falei com o vigário geral, e depois encaminhei o assunto ao bispo, dizendo que ‘Assim não dá pra dirigir a paróquia, eu tenho que cumprir o Direito Canônico.’ Aí, o bispo não gostou.” (2001: 20). Diz que o bispo não gostou porque, como tinha se equivocado ao aprovar um estatuto que não respeitava ao Código Canônico, queria salvar-se da situação. Como a festa da Trindade é no domingo seguinte ao do Espírito Santo, professor Evaldo lembra que apresentava aos *irmãos* uma solução que também desse desenvolvimento à Irmandade: “Olha, nós podemos fazer o seguinte: fazemos a festa do Espírito Santo, da Irmandade. Aí fica tudo legal. E, domingo seguinte, a festa da paróquia, ou seja, da comunidade maior.” (Pauli, 2001: 20). Assim ficaria tudo dentro da lei, mas diz que a Irmandade não aceitava. Conta que a Irmandade, por força do seu estatuto, há alguns anos vinha coordenando as duas festas, fazendo com que uma fosse continuação da outra. E acontecia que a primeira festa acabava sendo *uma sombra* diante da festa da Santíssima Trindade, que era a festa maior na paróquia. Professor Evaldo diz que a sua contestação estava justamente nisto: que o estatuto da Irmandade não poderia incluir a festa paroquial.

Ele lembra que, como o bispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, numa conversa, quis lhe dar a entender que ele, o padre, não era muito diplomático para resolver o problema da ajuda da Irmandade na construção do Salão, propôs ao bispo: “Vamos fazer então o seguinte: Vossa Excelência está convidado para vir à Trindade. Vossa Excelência mesmo proporá aos da Irmandade a ajuda.” (2001: 21). Conta que o bispo aceitou e veio à Trindade. Como sabia que o bispo gostava de certa pompa, professor Evaldo diz que mandou um ofício à Irmandade convidando-a para a recepção ao bispo, para o que eles

deveriam comparecer trajando as suas opas. Conta que a recepção ocorreu pela manhã, houve uma missa, e o bispo já teria ficado descontente com o fato de a Irmandade não tê-lo recepcionado com o seu traje oficial. Professor Evaldo lembra da sua conversa com o padre Quinto Baldessar, secretário do bispo, que o acompanhou naquela ocasião: “Olha, padre Quinto, esse negócio aí não vai dar certo, porque o pessoal vai dar contra o bispo.” O padre Quinto disse assim: “- Deixa acontecer.” (2001: 22). E, à tarde, aconteceu a reunião no Império, [Casa do Divino]. Professor Evaldo conta que o bispo fez a proposta para que a Irmandade apoiasse a construção do Salão, e a resposta veio logo: *Não!* E o bispo respondeu *fazendo língua* para o provedor da Irmandade: “Ele tinha esse hábito. Quando ele esticava a língua eu sabia que por ali viria uma decisão.” (Pauli, 2001: 23). Professor Evaldo diz que, mais tarde, quando foi eleita a nova diretoria da Irmandade, e conforme os trâmites, foi solicitada a aprovação do bispo: a aprovação nunca veio, e a Irmandade acabou: “Mas isso depois de mim, que deixei a paróquia de Trindade em 1962, a qual foi então assumida pelos padres capuchinhos.” (Pauli, 2001: 21). Professor Evaldo completa que, quando os capuchinhos chegaram à Trindade, em 1962, a paróquia havia sido entregue a eles, porque é a praxe da Igreja tornar a ordem a *dona* da paróquia, e não mais a mitra, como que para dizer que *a ordem tem certo direito de estabilidade*: “Então os capuchinhos aceitaram vir, mas com a condição de não haver essa interferência da Irmandade.” (2001: 24). Assim, os capuchinhos não tiveram problemas com a administração de nenhuma festa, pois já não havia mais a Irmandade, e a própria paróquia ficou encarregada de gerenciar as festas: “É como hoje está lá, e muito de acordo com o Direito Canônico. (...) Continuam sempre duas [festas], a do Espírito Santo e a da SS. Trindade, como desde a origem da paróquia.” (Pauli, 2001: 23).

1.2.2. O Anexo

A construção nos fundos do Império

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 17) conta que antes de construir o Salão, o padre Pauli fez um tipo de um salão paroquial atrás do Império, uma construção mais larga, de madeira, que emendava no Império e ia até a divisa com o cemitério. Quem olhava de frente para o Império, à esquerda, percebia que a construção avançava para os fundos no mesmo

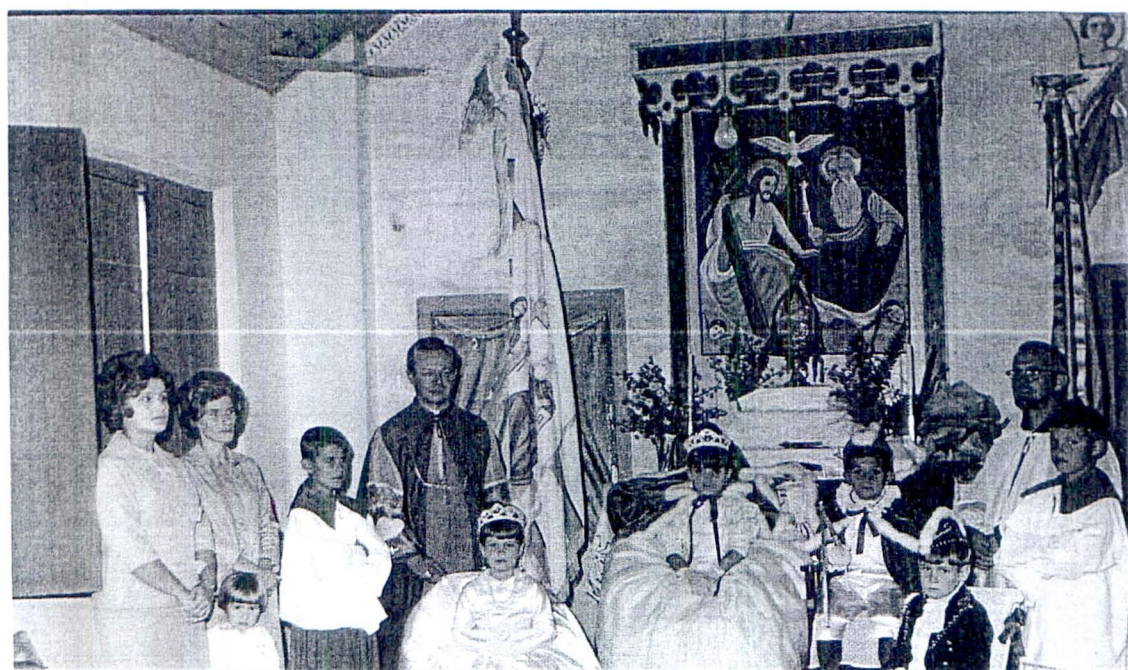
alinhamento, mas, no outro lado, avançava para a direita além do alinhamento do Império. Desses dois pavimentos de madeira que o padre Pauli fez, uma parte foi alugada para um casal de estrangeiros, um russo e uma russa. O russo trabalhava como marceneiro para a igreja e fazia serviços para a comunidade.³⁴ O casal morava apenas na parte de cima. Era um quarto, um banheiro e uma sala. Paulo já havia conhecido essa moradia em outras oportunidades, pois, como coroinha, tinha acesso a várias dependências. As suas lembranças foram reavivadas numa ocasião em particular, quando estava com uns onze anos e precisou ir até essa casa, “porque quando [o russo] morreu - eu não me lembro mais o nome dele -, acompanhei minha irmã, a Elza, para buscar as roupas para ele ser sepultado, porque ele faleceu no hospital.” (Ferreira, 2001: 17). A esposa do russo chamava-se Helena. Era uma senhora muito bonita, mas como o marido ficava muito tempo doente, “gostava de chamar os rapazes mais velhos que nós, os moços, pra lá... Bom, eu era pequeno não podia...” (Ferreira, 2001: 17). Na parte de baixo, havia uma sala grande onde, muitas vezes, antes de ter essa oficina, a área era utilizada como sala para doutrina, catequese, e também para os cafés dominicais com a finalidade de arrecadar dinheiro para a construção do Salão.

O casal de estrangeiros atrás do Império

Professor Evaldo (Cf. 2001: 41-45) lembra do casal de estrangeiros refugiados que morou num quartinho atrás do Império e ajudava em alguns serviços da paróquia. Esse quartinho foi uma obra realizada na sua época: “Os fundos eram um espaço desocupado, onde construí, com mais uma extensão para o lado, com vistas a dar uma entrada separada. Um espécie de casinha, ocupada para várias coisas. Então, apareceu ali um casal de refugiados da China.” (2001: 41). Conta que os dois eram de origem polonesa, mas nascidos na Rússia, de onde fugiram para a China com a Revolução Comunista de 1917. Vivendo em Pequim, onde trabalhava como químico industrial, aconteceu que, enquanto viajava num bonde da cidade, ocorreu uma batida e esse senhor quebrou a espinha, e passou a andar corcunda. Com a Revolução também na China, fugiu daquele país e veio para o Brasil, Santa Catarina. Aqui, teriam se aproveitado dos conhecimentos dele para fazer moeda falsa. Tendo sido apanhado, deveria ter voltado à China, mas, por intercedência de Dom Felício, bispo auxiliar de Florianópolis, acabou ficando por aqui,

³⁴ Na sua entrevista, o professor Evaldo Pauli não confirma que o inquilino também atuava como marceneiro.

morando numa casinha na Trindade, e pagando o próprio aluguel com alguns serviços que fazia. Quando isso já não era mais viável, procurou a ajuda do padre Evaldo que lhe disse: “Olha, eu tenho lá um quartinho no fundo do Império. Então, você faça o seguinte: você fica morando ali, juntamente com Helena, e dá um expedientezinho para mim. Quando alguém vier pedir uma certidão você a escreve, e depois eu assino. Vocês farão sua comida, mas todo dia eu lhes arranjo algo mais.” (Pauli: 2001: 43). Assim os russos fizeram. Como falavam polonês, russo e português vieram oferecer ao padre Evaldo se não queria aprender russo: “Quero. Então ele me emprestou uns livrinhos, e fui aprendendo russo com ele.” (2001: 43). Professor Evaldo conta que, depois, procurou o desembargador Henrique da Silva Fontes, um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, e conseguiram uns quinze alunos para aulas de russo na Universidade. Certa manhã Helena apareceu chorando porque o marido havia morrido; ele já estava com problemas de coração. Professor Evaldo conta que falou com um dos alunos de russo, professor Evangelista de Andrade, e este providenciou o enterro do senhor Puchalski no Cemitério do Itacorubi. Lembra que Helena vendeu alguns livros que possuíam e lhe deu outros por lhes ter dado amparo: “Guardo ainda hoje: um dicionário russo-alemão e uma enciclopédia, de um volume, com informações filosóficas. Entre os livrinhos que possuíam, em várias línguas, não faltava mesmo um em Esperanto.” (Pauli: 2001: 43). Professor Evaldo conta que depois ela conseguiu voltar finalmente para a China: “Ela sempre foi muito fiel a ele”. (Pauli, 2001: 40).



Interior da Casa do Divino ou Império arrumado durante as festas do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade. Da esquerda par a direita (adultos): Claudete Gomes Aguiar, Catharina Maria [Ferreira] da Silva, Dom Afonso Niheus (Bispo Coadjutor da Arquidiocese) e Frei Fidelis (de óculos). Crianças: Emir Terezinha da Silva (pagem), Márcia Gomes Aguiar (imperatriz), Humberto Ferreira (imperador) e Edmilson Neves da Silva (pagem). (Foto: 1968 (?), acervo Paulo Ferreira).

1.3. O SALÃO PAROQUIAL

1.3.1. A Construção

O Salão no caminho do cemitério

Professor Evaldo Pauli (Cf. 2001: 26) lembra que começou com a idéia de fazer um Salão logo que chegou à paróquia, mas que a construção ocorreu, sobretudo, de 1955 a 1962.

Conta que, antes de realizar as obras do Salão, era preciso regularizar a situação do terreno. Lembra que o antigo cruzeiro foi deslocado do adro, diante da igreja, para o lado, no local do antigo campanário, e, com isso, aconteceu que a igreja perdeu o espaço da frente da igreja. Diz que, como tudo que vem do Império, em geral, era do governo, e, como “a igreja não tinha documento de nada, eu fiz um requerimento e requeri o espaço, incluindo o lugar do antigo cruzeiro.” (2001: 14). Mas a prefeitura propôs outra solução: no acordo com a prefeitura, foi cedido para a rua o espaço do antigo cruzeiro, mas, em contrapartida, a prefeitura não contestou o terreno entre a igreja e o Império, apesar de ser a passagem para o cemitério. Nessa época da construção do Salão, o cemitério já era municipal, ao contrário do tempo do Império, quando pertencia à Igreja, e costumava ser instalado nos terrenos do fundo das igrejas. Conta que, depois de resolvido o problema da cedência do terreno, e procedidos os trâmites com o bispado, resolveu aprovar a construção do Salão, e começou com uma planta provisória. Lembra que havia um alto-falante na torre da igreja, instalado pelo vigário anterior, que aproveitava uma abertura circular da arquitetura da torre. Como esse alto-falante era utilizado quase todo dia, embora mais intensamente nos finais de semana e pela ocasião das festas, concluiu que seria melhor deixá-lo instalado o mais alto possível: no alto da fachada do Salão. A partir de um esboço inicial, com recortes escalonados que conduziam à cumeeira, elevada para abrigar um pequeno sótão, padre Evaldo fez um desenho para a construção da fachada atual do Salão:

“Aqui, mais na frente, nós tínhamos um terceiro andar, e o alto-falante ficava bem alto. Então dali vem essa imitação, que eu mais ou menos desenhei, e o pedreiro lá fez os arranjos dele. Dali saiu essa figura, que não é uma figura comum: não é muito estética, mas também não é antiestética.” (2001: 17).

Lembra que havia na paróquia os que eram contra a iniciativa do padre e os que o apoiavam: basicamente, o lado liderado pelos membros da Irmandade, que congregava os homens, e o lado das associações femininas, que congregava as mulheres. Assim, o começo das obras foi um período de muitos conflitos. E para tentar solucionar os conflitos entre a igreja e a Irmandade, e criar condições de gerar algum recurso para a paróquia, fizeram um acordo para a exploração das barraquinhas durante a festa, a partir do qual foi dividida a área da praça: uma parte para as barraquinhas da igreja e outra para as barraquinhas da Irmandade, que insistia em avançar a área destinada à igreja. Por conta disso, lembra que, certa vez, o Seu Manoel Gomes, um senhor *muito decisivo*, marido da Dona Tílinha e pai do *ajudante de missa* Walter Gomes, chegou lá e disse: “- Olha!, se esse negócio não vai para o lugar certo, eu vou derrubar com o machado essas barraquinhas.” (Pauli, 2001: 35).

Iniciadas as obras, conta que essas se desenvolveram da parte da frente para os fundos do edifício, deixando por último o palco, mas que a boca do palco foi feita logo no começo da construção. E em seguida foi construído o palco, porque, afinal, era do que mais precisavam para as apresentações. Lembra que também construiu um anexo ao lado do Salão, que era uma espécie de auxílio residencial, com um pequeno escritório para a paróquia.³⁵ Diz que foi, principalmente nessa parte, que gastou do seu próprio dinheiro: “Tratava-se de um arranjo de escritório, e lugar para morar. Eu pensava me instalar ali.(...) Embora pequeno, mas me servia.” (2001: 29).

Administrando conflitos, professor Evaldo conta que conseguiu, com a ajuda de parte da comunidade, levantar a planejada construção, às vezes tomando dinheiro emprestado de particulares que o apoiavam, outras vezes colocando do seu próprio: “Construí o Salão com certa rapidez, porque tomei um empréstimo em meu nome pessoal. (...) Gastei muitas vezes o que era meu, porque eu queria vencer o problema.” (Pauli, 2001: 27).

³⁵ Essa etapa da construção é onde está hoje a recepção do DAC com a escada de acesso à secretaria do Departamento, e uma sala administrativa no piso superior, coberta com terraço.

Lembra que, depois de estarem concluídas as obras, recebeu a notícia da determinação de que deveria ser transferido para assumir a paróquia do Sul da Ilha, a partir do Campeche, com sede no Ribeirão da Ilha, ao que ele reagiu, porque seria afastado das proximidades da Universidade, onde lecionava: “Depois eu disse para o vigário geral: ‘Parece até que esperaram que eu fizesse, para depois dizer assim: Mas agora é bom entregar para os outros.’” (2001: 29). A decisão *autocrática* da Igreja não o agradou: “O que me pisou muito, sabe? Isso já é uma coisa que eu digo a parte, é que tendo eu trabalhado tanto, com tantos problemas, dificuldades, inclusive de ameaças de ser removido da paróquia, é que depois de eu ter vencido e feito tanto, ofereceram para outros, sem me consultar.” (2001: 29). Não tem certeza sobre todas as obras que teria feito nos fundos do prédio do Salão, até porque, na época, havia limitações devido à proximidade com a extrema do cemitério. Supõe que isso seja obra dos seus sucessores, os franciscanos, ou da própria Universidade, quando *encampou* o conjunto e fez as reformas: “O mais, que foi acrescido nos fundos, é posterior ao meu tempo, que cessa em janeiro de 1962.” (2001: 26). E depois desse tempo, afastou-se daqueles assuntos: “Eu nunca soube como é que foi feito o negócio da troca com a Universidade, porque a Universidade deu uma compensação com que os capuchinhos compraram aquela chácara dos Ferrari. Eu nunca soube como é que foi feita a transação.” (2001: 46).

Lembra que a última vez que esteve na igrejainha foi talvez para alguma celebração: por volta de 1970.

A ajuda dos presos

Dona Tilinha (Cf. Gomes, 2001: 16) lembra que o seu marido ajudou a construir o Salão Paroquial. Ele trabalhava na penitenciária, como chefe, guarda, e trazia os presos para ajudarem na construção. Muitos faziam o serviço de pedreiro. A idéia de fazer o Salão foi da própria igreja. Evaldo Pauli era o padre da época. “Resolveram fazer o salão. Isso era dos assuntos políticos. O meu marido também era muito da política. E arrumaram pra fazer o Salão. Muito nós trabalhamos!” (Gomes, 2001: 16).

O padre ajudava

O Salão Paroquial era um sonho do padre Evaldo Pauli. Ele era um empreendedor. Havia professoras no grupo que davam aula de catequese e costumavam liberar os alunos mais cedo das aulas, alguns dias por semana, ou quando fosse preciso, para irem ajudar o

padre na construção do Salão. As crianças ajudavam carregando água do grupo para ser feito o traço, a argamassa, como se diz hoje. Às vezes ajudavam a carregar tijolos para os pedreiros, e gostavam de participar. O padre Evaldo também fazia as vezes de servente, ajudando a fazer o traço: “Lembro dele de batina, aquela batina mais velhinha, mais surradinha, mexendo o traço, para ajudar na construção do Salão Paroquial. E nós íamos para ajudá-lo também. Aquilo, pra gente, era uma festa.” (Beltrame, 2001: 07).

Etapas da construção

Paulo Ferreira lembra da construção do Salão, quando ele era criança com oito anos. Diz que o início “foi uma guerra muito grande, porque tinha uma Irmandade que mandava na igreja - foi assim até o antecessor do padre Evaldo Pauli - eram eles que punham e dispunham, e o padre Pauli achou por bem enfrentá-los, e pagou caro.” (Ferreira, 2001: 16). Era a Irmandade da Santíssima Trindade, “não sei o nome todo, que nas procissões os componentes usavam aquelas roupas roxas, chamadas opas, e carregavam um porta vela, de madeira.” (Ferreira, 2001: 17). Com as brigas entre a Irmandade e o padre, houve mudanças: “Os senhores mais antigos da nossa comunidade freqüentavam a Irmandade. Houve uma época que eles debandaram e deixaram o padre sozinho.” (Ferreira, 2001: 17).

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 17) conta que quando o padre Evaldo inventou de fazer o Salão Paroquial, naquela oportunidade, *ai a guerra começou*. Muitos acharam ótimo, só que a Igreja não tinha recursos, então passaram a utilizar as Festas da Santíssima Trindade como objetivo para a construção do Salão Paroquial. Eram realizadas pequenas quermesses: as senhoras doavam bolos, e aos domingos, depois da missa, eram feitas as rifas.

Sobre as obras do Salão, Paulo Ferreira diz que “a construção me lembro inteirinha. Muitas vezes nós saíamos das aulas para ajudar a carregar tijolos.” (2001: 17). Conta que o padre Pauli começou a construção do Salão vindo dos fundos do terreno, na extrema com o cemitério, para a frente.³⁶ Primeiro ele construiu uma parte atrás do Salão, levantando dois andares, onde também haveria um quarto para morar, “porque ele queria sair da moradia lá das freiras.” (2001: 18). O último andar, o terceiro piso, ele fez depois. Construiu primeiro até o segundo andar, que dava exatamente na altura do telhado do Salão; o terceiro andar passa um pouco. “Eu me lembro porque eu vi tudo, eu acompanhei tudo: o Seu Hugo Lessa

³⁶ Perceba-se que aqui há contradição com outro depoimento no que se refere ao ponto de início do andamento das obras, ou seja, se foi dos fundos para a frente ou da frente para os fundos.

ajudando, o meu pai, o Seu Pedro - o Pipi -, o Seu Bola, e tantos outros. Sábado, domingo, o pessoal todo trabalhava.” (Ferreira, 2001: 18). Bernadete Ferreira (Cf. Ferreira, 2001: 17), a esposa do Paulo, diz que foi o Seu Bola quem fez a construção. Era um pedreiro que morava numa casa que havia no local onde está hoje o edifício Santos Dumont, quase defronte da igreja, na praça da Trindade.

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 19) diz que não sabe se o padre Evaldo pagava alguém para trabalhar lá, porque são detalhes que ele não podia saber.³⁷ Mas lembra que o pessoal da comunidade ajudava. Muitos paroquianos trabalharam como voluntários, como serventes: “Muitas vezes carreguei balde de massa, tijolo, areia com carrinho de mão. A gurizada toda da escola ajudava. Às vezes a Dona Maria soltava uma turma da escola para ajudar. O caminhão deixava os materiais na frente da construção, e nós íamos ajudar, carregando com lata, com balde.” (Ferreira, 2001: 19). Assim foram fazendo a construção. Algumas vezes, por causa do temporal, caía o que já estava feito. Depois, era tudo escorado com toras de eucalipto. As paredes caíam porque não havia amarração. O padre Pauli era *teimoso*, e não havia recursos. O pessoal, que ajudava, queria que fosse feita uma parede dupla, e o padre achava que não devia fazer parede dupla. Era sempre uma discussão: “Isso eu me lembro bem. Eu era criança, isso foi logo no início da construção. Foram feitas sapatas grandes e diversas colunas. E aí eu escutava ele discutindo, - o padre Pauli era danadinho, brabo -, as pessoas queriam fazer mais perto as sapatas e as colunas, e o padre queria fazer mais longe.” (Ferreira, 2001: 19). Argumentando inclusive sobre o custo. Depois, levou muito tempo para ser feita a cobertura.

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 19) conta que as paredes eram tudo de tijolo maciço, porque não existia tijolo de seis furos na época. Diz que “eram tijolos cruzados, feitos ao contrário, tipo uma amarração. Isso eu lembro bem. Eles eram deitados um no lado do outro, depois ao comprido.” (2001: 19). E que, mesmo assim, a parede da direita, para quem está de frente, caiu, desde a metade para trás; nos fundos, onde era o palco: “Inclusive, uma pessoa se machucou no andaime. Depois foi tudo escorado. A parede da frente, a fachada como está lá hoje, caiu três vezes. Parte do telhado caiu junto na última vez.” (Ferreira, 2001: 19).

³⁷ Certamente nunca presenciou nada sobre isso, ou, se presenciou, não teve esse entendimento.

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 20) lembra das instalações que havia na parte de trás do Salão, a primeira etapa da construção. Diz que no primeiro andar funcionava o palco, que ia até a divisa do cemitério, e em cima “tinha o quarto dele no segundo andar, um quartinho pequeno, com um banheiro, mal acabado, que o pessoal – o povo da época - falava barbaridade.” (2001: 20). Ali também havia um lugar onde eram guardadas compras, velas e diversos materiais, sobras das festas, etc. Na altura do palco, depois, o padre construiu o terceiro andar, ocasião em que fez um apartamento bom para ele, e um escritório. Houve uma época em que o padre Pauli alugou quartos para estudantes. “Ao lado da igreja, foi construído o escritório paroquial, quase grudando com a sacristia. No térreo era o escritório paroquial: uma entradinha, o banheiro à esquerda, e mais uma salinha.” (Ferreira, 2001: 20).

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 21) conta que não levou muito tempo para a construção avançar desde a parte de trás até ser feito o Salão: “Foi logo em seguida. [O padre Pauli] era um homem muito dinâmico. Era uma coisa atrás da outra. Ele era muito investidor. Corajoso.” (2001: 21). Paulo diz que não sabe qual foi o engenheiro que construiu o Salão, mas das pessoas voluntárias, lembra de quase todas. Cita que o último que trabalhou, e que foi meio o responsável pela obra, foi Jorge Falconi, que hoje mora em Nova Trento, de uma família bastante tradicional. O pai dele era o Seu Roque Falconi, já falecido. Na época da construção do Salão, Jorge Falconi trabalhou como pedreiro. Agora está aposentado, mas é um senhor novo, que deve ter uns sessenta e dois, sessenta e três anos. Na festa, ele trabalhava na barraquinha de massas junto com a esposa Dona Bráulia. Hoje, quem trabalha é a filha dele. O pai dele, Seu Roque, trabalhou antes dele; era famoso, era chamado ‘o homem do saco’, tirava a coleta nas missas. Ele inventou um saco de veludo para colocar o dinheiro: o ‘Deus lhe pague’.

Para lembrar da data da construção do Salão, Paulo Ferreira faz as contas: “O meu pai ajudou a trabalhar na construção do Salão. Quando o meu pai morreu, em 1959, eu tinha quatorze anos. Acho que o Salão ficou pronto em 1955, quando eu tinha uns dez anos.” (2001: 23). Lembra que, antes do falecimento do pai, eles exploravam o barzinho que havia, logo na entrada do Salão, e que normalmente só funcionava aos domingos. “Só não podia vender cachaça. Vendíamos vinho - vinho tinto podia vender -; bala; a guaraná, que já existia naquela época (Pureza) - não havia Coca Cola; balinhas, bala queimada;

cigarro também era vendido.” (Ferreira, 2001: 21). Nos sábados em que havia drama, que era como se referiam a teatro, o barzinho também funcionava. O barzinho ficava atrás da platéia, ao fundo, próximo à entrada do Salão, logo após a porta, à esquerda. Era uma salinha. Tinha uma parede de madeira, com janelas abrindo para o salão, onde as pessoas eram atendidas. O padre Pauli fez essa parede provisoriamente de madeira, depois foi feita de material.

Paulo Ferreira também lembra que em cima do barzinho ficava a sala das Filhas de Maria. E a escada de acesso para esta sala era por fora do Salão.³⁸ Antes a escada era de madeira.

1.3.2. A Utilização

Atividades no Salão: festa, cinema, café

Dona Tílinha lembra que o Salão era muito utilizado para as reuniões que tratavam das incumbências das festas: “Quando precisava fazer uma reunião pra festa, faziam lá dentro. Pra combinar quem é que assava a galinha, quem é que ia buscar a lenha. Tudo isso era feito lá dentro do salão.” (Gomes, 2001: 20). E continua lembrando que ali também passavam filmes, funcionava como um cinema. Ela nunca foi assistir a nenhum, mas os filhos iam. O mais velho ia com os mais moços. Também os cafés da Primeira Comunhão eram servidos dentro do Salão. Como as crianças estavam sem comer, por causa do jejum, logo após a missa, [quase] lá pelas dez horas da manhã, era servido esse café: “Tinha criança que desmaiava. Saía cedo sem tomar café. Era proibido para a comunhão, tinha que tomar em jejum. Hoje em dia, não. Hoje em dia é só uma hora.” (Gomes, 2001: 21).³⁹

O café da Primeira Comunhão

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 06) lembra que após a missa da Primeira Comunhão, depois das nove horas da manhã, havia uma comemoração no Salão Paroquial. Conta que

³⁸ Hoje ainda existe essa escada externa, mas na reforma de uns quatorze anos atrás foi construída uma escada interna para acesso ao mezzanino, local onde está hoje a cabina de luz e som, uma sala para trabalhos de teatro, e algumas cadeiras para platéia. Pelas entrevistas, nesse mezzanino ficava a sala das Filhas de Maria.

³⁹ Segundo o Cânone 919, do atual Código de Direito Canônico (1987), “Quem vai receber a santíssima Eucaristia abstenha-se de qualquer comida ou bebida, excetuando-se somente água e remédio, no espaço de ao menos uma hora antes da sagrada comunhão.[...] Pessoas idosas e enfermas, bem como as que cuidam delas, podem receber a santíssima Eucaristia, mesmo que tenham tomado alguma coisa na hora que antecede.”

naquele ano de 1955, o Salão era uma obra inacabada, ainda estava em construção: talvez o palco estivesse mais ou menos construído, o piso era de tijolos, e talvez nem houvesse as portas e janelas. E ali dentro era servido o café para as crianças, pais, padrinhos e pessoas convidadas. Geralmente todos que estavam na igreja iam para esse café. As mesas eram caprichosamente arrumadas, e as crianças tinham o seu lugar especial para sentarem e saborearem a festa: “Era aquela mesa de doces, muito bonita. Era servido café com leite e bolos diversos. As crianças, que faziam a Primeira Eucaristia, recebiam, cada uma, uma cestinha branca com flores, previamente preparada, cheia de doces, bolos diversos e biscoitos.” (Beltrame, 2001: 06).

Coroação de Nossa Senhora e

Aspirante à Filha de Maria

No Salão Paroquial aconteciam também eventos religiosos, como a Coroação de Nossa Senhora, com uma missa bastante festiva, sempre com a presença de muitas pessoas. Como a igreja era pequena, costumavam utilizar o Salão para abrigar os fiéis nessas ocasiões. Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 08) lembra de quando participou dessa solenidade de coroação: estava com uns treze anos e era aspirante à Filha de Maria. Era nesse período de preparação que a aspirante era avaliada para ver se atendia aos critérios necessários para participar da congregação. As dirigentes costumavam convidar aquelas moças que demonstravam possuir uma certa religiosidade, um bom comportamento, espírito de participação: “Uma Filha de Maria, por exemplo, não podia dançar carnaval. Era uma condição *sine qua non*.” (Beltrame, 2001: 08). Para se adaptar a essa regra, ela não teve grandes dificuldades, pois não gostava mesmo de carnaval. A aspirante deveria estar dentro das normas de uma Filha de Maria: “Enfim: que não era muito namoradeira, que não era muito sapeca, essas coisas. E eu me encaixava nesse perfil.” (Beltrame, 2001: 08).

Cinema no Salão

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 22) lembra que o Salão funcionou muito tempo como cinema. Em cima da sala das Filhas de Maria havia outra sala, para onde era preciso subir por uma escadinha, e ali foi colocado o projetor de cinema. O irmão da Dona Stella Hess, Nazareno Pausewang, era quem projetava os filmes. Paulo Ferreira conta que costumava freqüentar o cinema: “Assisti a muitos filmes lá: O ‘Batman’, ‘Os Três Patetas’, o ‘Zorro’... Loucura!, filmes bons. Todos em 16 milímetros. Todos em preto e branco.” (2001: 22). O

cinema normalmente funcionava bem, mas às vezes arrebentava a fita, e ficavam esperando trinta minutos, porque o Nazareno não conseguia arrumar a fita. Cobravam ingresso. Isso acontecia todo sábado à noite. Terminava a missa, começava o cinema.⁴⁰ Todos entravam: crianças e adultos. Paulo relaciona as suas lembranças e faz as contas: “Essa atividade de cinema deve ter funcionado por uns quatro anos, dos meus dez aos quatorze anos. A primeira vez que assisti a um filme no Cine Ritz, eu estava com quatorze anos: ‘Raposa do Mar’, com Robert Mitchum e Curt Jurgens.” (Ferreira, 2001: 22). Quem coordenava as atividades do cinema era o próprio padre Pauli, a Dona Elza Ferreira, a Dona Maria Flora, enfim, as pessoas que trabalhavam na organização da igreja. Paulo Ferreira recorda dessas pessoas que ajudavam na igreja e conta que a sua irmã, Elza, “era a escriturária da paróquia. Era a que rezava na missa, era a que cantava, tocava o órgão, ensaiava, arrumava a igreja, dava catequese. Não há ninguém na Trindade, desse período, que não lembre dela. Ela era diferente... Fez trinta e dois anos que ela faleceu.” (Ferreira, 2001: 23).

Elisabete Beltrame também lembra que numa época o padre fazia projeção de filmes para as crianças, filmes do desenho infantil “Tom e Jerry”, ou outras historinhas assim: “A gente adorava. As cadeiras do cinema eram bancos, aqueles bancos feitos de tábua, coisa bem rústica, mas a gente achava aquilo o máximo.” (2001: 07). O projetor não ficava na platéia, ficava numa salinha mais no alto, atrás, como na maioria dos cinemas: “Eu me lembro bem daquelas janelinhas pequeninhas, onde ficavam sendo rodados as fitas. A gente ia lá de vez em quando olhar aquilo. Na época, a gente até conversava com a pessoa que projetava os filmes. Acho que era o Alcides Renzi, que também era o nosso locutor das festas e o sacristão da época.” (Beltrame, 2001: 07).

O palco do Salão

Sempre que as crianças podiam, iam brincar no palco do Salão Paroquial. Brincavam de esconder atrás das bambolinas, ficavam explorando o porão do palco, onde havia um alçapão, que ainda hoje está lá. Como havia o cemitério encostado logo atrás do edifício, não faltavam elementos para a imaginação infantil: “Gostava de me esconder ali atrás. De vez em quando alguém vinha por baixo da escada, abria o alçapão e dizia ‘- Olha

⁴⁰ Perceba-se que há lembranças que registram que em certa época não havia missas à noite. Essas lembranças, cronologicamente, devem estar muito próximas do momento de mudança no horário das missas, talvez por isso ocorra a falta de coincidência nos depoimentos.

o fantasma!’, saía todo mundo correndo. A gente se divertia bastante ali. Até que chegava alguém e corria com a gente de lá.” (Beltrame, 2001: 31).

Os dramas

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 24) conta da sua experiência, dos dez aos quatorze anos, com o teatro - drama, como eles chamavam -, quando adolescentes; mais tarde é que eles criaram a Turma Teatro e Turismo. Os dramas eram realizados de dois em dois meses, mais ou menos. A Dona Maria Flora e a Dona Elza é que organizavam os dramas. Cada uma trabalhava numa peça. Quando a Dona Elza estava ensaiando uma peça, intercalava com a peça da Dona Maria Flora: “Por exemplo: neste mês, em julho, vai ser o drama ensaiado pela Dona Elza. Setembro vai ser o drama da Dona Maria Flora, que já estava em preparação. Na época de uma peça já se anunciava a próxima. Uma peça puxava a outra.” (Ferreira, 2001: 24). Os ensaios eram no Salão, nos *restolhos*, pela metade, caindo aos pedaços, chovendo dentro. Muitas vezes, antes de estar coberto, fizeram ensaios cobrindo uma parte com lona. Às vezes eram ensaiados dramas prontos, de outros autores. Mas, na maioria das vezes, as autoras eram a Dona Elza e a Dona Maria Flora. Paulo Ferreira destaca: “Lembro de um: ‘Os Pastorinhos de Fátima’. Drama em três atos. Eu estava com onze anos. Foi o primeiro que interpretei e representava o Francisco.” (Ferreira, 2001: 24). Conta que havia outro drama importante, muito bonito, escrito pela Dona Maria Flora, sobre a perseguição dos cristãos em Roma, do qual também participou. Nesse trabalho havia muitos atores, inclusive a irmã da Dona Maria Flora, a Senhora Vera, era a personagem principal, que foi morta porque não quis abdicar do cristianismo. E muitos outros dramas foram encenados.

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 25) diz que os dramas normalmente eram com temas de fundo religioso. Mas depois, como os jovens atores observavam tudo, *a coisa começou a evoluir*, então passaram também a se aventurar. Foi quando criaram a Turma Teatro Turismo: “Aí eu já estava com treze anos. Eu era o chefe. Era eu, o meu irmão Rafael, o João de Deus Godinho, o Luís Carlos Ferreira - que não tinha nada a ver conosco [embora o mesmo sobrenome]-, o Nicodemos, irmão da Madalena, o João Batista, irmão da Madalena Costa.” (Ferreira, 2001: 25). Conta que, com esse grupo, *arrebanharam* inúmeras pessoas e fizeram muitas peças. Uma dessas peças foi a Aparição de Nossa Senhora, em que a sua esposa, Bernadete, que era a sua namorada na época, foi a Nossa Senhora de Fátima e *essa*

Senhora que vai ser a festeira de 2002⁴¹, a mulher do Senhor Aldo Santos, interpretou a Jacinta. O grupo também apresentava outras peças de tema não religioso.

Dos seus quatorze aos dezoito anos de idade, Paulo participava dos ensaios das peças de teatro, liderados por Dona Maria Flora. Ele lembra (Cf. Ferreira, 2001: 29) que, durante esses ensaios, havia sempre uma pessoa que ficava embaixo do palco lendo e ajudando os atores com o texto: era o *ponto*, que se utilizava de uma abertura que ainda hoje existe no chão do palco: o alçapão. Conta que, dificilmente, alguém acertava aquela função, até o ponto se perdia. Mas como tinha boa memória e decorava o texto de todo mundo, além do seu, sempre acabava tendo que descer ao porão para ajudar os colegas. E isso não acontecia só nos ensaios: “Muitas vezes nas peças, aberta a cortina, na hora da representação, eu tinha que me virar pra dar o texto, pra fazer alguma coisa. Era difícil alguém bolar isso naquela época. Mas eu me virava, dava um jeito pra dar a vez pro cidadão começar. Muitas vezes todos se perdiam.” (Ferreira, 2001: 29).

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 25) conta que depois outras pessoas também tiveram a iniciativa de produzir textos teatrais. Foi assim com Vitorino Secco que veio morar na Trindade e começou a acompanhar e a observar o trabalho do grupo. Como ele freqüentava a igreja e conversava com várias pessoas, acabou escrevendo uma peça. Paulo conta que a peça era em cinco atos, com um texto enorme, e se empolga quando relembra o papel do protagonista:

“Eu era o artista principal, um sentenciado. Eu não lembro o nome da peça. A base da peça era a luta do sentenciado contra a sua pena. O sentenciado tentando provar a sua inocência, tentando justificar que a sua pena era injusta.⁴² Um irmão meu trabalhava na [Penitenciária do Estado], como vigilante, então eu trouxe um uniforme deles: aquela camisa de lã, grosseira, e uma calça de cáqui, como era chamado aquele tecido. Era farda de sentenciado que ficava preso. Eles usavam um uniforme. Trouxe como roupa de figurino, tudo direitinho. Na época eu tinha dezessete anos. O uniforme do sentenciado era aquela camisa num tipo de lã, com gola, manga comprida, inclusive com número de registro de sentenciado. Aberta na frente com três botões e uma gola bem grosseira, na cor cinza. [A blusa cinza e a calça azul.] Só que a calça era de cáqui, [brim], naquela época; hoje é o ‘jeans’. Esqueci como era a bota. Tudo igual a um sentenciado. Inclusive um

⁴¹ Referente a escolha desse casal para serem os festeiros da Festa da Santíssima Trindade e da Laranja, ano 2002.

⁴² Paulo Ferreira é formado em Direito.

boné de xadrez, [cadeia], que foi preparado especialmente para a peça. Usei uma roupa que era o uniforme real de um sentenciado.” (Ferreira, 2001: 26).

Paulo segue lembrando que a peça ficou em cartaz por mais de três meses, sendo apresentada de quinze em quinze dias. Foram feitas apresentações no Colégio Catarinense, no Teatro Álvaro de Carvalho e duas vezes na Penitenciária do Estado: “Nas apresentações éramos aplaudidos de pé. Os presos gostavam muito. A própria Penitenciária pediu a reprise, porque alguns presos estavam de castigo, na época, e não puderam assistir.” (Ferreira, 2001: 26).

Conta que muitos cenários para as peças eram feitos por um morador do bairro, Seu Hugo Lessa, “meio surdo, bebia bastante, mas era um artista. Ele que criava e pintava os cenários, ninguém tocava, ele que fazia. Tudo feito com papel de sacos de cimento. Era coisa muito linda! Muito linda...” (Ferreira, 2001: 27). Os painéis eram pintados dos dois lados. Conforme a cena, eram juntados os painéis para dar a composição desejada. Eram pendurados com ganchos, tudo *bolado* pelo Seu Hugo Lessa, e como eram pesados, era preciso de umas três ou quatro pessoas para arrumá-los para a cena. No palco havia uma cortina velha que foi substituída por outra com um novo sistema de abrir, feito pelo próprio grupo: uma engrenagem com dois arames que passavam entre si para fazer correr as cortinas: “Pra comprar aquela cortina nós fizemos não sei quantas peças de drama, de teatro. Tinha uma rasgada lá e nós compramos uma linda, de veludo. A Elza costurou. Na estréia dessa cortina foi coisa maravilhosa.” (Ferreira, 2001: 27). O Seu Hugo Lessa produziu muitos cenários para as montagens teatrais no Salão, tanto sob a coordenação da Dona Elza, da Dona Maria Flora como do padre Evaldo Pauli. Depois houve inovações: “a Irmã Antonida - não sei o nome todo dela - passou a não usar mais o Salão, inovou, passou a usar carros alegóricos. Foram apresentar no Scarpelli, inclusive, o presépio vivo. A Bernadete é que era a Nossa Senhora, e tinha medo de ir no burro.” (Ferreira, 2001: 28). Lembra que, nessa época, ainda não estava pronto o estádio Orlando Scarpelli, só estava feita a escavação.⁴³

⁴³ O Estádio de futebol Orlando Scarpelli está localizado na parte continental de Florianópolis, no bairro chamado Estreito; foi construído a partir de 1948, ampliado em 1978 e passou por diversas reformas, conforme divulga o *site* da Fundação Catarinense de Futebol (www.fcf.com.br), acessado em 17 abr. 2002.

Paulo conta que essa experiência de teatro durou até a sua saída para o exército, às vésperas de completar dezenove anos: “Servi no *meia três*, antigo *décimo quarto*, e o pessoal se espalhou. O João Batista e o Nicodemos foram cursar a Polícia Militar. Cada um seguiu o seu caminho. Ali se perdeu... Depois de servir o Exército voltei pra cá, fui pra Universidade, mas não tivemos mais a possibilidade de recuperar.” (Ferreira, 2001: 29).

Novos *padres*, novas *práticas*

Quando retornou do exército, Paulo Ferreira (Cf. 2001: 31) lembra que voltou a participar do coro da igreja, mas a sua turma de teatro já não estava mais lá, haviam se separado. E também o vigário havia mudado, já não era mais o padre Pauli, porque este tinha assumido a responsabilidade da igreja do Ribeirão, que ainda não era paróquia. Paulo conta que o padre era também professor e continuou como padre até ser licenciado pelo Vaticano, e que foi por essa ocasião que o padre Pauli começou a construir a casa dele, onde hoje mora a Dona Tulinha. Paulo lembra que, depois que o padre Pauli saiu, “vieram os capuchinhos, e era outra espécie de administração na igreja. Mudou, porque aquela característica de secularidade dos padres, abertos ao povo, os capuchinhos não têm, não são assim.” (Ferreira, 2001: 32). Lembra que os capuchinhos chegaram em 1962 e ficaram ali na igreja até 1974, utilizando as mesmas instalações que o padre Pauli utilizava: que era *tudo da igreja, da comunidade*. Paulo conta que, na época, após a mudança de padre, ele já não acompanhou tão de perto todos os assuntos da igreja, mas a sua irmã Elza continuou ajudando na paróquia: “A minha irmã foi até 1969, quando faleceu. Ela ficou até os últimos dias, trabalhando normal, mas ela reclamava muito da diferença. Era muita diferença. Muito fechados.” (Ferreira, 2001: 33). Parecia que os capuchinhos estavam mais preocupados em manter o patrimônio da Ordem, porque a Ordem dos Capuchinhos havia comprado aquele terreno onde está a igreja atual, que era a chácara dos Ferrari, e outras construções. Paulo conta que, quando a Ordem comprou o terreno, logo deu uma parte da frente em comodato para o supermercado Comper, que construiu o supermercado. E, terminado o prazo de uso, que era de vinte e cinco anos, agora o imóvel já está incorporado ao patrimônio da Ordem, e o Comper paga aluguel.

A Ordem comprou o terreno onde está a igreja nova e algum tempo depois vendeu para a Universidade o terreno com a igreja velha. Com essa compra do novo terreno e venda da igreja antiga percebe-se algum sentimento de perda na comunidade: “Hoje eles

estão ali. A igreja é da Trindade coisa nenhuma, aquilo é tudo da Ordem. Nós não temos mais nada ali. A igreja e todas as construções são tudo da Ordem. Antes era da Igreja, da comunidade.” (Ferreira, 2001: 32).

A vontade de recuperar

Paulo Ferreira lembra da sua atividade de liderança no grupo de teatro e das saudades e vontade de resgatar parte desse passado: “Se eu pudesse reviver tudo isso, reviveria... E vou tentar! A idéia, realmente, era reviver isso aí como naquela época, só que dentro do possível, atualizado. Era muito interessante... Você vivia aquilo... E eu sei que essas pessoas aí, a hora que você chamar, bater o dedo, eles vêm, porque não tiveram mais oportunidade.” (2001: 28).

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 27) conta que, recentemente, ele e o seu irmão estão fazendo parte da Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Amigos da Trindade, e que a idéia é recuperar esse trabalho que faziam com teatro. Até já conversou com o Senhor João de Deus Godinho, que era da equipe, e que gostava muito de escrever e de representar, para ver se conseguem resgatar alguns textos.



Antiga igrejinha da Trindade, Salão Paroquial inacabado (o telhado tinha mansardas) e Casa do Divino. À esquerda da foto percebe-se a cruz *Salva tua alma* e ao centro, as duas árvores (pés de *legustrum*) cortadas há poucos anos. A praça ainda era um jardim e a rua não tinha calçamento. O carro era o *perfect* do Padre Pauli. (Foto: cerca de 1957, acervo Paulo Ferreira).

2. O ENTORNO E OS ARREDORES

Neste capítulo serão abordadas as lembranças relativas ao entorno e aos arredores da igreja, apresentadas em duas seções; primeira seção: O ENTORNO (com três tópicos: *A Praça do Cotidiano*, *O Cemitério*, e *A Praça da Festa*); segunda seção: OS ARREDORES (com apenas um tópico: *Em casa e na vizinhança*).

Neste Capítulo o eixo da reflexão está orientado a partir das lembranças dos entrevistados referentes ao espaço que avança para além dos edifícios do conjunto da igreja, indo até as proximidades, o que compreende o entorno da igreja, incluindo aí a praça, as áreas e edificações que haviam ao redor da praça, bem como, indo um pouco mais além, até a casa e vizinhança de alguns entrevistados, permitindo que se possa conhecer alguns aspectos do cotidiano de algumas residências da Trindade. Com essas lembranças do entorno e arredores pretende-se perceber quais as lembranças que ainda estão *gravadas* na memória, relacionadas à vida na paisagem, que, como foi visto, também faz parte do patrimônio. Com esse resgate também será possível perceber como era e como está alterada a paisagens nos dias de hoje, fazendo com que outros referenciais passassem a ser utilizados para a movimentação dos personagens no espaço.

2.1. O ENTORNO

2.1.1. A praça do cotidiano

Ônibus raros e caminhos a pé

Hassis Corrêa (Cf. 1993: 25) lembra dos vários caminhos para se chegar à praça no centro do bairro. Diz com precisão que foi em 3 de outubro de 1936 que o seu pai, militar, resolveu arrendar uma chácara na Trindade, pertencente à família Ramagem que morava no Rio de Janeiro. Hassis estava com dez anos quando chegou à Trindade. Conta que para ele

foi *um impacto* sair do centro da cidade, embora também provinciano, para morar num sítio: porque naquela época, na Trindade, só havia a igreja, a escola e umas poucas casas, e para se chegar ali era *uma viagem*.

Lembra que o ônibus era raro: havia um que saía do bairro para a cidade, pela manhã; voltava para o bairro ao meio-dia; retornava ao centro após o almoço e, às seis horas da tarde, voltava ao bairro. E se, no horário pretendido, não havia ônibus, caminhava-se: “Eu fiz muito aquele trajeto, no tempo da minha mocidade, a pé. Inclusive atravessava até pelo Morro da Cruz, às vezes, ou pela Carvoeira, e pegava o ônibus no Saco dos Limões.” (Corrêa, 1993: 26). Naquela época, era muito comum as pessoas fazerem longos trajetos a pé.

O caminho pelo Morro da Cruz

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 67) lembra que um desses caminhos que muita gente fazia a pé, por deficiência de condução, para ir da Trindade ao centro da cidade, era atravessando o Morro da Cruz. Conta que o percurso era seguir em direção à Carvoeira e subir pela Serrinha: um caminho com algumas casas no início do trajeto, mas “o resto era picada mesmo, que a chuva fazia a erosão. Então você subia, ia embora toda a vida para aquele morro. Chegava no alto do morro, descia e saía na Caixa D'água, da Mauro Ramos. [Em cima do morro] tinha uma ramificação que ia lá na cruz.” (1993: 67). Lembra que a deficiência de condução era tanta, que o pessoal cortava caminho atravessando o morro, como os *pombeiros*,⁴⁴ e também o Seu Valdemar, que consertava guarda-chuva: ele fazia esse trajeto a pé de manhã e depois voltava de ônibus. Hassis conta que isso era muito comum, e diz que também ele costumava caminhar um bom pedaço para conseguir condução: “Eu cansei de sair daqui da minha casa, ia até a Carvoeira e pegava o ônibus no Saco dos Limões, porque no Saco dos Limões tinha mais acesso de ônibus.” (Corrêa, 1993: 67). E lembra dos cálculos com o tempo gasto nas caminhadas, em *passo de estrada*, para vir do centro, quando estudava em curso noturno, pela Agrônômica, até a Trindade: “Você, caminhando de noite, normalmente, como eu caminhava, você leva 10 minutos num quilômetro. Naquele passo... Ainda mais à noite, sozinho, um medo!, de repente passava uma coruja... A gente via uns troços balançarem...” (Corrêa, 1993: 68).

⁴⁴ Vendedores ambulantes de pombos, galinhas, etc. Cf. Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Ferreira, 1975).

Na falta de ônibus a carroça é que manobrava

Dona Tílinha também lembra dessa época em que as pessoas andavam muito a pé, desde o bairro até o centro, devido ao horário muito espaçado de ônibus, mas conta que havia outras soluções, dependendo da necessidade do transporte: “Havia muita carroça. A carroça é que manobrava as coisas. Carroça, carro-de-boi: mais pra transporte de carga.” (Gomes, 2001: 22).

Casas ao redor da praça

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 28) lembra de algumas casas que ficavam ao redor da praça, isso quando veio morar no bairro, em 1936. Na época, não era praça, mas um campo aberto onde *a gurizada batia bola*. Essas lembranças ele também registra num desenho da praça com as construções ao redor.

Ele conta que onde está hoje o Edifício Santos Dumont era a casa em que “o seu Argentino morava, tinha uma filharada danada!” (Corrêa, 1993: 28). E logo depois ficava a casa da família Ferrari, que era uma chácara grande, fazendo extrema com a atual Rua Lauro Linhares, terreno onde está o supermercado Comper.

Lembra que pelo lado direito da igrejinha, onde está hoje o DAE-Departamento de Administração Escolar da UFSC, ficava a Escola Isolada daquele tempo, mas era outro prédio, porque depois dos anos 50 houve modificações: “Botaram abaixo e fizeram um grupo.” Próximo ao grupo ficava a casa do Seu João Schneider. Ao lado havia uma venda.

Adolfo Aguiar (Cf. 2001: 06) lembra da venda e da outra casa, duas propriedades que eram da sua família: tanto a casa da esquina, onde estava a venda do Seu Bernardino Manoel Nunes, quanto a casa ao lado, que era tipo uma casa geminada para duas famílias, onde numa época teria morado, numa das partes, esse Seu João Schneider. Ele lembra que também morou com a sua família numa dessas casas geminadas, por pouco tempo na infância, quando estava com uns quatro anos de idade. Numa dessas casas geminadas, Adolfo Aguiar lembra que havia uma grande sala na parte da frente, *um salão*, e ali aconteciam os bailes no sábado da Festa da Santíssima Trindade, que ele espiava quando era quase adolescente, mas como os participantes costumavam *encher a cara*, quase sempre *o pau comia*.

Lembra que para trás dessas casas havia bastante terreno, indo em direção ao centro do campus, com pastagem, pés de goiaba, pés de eucalipto e uma pequena chácara de café

também, que era um terreno grande da sua família: “e isso aqui foi desapropriado na época do interventor Nereu Ramos (...) acho que, por questões políticas da família, alguma coisa em termos de perseguição (...) Então nós tivemos que vender por uma bagatela, que escangalhou toda a situação financeira da família.” (Aguiar, 2001: 07). Conta que essa área foi desapropriada pelo Estado e por muito tempo nada foi feito ali.

Hassis Corrêa lembra que, depois da venda do Seu Bernardino, “aqui nessa entrada, na esquina, ficava a casa do seu Hugo Lessa. (...) O Seu Hugo Lessa era uma espécie assim de Coronel. Tudo o Seu Lessa vai resolver na Trindade. O Seu Lessa é daqueles senhores de idade, tipo Odorico Paraguaçu⁴⁵, daquele jeito assim, coronel mesmo.” (Corrêa, 1993: 31).

Em seguida da venda, havia uma rua, atual José Conti, que *vinha embora, toda a vida* para o Córrego Grande.

A venda do seu Bernardino

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 35) lembra da venda do Seu Bernardino e da primeira *fumada* com a turma. A venda do seu Bernardino era uma venda de secos e molhados que atendia toda a paróquia da Trindade, vinha gente lá do Córrego Grande para comprar naquela venda: “Ali, eu me lembro que minha primeira fumada foi dada com cigarrinho que nós compramos a varejo. Sabe qual é a marca?: Colomy. Tinha uma cabeça de índio no maço de cigarro. Compramos o cigarrinho a varejo e fomos fumar lá no jardim, onde a gente batia bola. (...) Aquela tragadinha escondida.” (Corrêa, 1993: 35). Hassis estava com os seus onze, doze anos. E depois da tragadinha escondida ficavam preocupados em ser descobertos, porque podiam estar cheirando a fumaça de cigarro.

Chácara onde Hassis morava

No outro lado da praça, à direita da igrejinha, ficava a chácara da família Ramagem onde o Hassis morava. A casa da chácara estava onde passa hoje a Rua Professora Maria Flora Pausewang, ao lado do Hospital Universitário da UFSC, e pouco mais atrás, onde está hoje a agência da Caixa Econômica Federal, ficava o engenho de farinha: “A minha casa que eu morava ficava aqui, um casarão daqueles de quatro janelões grandes na frente, cheio de rococó.” (Corrêa, 1993: 28). Ao lado da chácara, em outro terreno, num canto à direita,

⁴⁵ Alusão ao personagem Odorico Paraguaçu, da telenovela *O Bem-Amado*.

ficava o cartório⁴⁶ do Sr. Acelon. Em seguida havia uma residência, que depois serviu como pernoite para o padre dormir ali: “porque não havia casa paroquial e também porque não tinha padre, era só uma vez por semana. Era daqueles que faziam o circular pela Ilha toda. Uma semana ele ficava na Trindade. Ficava lá para rezar a missa no sábado e domingo e ia embora.” (Corrêa, 1993: 27).

Adolfo Aguiar (Cf. 2001: 37) conta que essa casa, onde Hassis diz que os padres pernoitavam, era propriedade da paróquia, e, por muito tempo, ali morou o senhor Geraldino Simas com a sua família. Lembra que depois a casa foi vendida para as Irmãs Catequistas, que ainda residem ali, mas a casa foi totalmente reformada.

Hassis Corrêa (Cf. 1993: 29) lembra que, ao lado dessa residência onde paravam os padres, havia a casa da Dona Corina de Souza. Logo depois dessa casa, Adolfo Aguiar (Cf. 2001: 37) lembra que havia uma casa grande de alvenaria, com grande área de terreno, que foi residência da família Cordeiro. Conta que essas duas casas foram demolidas e deram lugar ao Trindade Shopping.

Hassis Corrêa lembra que o terreno da chácara onde morava, por um dos lados, fazia “extrema com a Penitenciária Agrícola e, com o Colégio das Irmãs, lá no final.” (1993: 30).

⁴⁶ Adolfo Aguiar (Cf. 2001: 37) conta que, nessa casa onde funcionou o cartório, havia funcionado a escola primária, antes da construção do grupo escolar. Nessa mesma casa, depois de haver funcionado a escola, passou a funcionar a Intendência Distrital, o Cartório e a Delegacia de Polícia.

As visitas à casa da avó

Quando Dona Stella ainda morava no bairro do Estreito, na parte continental de Florianópolis, a família costumava vir para a Trindade, para a casa da avó, para algumas visitas de final de semana e também para participar dos festejos quando era tempo da festa da Santíssima Trindade. Era criança, estava com uns sete anos. Vinha com os quatro irmãos, de carroça, todos amontoados, uns sentados no chão, outros no colo, numa viagem cheia de recomendações, mas muito divertida, atravessando o mar pela única construção que havia na época ligando a ilha ao continente, e vinham “passando por cima da ponte, todo mundo com lencinho na cabeça, pra não pegar friagem no ouvido.” (Hess, 2001: 04). Ficavam todos na casa da avó, na Rua Lauro Linhares, onde havia espaço também para a família da tia, que costumava fazer essas visitas, trazendo os seus catorze filhos. A casa da avó tinha uma sala enorme que tomava toda a parte da frente da construção, ali as crianças dormiam sobre grandes travesseiros que a avó preparava. Era nessa mesma sala que ficava o cortejo por ocasião da festa da Santíssima Trindade.

A casa na Trindade

Dona Stella estranhou quando se mudaram da casa do Estreito, toda rodeada de árvores, onde a mãe mantinha um jardim maravilhoso, e aos sábados enchia os braços da filha com copos de leite para serem levados à igreja de Nossa Senhora de Fátima. A casa da Trindade foi comprada do tio, que morava onde é hoje o Horto Florestal, no Córrego Grande. Essa casa da Trindade tinha um terreno bastante grande, e era onde o tio guardava a carroça, as ferramentas, e fazia os mussis⁴⁷ no fogão a lenha. Lembra que veio com o pai para limparem a casa, a contra-gosto, porque não queria morar num abandono daqueles. À noite, quando iam dormir, o pernilongo era tanto, que quase os comiam vivos. O pai procurava incentivá-la: “- Stellina, nós vamos trabalhar, e aqui vai ficar muito bom pra morar, vai ver que bonito que vai ficar.” (Hess, 2001: 08). Quando mudaram, a casa ainda não era das melhores, “as crianças enticavam comigo, porque era muito feia a casa em que a gente morava” (Hess, 2001: 08), mas aos poucos o pai foi dando jeito na casa, depois de inúmeras reformas.

⁴⁷ Mussi, segundo dicionário de regionalismos, é: “Doce de fruta próprio para passar no pão.” (Rodrigues Filho, 1996: 102).

A praça Orlando de Assis Corrêa

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 39) lembra que o seu pai teve uma participação bastante ativa na vida da Trindade, mesmo depois que deixou de ser o provedor da Irmandade, função que deve ter ocupado por uns dois anos. Continuou participando dos assuntos da comunidade porque *ele tinha muito conhecimento*. Hassis conta que eram dois homens de muito conhecimento na Trindade: o seu pai e o Seu Emanuel Fontes, alto funcionário do Banco do Brasil, que morava na Trindade, mais para perto da penitenciária atual, e que era irmão do desembargador Fontes. O seu pai conversou com o prefeito da época, que era o Mauro Ramos, irmão do Nereu Ramos, e pediu ao prefeito que fizesse o jardim defronte à igreja. O prefeito *não pôde*, mas autorizou que fizessem, e o jardim foi feito pelo pai do Hassis, Seu Orlando Corrêa, e pelo Seu Emanuel Fontes: “Começaram a fazer os traçados aproveitando as árvores que tinham lá. Então foi feito um jardim, assim, bem nativo. Começaram a plantar tudo. Todo mundo plantava muda, levavam árvores. Eu plantei umas dúzias de árvores ali que deram grandes, tem uma lá que eu digo: essa aqui eu plantei.” (Corrêa, 1993: 40).

Hassis conta que, assim, *o campinho de futebol, das peladas da gurizada*, foi transformado em jardim com a participação da comunidade, e, na ocasião, até colocaram ali o nome de *Praça Orlando de Assis Corrêa*; depois mudaram para Praça Santos Dumont: “Por que isso? Numa ocasião até falei com o Nereu do Vale Pereira: ‘Que esculhambação é essa? Antes era Praça Orlando de Assis Corrêa, agora é Praça Santos Dumont?’ ‘- Homenagem a aeronave!, homenagem a não sei o quê’, aquela coisa dele.” (Corrêa, 1993: 40).⁴⁸

Com esse movimento de construção do jardim, que ainda permanece na Trindade, com algumas modificações,⁴⁹ Hassis lembra que o seu pai, junto com *o pessoal* da Irmandade, numa das Festas daquela época, puxou a luz elétrica lá do Posto da Montã: “Com muito custo ele conseguiu trazer uma ligação de poste por trás, passando pelo

⁴⁸ A respeito de nomes de praças e jardins, o *site* da Câmara Municipal de Florianópolis ainda divulga que a Lei número 230, de 02 de junho de 1955 “Denomina jardim Orlando de Assis Corrêa o jardim público Municipal existente na Praça Santos Dumont na Trindade.” (Cf. http://www.cmf.sc.gov.br/indleis_1.htm).

⁴⁹ Eu me lembro que nos primeiros anos da década de 1980 quando eu passava por lá - que era o meu caminho diário, a pé, para a Universidade -, motivado pelas aulas de Conservação de Recursos Naturais, eu fui conversar com os empregados da PMF que estavam cortando algumas plantas para a modificação da praça. Na conversa, me disseram que estavam fazendo *uma limpeza*, uma reurbanização para deixar a praça melhor. Nessa ocasião, foram construídos os atuais degraus e patamares com muretas de arrimo, de concreto.

cemitério e pela igreja - pelo menos pela época da Festa da Trindade. (...) Porque lá eles tinham luz, tinham máquina para moer ração de gado. A eletricidade vinha pelo Saco dos Limões, pela Carvoeira, mas chegou aqui e parou.” (Corrêa, 1993: 41).

A praça da primeira missa

Padre Hélio Simas (Cf. 2001: 23-29) lembra de quando rezou a sua primeira missa como padre recém ordenado, o primeiro padre filho da Trindade, no dia 08 de dezembro de 1954 – um dia santo: Imaculada Conceição -, numa cerimônia solene em altar montado na rua: diante da praça e na frente da igreja da Trindade.

Lembra que para rezar a sua primeira missa, arrumou-se na casa dos pais, que moravam perto do atual Residencial Granville, e dali vieram a pé até a igreja da Trindade: “Nós viemos lá da curva do Pedro Cunha. Ali o papai morou depois que nos mudamos para a cidade e fomos morar com a minha irmã mais velha, a Juracy.” (2001: 24). Lembra que era de manhã, um dia de muito sol, feriado, e vinha caminhando pela *rua de chão batido* com a família, amigos e parentes, e pelo caminho o povo ia se juntando ao grupo. Quando chegaram perto do local onde até há pouco tempo estava a casa dos Irmãos Maristas, pouco antes da praça, a banda começou a tocar: “Fui recebido à banda de música, parece que era a [banda] Amor à Arte... Mas aquilo foi uma satisfação, a gente fica contente mesmo, lembra toda a infância, as malandragens todas...” (2001: 24). Conta que a banda foi tocando desde ali até a igreja, e entraram em cortejo pela praça tomando o caminho da direita, que passava entre a praça e a chácara dos Ferrari: “Viemos por cima mesmo, porque onde está a igreja nova, hoje; ali era tudo fechado, cercado, fundo de chácara.” (2001: 24).

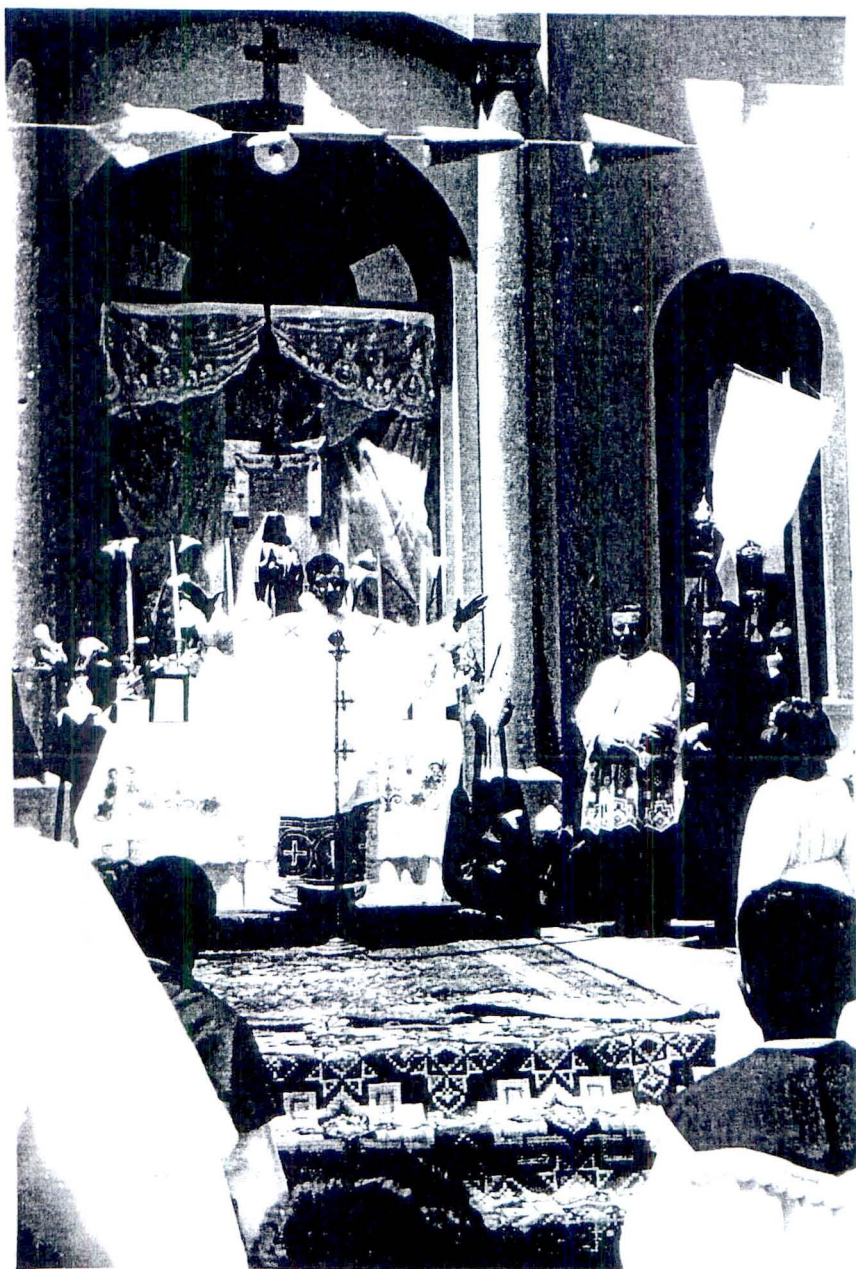
Lembra que a missa solene foi cantada, como era o costume, e por isso bastante demorada: “Lembro que falei um pouco sobre o sacerdócio: o sacerdote como representante dos homens perante Deus. (...) O sermão meu deu quase uma hora, o do padre Roberto [Rambo] também. A missa era demorada, era cantada, e [com] o coral das meninas do asilo, das órfãs.” (2001: 26). Conta que esse asilo ficava no centro da cidade, no prédio onde hoje é o IPUF, na Praça Getúlio Vargas. Lembra que quem organizou a festa para a celebração foi a Dona Elza Ferreira, professora e catequista, dedicadíssima à Igreja. Conta que alguns convidados vieram prestigiar o evento, como o padre José Carlos Nunes, que foi diretor do Colégio Catarinense; o senhor Manoel Intendente, assim chamado porque era o

Intendente naquela época. E que a missa estava muito bonita e foi irradiada pelo repórter da Rádio Guarujá, senhor José Nazareno Coelho, o mesmo que, na hora do almoço, no churrasco nas dependências do Grupo Escolar Olívio Amorim, fez também o discurso para saudá-lo como padre.

Lembra que a sua homilia foi mesmo um momento especial, de muita emoção: “Tem ali até a minha fotografia, quase voando, um gesto bem olímpico.” (2001: 26). Lembra que usava um barrete com coroa de flores brancas, como era o costume para essas ocasiões. Conta que era um horário de muito calor: a missa demorou a manhã toda até o meio-dia, e um dia de sol tão quente que muitos dos convidados saíram com a testa queimada, tendo, inclusive, bolhas na pele no dia seguinte.

A lembrança do dia da primeira missa ficou marcada como a realização de um sonho, de um ideal perseguido com muita dificuldade, porque era filho de Geraldino José de Simas, conhecido como o *matuto da Trindade*, e precisou sair para morar em outro Estado: “[Eu fui] morar, conviver, com gente de mentalidade um pouco diferente. Eram quase todos de origem alemã, das colônias alemãs do Rio Grande do Sul, e também colônias italianas. Mas eu me adaptei bem, eu tenho certa facilidade de me adaptar.” (2001: 29).

Conta que o acontecimento da primeira missa marcou a comunidade naquela época, porque ele é o primeiro padre filho da Trindade, mas, recentemente, acha que talvez isso não aparente muita importância para outros colegas seus: “Olha, nunca foi muito mencionado isso, sabe? Nunca. A Companhia [de Jesus] nunca se lembrou. O Colégio Catarinense, passei anos e anos aí e nunca se lembraram que eu era padre da Trindade, que era padre daqui da cidade. Não sei se dou mau exemplo...” (2001: 33).



Padre Hélio José de Simas, S.J., no momento em que pronunciava o sermão da sua primeira missa solene, diante do altar montado na porta da igreja da Trindade. À direita, o padre Evaldo Pauli, então pároco, e o padre Armando Conte, S.J., sub-diácono dessa primeira missa. (Foto: 08 dez. 1954, acervo padre Hélio Simas).



Antiga igrejinha da Trindade durante a primeira missa solene do padre Hélio José de Simas, S.J., *filho da Trindade*. As sombrinhas eram para proteger do sol forte que fez naquela manhã. As árvores, à direita, cederam lugar ao Salão Paroquial. Entre elas ficava a entrada do cemitério. (Foto: 08 dez. 1954, acervo padre Hélio Simas).

As árvores da praça

Elisabete Beltrame diz que as árvores da praça, ainda hoje, quando passa por lá, trazem lembranças de saudades: “Puxa! quantas vezes eu sentei embaixo daquela árvore ali...” (2001: 11). Lembra que, por volta do ano de 1957, antes de começaram as aulas da tarde, às duas horas, ou mesmo quando fugiam dos limites do muro do grupo, na hora do recreio, muitos alunos iam para a praça para conversar: “Era proibido sair do colégio na hora do recreio, mas a gente saía. De vez em quando a gente saía e ia sentar.” (2001: 11). Conta que muitas árvores daquele tempo ainda estão na praça: “A gente ficava ali no jardim pra bater um papinho. Tinha uns banquinhos ali na praça e a gente sentava. E muitas vezes sentava debaixo dessa tal árvore que ainda está lá hoje, daquelas grandes, acho que é uma *casuarina*.” (Beltrame, 2001: 11).⁵⁰

Nos fundos do grupo escolar havia um riacho que fazia a extrema do terreno. Ali havia uma cerca de pitangas, e os alunos do grupo se fartavam dessas frutas que estavam dentro do quintal da escola. Em todo esse grande terreno, desde o grupo até o riacho, não havia nada plantado. Depois foi sendo reflorestado por eucaliptos, que era a árvore da moda, a árvore da *onda*. Esses eventos de valorização da natureza aconteciam com muita música e recitais de poesia. Os professores falavam para os alunos sobre a importância da árvore, e, bastante motivados, eles plantavam algumas mudas: “A gente tinha aquela árvore como nossa afilhada, e a gente era responsável por ela. A gente ia lá regar, ia ver como é que estava, tirar as ervas daninhas. Isso era muito legal. De vez em quando a gente ia fazer isso.” (Beltrame, 2001: 12).⁵¹

Os caminhos da praça

Paulo Ferreira percorre nas suas lembranças os mesmos caminhos da praça desde quando tinha sete anos de idade e ia para a escola:

“A nossa praça era muito romântica, muito bonita. Eu contava as escadas que passávamos. A praça tinha quatro caminhos. Tinha um declive

⁵⁰ Casuarina: “Gênero de árvores e arbustos dicotiledôneos da família das casuarináceas, originários da Austrália e há longo tempo introduzido no Brasil, e que se caracterizam pelos ramos numerosos e pelo crescimento rápido. (cultivada nas regiões quentes como ornamental)” (Ferreira, 1999: 425). Essa planta foge do cultivo, contaminando restingas. Foi introduzida em Santa Catarina para fixação de dunas. Atinge de 25 a 30m de altura.

⁵¹ Essa árvores foram plantadas no terreno defronte do atual Centro Sócio Econômico da UFSC. Estavam enormes. Foram todas cortadas há poucos anos.

para o grupo: eu vinha lá pela Lauro Linhares - na época não tinha esse nome - entrava ali, naquele mesmo acesso que é hoje, ali não mudou. Vinha da minha casa, passava onde hoje é o supermercado Comper, e tinha um acesso que levava ao centro do jardim, onde havia pés de cipreste. Depois, em 1957 o prefeito Osmar Cunha colocou bancos novos, na época em que ele asfaltou a atual Rua Lauro Linhares e o Pantanal. O jardim tinha declive até a porta do grupo. Aquele prédio onde era o grupo permaneceu sem alterações. Naquela parede da porta de entrada, à esquerda, estava escrito 'Grupo Escolar Olívio Amorim'. Pra sair do jardim e atravessar a rua havia uma escada de quatro degraus. Havia aquela semi-calçada, feita de barro, ali nós pulávamos. Às vezes a chuva cavava bastante, ficava um degrau bem alto. Então vinha-se descendo; onde tinha o cedrinho tinha mais um degrau, depois tinha mais um degrau, e aí chegava nesse [bem alto] e tinha que sair do jardim pra atravessar a rua, em frente ao grupo, na mesma largura [da rua] como é hoje. (...) A rua era de chão batido e ali havia quatro degraus com esse mais alto onde era cavado [pela chuva]. Depois tinha um caminho que ia para a frente da igreja, também com degraus. Havia outros [caminhos] que se ligavam entre si. Esses eram os caminhos na praça. Nós sabíamos tudo. Todas as ruazinhas ligavam ao centro onde, acho, ainda tem os pés de cipreste. (...) Os namorados sabiam de cor todos esses caminhos. No nosso tempo de namoro, aproveitamos muito aquela praça, principalmente nos domingos à tarde." (2001: 42).

As músicas no alto-falante

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 25) lembra de uma coisa muita boa que aconteceu, que foi a instalação de um alto-falante na torre da igreja, obra do padre Evaldo Pauli, considerado por alguns como uma pessoa inovadora.⁵² Conta que o alto-falante, que era até um sinal de progresso, funcionava como uma rádio, e o padre costumava colocar muita música clássica, incluindo valsas de Straus, que era ouvida em toda a redondeza da praça. Isso acontecia nos finais de semana, aos sábados à tarde e aos domingos após a missa da manhã, até perto de meio-dia: "Sábado à tarde tinha direto música no alto-falante e aquilo era muito legal, dava um sentido de festa. O padre botava sempre música clássica. Naquela época foi quando começaram os meus primeiros conhecimentos da música clássica." (Beltrame, 2001: 25). Lembra que, intercalado às músicas, havia também um serviço de avisos para a população: "*A Ação Social Paroquial informa aos paroquianos...* E daí dava as notícias que tinha que dar. Acho que era o Alcides Renzi que fazia a lução." (Beltrame, 2001: 25).

⁵² Na sua entrevista, professor Evaldo Pauli conta que esse alto-falante fora obra do vigário anterior a ele.

Dona Stella (Cf. Hess: 32) também lembra que a pracinha, aos domingos, era o lugar de encontro da pessoas: casais, jovens, todo mundo, e que o padre Evaldo tinha instalado um alto-falante na torre da igreja, bem no alto, perto do sino. O microfone ficava na sacristia. “Começaram a pedir pra fazer oferecimentos musicais. Em geral o Valter Gomes escrevia e eu lia os oferecimentos. Eu também dizia: *A Ação Social Paroquial informa:...* Os jovens ofereciam pras moças, era divertido mesmo.” (Hess, 2001: 32). Conta que as músicas e os oferecimentos deixavam mais agradáveis os encontros e as conversas na praça.

Elisabete Beltrame lembra que o alto-falante também era utilizado em outras ocasiões: “No dia do meu casamento, foi colocada uma música pra nós nesse alto-falante, quando saíamos da igreja, uma música do Roberto Carlos *Eu te amo*. Acho que foi coisa das meninas, das Filhas de Maria.” (Beltrame, 2001: 26).

Asfalto da Lauro Linhares

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 43) lembra que foi o prefeito Osmar Cunha, *aquele que comprava livros em metro para encher a estante*, que asfaltou a Rua Lauro Linhares. Ele havia ganho a eleição de 1955, concorrendo pelo PSD, e em 1957 asfaltou toda a Rua Lauro Linhares, desde a entrada da [Avenida] Costeira para o Pantanal, passando pelo morro do Gemador⁵³, até a subida da casa do governador, já na Agrônômica. Mas era um capeamento asfáltico ruim, muito fraco, e durou pouco tempo. Na época, não existia infraestrutura, drenagem, boca de lobo, nada disso, e o asfalto foi apenas jogado por cima da terra. Paulo conta que, em função da novidade do asfalto, veio para a Trindade uma corrida de carro, em que o carro do ano era o Simca Chambord.⁵⁴ Todas as pessoas, aos domingos de manhã, depois da missa, saiam das suas casas para acompanhar a corrida. Eram colocadas cordas de isolamento para separar as pessoas da rua. Lembra que, no ano seguinte, em 1958, aconteceu um grande acidente: um dos cidadãos que vinha dirigindo um Simca Chambord, do Pantanal para a Trindade, se perdeu e, em vez de seguir o percurso, à esquerda, que seria passar em frente da igreja, ele tomou à direita, na direção da Rua Lauro Linhares, e foi em cima do pessoal: “Ele era mecânico, até conheci bem ele, não sei se já

⁵³ Mais adiante, Hassis Corrêa fará referência a esse local como Morro do Gema d’Ovo. Há quem diga que é uma alusão à fruta amarela de um tipo de árvore que parecia haver bastante naquela localidade.

⁵⁴ Segundo o *site* da Simca do Brasil (www.simca.com.br), acessado em 17 de abril de 2002, como resultado direto do plano de metas do governo Juscelino Kubitschek, a filial brasileira da fábrica da matriz francesa foi fundada em Belo Horizonte em maio de 1958, e o primeiro Chambord foi lançado em março de 1959.

faleceu. Ele se perdeu e entrou ali naquela parte onde é a Rua Lauro Linhares, onde tem o shopping, e ali, na frente da casa da Catarina, da Dona Rosa, hoje casa das freiras, ele passou por cima de três rapazes.” (Ferreira, 2001: 44). Conta que o acidente quase matou os rapazes: um cortou a orelha, outro, com ferimentos mais graves, teve fratura na perna e na cabeça. Lembra que o circuito da corrida, com várias voltas, era: Pantanal-Trindade-Carvoeira-Saco dos Limões-Pantanal: “Eles passavam pela antiga Carvoeira, [próximo à Serrinha], por aquela estrada que mal passava um carro; então, ali, era um Deus nos acuda.” (Ferreira, 2001: 44).

Nomes de Ruas do Bairro

Sobre os nomes de ruas do bairro, Paulo Ferreira (Cf. 2001: 44) lembra da Rua Luís Delfino Conti, cuja placa estava colocada na casa pertencente ao Governo do Estado, onde funcionava a Seção Agrícola da Penitenciária do Estado, em que morava a Dona Tilha. “Eu lembro bem daquela placa esmaltada com fundo azul e letras brancas.” (Ferreira, 2001: 44). A casa dela ficava mais ou menos na altura onde hoje está a agência da Caixa Econômica Federal, mais para perto da rótula da Trindade. Dessa agência bancária para o Córrego Grande o nome da rua era Luís Delfino Conti. A Rua Lauro Linhares vai a partir do Comper para a Agrônômica. A Praça Santos Dumont fica entre a rótula da Rua Luís Delfino Conti e a Rua Lauro Linhares. Outras ruas têm nomes mais recentes, como a Rua Capitão Romualdo de Barros, que não deve ter trinta anos. Paulo não sabe quem colocou esse nome. Era a ‘Rua que ia pra Carvoeira’, a Rua do Berbigão, a rua que todo mundo ia até o Saco dos Limões pegar berbigão: “Essa Rua da Carvoeira era o único acesso que existia até o Saco dos Limões. Ali no Saco dos Limões, na descida, onde hoje termina a Carvoeira, havia um acesso, que hoje é uma ruazinha. Ali nós descíamos: o pessoal todo da Trindade, Córrego Grande, Pantanal para buscar o berbigão.” (Ferreira, 2001: 45).

Ciganos na Praça

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 45) lembra que a praça era procurada por algumas famílias pobres que ali se instalavam e também por muitas pessoas bêbadas que curtiam a sua bebederia dentro da praça, inclusive pessoas bastante folclóricas, como o Seu Casseiro, que era um carroceiro que mancava da perna direita, e era um beberrão contumaz. Normalmente ele caía ali pela praça, e ali ficava. Um dia, um dia e meio, curtindo os porres diários.

Mas o que assustava e impedia de as crianças circularem por dentro da praça era a presença de ciganos. Dona Maria Flora, que era a diretora da escola, sempre recomendava às crianças que não passassem por dentro da praça quando havia ciganos acampados. Muitas vezes os ciganos tomavam conta da praça e ficavam por vários dias. Naquela época não se via tanto a polícia como hoje, era apenas um delegado para cuidar de tudo. Quando era criança, dos sete aos nove anos, Paulo Ferreira lembra que muitas vezes viu os ciganos acampados na praça, mas já saía de casa para a escola com uma recomendação que até hoje não lhe sai da cabeça: “- Não passes por dentro do jardim! Passa por fora, porque os ciganos pegam as crianças!” (2001: 45).

Paulo (Cf. Ferreira, 2001: 46) lembra que as suas experiências com ciganos sempre o impressionavam. Uma vez, quando estava com uns seis anos, estava indo ao médico, no centro da cidade, e foi abordado por uma cigana na Rua Felipe Schmidt. A mãe, apavorada, agarrava-o por baixo do braço, puxava-o e *se mandava*. Outra vez foi na Rua Augusta, em São Paulo: “Eu me lembro que uma vez uma desgraçada pegou na minha mão esquerda, passou a mão dela na boca, pegou aquele cuspe [e disse]: ‘- Vida eterna! Vida eterna!’ Porque eu tenho esse risco, assim, que é diferente de todo mundo.” (Ferreira, 2001: 46). Depois aconteceu ainda com uma freira que parecia meio louca e fugia ao encontro do Paulo quando ele ia tomar injeção com a irmã Osvaldina no coleginho das freiras, que hoje é o asilo das irmãs da Divina Providência. A freira, numa atitude meio louca, *engrisava* o alemão, e fez igual à cigana: pegou a mão esquerda do rapaz, passou cuspe na berruga, pegou o rosário e benzeu. A berruga sumiu! e nunca mais nasceu.

Passeata de 1º de maio

Dona Stella lembra que o padre Evaldo, que gostava de inovações, certa vez resolveu fazer uma passeata no dia 1º de maio; era a Passeata Mariana. Naquela época, só duas moças tinham bicicleta de mulher: Dona Stella – a primeira moça do bairro a ter uma dessas - e Diná Borges; as duas iam à frente da passeata. Como era Filha de Maria, o padre fez Dona Stella carregar a bandeira da congregação mariana, pedalando, equilibrando-se com uma mão ao guidão e a outra, segurando aquela bandeira grande e pesada. Atrás iam todos os moços com as suas bicicletas enfeitadas. Saíram da igreja e foram, pela rua que passa na frente do atual Banco do Brasil do campus, até a entrada do Córrego Grande, onde está hoje a rotisserie Dona Benta, lugar da antiga venda do Pedro Vidal. Voltaram pela rua

Lauro Linhares até onde hoje é o posto de gasolina, naquela rótula da Lauro Linhares, no entroncamento com a avenida Madre Benvenuta, e voltaram. O povo todo estava esperando na frente da Igreja.

Carros alegóricos religiosos

Em outra ocasião, o padre Evaldo fez carros alegóricos com santos, com motivos de Nossa Senhora. Dona Stella lembra que ela e sua mãe ficaram encarregadas de arrumar o caminhão de Nossa Senhora de Fátima: “A minha irmã foi a Nossa Senhora de Fátima, isso eu tenho foto. No caminhão iam três crianças ajoelhadas. O motorista vinha com bastante cautela. No caminhão havia uma árvore presa na corrocera, e a minha irmã ia atrás da árvore.” (Hess, 2001: 23).

Procissões da igreja à gruta

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 47) lembra das procissões da igreja da Trindade até a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, na Avenida Madre Benvenuta, defronte do atual asilo das irmãs da Divina Providência. Conta que, ao lado da gruta, ainda hoje estão aqueles pés de *pinheiro de Natal*, quase centenários: “Se um dia fores lá, verás que aquilo é muito lindo. Lá também exercitei bastante o latim, lendo um canto inteiro à Nossa Senhora, escrito numas pedras de mármore que estão lá. A Elza e a Dona Maria sabiam de cor. Muitas vezes elas faziam romarias que terminavam lá na gruta, com o terço e aqueles versos. Coisa linda!” (Ferreira, 2001: 47). Era uma procissão de muita devoção, à luz de lanternas acesas. Paulo costumava participar dessas procissões anuais desde a época do padre Amilca, acompanhando uma das suas irmãs, a Lourdes, porque ele tinha apenas cinco ou seis anos de idade. Depois, com o padre Pauli, vieram as inovações. Uma delas foi que a imagem da Nossa Senhora de Lourdes saía da gruta no sábado e ficava na igreja, ali pernoitando, para retornar no dia seguinte, Domingo: “As irmãs ficavam em vigília a noite toda na gruta, durante a ausência da imagem.” (Ferreira, 2001: 50). A imagem ia da gruta para a igreja, e, da igreja para a gruta. Isso acontecia sempre em fevereiro, no dia onze, dia de Nossa Senhora de Lourdes, ou então no final de semana próximo: “Muitas vezes fui acompanhando o padre Pauli: ele de sobrepeliz⁵⁵ branca de renda, bonita, bordada; eu e outro coroinha. Nós levávamos as lanternas, pesadas que dava gosto, mas sempre tinha

⁵⁵ Vestidura ampla e branca que os clérigos usam sobre a batina e que desce até meio corpo. Cf. Dicionário Universal da Língua Portuguesa On-Line. <http://www.priberam.pt/dlpo/>. Acessado em 09 fev. 2002.

alguém que substituía.” (Ferreira, 2001: 48). Lembra que, com as inovações do padre Pauli, essas comemorações ganhavam outra dinâmica, mais *espalhafato*. No domingo à tarde havia uma celebração, e, para isso, era feito um altar do lado de fora da gruta, embaixo daqueles pinheiros, porque a gruta era muito pequena. Abriam-se os portões da gruta, que na época eram de madeira, e ali ficava *lotado* de fiéis: “A missa acontecia no domingo à tarde, às quatro, cinco horas, quando a procissão chegava. O padre Pauli sempre trazia um pregador junto, e às vezes ele pregava, pregava muito bem. As freirinhas velhas, que não podiam caminhar, ficavam todas lá no muro delas, todas de hábito.” (Ferreira, 2001: 48).

Procissão de Corpus Christi

Outra procissão que também era muito esperada no bairro era a procissão de Corpus Christi, da qual Paulo Ferreira (Cf. 2001: 48) lembra da participação da comunidade e da preparação dos enfeites. Para essa procissão a rua era enfeitada desde a Avenida Madre Benvenuta, da frente da casa das irmãs, até a igreja da Trindade: “Tudo era impecavelmente enfeitado, tudo. Toda a comunidade participando junto, varrendo e enfeitando as ruas. Cada um tinha o seu espaço para enfeitar. Coisa linda! Marcava-se na rua o trecho para cada família enfeitar. Muitas vezes ajudei a enfeitar.” (Ferreira, 2001: 48). Guardavam-se conchinhas, que eram enfeitadas com o papel do chocolate, e pó de café usado, que durante meses a vizinhança guardava do coador. Juntavam-se sacos e mais sacos de pó de café que eram estendidos ao sol para secar e depois eram guardados para a procissão. Para enfeitar a rua também era utilizada a flor do Espírito Santo, tanto a folha como a flor; a folha do caqui, que cai exatamente nessa época de Corpus Christi, no mês de junho; serragem colorida, areia de praia, cedrinho cortado na máquina de cortar trato para os animais; barba de velho e outros tipos de plantas que servissem para dar destaque ao enfeite da rua. A serragem era tingida na casa das irmãs, com corante de roupa: “Coisa linda! Eram as duas festas do ano. Era tudo muito bonito e envolvente. Vivenciei isso por muitos anos, acho que até depois de casado ainda. Hoje não fazem mais essas procissões daquele jeito. A de Corpus Christi ainda foi feita algumas vezes em volta da pracinha. Agora não fazem mais.” (Ferreira, 2001: 49). Naquela época, quando a rua era enfeitada, as pessoas ficavam de pedaço em pedaço cuidando para ninguém estragar, até a hora do Santíssimo passar. A primeira pessoa que tinha que passar sobre o enfeite era o padre com o Santíssimo. O padre ia passando e trazia nas mãos o ostensório envolvido na estola: “Era tudo muito bonito. Não

havia outras atrações.” (Ferreira, 2001: 49). Conta que a procissão não passava dentro da praça, passava na frente, onde hoje é a igreja nova, ao lado do Comper: a procissão saía do convento das freiras, pela Avenida Madre Benvenuta, e seguia pela Rua Lauro Linhares até o Comper, ali contornava a praça pelo lado direito até a igreja. Outras vezes saía da igreja para o convento, porque a direção do trajeto era sempre alternada: num ano saía da igreja até o convento das freiras e no ano seguinte fazia o inverso. Assim era a procissão de Corpus Christi. Conta que, atualmente, coisa de uns três anos para cá, em vez de enfeitar a rua, tem sido feito altares em alguns locais do trajeto. Quando as pessoas vão para a missa já deixam ali depositados os donativos: sacos com alimentos não perecíveis e roupas para os pobres. E diz que, como a data de Corpus Christi está coincidindo com a semana da Festa da Santíssima Trindade, também procuram fazer a comemoração dentro da própria programação da festa.



Maria da Conceição Pausewang representando Nossa Senhora de Fátima, em cenário montado sobre o caminhão enfeitado por Stella Maris Pausawang, a partir de motivo estampado em santinho religioso, referente à aparição de Nossa Senhora de Fátima aos pastorinhos, para a procissão de 1º de Maio, realizadas na época do padre Evaldo Pauli, nas ruas da Trindade. (Foto: década de 1950, acervo Stella Hess)

A Irmandade e as brigas

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 27) lembra que, na Trindade, como em todos os lugares, havia o lado daqueles que apoiam o padre e o lado daqueles que são contra. E o lado que não costumava apoiar as iniciativas do padre, era o lado dos mais antigos, como o daqueles que faziam parte da Irmandade. Conta que comentavam que a Irmandade se sentia meio que dona da igreja. E isso gerou muitas desavenças. Mas para uma criança, acostumada a participar de muitas atividades inovadoras da igreja, a visão era outra: “Na minha visão de criança da época, eu achava muito boas essas idéias do padre.” (2001: 27).

A Irmandade – a briga

Dona Stella (Cf. Hess, 2001: 21) lembra que havia na paróquia da Trindade a Irmandade do Divino Espírito Santo, da qual muitas pessoas ainda se lembram, principalmente por causa das constantes brigas com o pároco, padre Evaldo, que tinha plenas convicções de que as atribuições dele, como padre, iam muito além do serviço de rezar missas. Conta que a Irmandade coordenava a Festa da Santíssima Trindade e administrava o dinheiro angariado com os festejos: naquela época, havia a Festa do Espírito Santo e, no fim de semana seguinte, a Festa da Santíssima Trindade. Dona Stella conta que era zeladora da igreja e lembra das dificuldades até para as compras mais simples, pois não havendo dinheiro na paróquia, tinha que pedi-lo à Irmandade: “Pra conseguir um litro de óleo, pra colocar no Santíssimo, muitas vezes eu tinha que implorar, dizendo: ‘Tá terminando! Eu não tenho mais óleo pra botar no Santíssimo!’” (Hess, 2001: 21). Havia um descontentamento por parte da Igreja que não dispunha dos recursos da festa: “Era tudo comandado pela Irmandade. Inclusive a gente soube, depois, que eles emprestavam o dinheiro da festa para particulares.” (Hess, 2001: 21). Dona Stella namorava com o secretário da Irmandade e ouviu dizer que os livros contábeis ficavam guardados no Império. Como tinha todas as chaves da igreja, porque era zeladora, encontrou os documentos e os entregou ao padre Evaldo, que os levou ao palácio do bispo. Lembra que, dessa vez, *deu briga feia*: veio um jornalista, senhor Manoel Menezes, talvez até a pedido de alguém da Irmandade, com um microfone, a fazer ofensas ao padre, bem na frente da igreja. Alguns paroquianos trancaram o padre Evaldo na sacristia, porque ele estava nervoso e queria ir para a rua brigar. Dona Stella conta que, como impunha certa autoridade, chamou um tal Seu Roque - que era um senhor que saía com um tambor

acompanhando a bandeira do Espírito Santo de casa em casa – e pediu-lhe que desse jeito de desligar o microfone. Serviço feito, o jornalista não se conteve: “Esse Manoel Menezes, subiu em cima do carro dele pra gritar, pra falar mal do padre Evaldo.” (Hess, 2001: 22).

Irmandade contra Evaldo Pauli: um comício

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 50) conta que havia muitos impasses entre o padre e a Irmandade porque os membros da Irmandade não aceitavam as idéias modernas do padre Pauli: “[Essas brigas, na época,] eu escutava, acompanhava e presenciava. Muitas vezes eu já estava preparado como coroinha e muitos cidadãos dessa Irmandade iam lá na sacristia tirar satisfação com o padre. Muitas vezes até chamavam o padre para brigar. Presenciei isso muitas vezes.” (Ferreira, 2001: 50). Conta que os atritos do padre Pauli com a Irmandade aconteciam num cenário em que predominava a força política da época: metade UDN e metade PSD, os dois principais partidos que havia: União Democrática Nacional e Partido Social Democrata. Também na igreja predominava essa divisão política, mas “o padre insistia que a igreja não tinha nenhuma ideologia, não tinha partido, não tinha nada. Partido político era fora da igreja. E passou a proibir os comícios na frente da igreja.” (Ferreira, 2001: 51). Naquela época, não havia esse costume de usar a igreja como palco político: “Hoje os padres usam e abusam da paciência dos fiéis e dizem o que bem querem. Os padres revolucionários hoje falam nas homilias sobre qualquer assunto. Eu sempre critico isso. Só porque eles têm oportunidade, aproveitam pra falar do governo, pra isso e aquilo. Não vou citar nome de padre nenhum.” (Ferreira, 2001: 51). Paulo Ferreira lembra de um acontecimento que presenciou há muitos anos:

“Aconteceu um fato marcante em 1955, eu estava com dez anos. Num sábado à noite, não sei qual foi a apresentação que teve na igreja, quando apareceu um caminhão velho, cheio de pessoas e, no meio, o candidato a prefeito, Manoel de Menezes, pai do Cacau Menezes, em estado etílico avançadíssimo, e ele não chegou pedindo licença pra fazer o comício dele, ele chegou ofendendo o padre. Dizendo que alguém tinha dito que o padre não aceitava que fizesse comício na frente da igreja. Aí chamaram o padre Pauli, formou-se o bate boca, ele destratou barbaramente o padre. Aquele deixa pra lá, tira daqui, e conseguiram tirar o padre daquele imbróglio. Havia uma lâmpada, um foco, em cima da porta da igreja, que o padre mandou desligar. A lâmpada da frente da igreja foi apagada - não tinha energia elétrica na rua, como tem hoje - e o candidato ainda ficou um bom tempo discursando, blasfemando, xingando, etc. Ele ficou um bom tempo destratando o padre. A mulherada correndo e chorando, a criançada correndo

e gritando e chorando, porque era um fato que ninguém estava preparado para presenciar. Ainda mais de uma pessoa em estado etílico, com uma voz bastante possante que ecoava naquela praça inteira. Dizia palavrões e destratava o padre, a Nossa Senhora, e descrendo de Deus!... Isso eu presenciei, eu estava lá. O caminhão encostou debaixo de um pé de *legustrum*⁵⁶ que tinha lá - onde depois colocaram um poste com iluminação no local - e ali ele queria fazer o comício, inclusive na frente da igreja. Aquela parte da frente, a cabine do caminhão, avançou inclusive um pedaço na frente da igreja, e ali é muito próximo - tu vê onde é hoje a calçada - é muito próximo da igreja. E o padre proibiu, e foi o que deu. Ficou um bom tempo ali xingando a Deus, Nossa Senhora, naquele estado, chamando o padre para o pau '- Vem pro pau se tu és homem!' E o pessoal tirou o padre Evaldo. Isso eu vi com os meus olhos que a terra há de comer, como diz o ditado antigo." (2001: 51)

A Relação da Escola com a Comunidade

Paulo Ferreira lembra e reconhece a importância da relação entre escola, igreja e comunidade: "As práticas da comunidade foram construídas, consolidadas, numa relação bastante forte com a igreja e a escola." (Ferreira, 2001: 57) A primeira diretora do Grupo Escolar Olívio Amorim foi ser freira, a Dona Julinha. "Eu era pequenininho e ainda me lembro dela me pegando no colo, me beliscando, eu devia ter uns três, quatro anos. Linda!, mulher linda, foi ser freira. Quem substituiu a Dona Julinha foi a Dona Maria Flora, católica fervorosa, que ficou uns vinte anos como diretora." (Ferreira, 2001: 57). Dona Maria Flora era uma líder, liderava esse trabalho de ligação entre a comunidade escolar e a religião, fazendo com que os alunos saíssem da escola com uma boa formação religiosa: "Aula de religião era obrigatório. Nós nunca entramos um dia nas salas de aula sem estarmos formados e sem rezarmos o Pai-nosso, nunca." (Ferreira, 2001: 57).

Disciplina no Grupo Escolar

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 59) conta que, em 1952, quando ele era criança na escola, Dona Maria Flora estava com quarenta e sete anos, porque ela nasceu em 1905 e era da mesma idade que a mãe dele, sendo apenas poucos meses mais velha. Faleceu em 1977. Ficou mais de vinte anos como diretora, quem a substituiu foi o Seu Lourival. Paulo

⁵⁶ *Legustrum* é árvore de origem japonesa que durante longo tempo foi bastante utilizada no Brasil para arborização urbana, pois é de fácil poda, brotando rapidamente. Atinge cerca de 25 a 30m de altura. Pesquisas recentes mostram que é alergênica no período da floração, e causa problemas respiratórios.

lembra que Dona Maria Flora era uma pessoa muito bondosa, que gostava de disciplina mas tinha dificuldades para mantê-la, porque não tinha *pulso firme*. Quando os alunos estavam no pátio, naquela algazarra para formar, tentando fazer fila, se arrumarem para cantar o Hino Nacional, para rezar, era sempre outra professora que conseguia os melhores resultados: “A minha irmã bastava olhar. Ela era sempre a última a chegar [para a formação]. Ela usava trança. Sempre impecável, com guarda-pó inteiro, uma moça muito bonita. Chegava... ‘- Lá vem!’, era aquele que mais podia, ninguém mais dava um piu.” (Ferreira, 2001: 59) Era difícil controlar a gurizada, ninguém fazia silêncio. Mas “quando [a Elza] estava chegando, não precisava nem falar. O simples fato de ouvir os passos dela e a figura dela chegando, automaticamente, o grupo inteiro silenciava.” (Ferreira, 2001: 59). Em 1952 Dona Elza tinha vinte e oito anos. Uma pessoa muito respeitada. Não era brava. *Ela era pelo direito, rigorosa, respeitadora.*

2.1.2. O Cemitério

Sacristão na igreja e um enterro

Hassis lembra que, em 1936, a igreja fazia extrema nos fundos com o cemitério “que tinha um muro de grade e tudo, com portão. Portão bonito, de arcada.” (Corrêa, 1993: 26).

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 46) conta que foi sacristão na igreja e diz que ali *bati sino pra burro*, e conta que também sabia responder a missa inteirinha em latim, mas depois esqueceu. Como ajudava na igreja, quando morria alguém, era avisado: “Eles chegavam e comunicavam: ‘- Hoje tem enterro às 3 horas!’ - Então a gurizada se metia, subia lá na torre e ficava *blém, blém, blém*, aquele sino funeral, esperando até o cadáver entrar ali.⁵⁷ Faziam aquelas benzeduras deles, aí batia-se o sino até entrar no cemitério e a gente ia atrás.” Lembra que, numa ocasião, estavam passeando na Trindade umas primas suas que acabaram indo também ao enterro. Quando estavam todos no cemitério, acompanhando o sepultamento, aconteceu o inesperado: “a corda da alça do caixão escapou, o caixão virou e caiu o coitado do cadáver lá no fundo. (...) Daí os caras desceram e pegaram o cadáver.” (Corrêa, 1993: 46). Conta que não era um caixão reforçado, todo de madeira, com tampa aparafusada, como é comum se ver hoje, era daqueles “caixões de pano, daquele tempo. Era caixão formado só de armação de madeira e forrado de pano, com as tampas assim: só a armação de madeira e forrado, daqueles panos pretos, com uns trocinhos amarelos e tal, e o fundo era só armação de três tábuas, forrado de pano.” (Corrêa, 1993: 46). Hassis lembra que esse foi um acontecimento marcante, que impressionou toda a *gurizada*.

Flores das sepulturas

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 16) lembra que nos fundos da igreja, para os lados de trás da sacristia, havia uma sala na extrema do terreno, com uma porta e uma escada que dava passagem para o cemitério. Era uma sala de serviço, onde também guardavam muita *bugigangada*. Lembra que eram poucas as crianças que tinham coragem de abrir aquela porta de noite e descer para o cemitério, ficavam se desafiando para ver quem teria coragem

⁵⁷ Bernadete, esposa do Paulo Ferreira, lembra dos velórios e do aviso do sino: “Todas as pessoas que morriam eram veladas na igreja. O sino batia e já se sabia que havia morrido alguém.” (Ferreira, 2001: 56).

de ir até alguma sepultura, coisa que ele mesmo fez muitas vezes: “Os outros iam com medo. E eu ainda brincava, jogava uma flor, uma pedra: ‘Vamos lá! Vamos lá naquele que tem vela acesa! Acho que foi sepultado hoje!’” (Ferreira, 2001: 06). Conta que iam até as sepulturas e pegavam flores para Dona Elza enfeitar a igreja, mas sempre depois de terem pedido licença ao proprietário do túmulo. E não hesitavam em fazer isso a qualquer hora da noite, pois o cemitério já não o assustava tanto, porque estava acostumado a ir com a família ao sepultamento das pessoas, principalmente dos vizinhos e conhecidos.

A procissão das missões

Dona Stella (Cf. Hess, 2001: 09) lembra das missões, do seu tempo de moça, com uns dezesseis anos, quando vinham os Padres Redentoristas, de São Paulo, para essas pregações.⁵⁸ Era uma época especial de conversão, o que fazia com que os fiéis procurassem mais a igreja. Aconteciam palestras durante vários dias, geralmente as missões duravam uma semana. O povo se reunia na igreja e no último dia, à noite, os padres saiam com o povo em procissão, com velas acesas, rezando e cantando, às vezes davam a volta na praça, e sempre terminavam indo para o cemitério. Chegando lá, os padres continuavam a pregação, reuniam o povo ao redor das sepulturas e lembravam que um dia aquele seria o destino de todos, e que, por isso, valia a pena viver bem, dentro dos preceitos da Igreja. Reunidos no cemitério, a uma certa altura eram apagadas as velas e ficavam todos no escuro. O ritual conseguia impressionar, principalmente os mais jovens. “Iam de noite pro cemitério, pra aterrorizar a gente. Ai, meu Deus!, quando eu me lembro daquilo, no meio do cemitério, tudo no escuro, falando sobre o viver bem e o viver mal, que quem vivia mal podia ir pro inferno: ‘- Quantas pessoas estão aqui...’ Eram aquelas coisas horrorosas.” (Hess, 2001: 09).

Flores para a igreja

O cemitério era também um lugar de fácil acesso para o caso de se precisar de algumas flores, o que não parecia ser de todo errado tirar dos túmulos para enfeitar o altar. Dona Stella (Cf. Hess, 2001: 09) lembra que na época dos seus quatorze anos, costumava ajudar a sua madrinha de crisma, Dona Elza Ferreira, professora, nos serviços como zeladora da igreja. Como morava mais perto, na Rua Lauro Linhares, do outro lado da

⁵⁸ Segundo o Cânone 770, do Código de Direito Canônico (1987: 353), a Igreja Católica orienta que em épocas determinadas, segundo as prescrições do bispo diocesano, os párocos organizem pregações, que se denominam exercícios espirituais e santas missões.

praça, volta e meia estava na igreja. Inclusive, “roubava as flores pra arrumar a igreja. De vez em quando o coveiro corria atrás de mim. Uma vez, eu mal fechei a porta [da igreja], o coveiro bateu na porta também: ‘- Abre aí, menina, abre aí!. E olha!: tá proibida, tá proibida de roubar!’” (Hess, 2001: 09).

As atitudes piedosas

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 10) conta que o cemitério esteve nos fundos da igreja até quando a Universidade comprou o terreno, e era um local de visitas regulares onde as pessoas iam sempre para praticar as *atitudes piedosas*, rezar pelos defuntos. Faziam essas visitas semanalmente, outras vezes de duas em duas semanas. Rezavam o Pai-nosso, a Ave Maria, ou alguma oração espontânea. Ela lembra de praticar essas atitudes piedosas dos doze anos em diante: “A meninada do grupo ia em bando, tanto depois da aula como quando chegavam cedo. Era legal ir ver as sepulturas: ‘Essa é bonita!’, ‘Como é o nome?’. Havia alguma do tipo capelinha, com fotografia da família, e a gente ia olhar.” (Beltrame, 2001: 10).

Conta que essas visitas ao cemitério eram também estimuladas pelas aulas de religião.

Sepultamento de parentes

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 62-64) lembra do cemitério atrás da igreja, onde estava sepultado o seu pai e outros parentes. Conta que o cemitério, inicialmente, ficava apenas no terreno logo atrás da igreja, mas que, mais tarde, foi ampliado para o lado direito, de quem olha da praça, até a extrema da atual associação da Universidade [Aavufsc], onde era a casa da Dona Idinha e do Seu Vidal.

Lembra que quem entrava no cemitério pelo portão principal, entre a igreja e o Império, logo se deparava com as sepulturas das crianças. E atrás dessas, ficavam as sepulturas das freiras – porque na Trindade já havia casas de freiras, da Divina Providência. – E atrás dessas sepulturas ficava o ossuário. Conta que, entrando ainda pelo portão, à esquerda, ficavam as sepulturas de famílias mais tradicionais e abastadas, *jazigos perpétuos*, inclusive pessoas de famílias que moravam no centro da cidade, mas que eram enterradas na Trindade. Num desses jazigos estava sepultada a sua primeira professora Dona Maria do Patrocínio.

Lembra que, para os fundos do cemitério, na mesma direção do portão, depois de um declive que ia até um banhado, à beira do riozinho, havia um poço, onde as pessoas pegavam água para usar na limpeza das sepulturas.

Lembra ainda que o cemitério, numa parte mais elevada, fazia extrema com o terreno do grupo escolar, e as águas da chuva corriam do cemitério para aquela parte mais baixa do terreno da escola. Conta que, nesse terreno, o Seu Manoel plantava verduras, também aipim, que eram utilizadas na merenda da escola: “Quando faziam sopa de verduras com aipim, eu nunca comia, por causa da água da chuva que tinha escorrido do cemitério para aquela terra onde estava plantado o aipim.” (2001: 63).

Conta que, nesse cemitério, foram sepultados o seu pai, Horácio Ferreira, em 1959, e depois uma sobrinha e um primo seu: “Para o sepultamento do meu pai, saímos da nossa casa na Rua da Gruta, atual Avenida Madre Benvenuta, a pé, viemos até à Rua Lauro Linhares e antes da praça pegamos à direita, onde hoje é o Comper, e passamos pelo caminho na frente da chácara dos Ferrari, onde hoje está a igreja nova.” (2001: 63). Lembra que era o sábado da Festa da Santíssima Trindade e do Espírito Santo, dez para as seis da tarde, que já era noite, e passaram no meio da festa para ir sepultar o seu pai. Dali a pouco começaria a missa da festa, às sete e meia.

Túmulos sem documentos

Adolfo Aguiar (Cf. 2001, 22-23) lembra da época em que a Universidade *encampou* o terreno do cemitério e tiveram que providenciar a transferência dos parentes que estavam enterrados ali. Ele conta que costumava freqüentar o cemitério, porque os seus pais - e muito mais tarde também dois irmãos - estavam sepultados ali. E ali também estava sepultada uma tia sua, por parte de pai, Josefina Aguiar, casada com o senhor João Cordeiro.

Conta que foram chamadas as pessoas que tinham parentes enterrados no cemitério e que foi dado um prazo para providenciarem a transferência, “porque, se não, a máquina ia passar por cima e ia deixar tudo lá, e ia esconder.” (2001: 22). E quem tivesse documento poderia transferir e levar para o cemitério São Francisco de Assis, no Itacorubi. Lembra que foi ele quem se interessou pela transferência dos restos mortais dos seus familiares, mas não havia documentos comprovando a propriedade da sua família no terreno do cemitério, e lembra que foi uma luta para conseguir documentos, mas, no caso da sua família, o que

ajudava a identificação era o fato de ser um túmulo ainda bem conservado: “A nossa sepultura lá era um jazigo perpétuo, até bem num cantinho, arrumadinho, estava [escrito]: ‘Jazigo Perpétuo da Família Aguiar.’” (2001: 22).

Lembra que conversou com o Secretário Municipal, que talvez fosse o senhor Jairo Linhares, e encaminhou-lhe um requerimento. Como esse senhor conhecia a sua família, e conhecia o local do túmulo, acabou deferindo o pedido, com o que foi possível fazer a transferência: “Então, uma tardinha, junto com um conhecido meu, nós fomos lá. Antes, já tinha falado com o coveiro de lá, aí ele abriu a sepultura e tirou todos os ossos que ainda existiam lá, ensacamos e levamos lá para o cemitério do Itacorubi, o cemitério São Francisco de Assis. Atualmente toda a minha família está lá.” (2001: 23).

Mas muitas sepulturas não tiveram condições de ser identificadas e removidas: “Agora, alguns, eu acho que não foram poucos, ficaram soterrados ali. A máquina passou por cima e ficou assim mesmo.” (2001: 23).

Remoção dos ossos

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 63) lembra que a remoção dos ossos do seu pai para o cemitério do Itacorubi foi em 1967, e que nessa mesma ocasião levaram os ossos daqueles seus outros dois parentes. Fizeram essa remoção porque o limite dos terrenos da Universidade incluiria a igreja e adjacências, conseqüentemente, o cemitério. Conta que a Universidade deu um prazo para as famílias retirarem os restos mortais dos seus parentes, prazo esse que foi prorrogado umas duas vezes, e terminado o prazo, a Universidade mandou passar as máquinas para limpar o terreno. Recém tinham comprado um lote no cemitério do Itacorubi: “A Elza e eu, que naquela altura já estava trabalhando, é que pagamos essa compra. Ela ainda pagou a maior parte, mas nem quis ir ver onde era o terreno, porque já estava doente e sabia que seria a próxima, a primeira, que iria pra lá.” (2001: 63).

Diz que ainda se lembra da posição da sepultura do seu pai no terreno do cemitério da Trindade, na parte nova: sétima fileira, quinto túmulo.

Recentemente, ocorreu um fato ainda relacionado com o antigo cemitério da Trindade. Paulo Ferreira (Cf. 2001: 64) conta que, em 1997, morreu um sobrinho seu, de vinte e cinco anos. O pai dele, o seu irmão Rafael, estava completando cinquenta anos. Então o seu sobrinho saiu pelas redondezas para catar flores para a festa do pai e foi

também onde era o antigo cemitério, atrás da igreja da Trindade. Andou, de certo, revirando a terra, que ainda deve ter alguns restos dos mortos por ali, e acabou morrendo de meningite. Conta que no centro da Universidade tem uma rua, que vai do Pantanal até o Colégio de Aplicação, com o nome dele: Engenheiro Agrônomo Andrey Cristian Ferreira.

Um enterro debaixo de chuva

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 64) também lembra do enterro de outras pessoas da comunidade, sobretudo de um em particular que o impressionou muito. Conta que na Avenida Madre Benvenuta, onde era a casa da sua família, quase na frente onde é hoje o portão da Polícia Militar, morava a Dona Mariquinha do Dedé, uma senhora que vivia na janela, meio esquisita, bem velha, feia, sem dentes, cuja aparência impressionava as crianças: “Sempre que passávamos pela frente da casa dela, ela me chamava ‘- Paulinho! depois passa aqui pra ir lá na venda pra mim.’ Ela sempre tinha um respeito muito grande pela Elza. Depois eu ia lá, mas morrendo de medo que me pelava.” (2001: 64). Lembra que, quando essa senhora morreu, o enterro foi debaixo de chuva e trovoadas, e o clarão dos relâmpagos em cima daquele caixão preto, na saída da casa dela, era uma coisa de apavorar: “Quando chegou no cemitério - a sepultura era naquela parte mais baixa, perto do banhado -, estava tudo cheio de água, a sepultura cheia até a boca. Colocaram aquele caixão dentro da água *glub, glub, glub* e depois foram enchendo de terra. Não posso me esquecer daquilo. Eu devia ter uns treze anos.” (2001: 64). Conta que, depois, no terreno da casa onde esse senhora morava, foi aberta uma rua, que hoje leva o nome da sua irmã: Rua Elza Maria Ferreira.



Fundos do atual Teatro e igreja da UFSC, antigos Salão Paroquial e igreja da Trindade.
O gramado em primeiro plano é o local onde estava o cemitério.
(Foto: ano de 2001, acervo Clóvis Werner)

2.1.3. A Praça da Festa

O peditório para a Festa do Divino

Hassis Corrêa lembra de quando tocava bumbo para angariar dinheiro para a Festa do Divino: “Aquele negócio de sair a bandeira... Era guri, saía a irmã com a bandeira, o irmão com *aquele* de tirar esmola, e faltava guri para bater o bumbo. Então, era escalado: *bum, bum, bum.*” (1993: 65). Lembra que o trajeto era sair da Trindade e entrar no Pantanal. Ali nesse bairro “subia no tal do Sertão, que aqui tinha um caminho que tinha uma porção de casas. Se fosse indo, ia sair lá na Lagoa, lá no Morro da Lagoa. (...) [Ali no Sertão] tinha umas famílias pretas, umas famílias de negros. Aqueles negros de senzala que fugiram, que se metiam lá no Sertão. A Matilde⁵⁹ é daquela zona ali.” (Corrêa, 1993: 66). Havia um trajeto determinado para fazer a coleta com a bandeira do Divino: “A gente saía tocando bumbo ali, ia até o Pantanal. Era uma área delimitada. Dali em diante não podia. Já era o Saco dos Limões, ia até o Morro do Gema D'Ovo, aquele morro que desce ali e sai lá no Armazém Vieira⁶⁰.” (Corrêa, 1993: 66).

O pai do Hassis como provedor da Irmandade

Hassis lembra da atuação do seu pai como provedor da Irmandade do Divino Espírito Santo: “Como papai chegou ali em 1936 - o velho veio de uma disciplina militar com certa mentalidade diferente naquela ocasião -, então, eles se encantaram. O velho então chegou ali e começou a fazer uma administração, naquele período. Aí foi nomeado provedor.” (Corrêa, 1993: 32). Conta que, sendo provedor da Irmandade, ele já começou a fazer uma série de modificações, uma das mais visíveis era em relação à Festa da Trindade que já acontecia anualmente “com barraquinhas e tudo, mas tudo aquilo, dentro de um primitivismo, vamos dizer assim: da raiz mesmo.” (Corrêa, 1993: 32). Também porque não havia luz elétrica na praça e a decoração na rua era artesanal.

⁵⁹ Dona Matilde é funcionária aposentada da UFSC. Trabalhou no Departamento de Assistência Social ao Estudante. Canta na Associação Coral de Florianópolis e participa do NETI-Núcleo de Estudos da Terceira Idade, da UFSC.

⁶⁰ Referências ao bar e restaurante que existe próximo à *Avenida Costeira*, no bairro Saco dos Limões.

A iluminação da festa à luz de querosene

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 32-33) lembra do tempo em que a praça era iluminada à luz de querosene para a Festa da Trindade. Conta que quando o seu pai assumiu a Irmandade, como provedor, ele promoveu uma série de mudanças, mas, antes disso, a iluminação ainda era feita com lampiões. Pombocas, como diziam.

Conta que essas pombocas eram umas latas - com três ou quatro bocas - que se enchiam de querosene, e dentro delas se colocavam estopas que funcionavam como pavios. Ficavam suspensas, a uns dois metros de altura, encaixadas na ponta de varas de bambu, fíncadas no chão, como pequenos postes para iluminar os caminhos da festa. As pombocas mais comuns eram as de quatro bocas, espalhadas por toda a praça: “E a gente era guri e curti aquele troço: ‘- Tá na hora de acender a pomboca!’ Às vezes saía com uma vara, um bambu em chama, fazia uma bucha e ia ascendendo as pombocas.” (Corrêa, 1993: 33). E lembra que isso tudo dava uma luminosidade bastante boa: “Iluminava e dava uma poluição desgraçada, que no outro dia minha mãe dava banho em nós para tirar a fuligem. A gente ficava misturado naquele troço, dava aquele mormaço à noite, dava geralmente aquela cerração. Então concentrava aquela friagem, sempre assim. Aquelas noites de lua, noite de barraquinha, fria.” (Corrêa, 1993: 33).

As torres de tábuas para as bandeirinhas

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 32-33) lembra das tábuas com bandeirinhas que enfeitavam a Festa. Era uma decoração feita pelos próprios irmãos da Irmandade da época, que eram pedreiros, carpinteiros, etc. Eram feitas umas *torres* com prancha de tábua, de madeira de pinho, com uns 30 centímetros de largura por 4 metros de altura, “aí os caras faziam uns enfeitinhos, assim, pregado, de madeira, e metiam uns sarrafinhos e botavam as bandeirinhas. E eram enterradas no chão. Então era pintado de branco, de vermelho: a cor do Divino.” Esses enfeites normalmente eram duas pequenas réguas de madeira, recortadas em arabescos, pintadas de vermelho ou branco, e pregadas nos dois lados da tábua para enfeitar. Em cima das tábuas eram colocadas as bandeirinhas, também em vermelho ou branco. Essas tábuas eram enfiadas no chão para enfeitar o caminho por onde passava o cortejo. E de um ano para o outro era preciso pregar os enfeites de novo, porque sempre acabavam se estragando, quebravam.

Os arcos de bambu

Quando mudou-se para a Trindade, e estava com uns nove anos de idade, Dona Stella lembra que era muito usado fazerem a decoração da rua com grandes arcos de bambu, cheios de pencas de laranja pelos lados, costume que ainda perdurou por uns bons anos. Era enfeitado desse jeito naquele caminho entre a Rua Lauro Linhares e a igreja, de um lado ficava a praça e do outro, a chácara do Ferrari, no terreno onde hoje está a igreja nova. Os arcos de bambu, colocados bem próximos uns dos outros, ficavam bonitos com a luz do sol, davam sombra, e à noite também eram bonitos de se ver no lusco-fusco das lâmpadas: “Eles cortavam os bambus e colocavam de um lado e do outro e amarravam no meio, e ali colocavam um laço de fita vermelho, que enfeitava. Ficava um arco perto do outro. Dos dois lados do caminho eram feitas aquelas pencas de laranja, não se via mais nada, só se via laranja.” (Hess, 2001: 05).

Tainha nas barracas do Apostolado

Dona Tilinha lembra que tinham que ajudar a vender as comidas nas barracas da Festa para ajudar a igreja; o próprio Apostolado da Oração tinha uma barraca, e ali vendiam massa, galinha assada, tainha: “Quanto era tempo da tainha, nós fazíamos um fogo na frente da igreja e assávamos a tainha. Muito eu ajudei a assar a tainha, eu e a Dona Lalice. Nós ajudávamos muito.” (Gomes, 2001: 06). Diz que era costume fazer a tainha assada só no sal, o que agradava a muitos fregueses: “Os marinheiros vinham muito à essa festa. Então eles gostavam de comer, de comprar aquela tainha. Não dava tempo de assar. Chegava um: ‘- Queria uma tainha!’ Chegava outro ‘- Queria uma tainha!’ Eles pegavam a tainha - nós tínhamos pão na barraca - vendíamos o pão, uma garrafa de vinho...” (Gomes, 2001: 06). Conta que essa era uma das tarefas, *uma missão*, das senhoras do Apostolado.

Preparando galinhas na véspera

Dona Tilinha lembra, com satisfação, dos preparativos para a Festa do Espírito Santo, de quando precisavam arrumar a igreja na véspera, na sexta-feira, naqueles tempos em que as coisas eram mais difíceis, e ficavam até de madrugada nessa lida: “Eu tinha filho pequeno. O meu marido achava ruim de eu ir à festa, mas eu dizia que ia com as minhas colegas. Ficava até às quatro da madrugada limpando galinha: matava, despenava, governava. Deixava tudo limpinho pra poder assar no dia seguinte. Hoje está tudo bem, está

tudo fácil.” (Gomes, 2001: 06). Conta que as galinhas temperadas eram guardadas no adro da igreja, na Casa do Divino, ou Império, como também se diz.

As galinhas recheadas para a rifa

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 58) lembra que o seu pai *inventou* de fazer galinha recheada para a rifa, em vez dos mesmos brindes de sempre, como uma forma de angariar algum dinheiro para a Irmandade. Lembra com prazeres de infância da sua participação na barraquinha da Festa: “Minhas primas, a parentada, iam para lá ajudar, tudo guri na mesma faixa [de idade], era uma farra. Então se metiam todos na barraquinha pra ajudar a vender: ‘- Quatrocentos réis a escolher!’ Até hoje eu encontro com a minha prima Zenaide e a gente lembra dos quatrocentos réis a escolher.” (Corrêa, 1993: 58). Lembra com satisfação que depois da festa, a turma de primos ia para a sua casa para pernoitarem ali. Ficavam todos juntos no mesmo quarto enorme onde a mãe arrumava as camas: “Era uma farra a turma toda deitada ali. Sei que, de madrugada, tinha guri que chegava até a sonhar dormindo: ‘- Quatrocentos réis a escolher!’ No outro dia a gente acordava e: ‘Quatrocentos réis a escolher!’ Uns troços assim, Clóvis, que é uma beleza. É ótimo esse papo aqui assim contigo a respeito disso.” (Corrêa, 1993: 58).

Duas festas e barracas de vassoura carniceira

Dona Tilinha lembra da época em que havia duas festas na Trindade: “A primeira festa era a do Espírito Santo, no sábado e no domingo. Na semana seguinte, era a da Trindade.” (Gomes, 2001: 05). Conta que, na época, havia dois festeiros: um para cada festa. Como havia muita despesa com a realização das festas, todo mundo colaborava: “Havia muita laranja, então faziam aquelas pencas de laranjas pra botar nas barracas. As barracas eram feitas de vassoura carniceira. Algumas, não todas. Aquela vassoura mais grada, que até aí tem bastante.” (Gomes, 2001: 05).

Barracas no gramado ao lado da igrejinha

Hassis (Cf. Corrêa: 34) lembra de quando as barracas de bambu, para vender as laranjas na Festa, eram colocadas no gramado, à direita, ao lado da igrejinha. Conta que os camelôs da época também ficavam naquela mesma concentração: “Vinha o Chico Meira, pai do Meira, aquele gordo da Mauro Ramos, famoso Meira da padaria! que ia para lá com a padaria dele, com aqueles tabuleiros enormes, para vender as massas. E eram umas massas do Divino Espírito Santo, uma beleza! Aí tinha bichinho, coelhinho, elefante, e tudo

com olhinho de feijão.” (Corrêa, 1993: 34). E diz que vinha aquela turma de vendedores ambulantes que colocava pinhão, torrãozinho, rapadura, pé-de-moleque e uns tabuleiros de lata - de abrir -, cheios de cocada.

Lembra que para fazerem as barraquinhas, os vendedores “faziam um trançadinho de cerca de bambu, de taquara. Aí penduravam aquelas penquinhas [de laranja], (...) mas isso era ao milhares desse troço. E em cima eles cobriam de palha, aquela tiririca, que eles traziam lá do mangão, lá pros lados de Jurerê.” (Corrêa, 1993: 77).

Além das laranjas e guloseimas, os vendedores ambulantes traziam outros produtos que eram colocados à venda na Festa, como capim de colchão e marcela: “Vinham aqueles caras com porretes nas costas, com uma porção de saco de marcela pendurado. Andavam, andavam e andavam, e estendiam pelo chão.” (Corrêa, 1993: 77).

Outra fruta que o Hassis lembra que também era vendida na Festa da Trindade, trazida de outras localidades do interior da Ilha, era o caju: “Tinha é pouco do caju? O maior centro de caju era Santo Antônio e Canasvieiras, e principalmente Sambaqui e Cacupé. Cacupé tinha verdadeiras chácaras de caju. Cada cajuzão!... Meu irmão tem um terreno em Cacupé; tem um pé de cinquenta anos lá que ainda dá caju.” (Corrêa, 1993: 78).

Para Hassis, “no fundo, no fundo a festa da Trindade passava a ser um centro de mercado, de venda de produto das freguesias.” (Corrêa, 1993: 78).

As barracas bonitas, trançadas de bambu

Num misto de saudades com indignação, Hassis lembra das barracas de antigamente: “Eles faziam aquelas barracas bonitas de bambu, trabalhadas, trançadas, coisas que eles não fazem mais. Hoje vem tudo pré-moldado. Eles faziam aquelas armações de encaixes de bambu.” E segue dizendo que a decoração era feita de maneira bem artesanal, com as próprias laranjas: “Vinha quarta, quinta-feira começavam a chegar aquelas carroças, cheias daquelas pencas de laranjas, nas próprias forquetas, da própria árvore, que eles trançavam com cipó. Hoje é saquinho de *nylon*. Mas [naquela época] era trançado, formavam aquelas pencas de laranjas. E era tudo pendurado.” (Corrêa, 1993: 74).

Vindo à festa de carroça

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 34) conta que na época da sua infância era muito difícil a condução para a Trindade, também porque era uma época de guerra e a gasolina era racionada. Então muita gente vinha para a festa de carroça, ou de carro-de-boi enfeitado, lá

do Córrego Grande, do Pantanaí, da Carvoeira e do Saco dos Limões. Havia o pessoal que vinha de carroça, outros vinham a pé, e “tinha uma meia dúzia de ônibus, que era do Seu Zé Dutra. Uma jardineira muito velha, um Chevrolet daqueles mesmo que batia as janelas *blém, blém, blém*. Uma beleza mesmo, uma delícia aquele negócio, e a gente curtia isso como guri.” (Corrêa, 1993: 34).

As roupas novas para a festa

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 76) lembra das pessoas que vinham com roupas novas para a Festa da Trindade. Naquela época não havia muita condução, então as pessoas vinham das várias freguesias⁶¹ em carroças enfeitadas, e às vezes vinham até em carro-de-boi, “que já vinha gemendo *iuí, iuí, iuí*, lá do interior com aquelas famílias que tinham condições, que tinham seus carros-de-boi. Vinham tudo para a Festa da Trindade, vestindo roupa nova. Tudo isso era folclórico, era gozado. A gente gozava que o pessoal comprava roupa nova.” (Corrêa, 1993: 76). Conta que os homens vinham de gravata, camisa com abotoadura, calça com suspensório, chapéu, mas não usavam paletó. Diz que parecia que queriam mostrar a *indumentária interna*, ou até porque nem seria mesmo necessário com o calor das dez horas da manhã no *largo* da Trindade: “Os caras passeavam de mão no bolso, no domingo de manhã, pra baixo e pra cima, fazendo aquele *footing*, com aquelas camisas bem engomadas, de gravata, abotoadura, suspensório - que naquele tempo se usava suspensório. (...) De chapéu Ramenzoni da época, naquele *footing*... Uma poeira danada!” (Corrêa, 1993: 76).

Buscando o cortejo, o santo

Dona Tilinha (Cf. Gomes, 2001: 08) lembra que a festa era igual à primeira, com os mesmos desfiles de bandeira e de cortejo, e conta como que essas procissões aconteciam. Lembra que os homens, que eram os irmãos do Espírito Santo, vestiam-se com a capa vermelha e faziam a procissão à noite, carregando as tochas, com velas acesas, para ir buscar o *santo* que tinha pernoitado na casa de um fiel. O *santo*, que ficava na casa de uma família, era a bandeira, a coroa e o cetro, representando o Espírito Santo. Essa casa que hospedava o Espírito Santo podia tanto ser do festeiro como de outra família que pedia para o *santo* pernoitar na casa. Dona Tilinha diz que todo mundo queria que o *santo* ficasse em

⁶¹ O termo é uma divisão político-administrativa da época do Império – substituído por distrito ou bairro, na República, mas que muitas pessoas ainda se referem desse jeito.

casa. A noitinha iam buscar o *santo* em procissão, com velas acesas. Durante o ano, o *santo* era guardado na sacristia da igreja. Na sexta-feira, véspera da festa, era levado para a casa de um fiel, de onde era buscado no dia seguinte, no sábado, em procissão festiva: “Esse cortejo era com muita música. Eu gostava muito da banda da polícia. Era uma beleza. Eu achava naquela época, muita força de fé.” (Gomes, 2001: 10).

Depois de ser buscado pelo cortejo na casa do fiel, o *santo* ia para a igreja onde se fazia uma missa em seguida, nesse mesmo sábado, às 7 horas da noite. Dona Tilinha lembra que “depois da missa todo mundo ia comprar as coisas nas barracas. E ficavam até tarde. E tinha fogos. Uns fogos muito bonitos. Eu tinha raiva dos fogos, porque tinha tantos fogos que não era brincadeira. Hoje não tem quase nada dos fogos.” (Gomes, 2001: 11). No dia seguinte, havia a missa das 10 horas de domingo. Durante todo o dia, a bandeira e a coroa do Espírito Santo ficavam na igreja, e as pessoas iam ali para fazer a adoração. Nessas reverências, como que pedindo bênçãos e proteção, alguns até faziam questão de se enrolar na bandeira do Espírito Santo. Às 4 horas da tarde era feito o sorteio para a escolha dos próximos festeiros, e às 7 horas da noite havia a celebração da última missa da festa. Dona Tilinha afirma que “isso era tudo igual, do mesmo jeito, para as duas festas”. (Gomes, 2001: 12).

O Caminho do cortejo

Hassis lembra do cortejo da Festa saindo da casa da Dona Corina: “Na frente a cruz, aquelas lanternas, e os irmãos todos. Então iam buscar o *par de espadinha*, as princesas do império. Vinha o festeiro, mais a mulher do festeiro, que carregava a bandeira, e o festeiro carregava a coroa, o cetro, aquela coisa toda.” (Corrêa, 1993: 34). Conta que o cortejo saía da casa da Dona Corina com os personagens, dava uma volta pelo lado de cima da praça, para prolongar o trajeto, e depois entrava na igreja para a missa solene às 10 horas da manhã de domingo. Depois da missa, o cortejo conduzia os pares padrinhos à Casa do Divino.

As laranjas para a Festa da Trindade

Hassis tem lembranças da vergamota que vinha para a Trindade por ocasião da festa. Diz que naquela época, de 1936 a 1946, embora em algumas chácaras da Trindade tivesse laranja, o grande celeiro era em outros bairros: “era vergamota que vinha do Saco Grande, de Santo Antônio, lá de Ratones. Os caras traziam carroças cheias, enfeitadas, já

vinham tudo em pencas, eles só montavam. Era vergamota da Ilha.” (Corrêa, 1993: 43). Hassis conta que naquela época nem havia mais tanta fruta na Trindade, e, se a Trindade era um grande pomar, cheio de chácaras, com fartura de laranja, “isso era em 1800, no tempo do Borba Gato, quando os piratas bateram aí, naquela banda lá. No meu tempo, não. Em 1936 a Trindade não tinha nada.” (Corrêa, 1993: 43). Da sua infância, Hassis conta que conhecia a Festa da Trindade e não a Festa da Laranja. Mas conta que a presença da laranja, na festa da Trindade, já era tradicional, de antes do seu tempo, porque “coincidia que a fruta da época era a laranja. Isso eu me lembro porque a minha mãe me diz de quando era solteira: eles saíam a pé, de carroça, enfeitadas, da cidade, pra ir à Festa da Laranja para chupar laranja.” (Corrêa, 1993: 43). Naquela época da mocidade da sua mãe, ou mesmo na infância e juventude do Hassis, era laranja da Ilha: “Hoje, é como eu digo, vem de São Paulo a laranja, a laranja com gosto de querosene.” (Corrêa, 1993: 44).

Depois, aproveitando que sempre havia muita laranja naquela época do ano, até o nome da Festa foi modificado: “Agora foi que botaram Festa da Santíssima Trindade e da Laranja, que foi uma mídia do Evaldo Pauli, pelo que me consta. Foi o que me informaram. Está sendo gravado, mas a verdade é essa.” (Corrêa, 1993: 43). No final dos anos 80, como já não havia tanta vergamota na Ilha, traziam a laranja de fora, de São Paulo, de carreta.⁶²

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 44) conta que a laranja vinha de outras localidades da Ilha, porque as chácaras da Trindade, naquela época, produziam mais para o próprio consumo. Lembra que na região perto da Carvoeira havia o pasto, que era o Posto da Monta; a penitenciária não plantava nada além do que era para o consumo interno; e havia duas chácaras grandes: das Irmãs da Divina Providência e dos padres jesuítas, que também produziam para o próprio consumo. Tinham inclusive o gado leiteiro deles.

Roupas novas e fogos de artifício

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 13) lembra da época em que, por ocasião da festa da Trindade, as crianças de algumas famílias ganhavam de presente roupas e calçados novos. Diz que a festa era esperada com muita expectativa. Para as crianças era a segunda festa mais esperada do ano, mais pelas alegrias dos presentes do que pelo sentimento religioso:

⁶² Eu lembro que logo no início dos anos 80 havia uma propaganda na televisão, não com vergamotas, mas com laranjas, que desciam as ruas da cidade em direção à Festa da Trindade. Naquela época o comercial centrava mais atenção na laranja do que na Santíssima Trindade.

“Toda a preparação e espera da Festa da Trindade era a mesma coisa que se espera no Natal. Era a época de ganhar roupa nova pra ir na missa, sapato novo, meia, tudo. Na festa da Trindade a gente ia todo becado.” (Beltrame, 2001: 13). A Festa da Trindade era sempre muito comentada e criava expectativa também nas crianças, que escutavam como sendo a maior festa da cidade. Um momento da festa sempre muito esperado era a grande queima de fogos, geralmente à meia-noite: “Eu me lembro que eu vinha com os meus pais e todo mundo ficava ali aguardando esse momento dos fogos de artifício.” (Beltrame, 2001: 14).

O espetáculo dos fogos de artifício

Adolfo Aguiar (Cf. 2001: 37) lembra que, até vários anos da década de 1960, assistiu à queima de fogos de artifício, que era sempre um momento muito esperado da Festa e atraía grande presença de público. Conta que os fogos só eram queimados após a meia-noite de sábado, mesmo assim havia uma grande concentração de pessoas que ficava assistindo ao espetáculo até a queima da última *peça*. Lembra que havia peças de efeitos muito lindos, como por exemplo: o retrato da imagem da Santíssima Trindade, bateria de rojões, foguetes de lágrimas e, ainda como atração maior e final, o combate entre três navios de guerra, colocados em linha reta, numa distância de cinquenta metros, na margem do jardim, fronteira à igreja antiga. Conta que todos estes fogos eram fabricados no Saco dos Limões, na fábrica do senhor João Lopes Aguiar, conhecido por João Fogueteiro, que todos os anos estava presente e era o responsável pela queima dos fogos.

A Festa da Trindade com barraquinhas

Paulo Ferreira (Cf., 2001: 34) fala com saudades das festas da Trindade na época da sua infância. Lembra que vinha de casa e chegava na festa entrando pelo lado do jardim, a atual praça, por onde é hoje o supermercado Comper. Ali havia uma fileira muito grande de eucaliptos, à direita, onde era a chácara dos Ferrari. Nesse caminho, havia uma espécie de calçada de barro, mais alta do que o nível da rua, e, mais ou menos na frente de onde está hoje aquela mangueira no pátio lateral da igreja nova, havia um olho d'água. Era um olho d'água constante, por isso os caminhões sempre ficavam atolados ali. Naquele local paravam as Pioneiras Sociais da época do presidente Juscelino Kubitschek: “Era um carro ambulatório que vinha com médico, dentista, etc., e as crianças, as pessoas faziam filas para serem atendidas. Aquilo me marcou. As Pioneiras Sociais vinham e se instalavam exatamente naquele local. Ficavam uma semana atendendo a comunidade.” (Ferreira, 2001:

34). Conta que, naquela época, o acesso a médico era muito difícil para os moradores do bairro.

Lembra que, entre os eucaliptos, havia uma cerca de arame, e, na época da festa, cada pessoa tomava um pedacinho daquela calçada de barro e para ali trazia a sua carrocinha fechada onde vendia as laranjas: “O cavalo ficava amarradinho no lado, a pomboca pendurada em cima, no telhadinho da carroça, e sempre uma criança, uma pessoa mais idosa, ficava acomodada ali dentro por causa do frio. Eles faziam então aquelas cerquinhas, tipo uma barraquinha, com galhos de vassoura e ali penduravam todas as pencas de laranja.” (Ferreira, 2001: 34). Diz que não se vendia laranja solta: no outro lado desse caminho, que era o lado do jardim - perto de onde está hoje o bar da praça -, era tudo fechado com árvores, como uma cerca viva. Ali faziam desse mesmo tipo de barraquinhas. Naquelas imediações só se via laranja. Somente lá na frente do Salão Paroquial, na frente da igreja velha, é que eram distribuídas meia dúzia de barracas: “Naquela época não existia parque, nada disso que tem hoje. Não existia energia elétrica.⁶³ Isso tudo quando eu era criança; e ainda veio longe. A energia elétrica deve ter chegado aqui na Trindade em 1954, mais ou menos. Acho que não estou enganado.” (Ferreira, 2001: 34) Lembra que eram três dias de festa: sexta, sábado e domingo. Na semana anterior havia a Festa do Divino Espírito Santo. Eram festas distintas. A Festa do Divino Espírito Santo era no final de semana antes da Festa da Santíssima Trindade, e naquela era menor a quantidade de barraquinhas, pois havia menos visitantes. Diz que o forte era a Festa da Santíssima Trindade, no final de semana seguinte.

As pencas de laranja

Elisabete Beltrame (Cf. 2001: 14) lembra que a região da Trindade era famosa pelas diversas chácaras, onde muitas famílias, que moravam no centro da cidade, vinham para passar o fim de semana. E diz que em toda a Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis, havia muitas chácaras de café, mas, principalmente, havia muitas chácaras de laranjas - mais precisamente bergamota, tangerina, mexerica, laranja-cravo, como é

⁶³ Mais adiante se perceberá que Paulo Ferreira está fazendo esta referência em relação à iluminação pública na praça da Trindade. E logo em seguida professor Evaldo Pauli citará que em torno de 1954 foram comemorados os dez anos de energia elétrica na Trindade (na praça).

conhecida.⁶⁴ Conta que havia muitas chácaras também nos arredores da Trindade: Córrego Grande, Saco Grande; e também na Vargem Grande e Vargem Pequena, perto de Canasvieiras: “Às vezes a gente ia lá pra Vargem Grande visitar os parentes e pegar laranja.” (Beltrame, 2001: 14). Lembra que quase todo mundo tinha laranja no quintal, por isso não havia muita saída para a venda. Assim, a festa da Trindade era uma ótima oportunidade para se vender o excesso dessa produção: “Vinham com aqueles carros-de-boi, carroças, cheios de laranja. Como Vargem Grande era longe, não tinha transporte como hoje, montavam a barraca e pernoitavam ali. Ficavam com a lamparina acesa, fazendo penca de laranja, e dormiam ali mesmo na barraca.” (Beltrame, 2001: 14). Mesmo quando já havia luz elétrica na praça, eram utilizadas as lamparinas a querosene, porque essas barracas eram de particulares. A laranja era vendida pelo pessoal que vinha das chácaras, mas havia outros produtos, cujos lucros eram para a paróquia, como em toda quermesse, toda festa tradicional de igreja: “barracas de prendas - com roletas -, pinhão, quentão, churrasco e almoço. Hoje existe muita cocada sendo vendida na festa. Naquela época, o que existia muito era laranja.” (Beltrame, 2001: 14).

Fusão das festas

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 37) não lembra até quando durou a Festa do Espírito Santo e da Santíssima Trindade em finais de semana separados, mas lembra que a Festa do Espírito Santo era na semana antes da Festa da Santíssima Trindade, e que depois é que juntaram as duas. Diz que isso deve ter acontecido em 1952, 1953 com o padre Pauli, até ele criar a famosa Festa da Laranja, porque foi o padre que fez a fusão das duas, que antes acontecia cada uma num final de semana próximo. É quando o padre Pauli juntou as duas festas também juntou os títulos: Festa do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade. Lembra que a festa era sempre programada para coincidir com a data da Santíssima Trindade. Mas havia ano que era impossível conciliar essas datas. Uma alternativa era conciliar com a data de quando saía o dinheiro do pessoal. “Normalmente as pessoas eram funcionários públicos, e por essa razão eles faziam a festa no último final de semana do mês, pra facilitar as vendas, o lucro.” (Ferreira, 2001: 37).

⁶⁴ Os nomes bergamota, vergamota, mexerica, são variações do nome tangerina, que se usam comumente no Sul do Brasil, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme consta no verbete *bergamota* do Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Cf. Ferreira, 1975).

A rainha da festa

Paulo (Cf. Ferreira, 2001: 35) lembra da época em que foram juntadas as duas festas, quando passou a ser Festa do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade. Diz que quando o padre Evaldo Pauli chegou, em 1953, é que *modernizou* e criou a famosa Festa da Laranja e da Santíssima Trindade. Conta que, mais tarde, havia época em que chamavam de festa da Santíssima Trindade e da Laranja, noutra, era da Laranja e da Santíssima Trindade. Diz que o padre tanto inovou que até criou a Rainha da Festa da Laranja. A rainha da festa era aquela que vendesse mais *tickets*, mais votos. Lembra que a primeira Rainha foi a Roselene Pires, depois casada: Roselene Pires Vardânega. Ela foi a primeira Rainha da Festa da Laranja, isso foi em 1955, no segundo ano do padre Evaldo. “Quando eu era criança, além de laranja, vendiam muita cocada, amendoim, bala queimada, pinhão, um quentão muito gostoso, cachaça. Vendiam, também, muito bolo, inclusive bolo de laranja.” (Ferreira, 2001: 35).

Após a festa, o caminho de casa

Paulo Ferreira lembra que, mesmo sendo criança, ficava na festa até tarde, porque fazia companhia para a sua irmã, a Elza, que era a última a sair. E ele tinha que ficar, mesmo já caindo de sono: “Nós éramos os últimos a sair com ela. Às vezes ficava eu, ficava o outro irmão, porque dali da igreja até a nossa casa, que ficava onde hoje é o edifício São Conrado, na [Avenida] Madre Benvenuta, sem energia elétrica, às escuras, era um pedaço.” (Ferreira, 2001: 35). Não havia ainda o clube Paula Ramos. Foi o senhor Valdemar Vieira Cordeiro, pai da esposa do Paulo, a Bernadete, quem vendeu o seu terreno para o Paula Ramos. Esse terreno era um barranco bem alto, um pasto alugado pelo Seu Valdemar para a família do Paulo Ferreira colocar as suas vaquinhas para pastarem. Logo que o clube comprou o terreno, mandou fazer a terraplanagem de toda a área. O aterro foi utilizado para as partes mais baixas, ao fundo, onde hoje tem o campo do clube, porque ali era um banhado muito grande. Lembra que havia, atrás do Paula Ramos, a Sessão Agrícola onde os sentenciados da Penitenciária, os presos mais tranquilos, trabalhavam na criação de galinha, na criação de porcos, na criação de vacas. De vez em quando, alguns deles saíam de lá dos seus alojamentos e iam espiar as moças que passavam por ali pela *Rua da Gruta*, atual Avenida Madre Benvenuta. Conta que os presos chegaram a atacar algumas moças *pra fazer o que eles precisavam*, por isso as moças nunca gostavam de andar sozinhas. Por

causa dessa preocupação é que Paulo Ferreira e os seus irmãos sempre faziam companhia para a sua irmã. E parece que os presos cuidavam mesmo das moças que passavam por ali: “Dois irmãos meus trabalhavam na Penitenciária e depois os presos diziam pra eles: ‘- Ah, a tua irmã passou com os teus dois irmãos tal hora, assim, assim. Nós vimos!’ Então nós sempre ficávamos até o fim da Festa.” (Ferreira, 2001: 35).

O sorteio dos festeiros

Dona Tilinha (Cf. 2001: 08) conta que a Festa da Santíssima Trindade, na semana seguinte da Festa do Espírito Santo, era idêntica. Lembra que, para essa festa, também havia um casal de festeiros, que era escolhido por sorteio. O padre e a comissão da igreja é que escolhiam alguns nomes para serem sorteados, e diz com orgulho: “Eu fui duas vezes festeira. Hoje não fazem mais isso. Hoje convidam.” (Gomes, 2001: 08). Lembra que na segunda festa “sempre havia mais gente, por causa do falatório que era a Festa da Trindade.” (Gomes, 2001: 08).

Pagem às pressas

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 36) lembra da ocasião em que foi pagem [imperador] da festa, em 1955, quando estava com dez anos, e fez par com Isabel Gomes, de cinco anos, que depois veio ser a sua cunhada. Conta que, por causa dessa *briga eterna* da Irmandade com o Padre Pauli, “o festeiro desistiu na sexta-feira, e a Elza e o padre Pauli resolveram então pegar um casal, Seu João Grindel e a Dona Maria Grindel, e torná-los festeiros de um dia para o outro. E também nos tornou pagens, eu e a Isabel e outras crianças, também de um dia para o outro.” (Ferreira, 2001: 36).

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 36) lembra que o Seu Valdemar Vieira Cordeiro tinha sido festeiro em 1944, e os pagens foram a Valquíria Cordeiro Rister e o irmão dela Valdo Sérgio Cordeiro, irmãos da sua esposa Bernadete. E lembra também que o falecimento da sua irmã, Elza Ferreira, com quarenta e dois anos, traumatizou bastante a sua família, e com isso se afastaram da igreja, não no sentido da religião, mas das festividades. Depois, somente em 1982 é que retornaram, quando foram convidados para serem os festeiros de 1983.

Rabichos de luz para a festa

Com sua boa memória desde os seis anos de idade Paulo Ferreira (Cf. 2001: 36) lembra das particularidades das festas da Trindade com as suas barracas tradicionais, as

laranjas, o lampião, as carroças, coisas que foram mudando com o passar do tempo. Mudanças que aconteceram até por causa do *empreendedorismo* do padre Evaldo, que depois passou a contar com o recurso da energia elétrica, advento que trouxe os parques, os brinquedos e jogos por eletricidade. Inicialmente não havia luz na praça. Os próprios moradores puxavam rabichos dos postes para as barraquinhas e iam instalando aquela fiação, espalhando pela festa toda. Depois de terminada a festa, era tudo guardado para o outro ano: “Isso deve ter acontecido de 1954 em diante, eu devia ter uns nove anos. A energia elétrica deve ter chegado por essa época.” (Ferreira, 2001: 36).

Mais eletricidade para as barracas

Professor Evaldo Pauli (Cf. 2001: 36-38) lembra que quando chegou à Trindade, a festa era da Irmandade, e as barraquinhas eram todas particulares e, que assim conservou: “Mas as barraquinhas pagavam à Irmandade. Eu conservei a taxa, mas que fosse para a igreja.” (Pauli: 2001: 36). Todavia, como as barraquinhas não recebiam nenhum benefício próprio para se instalarem bem, foi conversar com o Secretário da Agricultura do Estado, senhor Mário Brusa, para que viabilizasse uma iluminação elétrica para ser utilizada à noite, quando transcorria grande parte da festa. Conta que lembrou ao Secretário que na Trindade havia a Festa do Espírito Santo, que acontecia na época da produção da laranja, e disse-lhe que os judeus já faziam uma festa como agradecimento pela colheita. Terminou fazendo o seu pedido: “Peço-lhe que envie fios elétricos para iluminar as barraquinhas dos vendedores de laranja, pois eles usam lâmpadas de querosene, o que é muito incômodo.” (2001: 36). Professor Evaldo lembra que na Trindade fazia apenas dez anos que havia luz elétrica, trazida do Posto da Monta, Assis Brasil, onde já havia eletricidade, porque era uma empresa do governo: “Eu sei que fazia dez anos porque nós fizemos uma comemoração: ‘Dez anos de energia elétrica na Trindade.’, lá pelo ano de 1955, 1956. Foi a Dona Maria Flora Pausewang que promoveu a festa comemorativa dos dez anos de energia.” (2001: 36). E lembra do evento: “Foi uma comemoração religiosa, que incluía uma santa missa. Foram mantidas acesas todas as lâmpadas, que já há dez anos iluminavam a igreja da Trindade.” (Pauli, 2001: 37). Lembra que o nome de Festa da Laranja, deveu-se, por um lado, porque coincidia com a fruta da estação, que os barraqueiros vendiam: a bergamota. De outra parte, houve mais difusão das Festas do Espírito Santo e Trindade que a paróquia vinha promovendo, para o que buscava dar melhores condições de realização. Mas lembra que o

nome *festa da laranja* já existia antes disso. Professor Evaldo diz que ficou com a fama da melhoria, pelo inverso, porque havia os do contra que o queriam combater e disseram: “- Ah!, esse padre aí até já mudou o nome da festa: é Festa da Laranja.” (2001: 37). E completa: “Meu amigo, o já falecido folclórico e folclorista Cascaes, disse em artigo de jornal que: ‘A Festa da Trindade mudou o nome para Festa da Laranja porque o vigário é nascido em Antônio Carlos⁶⁵, município de onde vem grande quantidade de laranja.’” (2001: 37). Professor Evaldo diz que Antônio Carlos é uma colônia *forte*, que planta muito, que inclusive abastece a Festa da Laranja. Mas que “o interior da Ilha nunca foi produtor de laranja, porque nunca praticou a cultura intensiva. Mas ele, o interior da Ilha, produzia. O pobre levava as suas laranjinhas, ou comprava para revender.” (2001: 37). Ressalta que a *motorização* crescente, permitindo uma maior participação de público, já estava influenciando a transformação da festa da Trindade na década de 1950: “Foi em cima disto que eu planejei sua transformação.” (2001: 37). Conta que, naquela época, vinham os vendedores com os carrinhos de doce, desde o centro, a seis quilômetros, e que a estrada se enchia de gente que vinha à festa a pé: “Com o crescimento do número de ônibus e automóveis, o crescimento da festa se viabilizou. Aos poucos a festa da Trindade se tornou um parque de diversões. Mas na década de 1950 dominava a laranja bergamota.” (2001: 37).

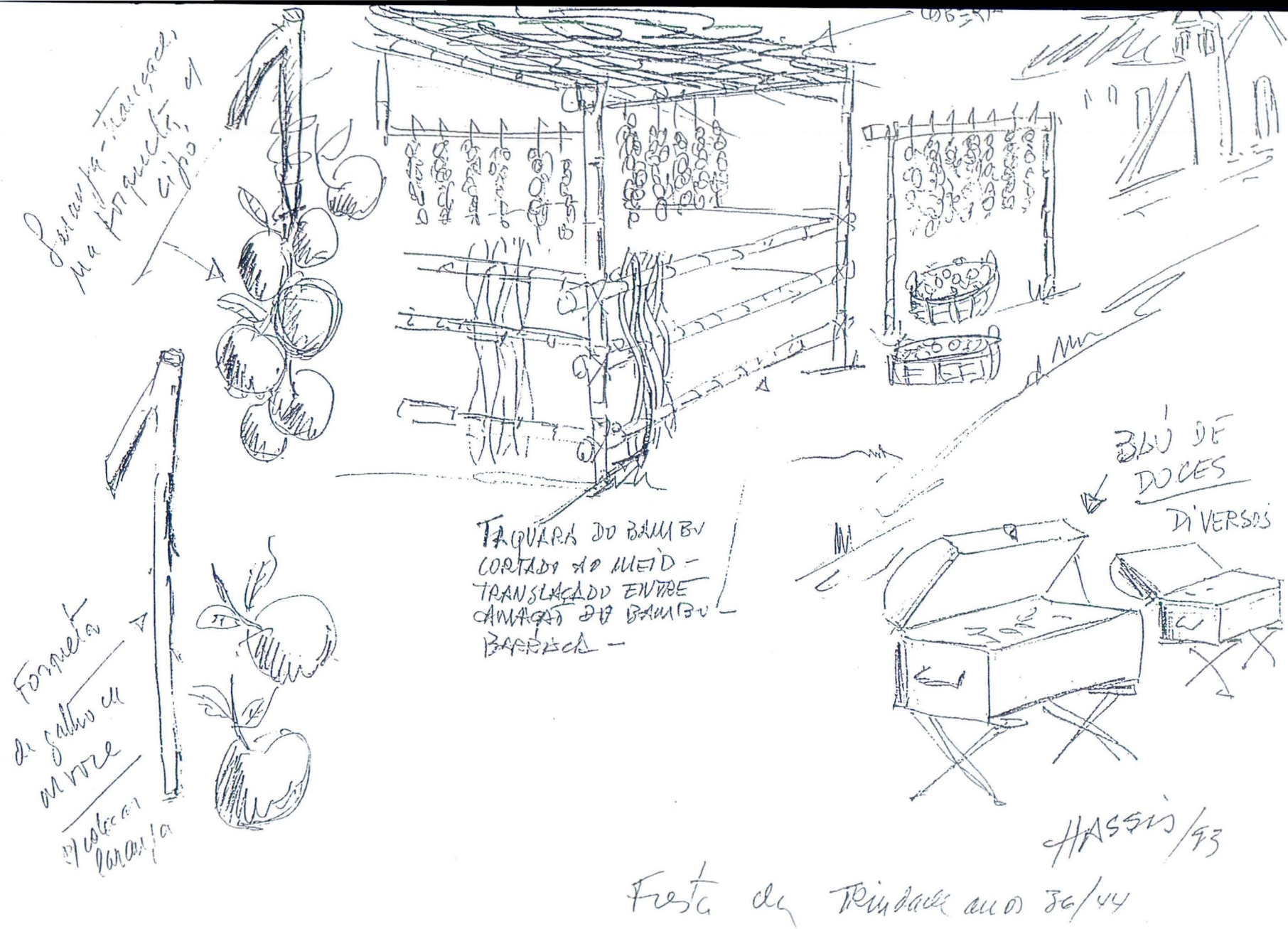
Conta que, nas festas daquela época, a Irmandade, “além de fazer a sua parte administrativa, o peditório com a bandeira e as barraquinhas, comparecia de opa às procissões. Isto era tudo muito bonito e piedoso. Eu queria enquadrar tudo no Direito Canônico.” (Pauli, 2001: 40).

O cheiro da festa

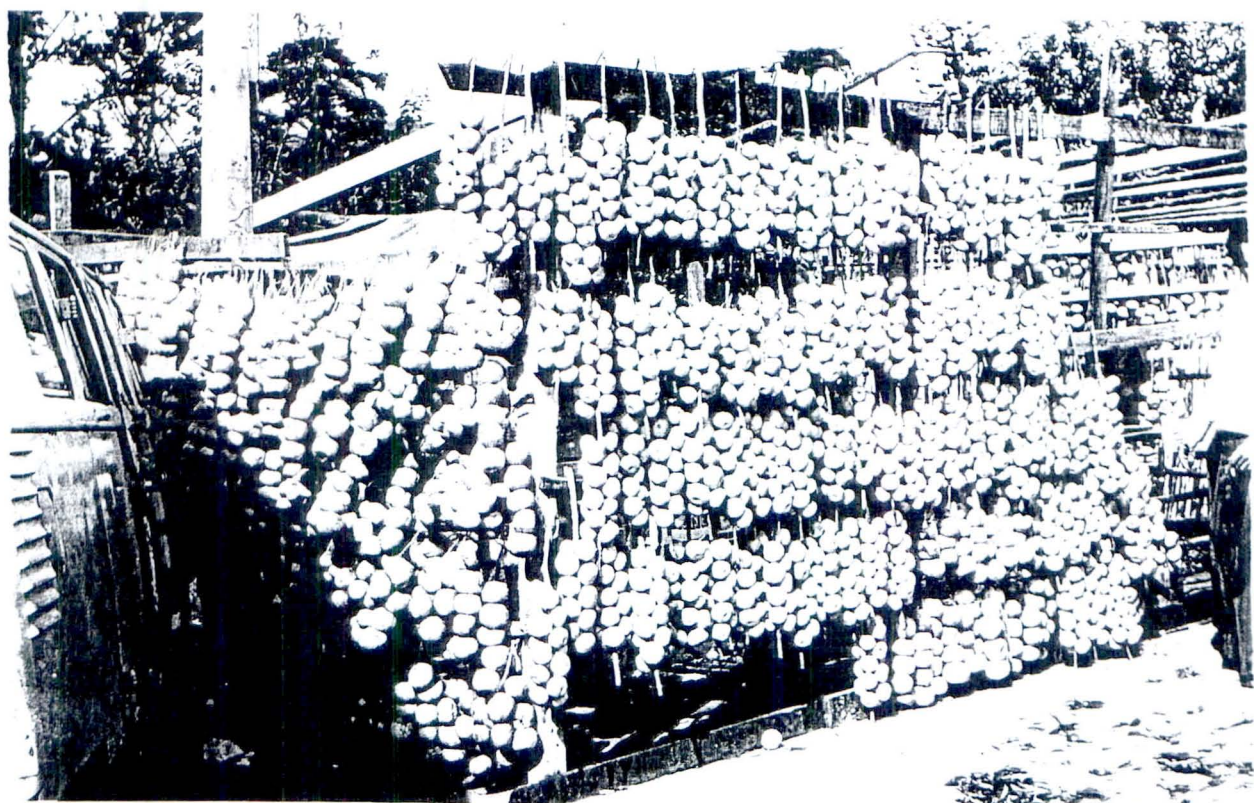
Paulo Ferreira lembra que depois de uns três dias, os galhos das vassouras utilizados na confecção das barraquinhas começavam a secar e sentia-se aquele cheiro agradável, perfumado, no ar: “Um cheiro que era misturado com o cheiro das cascas das *vergamotas*, pisadas, porque se jogavam as cascas no chão. Aquele cheiro da festa a gente sentia ainda por muitos dias, quase uma semana, até que viessem recolher os entulhos, varridos num monte, onde se viam também os cartuchos usados dos fogos de artifício, o que sempre

⁶⁵ Município que pertencia a Biguaçu, na Grande Florianópolis.

despertava a nossa curiosidade de criança, no afã de achar alguma moeda ou objeto.”
(2001: 65).



Desenho de uma barraca de laranja como era construída para a Festa da Santíssima Trindade. (Desenho de Hassis Corrêa, 1993. Acervo Clóvis Werner)



Pencas de laranja-cravo (bergamota) armadas nas forquetas em exposição para a venda durante as festas da Santíssima Trindade e do Espírito Santo. (Foto: sem data, acervo Paulo Ferreira).

2.2. OS ARREDORES

2.2.1. Em casa e na vizinhança

Teatro no galpão da freiras

Paulo Ferreira (Cf. 2001: 37) lembra das atividades que aconteciam no galpão próximo da sua casa, na *Rua da Gruta*, atual Avenida Madre Benvenuta, onde está instalado hoje o Colégio Estadual Simão Hess. Aquele terreno era das irmãs da Divina Providência e ali havia um galpão de madeira, bastante grande, onde as estudantes e as postulantes à freira do colégio, de outros colégios, e de outras cidades, vinham fazer piquenique. No galpão havia mesas com bancos nos dois lados. O galpão era construído com colunas de *material*, mas a estrutura do telhado era de madeira. Essa estrutura era reforçada com uns arames, tipo cabos de tração, que seguravam as colunas laterais. Houve uma vez um artista ambulante que esteve se apresentando no galpão e caminhou por cima daqueles arames. O galpão era utilizado para apresentações de peças teatrais, palestras e encontros religiosos. Depois foi construído um palco junto do galpão, e ali muitas vezes a Dona Elza e a Dona Maria Flora faziam as apresentações das peças teatrais, porque não havia outro lugar para isso, uma vez que dentro da igreja era proibido. Para assistir às apresentações no galpão cada pessoa levava de casa a sua própria cadeira ou banquinho: “Lembro quando foi feito um drama, não sei o nome da peça, (...) levamos um banco da nossa casa, (...) esses bancos de dois pés com aquelas travessas no lado. Nessa ocasião eu lembro que eu não agüentei de sono, adormeci e caí do banco. Eu tinha cinco anos, era em 1950.” (Ferreira, 2001: 38)

O galpão também era ponto de parada de ciganos, pedintes e andarilhos. (Cf., Ferreira, 2001: 38). Houve uma vez um tal senhor Lídio que foi pedir comida na casa da família do Paulo. O pai dele era muito desconfiado com esses pedintes, não queria que ficassem por ali. Mas Dona Elza, cheia de piedade, às escondidas do pai, levava comida,

colchão e lençóis limpos para ajudar o pedinte. No dia seguinte estava tudo imundo, mesmo assim o homem foi ficando ali por mais de dois meses. Ninguém mais queria cuidar, foi preciso a polícia para tirá-lo dali. Depois descobriu-se que o pedinte era o pai de uma moça, de apelido Luca, que mais tarde veio a ser empregada do Seu Geraldino Simas – casado com Dona Filhinha, segunda esposa - pai do padre Hélio Simas: “O padre Hélio Simas foi o primeiro e único padre filho da Trindade, não temos outro até hoje. Padre jesuíta. Ele foi ordenado no dia 08 de dezembro de 1954, eu tinha nove anos e fui coroinha dele.” (Ferreira, 2001: 38). O presidente da Irmandade na época, Seu Valdemar Vieira Cordeiro, foi o padrinho de ordenação do padre Hélio Simas. “Como coroinha do padre Hélio eu usei uma camisa grande branca, tipo batina, por cima de uma saia marrom, amarrada com elástico na barriga. Na mão eu tinha a sineta, porque eu que batia a sineta nas missas. Eu que ajudei a missa. Fui eu e outro, eu não consigo me lembrar quem era o outro.” (Ferreira, 2001: 39). Paulo lembra com orgulho que foi o coroinha responsável por essa missa, quando tinha apenas nove anos.

Cinema da Trindade

Paulo Ferreira lembra das suas conversas com a Dona Maria Flora, em que sonhava ver o desenvolvimento do bairro: “Dona Maria, eu quero viver e quero que a senhora viva pra um dia ter aqui um prédio enorme – não falava em *shopping center* – um grande centro comercial, um cinema enorme passando projeções belíssimas...” (2001: 28), ao que ela costumava responder chamando-o de sonhador. Quando acabou o cinema no Salão Paroquial, *que os capuchinhos acabaram*, Dona Maria Flora comprou a máquina e fez um cinema na Rua Cônego Bernardo, que era terreno da família, num edifício que hoje uma das suas filhas utiliza para alugar para estudantes e para salas comerciais.⁶⁶ “Era a máquina do cinema que a igreja vendeu pra ela. Ela comprou e fez um cinema. Ali já passava cinemascopes, porque depois ela comprou um adaptador. Vimos muitos filmes ali. Muito interessante.” (Ferreira, 2001: 29).

O Cinema da família

Dona Stella (Cf. Hess, 2001: 43) conta que a construção do cinema da Trindade foi uma iniciativa da sua mãe, Dona Maria Flora, que achava que o bairro já poderia ter um

⁶⁶ Esse edifício é o número 34 da Rua, e fica próximo ao Edifício Ernesto Pausewang, que está localizado no outro lado da rua, na esquina da Rua Cônego Bernardo com a Rua Lauro Linhares.

cinema, o que pouparia as pessoas de terem que se deslocar até o centro da cidade em busca de algum divertimento. E, como já possuía o terreno, animou-se com a idéia da construção na Rua Cônego Bernardo: "O meu pai primeiro deu contra, não queria, mas depois até concordou. Era o meu irmão que passava os filmes. O meu irmão ia buscar os filmes lá na BR101, lá em Barreiros. Passava os filmes e no outro dia levava tudo de volta." (Hess, 2001: 43). Dona Stella lembra que as suas irmãs chegaram a trabalhar na bilheteria, e diziam que o cinema vivia lotado. Ela, porém, já casada e com os filhos pequenos, conta que nunca chegou a assistir sequer a um filme. Depois, os pais passaram o cinema para os filhos. Naquele local, hoje funciona uma pensão.

Mais tarde, como a igreja nova estava precisando de bancos, Dona Stella e sua mãe, em manobras familiares, *falcatruas* para esconder algumas coisas do pai - um alemão meio severo demais, *meio durão* -, resolveram ajudar a paróquia: "A minha mãe e eu *compramos* os bancos do cinema, pra dar pra igreja, sem o pai saber. O que é que nós fazíamos? A minha mãe e eu pegávamos o dinheiro e dávamos para o Frei Nelson, e ele ia levar pro meu pai, como pagamento dos bancos." (Hess, 2001: 40).

O cano de água no Santa Mônica

Dona Stella (Cf. Hess, 2001: 31) lembra que onde hoje é o bairro Santa Mônica, era tudo desabitado, e o pessoal costumava ir para o Itacorubi caminhando em cima de um cano que trazia água para a cidade desde uma caixa na Lagoa da Conceição. Conta que o cano era gelado, por causa da água que passava por dentro, e lembra das recomendações da mãe para primeiro esfriar os pés, cuidando para o perigo de doença na época: "- Stellina, minha filha, faz assim: tirá o sapato, sacode bem um pé; depois tira o outro sapato e sacode bem o outro pé, pra botar o pé em cima do cano. Porque é perigoso pra dar tuberculose." (Hess, 2001: 31).

A chácara do Hassis e os bate-papos com os presos

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 30) lembra das conversas por sobre a cerca com os prisioneiros alemães da Penitenciária Agrícola, que fazia extrema com a chácara⁶⁷ onde ele morava. Nessa penitenciária, nos prédios onde hoje funciona a Prefeitura do Campus da

⁶⁷ Hassis Corrêa (Cf. 1993: 25) conta que o seu pai arrendara a chácara da família Ramagem, que morava no Rio de Janeiro, mas Adolfo Aguiar (Cf. 2001: 37) diz que era um casarão de propriedade do Estado, esse onde morava o Tenente Orlando (pai do Hassis) e sua família, e lembra que essa casa foi demolida para dar passagem à atual Rua Professora Maria Flora Pausewang.

UFSC, ficavam os presos de bom comportamento, os que plantavam para a manutenção da Penitenciária do Estado. Mas, durante a Segunda Guerra Mundial, aquela Penitenciária Agrícola serviu de *campo de concentração* para o Gotmann, 'O Barão', e toda aquela turma de alemães [e descendentes], os *Quinta Coluna da época*, que vieram de Pomerode, Blumenau: "E nós éramos guris naquela época - em 1942, 1943 -, quando o Brasil entrou na guerra. Nós íamos lá bater papo com a galegada. (...) Os alemães estavam todos lá tomando sol, aqueles galegos todos, e a gente ficava lá batendo papo." (Corrêa, 1993: 30). E essas conversas certamente deixavam uma boa impressão no imaginário da gurizada, porque, afinal, os sentenciados, "aquela turma toda, era gente boa. Sabe como é?" (Corrêa, 1993: 36).

Pai de Dona Stella preso na Trindade

Nesse tempo de guerra, prenderam o pai de Dona Stella, que era alemão nascido numa cidade chamada Linderoud. Prenderam-no e o trouxeram para a Colônia Agrícola, na Trindade, nesse terreno que hoje pertence à Universidade. Um tempo depois o seu pai foi transferido, e aquilo a machucou profundamente. Foi para Braço do Norte, numa colônia que já era alemã: "Eu lembro como se fosse hoje. A minha mãe disse: '- Filha, fica na frente, vê o papai passar, o papai vai abanar pra ti'. E o pai foi num caminhão, que até hoje eu não posso ver." (Hess, 2001: 03). Era um desses caminhões em que armam uns ferros grandes na carroceria e cobrem com lona, tipo um toldo. Ali também foram outros presos que estavam sendo transferidos, uns foram para Braço do Norte, outros para Urussanga. Depois, esses presos vieram novamente para a Sessão Agrícola na Trindade. Certa vez, como a sua avó morava no terreno que fazia extrema com a Sessão Agrícola, ela chegou-se para o filho e disse que viesse ali depois do almoço que ela lhe preparava um prato de comida. Quando o filho foi para pegar o prato de comida, o guarda o pegou e o levou para a cela na penitenciária na Agrônômica. E o castigo era ficar num cubículo, com água pingando dia e noite, para não dormir: "Isso chocou muito. Eu sou a mais velha da casa, então isso chocou assim profundamente. E isso repercutiu até no colégio. Quando falavam qualquer coisa sobre a Alemanha, eu logo pulava." (Hess, 2001: 03). Ela conta que era muito pela Alemanha, porque se sentia magoada com a prisão do pai e com as coisas que escutava: "Falavam muito sobre o que os alemães faziam contra os brasileiros. A gente, que

também tinha um sangue alemão nas veias, sentia aquela mágoa. Eu vi o meu pai sofrer, e a gente sofreu. Não tinha nada contra o Brasil e os brasileiros fizeram isso.” (Hess, 2001: 03).

Abastecimento da casa e o pomar da chácara do Hassis

Hassis (CF. Corrêa, 1993: 36) lembra das compras para a despensa e da fartura produzida na chácara. O seu pai trabalhava no centro da cidade e aproveitava uma dessas viagens para fazer o rancho de comida para a semana. O que o seu pai mais comprava era carne seca, que o Hassis nunca suportou. Era daquele charque que vendiam no dia de feira no Mercado, às quartas-feiras. Ali o seu pai comprava um saco de batata, um saco de feijão, cebola em réstia, porque a despensa em casa precisava ser boa para abastecer os cinco irmãos, a avó que morava junto, e o Seu Anjo, “que era uma espécie de capataz, que tinha família. Porque, se a gente comprava pra ele, saía mais barato; porque além de pagar o serviço dele a gente fornecia esse rancho para eles.” (Corrêa, 1993: 36).

Hassis conta que a chácara completava o abastecimento da família com as frutas do pomar e a farinha do engenho. No terreno onde está hoje o Hospital Universitário, “tinha um pomar enorme, dava fruta, laranja de umbigo que era uma beleza, manga, caqui, tinha jabuticaba, de todo aquele tipo, (...) e mandagascar, uma fruta que se amassava na palma da mão para comer.” (Corrêa, 1993: 36).

Também nesse mesmo local, o seu pai plantava aipim e mandioca para manter o engenho funcionando: “Nós colhíamos mandioca, de buscar de carroça para abastecer o engenho. (...) O pessoal raspava mandioca e a gente não dava dinheiro, dava, em troca, a farinha para eles; biju, cuzcus, aquela coisa toda.” (Corrêa, 1993: 38). A produção do engenho era tanta que Hassis lembra quando o pai encheu de farinha, a granel, um quarto comprido da casa, de cinco por dois metros, até a altura de um metro e meio: “Não havia consumo, metade foi fora, não tinha como estocar. A gente era guri e gostava de vadiar, rolar, em cima da farinha.” (Corrêa, 1993: 38). Lembra que o seu pai vendia a farinha a um preço muito barato, algo como se fosse a 500 réis o quilo: “O pessoal ia buscar aquilo de graça, tinha que dar fim naquela farinha. Era a preço de banana, rapaz. Hoje a farinha está custando 40 cruzeiros o quilo.” (Corrêa, 1993: 38). Também a melancia era colhida com fartura e enchia o cercado feito de tábuas. “A gente ia buscar melancia de carroça, e sabe quem fazia isso? O meu velho, eu e meus irmãos. A gente era guri ainda, virava arado. Que coisa mais gostosa. Tínhamos um cavalo para puxar o arado.” (Corrêa, 1993: 38).

Na chácara também havia vacas para a produção de leite, e mesmo que fizessem algum queijo, sempre sobrava: “A gente tinha 18 cabeças de vaca holandesa, tinha dia que tinha que botar leite fora, porque não havia consumo.” (Corrêa, 1993: 38).

Quando as vacas davam sinal de que estavam no cio era uma farra: “A gente dizia: ‘Tão correndo!, as vacas tão correndo!’ Aí a gente levava as vacas pela frente [da igreja], a gurizada, a turma toda, para ir ver o touro trepar, lá na estação. Ia aqui pela Carvoeira e entrava lá onde hoje é o Colégio de Aplicação, onde é o Museu.” (Corrêa, 1993: 39). Aquilo tudo era área do Posto da Monta, como chamavam o Posto Assis Brasil, da Agronomia. Onde está hoje o Horto Botânico da UFSC morava o diretor do Posto: “César Seára foi muitos anos diretor, era engenheiro agrônomo, veterinário, sei lá, nem me lembro mais. César Seára morava ali.” (Corrêa, 1993: 39).

Dentro do terreno da chácara onde o Hassis morava, passava o Rio Taulois, que hoje é aquele canalzinho ao lado da Biblioteca da Universidade, bem diferente de outros tempos: “Aquele rio ali a gente tomava banho. Mas que banho bonito naquele rio!, era uma água clara. A gente pescava mais abaixo, quase lá perto das freiras, a gente ia pelo lado da Penitenciária Agrícola. A gente pescava cará, cada cará bonito!, grande assim. Hoje eu vejo aquilo lá, eu não gosto nem de passar por lá.” (Corrêa, 1993: 37).

Para os fundos do terreno da chácara, perto da extrema com o terreno das Irmãs da Divina Providência⁶⁸, havia um banhado que ficava alagado, e ali “nós colhíamos arroz. O velho botava nós a trabalhar, e nós íamos para lá, [com] meus primos, íamos bater em lata para espantar os passarinhos, [era uma] passarinhada! Ficávamos batendo nas latas para espantar passarinhos.” (Corrêa, 1993: 45).

Hassis lamenta as mudanças na paisagem e lembra dos pés de eucalipto que havia ao longo do caminho em direção à capela da irmãs ou dos padres, próximas da chácara onde ele morava, e lembra das delícias que experimentava pelo caminho quando ia à missa de manhã cedo: “era aquela estradinha bonitinha no meio dos eucaliptos, e eles plantavam muito eucalipto, era uma beleza. Às vezes a gente ia de madrugada, de manhã, quando não tinha missa na Trindade aos domingos. A velha botava a gente a se levantar para ir à missa

⁶⁸ Conforme Hassis Corrêa (Cf. 1993: 45), as Irmãs da Divina Providência compraram toda aquela área para os lados do bairro Santa Mônica, que fazia extrema com os terrenos no bairro Córrego Grande, propriedade dos padres jesuítas que tinham ali as suas hortas para abastecer o internato do Colégio Catarinense. As irmãs também tinham as suas hortas para o consumo próprio da instituição, que é mantenedora do Colégio Coração de Jesus.

lá nos padres, nas irmãs. Então a gente passava de manhã cedo naquela umidade da manhã, com aquele cheirinho de eucalipto.” (Corrêa, 1993: 44).

Quando chegou por volta de 1944, 1945 a penitenciária quis comprar o terreno da chácara onde Hassis morava para ampliar as suas instalações. O proprietário até ofereceu ao pai do Hassis, mas “quem é que ia competir com o governo do Estado? Não dá. Financeiramente, o velho, tenente do exército, ganhando [pouco]... Então o governo comprou. Aí nós tivemos que sair e compramos uma casa mais adiante⁶⁹ onde era do Emanuel Fontes.” (Corrêa, 1993: 37).

A Penitenciária Agrícola passou a utilizar o terreno recém adquirido e fez algumas modificações no pomar da antiga chácara: “Quando saímos de lá, a penitenciária, a primeira coisa que fez, foi destruir tudo, acabaram com tudo, desmancharam o engenho, acabaram com o engenho, acabaram com o pomar, fizeram um pasto, quer dizer: abandonaram.” (Corrêa, 1993: 37).

Passando roupa a ferro de brasa

Dona Tilha raramente ia para o centro da cidade, pois os ônibus eram raros, e fazer essas viagens implicaria se ausentar de casa, onde o cuidado com os filhos não deixava sobrar muito tempo:

“Eu quase não saía de casa. Porque a minha luta era com um lote de filho pequeno. Eu tinha dezoito. Mas seis faleceram, Deus levou. Criei doze. Aí eu tinha que dar comida na hora certa, tinha que passar roupa a ferro, ferro de brasa. Tinha que cortar lenha, lenha forte, de laranjeira, pra fazer a brasa. Tinha que cortar aqueles tocos bem grandes pra fazer brasa, pra passar roupa a ferro, para os filhos irem pra escola. Eles nunca foram sem passar a roupa a ferro. E, cuidando de um lote de filho, eu não podia sair. Às vezes tinha três de manhã, tinha mais dois à tarde. Então tinha que ficar em casa para poder cuidar do que dava.” (Gomes, 2001: 23).

⁶⁹ A nova casa ficava onde depois foi construído um grande loteamento, perto do atual residencial Granville, na Trindade. Hassis Corrêa (Cf. 1993: 60) conta que, por causa da deficiência de ônibus, chegou a fazer a pé, algumas vezes, esse trajeto de oito quilômetro do centro da cidade até a sua casa, quando estudava à noite na Academia do Comércio.

Um dia na lida da casa: da ordenha ao rosário

Dona Tílinha (Cf. Gomes, 2001: 24) lembra da época em que morava em frente ao Pedro Vidal, caminho de quem vai para o Córrego Grande, num terreno mais para o alto: num sítio. Conta que, nessa época, ela se levantava cedinho, às cinco e meia da manhã, para tirar o leite das duas vacas leiteiras que possuía, e descia para vender o leite ali perto da rua geral. Depois, então, é que subia para preparar o café para *o pessoal*. Às vezes levantava mais cedo e preparava o café antes de descer com o leite. Conta que era um café da manhã com pão de casa - feito de trigo, de milho, de mistura -, com polenta, feita já na véspera, e banana. Depois do café arrumava os filhos, três ou quatro, que iam para a escola.

Depois do café da manhã era a hora de preparar o almoço e arrumar a casa. Era a hora de lavar a roupa, e de outros afazeres. Dona Tílinha recorda como era o seu dia-a-dia na lida com a casa:

“Não tinha máquina, lavava roupa no tanque. Botava a quarar, pra depois torcer. O tempo antigamente era muito custoso, porque não se tinha máquina de lavar roupa, não se tinha ferro elétrico, não é? (...) Fazia feijão todo dia, com carne seca, ou carne de porco, junto botava também um pedacinho de toucinho. Às vezes botava repolho. Todo dia era feito feijão novo, preto, mas eu botava vermelho junto. Hoje eu boto preto, branco e vermelho junto. O Valter não queria comer feijão. Só comia arroz com bife. Eu tinha que fazer pra ele separado, bife com arroz. Hoje ele não come ainda. Não come. Queria luxo. Mas o pai dizia que tinha que comer. À tarde, lá pelas três horas, era o café, com pão e bolinho de frigideira. O Valter gostava muito de bolinho de frigideira: era bater quatro ou cinco ovos, botava farinha de trigo, farinha de milho, fermento, e fazia na frigideira. E depois temperava o bolinho com canela e açúcar. Também costumava fazer bolinho de banana. Tinha muita banana. Isso de tarde. (...) Eu, toda vida, quase não jantava, eu tomava café com leite e pão. Meu marido comia. Comia arroz com carne. Os rapazes também comiam. Estava feito do almoço, eu aquecia. (...) Em casa, a gente fazia doce de laranja azeda pra comer com pão. O doce eles comiam, mas eu não comia. Hoje, eu tenho um filho que gosta muito de doce, eu não gosto de doce no pão. Eu gosto de salgado no pão. Depois desse café não se comia mais nada. (...) Eu rezava o terço pra deitar. Rezava com os meus filhos. Eu é que puxava. Hoje eu faço pra mim só, eu não deito sem rezar. O rosário antigo eu já guardei, os filhos passavam a mão e rebentavam, então esse eu guardei. Comprei novo. Aprendi a rezar na igreja. De tanto eu rezar aprendi. Ainda leio a Bíblia. Não passa um dia que não leio. Todo dia eu rezo uma página, na seqüência. Já li a Bíblia várias vezes, do Velho Testamento e do Novo Testamento. Eu comecei quando o meu marido estava doente. O meu marido esteve doente

por quatro anos. Já faz seis anos que ele faleceu. Então, pra ver se [alcançava] uma graça, pra ver se ele ficava melhor, eu rezava. Faz uns dez anos que comecei a rezar assim, todo dia.” (Gomes, 2001: 25).

A *pensão* de as filhas saírem sozinhas

Dona Tílinha (Cf. Gomes, 2001: 32) lembra que, quando havia baile no clube do vizinho bairro Pantanal, por ocasião das festas de São João, São Pedro ou Natal, as filhas não iam, porque o pai não deixava. Só os rapazes iam. As filhas até choravam. E não era em qualquer lugar que elas podiam ir. Mesmo assim, quando saíam, precisavam ter sempre uma companhia. Era muita preocupação, muita *pensão* com as filhas: “Eu tinha muito amor, muita garra, muita repressão com as minhas filhas. Eu criei oito filhas, não é brincadeira. O meu marido quase não cuidava dessas coisas. Eu que cuidava. Ficava tudo nas minhas costas.” (Gomes, 2001: 32).

Para garantir o estudo dos filhos, ficava em casa

Dona Tílinha (Cf. Gomes, 2001: 38) conta que decidiu comprar a casa do padre Evaldo Pauli, para ficar morando no bairro e garantir o estudo dos filhos. Lembra que o marido costumava ir para o sítio, em Biguaçu, e ficar lá por uns dez dias ou mais, na esperança de que ela resolvesse se mudar para o sítio. Mas ela não queria sair da Trindade por causa da escola dos filhos. Ao buscar conselho com o padre, veio com a proposta de compra da casa, e assim decidiram, mesmo que talvez a casa não fosse a ideal, porque era “uma casa muito mal dividida. Mas como eu queria educar os meus filhos... Porque eu dizia: o meu pai não deixou eu estudar, mas os meus filhos iam estudar.” (Gomes, 2001: 34). Conta que o pai tirou-a da escola, em Biguaçu, quando ela tinha doze anos. Adorava estudar, mas estava mocinha, e o pai não queria que a filha ficasse *falada*, por conta de algum mal que algum rapaz lhe pudesse fazer. Ainda hoje, ela diz: “Se eu tivesse uns cinqüenta anos, com tanto curso que tem por aí agora, eu ia estudar ainda, da vontade que eu tinha de me formar. A minha matéria agora é cuidar dos netos.” (Gomes, 2001: 35). Diz que fazia tanta questão da educação que não acompanhava o marido ao sítio. Ficava com os filhos em casa para não deixá-los sem estudo. Incentivava-os fazendo bolo quando passavam de ano, ou procurando professora particular para reforço em alguma matéria: “Sempre caprichei nessa parte. Se o pai mandava cortar ração pro gado, e o filho dizia: ‘-

Mãe, eu tenho que estudar para uma prova amanhã.’ ‘- Então vai que a mãe vai cortar, e tu ficas em casa estudando.’ Tudo isso eu passei para os meus filhos. Eu queria que eles estudassem.” (Gomes, 2001: 34).

Trabalhando e cantarolando

Dona Tilinha (Cf. Gomes, 2001: 37) lembra de estar em casa com os filhos, sempre cantarolando e assobiando. Conta que, quando era moça, com uns quinze anos, morando em Biguaçu adorava ir cantar nas novenas do Espírito Santo. Quando o *santo* ia em alguma casa vizinha, vinham correndo chamá-la, porque cantava bem. Mas o pai, cuidadoso, ia levá-la. Depois de casada, na Trindade, teve que abandonar essas cantorias porque, “uma: que o meu marido não deixava, porque ele era muito sério e não gostava; e outra: porque tinha os filhos, não podia sair.” (Gomes, 2001: 37). Mas Dona Tilinha costumava cantar em casa, enquanto trabalhava: “Cantava e assoviava as modinhas que andavam por aí. Hoje não canto mais nada. Tinha a alegria de trabalhar e cantar. Lavava a roupa cantando.” (Gomes, 2001: 37). Os filhos às vezes riam, achavam graça.⁷⁰ Ela também cantava para os filhos dormirem no berço de balanço: “Adormeciam eu cantando: *Dorme, dorme, meu menino, que a mamãe já vem...*” (Gomes, 2001: 38).

⁷⁰ Alguns filhos da Dona Tilinha até hoje ainda são cantores em corais da cidade.

3. A IGREJINHA DA UFSC

Neste capítulo serão abordadas as lembranças relativas ao edifício já adquirido pelo UFSC, em dois tópicos: *O Patrimônio Encampado*, e *As visitas atuais*.

Assim, será possível perceber alguns aspectos do momento em que a igreja da Trindade deixou de ser patrimônio da comunidade do bairro para ser incorporado ao patrimônio de uma instituição federal; perceberemos quais eram as idéias para a utilização do edifício antigo; porque e para qual finalidade foi preservado e reformado; como foi realizada a pintura mural no seu interior; quais os elementos que podem entrar na criação e produção de uma obra de arte; como o artista dialogou com a matéria; perceberemos também quais foram as reações de alguns moradores do bairro diante do edifício que trocou de dono, e como algumas pessoas ainda se relacionam com o edifício da antiga igreja, que para cada pessoa pode ter um diferente significado.

3.1. O patrimônio *encampado*

A indenização à paróquia

Professor Caspar Erich Stemmer conta que, quando assumiu o cargo de reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (1976 a 1980), pensava que todos os terrenos onde estava o campus na Trindade pertencessem à Universidade: “Mas, na realidade, era um tabuleiro de xadrez. Tinha o terreno da Universidade e, entremeados, terrenos de particulares. Tinha, mais ou menos, uns vinte terrenos de particulares e, um deles, era o da paróquia.” (2001: 04). Lembra que isso acontecia também em toda aquela periferia do campus situada nas proximidades da Serrinha e Carvoeira. Como metade de tudo aquilo era de particular, ficou preocupado: “porque, se a gente ia fazer um plano de construções

ambicioso, a Trindade ia valorizar muito e, depois, não se conseguiria mais comprar aquilo, de jeito nenhum.” (2001: 04). Conta que para conseguir verbas que viabilizassem a aquisição desses terrenos, uma das soluções foi providenciar que os órgãos que estivessem ocupando imóveis da Universidade, no centro da cidade, pagassem aluguel, comprassem ou os desocupassem para serem negociados. Foi assim que o Exército comprou a área da Fazenda Molenda, na Rua Bocaiúva, onde havia funcionado a reitoria: “Com isso, nós tivemos dinheiro para comprar todos os terrenos que ficavam dentro daquele tabuleiro de xadrez. Fizemos uma avaliação dos terrenos, e praticamente todo mundo concordou com a avaliação feita pela Universidade, inclusive, a Igreja, porque o padre estava construindo uma igreja nova e precisava de dinheiro.” (2001: 05).⁷¹

Professor Stemmer lembra que, depois de adquirida a propriedade, vieram as dúvidas sobre o que fazer com a igreja antiga, inclusive houve quem sugeriu que fosse derrubada: “E eu pensei: em primeiro lugar, é um prédio histórico; segundo lugar, com a falta de dinheiro, a gente não destrói nada, a gente dá uma ajeitada.” (2001:05). Mas ainda era preciso dar um destino ao uso do edifício. Lembra que, como o maestro Acácio Santana costumava dizer que precisava de um espaço para fazer os ensaios do coral, resolveu conversar com ele para saber se lhe agradava a possibilidade de usar a igreja, pensando consigo que o maestro talvez não aceitasse: “Pensei assim porque eu tinha esse sentimento subconsciente de que ele queria um local melhor. Mas ele sorriu, ficou satisfeito, aceitou de primeira e achou que era uma idéia ótima. Assim se resolveram dois problemas: um espaço para o coral e o problema da utilização da igreja.” (2001: 05).

A reforma da igreja

Maestro José Acácio Santana (Cf. 2001: 09-22) lembra que os prédios da igreja, que incluía o Salão Paroquial e a Casa do Divino, ficaram um bom tempo abandonados enquanto a Universidade aguardava as verbas para indenizar a paróquia, e assim poder dar um destino à nova propriedade: “Então aquilo ficou um território de ninguém. Não era da

⁷¹ Claudete Gomes Aguiar, esposa de Adolfo Aguiar (Cf. 2001: 37) - ambos há trinta anos membros da comissão da Festa da Santíssima Trindade e ex-membros do conselho da paróquia -, conta que o dinheiro da indenização foi utilizado para a aquisição do terreno situado na Rua Victor Lima, para os fundos da atual casa paroquial e atrás do Edifício Santos Dumont. Esse terreno era propriedade da Irmandade do Divino Espírito Santo, localizada no centro de Florianópolis. Adolfo Aguiar (Cf. 2001: 26) conta que a construção da igreja nova - em terreno que a Ordem já havia comprado dos Ferrari - foi garantida com recursos de campanhas junto à comunidade, incluindo aí alguns festivais de chope na praça da Trindade, incentivados por Frei Nelson.

paróquia, mas ainda não era da Universidade. Ficou de ninguém, desprezado, absolutamente desprezado: vidraças quebradas, portas arrombadas, portão arrombado, o mato invadindo, tudo... E aquilo doía; eu passei algumas vezes por ali.” (2001: 09).

Lembra que nesse meio tempo, a Universidade⁷² transformou o antigo Salão Paroquial num albergue de estudantes, e diz que aquilo virou mesmo *um caos*: era uma República do Sem Lei, do Sem Nada. As divisórias eram mal feitas e o pé direito muito baixo: em alguns lugares tinham que andar abaixados. Conta que uma vez esteve no local visitando um coralista do Coral da UFSC: o estudante morava num cubículo.

Quando a Universidade indenizou a paróquia, surgiu a dúvida sobre a utilização e o destino daquele espaço. Nessa época, o coral ensaiava numas salas do Centro de Comunicação e Expressão, atual sede do Curso de Jornalismo, e integrava a Seção de Atividades Artísticas que havia sido criada naquele local. Maestro Acácio lembra que o reitor da época, professor Caspar Erich Stemmer, chamou-o no seu gabinete e lhe disse: “- Maestro, nós estamos com aquele patrimônio lá, que era da igreja, e eu não sei o que fazer com aquilo. A tendência majoritária dos meus assessores e no Conselho Universitário é que se desmanche aquilo, para poder aquele terreno ser aproveitado para outras obras.” (2001: 13). O maestro lembra de ter comentado com o reitor que achava essa idéia um absurdo, e que aqueles prédios deveriam ser restaurados, porque o conjunto talvez fosse *a última reserva arquitetônica* que ainda existia na Trindade. Como não havia verbas e a possibilidade era restaurar devagar, com recursos da Prefeitura da Campus, o reitor ficou disposto a restaurar se o maestro se dispusesse a assumir a coordenação dos trabalhos: “Assumo. Não quero assumir nada administrativamente dentro da Universidade, porque acho que é um prejuízo: eu tenho que ficar na área da produção cultural. Mas nesse caso... Não entendo nada de arquitetura, mas se o senhor me dá carta, apoio, eu vou pra lá administrar.” (2001: 13). Maestro Santana conta que, naquele momento da conversa com o reitor, lembrou-se do que a sua mãe lhe havia dito muitos anos antes, quando decidiu sair do seminário para estudar música: *a tua missa é cantar*, e cheio de inspiração fez a sua

⁷² Professor Stemmer (Cf. 2001: 05) conta que a igreja estava muito mal conservada, mas que pior estava a antiga casa paroquial. E conta que o padre – a Igreja, portanto –, para fazer dinheiro, fez uns quartos para alugar para estudantes: tinha dividido o prédio do antigo Salão com madeira bruta, deixando as tábuas com frestas de vários centímetros, o que não vedava os quartos: *um negócio do pior nível*.

argumentação e pedido do espaço para as artes, porque o coral ainda precisava de uma sede:

“Reitor, a arte é uma celebração de vida; a arte é o contato com o novo e o novo chama-se Deus, porque Ele é que é criação. Nenhuma outra coisa se aproxima mais do novo, daquilo que foi intocável, nada mais do que a obra criadora. Porque aquele que cria, cria do nada, cria do novo. E quem é que dá essa possibilidade de criação, esse contato, essa inspiração, essa fonte? Só pode ser o criador supremo. Então, fazer arte, criar, criar é ter contato com aquilo que ainda não foi poluído, ter contato com a vida nova, ter contato com o novo, ter contato com Deus. E contato com Deus, chama-se oração.” (2001: 15).

E conta que o reitor, sensibilizado e convencido com as suas argumentações, disse-lhe: “- Maestro, nós vamos resgatar aquele conjunto todo. (...) E o senhor vai ser o diretor. E depois, quando estiver pronta a igreja, nós transferimos a Seção de Atividades Artísticas pra lá. E depois vamos restaurar e transformar o Salão Paroquial em um teatro, e depois a casinha do Divino em oficinas.” (2001: 15).

Lembra que assim foram realizando as obras e restaurando as madeiras e vidraças, sempre que possível com materiais similares aos originais. Para os assentos da platéia, maestro Santana conta que soubera de uns bancos do antigo cinema⁷³ que havia no bairro, que estavam abandonados num depósito, e sugeriu ao reitor que fizesse um requerimento: “E ganhamos um monte, ganhamos tudo o que deu pra aproveitar. São as cadeiras que ainda estão lá. Eram do antigo cinema da Trindade. Sobrou e ainda colocamos no prédio do lado. Muitas não davam pra aproveitar, a gente foi tirando o que dava e montando.” (2001: 16). E depois o piso, que era de madeira, mas estava podre, foi substituído por lajotas. Maestro Acácio lembra que em 1977 o coral e outras atividades de música foram transferidas do prédio do *básico*⁷⁴ para a igreja. Algum tempo depois, o prédio do antigo Salão foi reformado para abrigar as atividades de teatro, num movimento coordenado por

⁷³ Eram os mesmos bancos do cinema do bairro que haviam sido *vendidos* como bancos provisórios para a igreja nova da Trindade, e que, depois de substituídos, foram parar num depósito.

⁷⁴ Referência ao Centro de Estudos Básicos, atual Centro de Comunicação e Expressão da UFSC.

Carmen Fossari, ex-bolsista da Seção de Atividades Artísticas, que havia sido contratada pela Universidade.⁷⁵

A pintura do mural Humanidade

Quando a Universidade estava reformando a igreja recém *encampada*, Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 51-56) foi fazer uma visita às obras e inspirou-se quando viu as paredes vazias do antigo altar.

Conta que, numa ocasião, tinha escutado conversas que a igreja estava sendo desativada, e, noutra ocasião, que ficaram em dúvida quanto ao destino do edifício: "... disseram que iam demolir, não iam demolir, iam demolir... Quase que ela não está mais lá!" (Corrêa, 1993: 51); mas que, finalmente, tinham resolvido fazer a reforma e transformar o espaço num centro cultural. Soube que o maestro teria reivindicado o espaço para o Coral, também por causa da boa acústica.

Lembra que disse para si mesmo: "Bati muito sino naquela igreja, ajudei missa naquela igreja, fiz esculhambação naquela igreja. De maneira que eu vou ver como está aquela igreja lá." (Corrêa, 1993: 51). Chegou e percebeu que estavam reformando, restaurando, pintando para que tudo ficasse bem ajustado. Animou-se com o que viu e conversou com o maestro: "Se o Stemmer me botasse à disposição, eu pintava essa capela toda até o teto, até eles me mandarem: '- Pára, não pinta mais!' '- Por que tu não pintas?' 'Mas eu pintava isso tudo aí. Era só me botar à disposição e me dar material.'" (Corrêa, 1993: 51).

Hassis era funcionário da Universidade, trabalhava no Departamento de Extensão Cultural. Estava com uns cinqüenta e poucos anos, e a dois anos de completar o seu tempo de serviço. Então ele disse para o maestro:

"'Se quiserem, eu deixo a minha marca gravada nessas paredes.' - Eu vou me aposentar mesmo... Já saio dando patada em todo mundo, já estava puto da vida com a Universidade, com aquela imbecilidade, época do Figueiredo, *Camp David*, Direitos Humanos, mata judeu, não mata judeu, guerra de armas, confusão... - 'Eu faço um apocalipse aqui dentro da igreja, pintando até o telhado.' Disse ali brincando." (Corrêa, 1993: 51).

⁷⁵ Após a reforma do antigo Salão Paroquial, o Teatro da UFSC foi inaugurado em 04 de maio de 1979, com um concerto do Coral da UFSC: meu primeiro concerto como coralista da Universidade.

Passados uns dias, chegou o maestro com a notícia que haviam sabido do interesse do Hassis para pintar a igreja e que era para ele se entender com a Prefeitura do Campus. Hassis conta que confirmou para o maestro que estava mesmo disposto a pintar, desde que colocassem andaimes de ferro e lhe dessem as tintas de que precisava. Sabia que a parede não estaria adequadamente preparada para receber a pintura, porque, com a habitual dificuldade de recursos, isso seria muito improvável. Mas aceitou o desafio:

“Fui lá pintar. Cheguei lá, olhei para aquela parede, fiquei apavorado. Como é que eu faço? Como que não faço? Bom, eu vou fazer o seguinte: com essas notícias da televisão, que a gente sempre fica com aquilo na cabeça, o negócio é dar um ponto de partida. Aí, aquele negócio do *Camp David*, guerra de armas... Bom, vou botar a pomba do Divino ali, vou botar um rei negro, um rei branco se confraternizando, um baita de um cálice de vinho, o tema do Cordeiro, e o resto vem depois. Aí fui partindo daquele ponto central ali.” (Corrêa, 1993: 52).

Uma vez dado o início da pintura, era pensar o resto. Hassis ia para casa e fazia umas experiências, uns esboços a carvão, na sua churrasqueira. A partir daquele ponto inicial, pensou em colocar *Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse*, e as idéias foram vindo: “Eu bolava à noite, mentalmente - eu não tenho esboço daquilo, só tenho fotografia. Fui bolando: bom, aqui eu boto a paz, aqui a guerra, aqui a fome, aqui a morte... Aí fui levando... E o negócio é massacrar o homem mesmo, a figura humana! Comecei a bolar, deturpar os esboços.” (Corrêa, 1993: 52). Como ele não tinha um croqui à mão, porque estava tudo rabiscado com carvão na churrasqueira, acontecia que diante da parede a situação era diferente, mas nem por isso desanimadora: “A gente esboçava uma coisa, chegava lá no outro dia, modificava tudo. (...) E foi saindo aquilo que está lá.” (Corrêa, 1993: 52).

Quando a pintura chegou naquela parte do anjo do relógio, do ouro e da banana, dos cavalos, Hassis lembra que algumas pessoas foram lá para ver o andamento da obra, inclusive o reitor, professor Stemmer. Mas não disseram nada: *nem A nem B*. Uns dias depois, o maestro veio conversar com o Hassis e lhe disse que algumas pessoas estavam achando que a figura do cavalo era algum problema com o Presidente da República, que, na

época, andou dizendo que o povo tinha cheiro de cavalo.⁷⁶ Ao que ele respondeu indignado, argumentando que não estava dando uma conotação regional à pintura, e, sim, universal: “Pelo amor de Deus!, não tem nada a ver uma coisa com outra! Isso é o Apocalipse. Estão dando patada em todo mundo, desde antes da época de Cristo!” (Corrêa, 1993: 53). Conta que alguns faziam comentários querendo alertá-lo sobre possíveis interpretações políticas daquela pintura, e que isso lhe poderia prejudicar, até em termos de salário. Enfim, começaram a pedir-lhe explicações sobre o trabalho:

“Eu disse: ‘O *Camp David* está aí, os Direitos Humanos estão aí, o povo a reclamar, o povo está conclamando...’ ‘- E aquele sujeito lá na escada?’ ‘Olha, se Cristo viesse no mundo hoje, ele não era crucificado numa cruz, não. Ele ficaria numa escada. Porque hoje ninguém tem o direito de subir o primeiro degrau, porque tem 999 pessoas te amarrando. Mas, apesar disso, o homem se multiplica...’ ‘- E aquela mulher com o feto no ventre?’ (...) Aí mandaram parar.” (Corrêa, 1993: 53).

Hassis conta que mandaram parar, mas ele pediu para que o deixassem completar aquela parte em torno do antigo altar-mor.⁷⁷ Concluída essa parte, a pintura ficou parada por alguns meses. Mas conta que depois foram se espalhando uns comentários sobre a obra, que muita gente começou a gostar: “Sei que lá da cúpula começou a aparecer repercussão. A operariada começou a fazer concepção, a fazer crítica a fulano, beltrano... (...) Eu disse: ‘Olha, o negócio está aí, está feito.’” (Corrêa, 1993: 53). Conta que isso foi em 1978 e que, quando chegou agosto de 1978 – aqui ele faz as contas com a data da sua aposentadoria, em janeiro de 1979 – o maestro chamou-o e lhe disse: “- Olha, o professor Stemmer mandou que tu bolasses aquela outra parte que está incompleta. Porque muita gente começou a gostar do negócio e acharam que estava incompleto.” (Corrêa, 1993: 54).

A idéia da continuação era avançar a pintura para a parte de fora do arco, pelo lado da nave central da igreja. Só que, depois daquela parada de quatro meses, e mais a preocupação com os prazos - porque queriam inaugurar no final do ano, inclusive o maestro

⁷⁶ Eu me lembro que o Presidente Figueiredo teria dito que preferia o cheiro de cavalo ao de povo.

⁷⁷ Professor Stemmer (Cf. 2001: 07) e maestro Acácio Santana (Cf. 2001: 18) dizem que a pintura nunca chegou a ser interrompida por causa da reação das pessoas. O Maestro lembra que houve um interregno, mas entre a pintura já concluída no altar-mor e o início de uma continuação da pintura, na frente do arco da nave central.

estava preparando uma grande concerto de Natal -, vieram as angústias: “Eu perdi o embalo do negócio. Pois e agora? É um pepino! Como é que eu vou fazer este troço? (...) Eu ia pra lá e ficava sentado lá no fundo: ‘Meu Deus do céu! como é que eu vou dar um fecho?’” (Corrêa, 1993: 54).

Hassis (Cf. Corrêa, 1993: 54) lembra que ia todo dia para o local e ficava olhando para a pintura, pensando numa solução para concluir a obra. Passou assim uns quinze dias. Diz que um dia, *daqueles que parece que agente levanta de saco cheio*, estava imaginando uma porção de formas para compor o desenho com umas folhas de bananeira, já angustiado porque as horas tinham passado e já era quase o horário de largar o expediente, olhou para o relógio, angustiou-se quando viu que já eram cinco horas, e exclamou:

“Putá merda! Maldita hora que eu me meti a fazer este troço. E agora?’ Essa foi a minha expressão mesmo. Levantei os braços e disse: ‘Está aí, pomba! Eu vou me aposentar em janeiro, vou me arrancar daqui, vou me embora, então vou botar aquela figura lá em cima, e o resto umas serpentes sendo sacrificadas. O sistema é uma cobra mesmo, que vem enrolando a gente, que vem triturando, se arrastando toda a vida, vai se arrastando... Desde que eu entrei na Universidade que eu venho me arrastando. Pô!, desde que eu nasci venho me arrastando. Chegou o dia que eu vou me aposentar, vem minha liberdade...’ Foi quando eu joguei aquela figura central lá em cima. Todo mundo diz que é um astronauta. Que seja um astronauta mesmo. (...) Têm os anjos tocando trombeta: ‘- Vai te embora!, nas alturas, Aleluia!, Aleluia!’, e aquela figura matando aquela serpente, que é o sistema que se arrasta.” (Corrêa, 1993: 55).

Hassis lembra que demorou em torno de quatro meses para realizar toda a obra, descontando o período da interrupção. Ao olhar para o mural concluído sentiu a satisfação de quem deixa a sua marca, mas também se preocupava porque poderiam não gostar: “De repente pinta um maluco e: ‘- Pra que é essa porcaria aí?’ Porque nesse País é tudo assim. Acaba chegando um reitor e diz assim: ‘- Pra que aquilo lá pintado?’ E manda pintar tudo de branco. Paciência. Se eles pintarem, pintaram. Tudo bem. Mas que eu fiz, fiz.” (Corrêa, 1993: 55).

Atualmente, em alguns pedaços, a pintura está descascando em lascas, por causa da massa corrida que havia na parede. Provavelmente não houve mesmo uma preparação adequada à antiga parede construída com argamassa de calcário de conchas marinhas.

Hassis conta que fez o trabalho todo sozinho, pediu apenas que fizessem o andaime, e lembra que para conseguir o material era tudo muito controlado: “Aquilo foi um sacrifício. Pra conseguir uma lata de tinta já foi um sacrifício. Difícil. (...) Se levava uma meia dúzia de tinta!... Tinha que fazer uma requisição para uma lata de tinta.” (Corrêa, 1993: 56). Hassis ficou sabendo da intenção de se restaurar aquela pintura, mas que não havia verbas para isso, que teria que ser feito um projeto específico para esse fim, e lamentou: “Não há dinheiro. Não é um problema só da Universidade, é geral. É um problema cultural geral nesse Estado, nesse País. Tem verba para tudo, para certas coisas não tem. Então não sei como é que fica.” (Corrêa, 1993: 56).

Resistindo às manchas causadas pelas águas das chuvas que se infiltraram antes de o telhado ser substituído, o painel continua lá, a espera de verbas para a sua restauração. Como diz o autor do mural, se é que conservar essa pintura serve para alguma coisa...

3.2. As visitas atuais

Visitas à Igrejinha da UFSC

Dona Stella diz que nunca mais entrou na igrejinha, desde que ela foi *encampada* pela Universidade, reformada e decorada com a pintura mural do Hassis, como que querendo escapar daquela pintura que já chocou tanta gente: “Eu prefiro ficar aqui com as minhas lembranças. Deixa aquela outra [a igrejinha antiga] pra lá. Pra que vou entrar lá pra ter também aquele choque (...)?” (Hess, 2001: 53). E havia pessoas, como Elisabete Beltrame, que, embora tivessem tido o hábito, por muitos anos, de entrar quase que diariamente na igrejinha, não entravam mais, porque, além de estar a maior parte do tempo fechada, agora era também propriedade particular, “não era mais, assim, um bem público da comunidade, enquanto parte religiosa. Ela já era de uma entidade federal. Eu não sabia nem se a gente tinha acesso a ela ou não. Então eu nunca entrei. Eu tinha saudade de ver como é que estava a igrejinha, mas nunca parti pra essa iniciativa de ir lá e entrar. Engraçado isso...” (Beltrame, 2001: 19).

O impacto da pintura do Hassis

A primeira vez que Elisabete Beltrame entrou na Igrejinha da UFSC foi em 1991, quando começou a participar do Coral da Universidade. Ela lembra que a emoção de estar entrando no local e reviver tantas lembranças agradáveis foram maior do que o impacto diante da nova decoração: “Eu me surpreendi pelo aspecto do interior da igrejinha. Eu não conhecia aquela pintura que o Hassis tinha feito. Eu realmente me surpreendi e me choquei um pouco também. Achei aquilo meio estranho, mas achei legal enquanto arte.” (Beltrame, 2001: 20). Essas impressões foram se diluindo com o passar dos anos, enquanto o maestro descrevia aos coralistas o significado daquela pintura, e as cenas de sofrimento, que tanto impressionam, iam ganhando outras conotações. Abrandado o choque inicial, já era possível conviver com aquela pintura e ao mesmo tempo ter lembranças de outros tempos. Para quem canta no coral, grande parte da pintura fica nas costas, com um pouco menos de interferência, e na frente fica a porta de entrada da igrejinha, com o antigo coro por cima: “Parece que eu estava vendo eu e a turma lá em cima do coro.” (Beltrame, 2001: 22).

E conta que ainda hoje sonha com a igrejinha, mas nos seus sonhos aparecem as imagens de antigamente, antes da reforma: “Hoje em dia eu ainda tenho muitos sonhos com aquele espaço. Volta e meia estou sonhando com as missas daquela época. Eu me vejo nas missas. E no meu sonho aparece o assoalho exatamente assim: as tábuas com frestas.” (Beltrame, 2001: 22).

Há alguns anos Elisabete Beltrame realizou as suas bodas de prata na antiga igrejinha, e conta que não queria fazer as bodas na igreja nova porque acha que ela é muito grande e pouco aconchegante: “Mas acho que o motivo principal mesmo foi o motivo de eu ter me casado ali. E aquela igreja [antiga], no momento em que eu estava fazendo as bodas de prata, ela fazia parte da minha vida de uma forma muito intensa, muito direta, que era a participação do coral.” (2001: 23). Como fazia parte do coral e estava acostumada a ir duas vezes por semana para os ensaios, Elisabete conta que pensava que não teria nenhuma emoção nova quando fosse para a igrejinha no dia das bodas: “são momentos diferentes, mas o nível da emoção eu acho que foi tal e qual o dia do casamento. Quando eu entrei que o coral estava cantando... Qual era a música? Acho que era ‘Abraço de Paz’.(...) Eu estar entrando assim e ver vocês lá cantando pra mim, naquele espaço ali, foi muito legal. Eu não

pensei, te juro, que fosse ter o impacto que teve. (...) Foi uma emoção muito grande pra mim.” (Beltrame, 2001: 23).

A igreja antiga era mais aconchegante

A igreja antiga já estava ficando pequena para abrigar a crescente população da Trindade. Era necessário construir uma igreja nova. Dona Tilha diz que compreendia que era necessário essa construção, mas lamentava muito, pelo apego que tinha à antiga igreja, onde experimentara as delícias na hora da missa, o respeito às confissões, à comunhão, porque aquela era uma igreja mais aconchegante: “Até eu fiquei com pena, porque iam fazer a igreja nova. Então ficou a igreja antiga, aquela do lado de cá, que eu fiquei com pena quando fechou. Porque tinha tanto amor por aquela igreja ali, pequena.” (Gomes, 2001: 16).

O traslado da imagem da Santíssima Trindade

Dona Stella (Cf. Hess, 2001: 39) lembra que depois que o marido morreu, meteu-se em luto e só chorava, não tinha mais ânimo para sair de casa. Certo dia, olhando pela janela da sala, sentiu uma emoção particular quando viu a procissão de *inauguração* da igreja, num domingo de 1972: sobre um carrinho improvisado - quatro pneus e uma prancha de madeira -, a comunidade dava a volta na praça fazendo o traslado da imagem da Santíssima Trindade da igreja velha para a igreja nova: “De repente eu olhei por essa janela e vi o meu filho, com oito anos, carregando o carro com a Santíssima Trindade. Ele ia na frente, puxando com as outras pessoas. Eu pensava assim ‘Se o meu marido fosse vivo, ele estaria ali carregando.’ De certo, o meu filho pensou: ‘- O pai não está, mas eu estou!’” (Hess, 2001: 39).

Preparando-se para a Trindade

Padre Hélio Simas (Cf. 2001: 22) conta que, pouco tempo antes da nossa entrevista, realizou um retiro, como é costume anual da sua comunidade religiosa. O padre orientador sugeriu que cada pessoa mentalizasse um santuário interior, tipo de um sacrário, ou um objeto de devoção, que a pessoa fixa para iniciar a meditação: um lugar onde a pessoa se situa para se encontrar com Deus e com a sua comunidade espiritual, que são aquelas pessoas que já passaram por esta vida e que estão lá junto de Deus, esperando que a gente chegue, como o pai, a mãe, os amigos e parentes:

“Então, eu pensei: que coisa melhor para mentalizar do que justamente a igreja da Trindade, a minha primeira missa ali naquela igreja. Eu nasci na Trindade, fui batizado nessa igreja, fui crismado nessa igreja, ali fiz a Primeira Comunhão e, depois de vários anos de formação, voltei para rezar a primeira missa, cantada. Agora, então, o Seu Clóvis Werner me convidou para fazer um pouco do histórico, ou ligar a minha história com a história da igreja, eu achei muito interessante fixar justamente essa igreja como ponto de partida da minha meditação, o meu santuário pessoal, e tendo em vista a imagem da Santíssima Trindade, que foi justamente a que me chamou à vida da graça, que me chamou ao sacerdócio e agora está me chamando pro céu. E está perto!” (2001: 22).

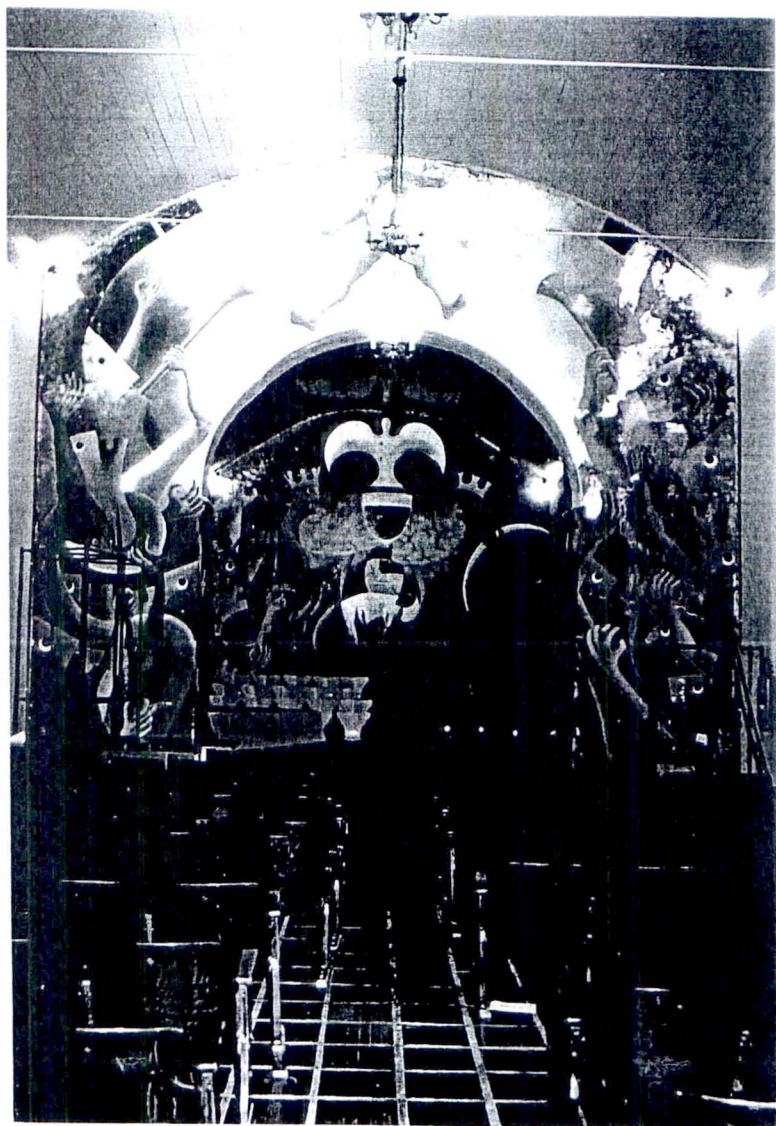
Ao autorizar a utilização da entrevista, padre Hélio diz: “Sim. Pode usar. O que eu tenho que dizer, eu digo. Já vivi no tempo da ditadura militar e trabalhei pela democratização do País, dando curso de liderança sindical, estudantil, conquistando uma entidade estudantil num congresso em Brusque... Eu lá em Criciúma, no meio dos comunistas... E depois fui tido como ‘suspeito de subversão’. Ora, que coisa! Trabalhei para a democracia e: ‘suspeito de subversão’. Mas também, dei a resposta que mereciam.” (2001: 34).

Uma visita à igreja reformada

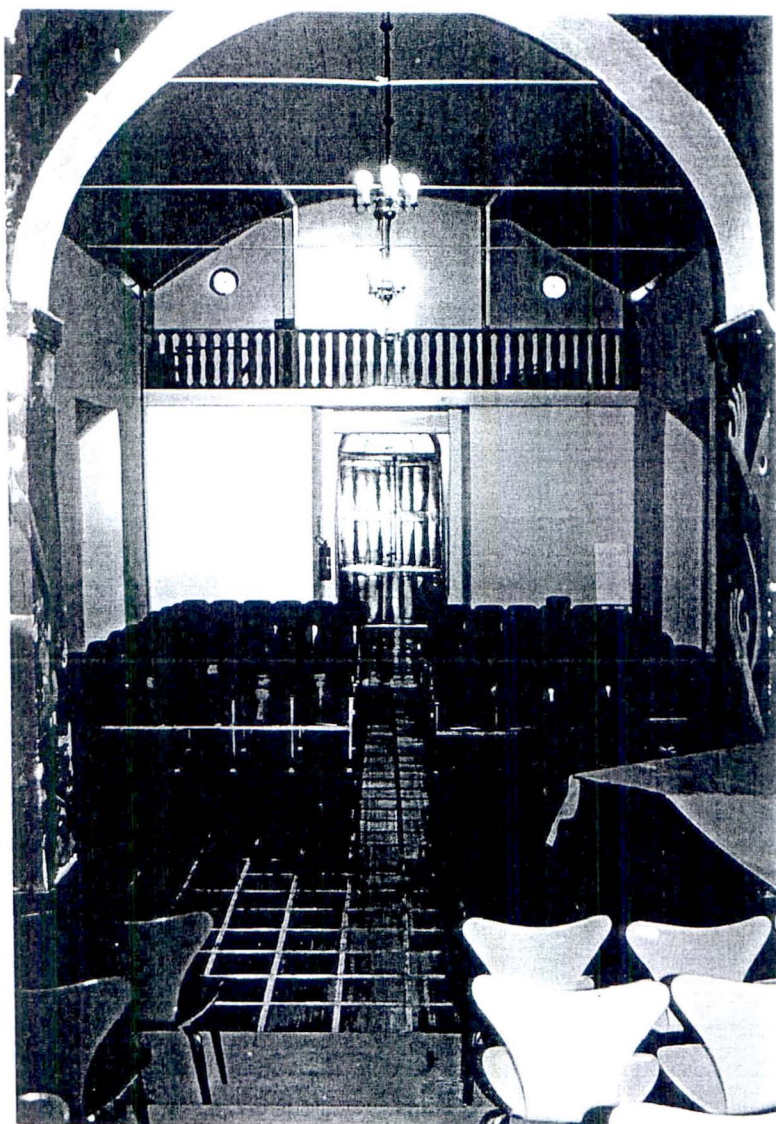
Dona Stella diz que mora num lugar privilegiado da praça da Trindade, conforme uma vez informou alguém sobre a localização da sua casa, e faz questão de repetir essa definição: “De onde eu moro eu estou vendo um padre benzer uma moto do lado da igreja nova; do outro lado eu vejo a igreja velha; na frente tem uma praça; numa rua particular; nos fundos de um supermercado e próximo à Universidade.” (Hess, 2001: 53). Do seu portão vê constantemente a igreja antiga, mas conta que nunca foi fazer uma visita desde que a igreja foi adquirida pela UFSC e reformada. A explicação que encontra é que talvez não goste *desses teatros modernos*. De onde mora, diz que escuta os ensaios do Coral da Universidade, mas também nunca foi assistir a nenhuma apresentação. Soube que pintaram um mural que choca algumas pessoas. Aproveito e mostro algumas fotos do interior atual da igreja em que aparecem a força das cores e dos desenhos daquela pintura, e tento explicar alguns aspectos da visão crítica, política e religiosa, do Hassis, que ali pintou também o sonho da união das raças, e a esperança do triunfo do ser humano: “-

Ah!, mas eu preciso ir ver...” (Hess, 2001: 47), ela me diz, respondendo que um dia aceitaria fazer uma visita.

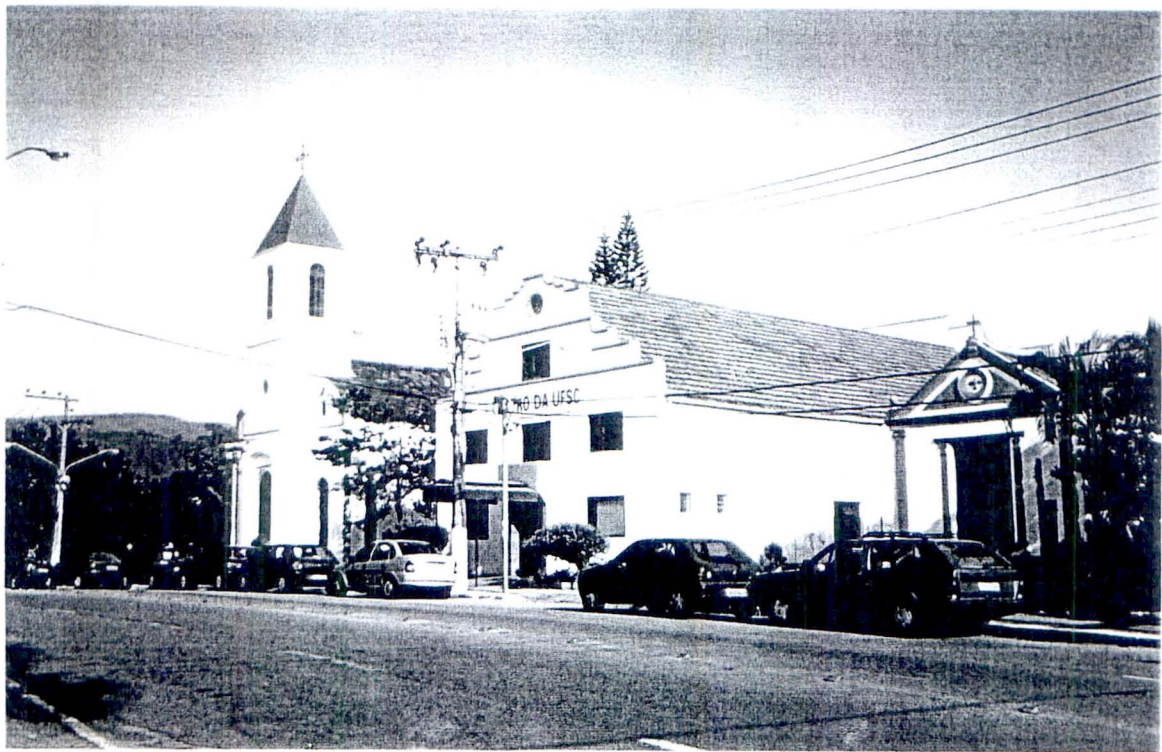
Falando-lhe da conservação de prédios antigos, e uma vez que nunca visitou a antiga igreja, pergunto-lhe se acharia interessante a Universidade desmanchar aquela construção para fazer um prédio moderno naquele local: “Mas de maneira nenhuma! Deve ser preservada, porque é uma coisa que passou pra História. A gente tem afeto.” E espontaneamente resume em poucas palavras a relação da sua vida com a igreja: “Como eu falei: com nove anos eu vim pra cá, fiz a Primeira Comunhão ali, casei ali,... Tudo lembra, eu acho que não só pra mim, mas pra maioria da comunidade da Trindade. Deus o livre! falar em derrubar aquilo ali! É uma guerra viva! Te garanto que eu vou na frente!” (Hess, 2001: 45).



Interior atual da antiga igrejinha da Trindade com a pintura mural *Humanidade* do artista plástico Hassis Corrêa, nas paredes do antigo altar-mor e parte frontal do arco. O piso original de madeira foi substituído por lajota e as cadeiras são as do antigo cinema do bairro. (Foto: ano de 2001, acervo Clóvis Werner).



Interior atual da antiga igreja da Trindade com a porta principal (e original) de entrada no edifício, sobre a qual se vê o antigo coro com uma larga coluna central que compõe a torre do sino. Nessa foto pode-se perceber a espessura das paredes através do arco e do chanfrado nas paredes das portas laterais. (Foto: ano de 2001, acervo Clóvis Werner).



Fachada atual das instalações do Departamento Artístico Cultural da UFSC, onde se vê os edifícios da antiga igreja da Trindade, do Salão Paroquial e da Casa do Divino. (Foto: ano 2001, acervo Clóvis Werner)



Foto lateral da antiga igreja da Trindade, atual igreja da UFSC, tendo em primeiro plano o gramado que ficava próximo do antigo grupo escolar. (Foto: ano 2001, acervo Clóvis Werner)



Desenho da fachada atual da igreja da UFSC: antiga igreja da Trindade, Teatro da UFSC (antigo Salão Paroquial) e Casa do Divino. Dessas árvores só restou a da esquerda. (Desenho de Wagner Behr, cerca de 1990. Acervo DAC-UFSC)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão

Com este trabalho busquei investigar as histórias escondidas nas pedras da antiga igreja da Trindade e que ainda estão *guardadas* na memória dos moradores do bairro. Não pretendi escrever a história da construção da igreja nem a história da formação do bairro, mas registrar lembranças de moradores do bairro cuja vida estão ou estiveram relacionadas à antiga igreja e ao seu entorno, para poder compreender melhor a existência do patrimônio e a comunidade que o produziu. Poderia dizer que este trabalho tratou de resgatar e registrar *lembranças para a História*.

Percebi que a História Oral Temática mesclada à História de Vida, necessariamente, tem que estar apoiada em outras fontes, e não apenas nas entrevistas, ao contrário do que possibilita a História Oral de Vida, em que o próprio sujeito é o autor da sua verdade.

Além do conhecimento prévio do assunto, outras fontes que foram aparecendo no decorrer da pesquisa, como livros e fotografias, foram de grande importância para a compreensão das narrativas, pois as narrativas foram apresentadas em linguagem do cotidiano, cheias de significados e de distorções próprias, e não apresentadas em linguagem técnica, em que todos os relatos seguem o mesmo padrão para, ao final, se encaixar com precisão, como numa indústria robotizada em que cada peça, mesmo fabricada a distância, comporá com exatidão a peça final. Com as narrativas de vida, isso não acontece. Muitas vezes, depois que me haviam contado as suas lembranças, os entrevistados iam buscar alguma fotografia antiga no fundo do guarda-roupa, e a foto nem sempre correspondia ao relato que me haviam feito e, portanto, também não correspondia à imagem da foto que eu havia composto no meu pensamento, para o que eu também utilizava algumas imagens previamente *gravadas* na minha memória. Após ver as fotos, eu conseguia entrelaçar

melhor as lembranças contadas, o que facilitava apurar o roteiro de perguntas e aprofundar alguns questionamentos.

Percebi também que será praticamente impossível conseguir resgatar os detalhes de todos os eventos que uma pessoa vivenciou, porque, devido à seletividade da memória, os eventos não são *gravados* da mesma maneira, pois são diferentes os graus de importância para a vida da pessoa que lembra.

Embora as limitações da História Oral Temática, percebi que é de grande utilidade para se registrar as experiências do cotidiano. Principalmente no que se refere à vida de pessoas simples, que não têm a sua história registrada em livros e guardada em museus.

Chego ao final desta pesquisa, satisfazendo muitos dos meus questionamentos, embora ainda não com total precisão, porque para uma escrita da História é preciso fazer confronto com outras fontes. E também chego carregado de dúvidas e de curiosidades, porque muitos temas se apresentaram como possibilidade de estudos e de novas investigações.

Posso dizer que estas lembranças permitem algumas repostas para compreender a construção e manutenção da antiga igreja no bairro. Embora com a vontade expressa da Igreja, a construção e reforma dos edifícios também foi delineada com a participação efetiva da comunidade. Mesmo sendo a vontade institucional a mais forte, a comunidade não deixou de fazer frente às tentativas de imposição, mesmo nem sempre tendo a sua vontade prevalecida. Entre brigas e ameaças, os edifícios foram sendo construídos, como numa resultante da relação da Igreja com a população do bairro. Mais tarde, ao serem *encampados* pela Universidade, os edifícios acabaram sendo preservados por força das necessidades e também pela sensibilidade de alguns. Ao *resgatar* as lembranças e devolvê-las aos entrevistados e à comunidade, estes poderão se apropriar adequadamente do passado, compreendendo-o para melhor agir no presente e planejar o futuro.

É possível perceber que muitos eventos são memorizados de maneira que nem sempre correspondem à realidade. Correspondem, sim, à verdade de quem se lembra, mas não necessariamente à realidade. Seria difícil precisar quem está mais ou menos equivocado, porque para isso seriam necessários outros confrontos, mas, a partir das lembranças narradas, posso dizer que é possível carregar durante anos uma lembrança

como se ela fosse a realidade do que aconteceu. Neste sentido, este trabalho também serve para essa reflexão sobre o passado.

Quanto às potencialidades de estudo sobre o bairro, as lembranças contribuem para o conhecimento de diversos temas. Por exemplo, um estudo sobre as mudanças na forma de moradia, antes chácaras e casas com quintais e agora edifícios verticais; como eram os costumes e como são agora; qual a diferença do trabalho doméstico de ontem e de hoje, e a quem competia e compete essa tarefa; quais os produtos do antigo pomar e os industrializados de hoje; conhecer como era realizada a festa da Santíssima Trindade e do Espírito Santo no bairro, comparando-a com os dias de hoje; conhecer como era a paisagem do bairro e as rápidas mudanças com a urbanização; conhecer quais eram os eventos de cultura e lazer à disposição da comunidade, comparando com o presente em que a presença da Universidade e outras instituições, com migrantes de diversas regiões, contribuem para a mudança dos costumes.

A partir das entrevistas, percebi a relação da vida dos moradores do bairro com a igreja e outros edifícios e também com alguns referenciais da paisagem, como ruas, rios, morros, árvores,... Mas também percebi que a paisagem não orienta apenas com o que é visto e palpável, a paisagem também pode orientar com os seus cheiros e sons. Alguns cheiros do bairro ainda estão *guardados* na memória: o cheiro do lírio na igreja e das flores nos jardins das casas e chácaras, das laranjas e vassouras nas festas, do perfume do eucalipto nas manhãs úmidas, do quentão e das guloseimas nas barraquinhas... Quanto desse cheiro ainda está na Trindade, como um referencial da paisagem? Quais ainda existem, e quais os novos cheiros do bairro? Tempos atrás, eu estava caminhando pela Avenida Beira Mar Norte, próximo do bairro, pensando nessa reflexão sobre o cheiro da cidade, que Ecléa Bosi fez no seu livro, como que tentando identificar algum cheiro com aqueles que me haviam contado. Percebi que em alguns raros trechos do caminho ainda se pode sentir o perfume adocicado de alguma flor, mas, na maioria daquele percurso, há um cheiro morno de esgoto podre que repele o caminhante: o cheiro da paisagem também é um referencial para o ser humano se instalar e se mover no espaço. Principalmente quando tem escolha. A quem cabe essa escolha?

Nessa mesma linha de reflexão, busquei identificar os sons da paisagem: o sino da igreja anunciava e chamava a comunidade para a celebração, alegre ou de pêsames; os

cantos das missas e procissões ainda hoje estão vivos como a nortear um caminho de movimento no mundo; o carro-de-boi vinha de longe com o seu gemido; a passarinhada se alvoroçava no arrozal; os cascos dos cavalos e do gado batiam no chão de terra; os barraqueiros anunciavam as rifas a quatrocentos réis a escolher; a banda e as rezas marcavam o passo das procissões... Quais os sons de hoje? Quanto agradam aos ouvidos? Quais os seus significados? Quanto servem para orientar na paisagem, atraindo ou afugentando do caminho? A quem servem? Para não falar dos carros, que entopem cada vez mais as ruas da Trindade, pensemos sobre os sons da festa, com as bandas de décadas atrás, e bastante diferente nos dias de hoje: uma sonoridade elétrica, que compete desigualmente com os sons acústicos das vozes, na maioria das vezes perturbando, e até impedindo, os diálogos amigos de uma convivência prazerosa. Quais são os significados dos novos sons do bairro? O que anunciam e para o que conclamam?

Não pretendo uma conclusão saudosista, mesmo porque a História caminha para a frente, mas pretendo que se perceba, através das lembranças registradas, os vários aspectos da vida na Trindade há apenas umas poucas década atrás, para que se possa refletir e compreender o que existe, a partir do que já não mais existe. E tentar compreender como aconteceram as mudanças, a quais interesses elas serviram. Tentar perceber como que os vários segmentos da sociedade podem participar das mudanças, sendo sujeitos da História, construindo o presente e planejando o futuro.

A grande maioria dos entrevistados gravou a entrevista nas suas casas, longe, portanto, da igreja. Percebi que isso facilitava maior explanação, porque as pessoas também *descreviam* o cenário além de relatar os acontecimentos. Para todos os entrevistados mostrei algumas fotos atuais e desenhos antigos da igreja.

Com o relato das vivências dos moradores da Trindade, pude perceber para onde apontam algumas evidências da história do bairro: a antiga igreja, que era *primitivamente* açoriana, foi reformada recebendo a influência dos padres franciscanos alemães que atuaram em todo o Estado de Santa Catarina. Hassis conta que não eram todos que queriam aquela reforma, mas a reforma aconteceu. Depois houve a construção do Salão Paroquial que todos pareciam perceber a sua utilidade para a comunidade, mesmo assim foi construído entre brigas e lutas para se conseguir os recursos, e só foi erguido graças a ajuda efetiva de moradores do bairro, de todas as idades, que, em mutirão, viram a sua força e

vontade materializada no edifício. Havia um conflito constante entre a Irmandade do Espírito Santo e Santíssima Trindade e a Igreja, por causa do estatuto da associação que feria o Código Canônico, solução que poderia ter tido outros encaminhamentos, mas que veio atender a necessidade de estabilidade dos novos administradores da paróquia: a Ordem dos Freis Capuchinhos. Embora alguns equívocos, ficou possível entender o sentimento de perda quando alguns entrevistados dizem que a igreja deixou de ser deles para ser propriedade da Ordem. Percebi que a recuperação e manutenção da tradição da Festa da Trindade torna-se possível graças aos próprios moradores do bairro que, conhecendo os antigos costumes, têm atuado como festeiros e em comissões para manter, dentro do possível dos novos tempos, as tradições de antigamente.

Percebi como a soberba de algumas instituições consegue intimidar alguns segmentos da comunidade. Houve entrevistado que comentou que nem sabia se poderia visitar a antiga igreja do bairro, porque agora já não era mais propriedade da comunidade, e, sim, de uma *instituição federal*. Resguardados os devidos direitos, fica a minha dúvida: as pessoas foram realmente *afastadas* ou *se afastaram* do antigo edifício? Alguns dizem que preferem ficar com as suas antigas lembranças. Mas ter novas vivências e lembranças não significa apagar as antigas lembranças. Neste sentido este trabalho também serve como um convite para que a comunidade utilize a antiga igreja para resgatar e registrar as suas histórias vividas no bairro. As fitas gravadas, os textos das entrevistas e o resgate de algumas fotos já é um embrião para que a igreja possa ser cada vez mais um *lugar de memória* da Trindade. Mas que para que isso se consolide, e possa estar à disposição da comunidade, é preciso que haja o interesse de outros pesquisadores e a boa vontade de moradores do bairro em participar, porque a pesquisa em História Oral só se faz na *relação* entre o pesquisador e o entrevistado, o colaborador; não existe outra maneira. E se a antiga igreja da Trindade hoje é propriedade da Universidade, as antigas lembranças continuam a fazer parte da vida dos moradores do bairro.

A Nova História possibilita que a história das sociedades humanas seja escrita com a pluralidade de idéias, não mais apenas com a visão do vencedor, do herói mitificado, como uma história de uma versão única, em que se exclui ou se dá pouco importância à história dos vencidos ou das minorias. E, neste sentido, a História Oral tem muito para contribuir.

RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS

AGUIAR, Adolfo. Florianópolis, 26 jul. 2001.

BELTRAME, Elisabete. Florianópolis, 11 jul. 2001.

CORRÊA, Hiedi de Assis (Hassis Corrêa). Florianópolis, 24 maio 1993.

FERREIRA, Paulo. Florianópolis, 17 jul. 2001.

GOMES, Martimiana Corrêa (Dona Tílinha). Florianópolis, 12 jul. 2001.

HESS, Stella Maris Pausewang. Florianópolis, 05 jul. 2001.

PAULI, Evaldo. Florianópolis, 12 nov. 2001.

SANTANA, José Acácio. Florianópolis, 18 set. 2001.

SIMAS, Hélio José de. Florianópolis, 30 out. 2001.

STEMMER, Caspar Erich. Florianópolis, 03 jul. 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

ARAÚJO, Adalice. *A visão apocalíptica de Hassis*. Coluna *Artes Visuais* do jornal *Gazeta do Povo*, Curitiba-PR, 03 maio 1979. In: Informativo do Clube 12, nº 31, Florianópolis, 27 maio 1979.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskw. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

BINDER, Dircéia. *Festa do Divino e suas variações*. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DAS FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. Florianópolis, 1999. Anais. Florianópolis: UFSC, 2000.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed., São Paulo: Editora da USP, 1987.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro: Memória I*, Florianópolis: Ed. do Autor, 1972.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro: Notícia I*, Florianópolis: Ed. do Autor, 1971.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler a História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CALDAS, Alberto Lins. Transcrição em História Oral. In: REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA ORAL, nº 1, São Paulo: USP, nov/1999.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Índice de Leis – 1 a 500. Disponível no site: http://www.cmf.sc.gov.br/indleis_1.htm.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade* / Néstor García Canclini; tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CASCAES, Franklin Joaquim. *História das festas do Divino Espírito Santo*. Florianópolis: acervo do Museu Universitário da UFSC, [s.d.] [provavelmente década de 1970].

CATÁLOGO DE ARTES/Departamento Artístico Cultural/PRCE/UFSC. Florianópolis: UFSC/DAC, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 6. ed., São Paulo: Editora Ática, 1995.

CIRCUITO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS. Coordenação de Eliane Veras da Veiga. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes e Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, 2000.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. *História Oral: teoria e técnica*. Florianópolis: UFSC, 1978.

DICIONÁRIO UNIVERSAL DA LÍNGUA PORTUGUESA ON-LINE. <http://www.priberam.pt/dlpo/>.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos "Annales" à "Nova História"*. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1992.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A. A. (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ECO, Umberto. *A Definição da Arte*. Trad. José Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1983.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FENELON, Déa Ribeiro. In O DIREITO À MEMÓRIA: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CIDADANIA. São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.) et al. *Entre-vistas: arboragens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994a.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994b.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral: desafios para o século XXI*. /Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FLORIANÓPOLIS. Paróquia da Santíssima Trindade. *Livro Tombo nº 1 (1895-1942)*, (Manuscr.).
- FLORIANÓPOLIS. Paróquia da Santíssima Trindade. *Livro Tombo nº 3 (1961-1982)*, (Manuscr.).
- FCC-FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA.
<http://www.fcc.sc.gov.br/leiincentivo/lei10929.htm>. Acessado em 09 abr. de 2002.
- GANDRA, Manuel. *Império do Divino Espírito Santo*. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DAS FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. Florianópolis, 1999. Anais. Florianópolis: UFSC, 2000.
- GATTAZ, André Castanheira. Meio século de história oral. In. REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA ORAL. São Paulo:USP, nº 0, jun. de 1998.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.
- GROSSMAN, Jonathan. Entrevista: Jonathan Grossman por Andreas Rauh Ortega. In. REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA ORAL. São Paulo: USP, nº 1, nov. de 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.

IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível no site: <http://www.iphan.gov.br>, acessado em 08 de abr. de 2002.

IPIUF-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Valorização do Casario Histórico de Florianópolis: Manual de recuperação. Florianópolis: IPIUF, 1993.

IPIUF-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Disponível no site: <http://www.ipuf.sc.gov.br>, acessado em abr. de 2002.

JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XXI. Trad. Paulo Martins Garchet. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral: desafios para o século XXI*. /Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

LEGIO MARIAE. *Manual Oficial da Legião de Maria*. São Paulo: Concilium Legionis Mariae (Ireland)/Senatus de São Paulo, 1967.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3. ed., Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1994.

LEHMKUHL, Luciene. *Imagens além do Círculo - O Grupo de Artistas Plásticos de Florianópolis e a positividade de uma cultura nos anos 50*. Florianópolis, 1996. 124p. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

LEMOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. 5. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade por João David Ferreira Lima*. Florianópolis: UFSC, 1980.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In REVISTA PROJETO HISTÓRIA. São Paulo, nº 17, nov. de 1998.

LUPORINI, Teresa Jussara. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. Anais. Florianópolis: Pallotti, 1998.

- LYRA, Cyro I. Correa de Oliveira. Palestra no "Encontro sobre subsídios para uma política de preservação do patrimônio catarinense". Documento final, Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Patrimônio cultural*. Texto fornecido pelo autor, professor de Antropologia da USP, à Fundação Catarinense de Cultura (Seção de Patrimônio Cultural).[s.d.]
- MANUAL DO CORAÇÃO DE JESUS: Para os Associados do Apostolado da Oração. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- MARCUSHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAYKOT, Sérgio (Superv.); SANTOS, Luiz Carlos dos. *A matriz de todos nós*. Itajaí: Paróquia do Santíssimo Sacramento, [1980].
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re) introduzindo a história oral no Brasil*. In MEIHY, J.C.S.B. (Org.) *(Re) introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Ed. Xamanã, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 2. ed., São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- MENESES, Ulpiano T. Bezzerra de. A arte de pensar o patrimônio cultural. In MEMÓRIA, nº 13, São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, out. 91/mar. 92.
- MENESES, Ulpiano T. Bezzerra de. A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, nº 34, São Paulo: USP, 1992.
- MENEZES, Ana Cláudia. *Memórias de um patrimônio: edifícios históricos do Badesc*. Florianópolis: Badesc, 2001.
- MinC-MINISTÉRIO DA CULTURA. <http://www.minc.gov.br/legisl/docs/L-008313.htm>. Acessado em 09 de abr. de 2002.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. *Caminhos das civilizações – História integrada: Geral e Brasil*. São Paulo: Atual, 1998.

- NIEMEYER, Ana Maria de. *Indicando Caminhos: mapas como suporte na orientação espacial e como instrumento no ensino de antropologia*. 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, v. 10, São Paulo, dez/93.
- NUNES, Lélia Pereira da Silva. *Festa do Divino Espírito Santo: 250 anos depois*. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DAS FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. Florianópolis, 1999. Anais. Florianópolis: UFSC, 2000.
- Ô CATARINA!. Florianópolis. Fundação Catarinense de Cultura, n. 44, jan./fev. 2001.
- PATRIMÔNIO DO MUNDO. V. 1, São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1987.
- Política de preservação para Florianópolis: patrimônio edificado. Florianópolis: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, 1986. (Mimeo).
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*, São Paulo: Ed. da PUC, nº 15, abr. 1997.
- Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: MEC-SPHAN - Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.
- PMF-PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS.
http://www.pmf.sc.gov.br/anexos/lei_incentivo.htm. Acessado em 09 de abr. de 2002.
- PRUDÊNCIO, Maria das Graças (Org.). *Patrimônio cultural de Santa Catarina: arquitetura*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura - Diretoria de Patrimônio Cultural, 1993, (Mimeo).
- RESENDE, Selmo Haroldo de. *Abordagens biográficas e Foucault*. In: REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA ORAL. São Paulo: USP, nº 1, nov. de 1999.
- Revista SPHAN/Pró-Memória no 15, novembro/dezembro, 1981. Preservação urbana: implicações de uma postura e extensão de um conceito.
- RODRIGUES FILHO, Ilson Wilmar. *Dicionário de Regionalismos da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes; Lunardelli, 1996.

- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA, Alcídio Mafra. *Guia de bens tombados: Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.
- SOUZA, Sara Regina Silveira de. *A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina: séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: IOESC, 1981.
- STARN, Randolph. Vendo a Cultura numa sala para um príncipe renascentista. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.
- THEODORO, Janice. Memória e Esquecimento. Disponível no site <http://www.ceveh.com/>, acessado em 26 abr. 2002.
- UNESCO/Brasil. http://www.unesco.org.br/noticias/dg_msg_set.asp. Acessado em 10 de abr. de 2002.
- VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: a ilha*. Florianópolis: IOESC, 1984.
- VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp, 2 ed., Brasília: Universidade de Brasília, 1982, 1992.
- WERNER, Clóvis. *Memória e Patrimônio Cultural – Lembranças de um Artista: um exercício de justificativa para a preservação da antiga igrejinha da Trindade*. Florianópolis, 1993. 148p. TCC – Curso de História Bacharelado, Universidade Federal de Santa Catarina.

ANEXOS

(Mapas de ruas do bairro da Trindade)

